

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ - UNIVALI
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO, EXTENSÃO E CULTURA -
PROPPEC.
CENTRO DE EDUCAÇÃO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS, POLÍTICAS E SOCIAIS –
CEJURPS.
PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM GESTÃO DE
POLÍTICAS PÚBLICAS – PMGPP

AINOR FRANCISCO LOTÉRIO

**GESTÃO LOCAL DO PROJETO MICROBACIAS 2:
Impactos sócio-ambientais no caso Brilhante II**

ITAJAÍ – SC

2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

AINOR FRANCISCO LOTÉRIO

**GESTÃO LOCAL DO PROJETO MICROBACIAS 2:
Impactos sócio-ambientais no caso Brilhante II**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas/Profissionalizante, no Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas da Universidade do Vale do Itajaí – Univali.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Vieira de Souza.

ITAJAÍ – SC
2008

AINOR FRANCISCO LOTÉRIO

GESTÃO LOCAL DO PROJETO MICROBACIAS 2:

Impactos sócio-ambientais no caso Brilhante II

Esta Dissertação foi julgada APTA para obtenção do Título de Mestre em Gestão de Políticas Públicas/Profissionalizante e aprovada, em sua forma final, pela coordenação do Programa de Mestrado Profissionalizante em Gestão de Políticas Públicas – PMGPP/UNIVALI.

Área de Concentração: Sustentabilidade Ambiental nas Políticas Públicas.

Itajaí, 27 de junho de 2008

PROF. DR. MARCIO VIEIRA DE SOUZA
Orientador PMGPP/UNIVALI

PROF^a DR^a ADRIANA MARQUES ROSSETTO
Univali - Membro

DR. JOSÉ ALBERTO NOLDIN
Epagri, SC - Membro

GUILLERMO ALFREDO JOHNSON
Univali - Suplente

AGRADECIMENTOS

À família (esposa, Ana Maria, filhos: Ainor e Lucas, irmãos e cunhados) pelo constante e incondicional apoio;

Ao Professor Orientador Dr. Márcio Vieira de Souza, principal suporte deste trabalho.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Políticas Públicas, pela qualidade das aulas;

À Juliana Vieira, Bióloga, M.Sc, pelas constantes revisões deste trabalho;

A Vagner Vieira, bolsista do PIPG-Univali, pela disposição;

À Suzette Rovaris Brasil e Iran Brasil, pela colaboração no projeto;

Aos amigos de antes, durante e depois do curso, para que eles se multipliquem;

À comunidade e Diretoria da Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Brilhante II, por abrir as portas à pesquisa de campo;

À Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina (Epagri), principal fornecedora de dados deste estudo;

Ao Deus, força maior que arquitetou todo o universo, pelo meio ambiente e pelo ar que respiro...

DEDICATÓRIA

À memória do meu irmão mais velho, “o menino asmático” que incentivou a todos com o seu amor aos estudos, Ailor Lotério.

Se o universo é tão incontrolável e imprevisível, tão cheio de possibilidades, por que nossos pensamentos sobre nossas vidas são tão limitados?

Will Arntz (escritor, cineasta)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS	x
LISTA DE FIGURAS	xiii
LISTA DE GRÁFICOS	xiv
LISTA DE ABREVIATURAS	xv
RESUMO	xvii
ABSTRACT	xix

CAPÍTULO I

1. INTRODUÇÃO	1
1.1 Problema de pesquisa	5
1.2 Justificativa	8
1.3 Contexto da pesquisa – Microbacias Brilhante II	11
1.4 Objetivos	20
1.4.1 Objetivo geral	20
1.4.2 Objetivos específicos	20
1.5 Estrutura do Trabalho	21

CAPÍTULO II

2. METODOLOGIA	22
-----------------------------	-----------

CAPÍTULO III

3. REVISÃO DA LITERATURA	26
3.1 As políticas públicas e o meio ambiente	29
3.1.1 As políticas públicas e a água	31
3.2 A gestão pública e o meio ambiente	32
3.2.1. Projeto Microbacias enquanto política pública	35
3.2.1.1 Histórico: diferenças e semelhanças entre as versões 1 e 2 do Projeto Microbacias	37
3.2.1.2. Principais metas físicas do Projeto Microbacias 2, para o Estado de Santa Catarina	42
3.2.2. Financiadores e parceiros do MB2	43
3.2.2.1. Organograma funcional do Microbacias 2	45
3.2.3 Gestão local através de Bacias Hidrográficas	49
3.3. Agricultura familiar pela ótica do Microbacias 2	52
3.4. Desenvolvimento sustentável no âmbito do Microbacias 2	59
3.4.1. Desenvolvimento local – Nova visão	61

3.5. Extensão rural e assistência técnica como ferramenta na busca da sustentabilidade	63
3.5.1. Novo cenário rural para o trabalho	67
3.6. Mudanças de comportamento, novos conceitos e o despertar de uma nova consciência	69
3.6.1. Agrosafia – conceituando o relacionamento do ser humano com o ambiente (sistema agro-natural)	73
3.7. Legislação e o Microbacias 2	76

CAPÍTULO IV

4. AVALIAÇÃO DOS IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO PROJETO MICROBACIAS 2 EM BRILHANTE II	80
4.1 Consciência e ação ambiental por parte dos agricultores da Microbacia Brilhante II	81
4.1.1. Participação e associativismo	85
4.2. Aplicação de recursos financeiros e materiais	91
4.3. Avaliação da Microbacia Brilhante II na Implementação do Microbacia 2.	96
4.4. Avaliação sobre metodologia e critérios adotados na delimitação e na implementação do MB2 em Brilhante II	101
4.5. Pesquisa agropecuária participativa no Microbacias 2	105
4.6. Inversão de recursos financeiros e materiais	111
4.7. Impactos ambientais	124
4.8. Impactos sociais e renda familiar	132
4.9. Categorias de benefícios levados à Microbacia Brilhante II pelo Microbacias 2	138
4.9.1. Grau de satisfação dos beneficiários	143
4.10. Alteração populacional nos espaços rurais e urbanos	147
4.11. Alteração populacional na área da Microbacia Brilhante II	151
4.12. A comunidade Brilhante II e a continuidade da ADM	153
4.13. Conhecimento e aplicação da metodologia participativa na implementação do projeto	160
4.14. Sugestões para melhorar a implementação do Microbacias 2 em nível de comunidade	162

4.15. Rotatividade da equipe técnica	165
CAPITULO V	
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E RECOMENDAÇÕES	168
5.1. Considerações finais	168
5.2 Recomendações para futuros trabalhos	184
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	189
ANEXOS	197
Anexo A. Flagrante de devastação.	197
Anexo B. Entrevista semi-estruturada com beneficiários do MB2 na Microbacia Brilhante II.	198
Anexo C. Entrevista semi-aberta com técnicos de instituições envolvidas no Microbacias 2-Brilhante II.	203
Anexo D. Principais leis relacionadas com a implementação do PRAPEM/MICROBACIAS 2.	206
Anexo E. Estatuto da ADM – Brilhante II.	207

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.	Fontes de renda das famílias na comunidade Brilhante-II.	18
Tabela 2.	Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre meio ambiente.	82
Tabela 3.	Principais problemas encontrados na implementação do Projeto MB2 na Microbacia Brilhante II, segundo os técnicos.	87
Tabela 4.	Ações a serem desenvolvidas, no plano ambiental, em Brilhante II	92
Tabela 5.	Ações a serem desenvolvidas no plano social, na Microbacias - Brilhante II.	93
Tabela 6.	Ações a serem desenvolvidas no plano da geração de renda, na Microbacias - Brilhante II.	94
Tabela 7.	Pensamentos e considerações feitas pelos técnicos, mais anotações do entrevistador, sobre o contexto social de onde se realizou a pesquisa de campo.	99
Tabela 8.	Percepção da equipe multidisciplinar sobre os critérios e métodos utilizados na delimitação e priorização da Microbacia Brilhante II. .	102
Tabela 9.	Recursos do MB2 aplicados na Microbacia Brilhante II, em 2006. .	113
Tabela 10.	Principais projetos implantados pelo Microbacias 2 em Brilhante II, segundo os técnicos.	116
Tabela 11.	Visão dos técnicos sobre os recursos aplicados pelo MB2, na Microbacia Brilhante II.	117
Tabela 12.	Beneficiários e critérios de enquadramento recomendados pelo Microbacias II.	118
Tabela 13.	Procedimentos adotados pela equipe multidisciplinar para definir as famílias beneficiadas pelo Projeto Microbacias II em Brilhante II.....	120
Tabela 14.	Opinião dos beneficiários sobre os critérios adotados e os recursos recebidos.	121
Tabela 15.	Benefícios recebidos segundo os beneficiários.	123

Tabela 16.	Importância do Microbacias II na recuperação dos recursos naturais, em Brilhante II.	126
Tabela 17.	Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias II na comunidade.	127
Tabela 18.	Efetividade dos projetos na recuperação dos recursos naturais.....	129
Tabela 19.	Pensamentos recorrentes entre os técnicos sobre os impactos da relação ser humano/meio ambiente em Brilhante II.	130
Tabela 20.	Subsistência familiar na localidade Microbacia Brilhante II.	133
Tabela 21.	Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre geração de renda.	134
Tabela 22.	Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias 2 para a comunidade.	135
Tabela 23.	Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias 2 para os beneficiários.....	138
Tabela 24.	Grau de satisfação com o benefício individual recebido.	139
Tabela 25.	Grau de satisfação com o benefício grupal recebido.	141
Tabela 26.	Grau de satisfação com o benefício comunitário.	142
Tabela 27.	Pontuação do grau de satisfação subjetivo com o benefício.	145
Tabela 28.	Graus de satisfação dos beneficiários.	145
Tabela 29.	Tendência dos beneficiários em permanecer ou sair da comunidade.....	151
Tabela 30.	A comunidade em função do Microbacias 2 – Brilhante II.	153
Tabela 31.	Opiniões dos técnicos sobre o futuro da ADM-Brilhante II.	156
Tabela 32.	Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre participação e espírito de comunidade.	159
Tabela 33.	Conhecimento da equipe multidisciplinar sobre a metodologia participativa utilizada no trabalho na Microbacia Brilhante II.	160
Tabela 34.	Sugestões dos beneficiários para melhorar o MB2 em nível de	

	comunidade.	162
Tabela 35.	Sugestões dadas pelos técnicos para melhorar a implementação do Projeto em nível de comunidade.	163
Tabela 36.	Causas da rotatividade dos técnicos dos órgãos envolvidos no projeto em Brilhante II.	165
Tabela 37.	Conseqüências da rotatividade dos técnicos para o MB2 em Brilhante II.	166

LISTA DE FIGURAS

Figura 1.	Mapa da Microbacia Brilhante-II, Itajaí, SC.	07
Figura 2.	Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização dos municípios.	12
Figura 3.	Mapa hidrográfico simplificado do Estado de Santa Catarina.	12
Figura 4.	Moradias da microbacia Brilhante-II.	13
Figura 5.	Área com característica urbano-rural.	13
Figura 6.	Área com característica rural-urbano.	14
Figura 7.	Aspectos de uma facção, com mão de obra oriunda da comunidade (Brilhante II).	17
Figura 8.	Missão do Banco Mundial avalia ações do Projeto em Santa Catarina, 2005	41
Figura 9.	Estrutura Organizacional Executiva do Microbacias 2.	47
Figura 10.	Estrutura Deliberativa e Executiva do PRAPEM/MICROBACIAS ..	47
Figura 11.	Etapas necessárias para implementação do projeto Microbacias...	96
Figura 12.	Fluxo de priorização das ações e elaboração do PDMH.	97
Figura 13.	Inter-relações da Comunidade.	107
Figura 14.	Melhoria de residências, unidades de saneamento básico, captação e distribuição de água.	112

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Participação dos órgãos envolvidos no Projeto MB2, em Brilhante II.	109
Gráfico 2. Graus de satisfação com os benefícios recebidos pelos usuários....	144
Gráfico 3. Média do grau de satisfação dos entrevistados quanto aos benefícios recebidos.	146
Gráfico 4. Interesse dos beneficiários na continuação da ADM.	155
Gráfico 5. Continuidade da ADM-Brilhante II, segundo os técnicos.	155
Gráfico 6. Participação dos moradores de Brilhante-II nas reuniões da ADM (Projeto Microbacias 2 - Brilhante II).	158

LISTA DE ABREVIATURAS

ACARESC – Associação de Crédito e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina

ACARPESC – Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina

ALESC - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

ANATEL – Agência Nacional de Telecomunicações

ASCAR - Associação de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CCM - Comissão Coordenadora Municipal

CCR - Comissão Coordenadora Regional

CEASA/SC - Centrais de Abastecimento do Estado de Santa Catarina S.A.

CEPAGO - Centro de Extensão e Pesquisa Agropecuária

CIDASC - Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina

CMDR - Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural

CPT - Comissão Pastoral da Terra

EMPASC - Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Estado de Santa Catarina

FAMAI – Fundação do Meio Ambiente de Itajaí

FATMA - Fundação do Meio Ambiente

FETAESC - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina

FETRAF - Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar

GAM - Grupo de Animação da Microbacia

GUT - Gravidade, Urgência e Tendência.

IASC – Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense

MB1– Microbacias 1

MB2 – Microbacias 2

ONG – Organizações não governamentais

PDP – Plano de Desenvolvimento da Propriedade

PMDH – Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica

PRAPEM – Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

PRAPEM/MB2 – Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural/PRAPEM/MICROBACIAS 2

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

SDA – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

SDR – Secretaria do Desenvolvimento Regional – Itajaí-SC

SEE – Secretaria Executiva Estadual do Projeto MB2

SEMASA – Serviço Municipal de Água, Saneamento Básico e Infra-estrutura, Itajaí, SC

UNIVALI – Universidade do Vale do Itajaí

RESUMO

O território catarinense implantou um modelo de desenvolvimento rural com ênfase no crescimento econômico, através do incentivo ao uso do crédito bancário e aplicação em larga escala de insumos agrícolas subsidiados. Este modelo contribuiu para o aumento da produtividade nas lavouras e criações e a conseqüente expansão da fronteira agrícola catarinense. Todavia, essa expansão degradou os recursos naturais, concentrou as terras e os recursos e empobreceu os agricultores familiares, acelerando o êxodo rural (especialmente entre os jovens) e inchando as periferias das cidades. O problema da degradação dos recursos naturais e a desagregação social verificada em nível de Estado também se deram em Itajaí, uma vez que o Projeto Microbacias, tanto na versão 1, quanto na 2 foi trazido para o município. Conhecer de perto os reflexos do modelo agrícola, que preconizou até bem pouco tempo a busca da produtividade e a utilização dos recursos naturais como meros fatores de produção, é o problema central deste estudo. Sabemos que com o advento da globalização e a conseqüente compreensão de que o mundo passou a ser uma aldeia global, repensar este desenvolvimento passou a ser uma exigência da sociedade global e todas as localidades. Destarte, o espaço rural passou a ser visto não mais como uma fábrica de alimentos ao relento, surgindo uma nova concepção de desenvolvimento baseada na sustentabilidade ambiental, social e econômica. Visando internalizar nas comunidades rurais a visão de desenvolvimento sustentável, o governo do Estado de Santa Catarina formulou o Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM), Microbacias 2 (MB2), financiado parcialmente pelo Banco Mundial (BIRD). Sendo assim, a perspectiva deste estudo de caso é avaliar a gestão local do Projeto Microbacias 2, concentrando-se nos impactos sócio-ambientais, na Microbacia Brilhante II, situada no Município de Itajaí-SC. Enquanto o Projeto Microbacias 1 propôs a conservação dos recursos naturais e a obtenção de produtividade e renda, além de se tornar uma escola de aprendizagem para formatação do Projeto Microbacias 2, este, por sua vez, manteve o foco não apenas na recuperação dos recursos naturais, mas preconizou a busca do desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural. A falta de informações mais precisas sobre os resultados efetivos da implantação do Microbacias 2, o que não é atendida, a nosso

ver, pelas avaliações formais do Projeto em nível de Estado, justifica a necessidade de descobrirmos o que de fato vem acontecendo com o ambiente e as pessoas durante e após a implantação do projeto em nível local. Portanto, havia a necessidade de se buscar respostas para a problemática da agricultura neste espaço, obtendo-se informações possíveis de serem extrapoladas para outras áreas.

Se o Projeto MB2 visa a reconstrução e o fortalecimento da organização comunitária em favor do desenvolvimento sustentável do local, bem como promover o bem-estar da comunidade através do desenvolvimento pessoal, grupal e comunitário, precisa ele resgatar valores culturais, como a solidariedade e a cooperação entre moradores da comunidade. O estudo está centrado na área delimitada como microbacia hidrográfica, denominada de Brilhante II por ser esta a menor unidade de planejamento proposta pelo Projeto Microbacias 2, onde são verificadas mais facilmente as relações homem versus meio ambiente.

Palavras-chave: Sustentabilidade. Participação. Recursos naturais. Agricultores familiares. Microbacias. Gestão local.

ABSTRACT

The territory of Santa Catarina has introduced a model for rural development which emphasizes economic growth, through incentives for the use of bank credit and the widespread application of subsidized agricultural inputs. This model has helped increase farming productivity, with a consequent expansion of the Santa Catarina agricultural frontier. However, this expansion has destroyed the natural resources, concentrated the land and resources in the hand of few people, and impoverished subsistence farmers, hastening the agricultural exodus (especially among young people) and swelling the population in the peripheries of the cities. The problems of degradation of the natural resources and social dispersion seen at state level, have also occurred in Itajaí, since versions 1 and 2 of the Microbacias Project were brought to the town. The central problem of this study is to discover first hand the consequences of this agricultural model, which until recently, promoted the search for productivity and the use of the natural resources as mere factors of production. We know that with the advent of the globalization and the consequent understanding that the world has become a global village, rethinking this development has become essential for the global society and all localities. Thus, the rural space came to be seen no longer as a mere food factory, and a new concept of development emerged, based on environmental, social and economic sustainability. With the aim of promoting a vision of sustainable development in the rural communities, the Government of the State of Santa Catarina formulated the *Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor* (Environmental Recovery Program and Support for Small Producers) - PRAPEM, Microbacias 2 (MB2), partially financed by the World Bank (IBRD). Therefore, the purpose of this case study is to evaluate the local management of the Microbacias 2 Project, focusing on the socio-environmental impact, in the Microbacia Brilhante II, situated in the town of Itajaí-SC. While the Project Microbacias 1 proposed the conservation of the natural resources and achievement of productivity and income, as well as becoming a school of learning for the formatting of the Microbacias 2 Project, it kept its focus not only on recovering the natural resources, but also on promoting the search of the economic, environmental and social development of the rural environment. The lack of more precise information on the effective results of the implantation of Microbacias 2, which has not been met, in our view, by the formal

evaluations of the Project at State level, justifies the need to discover what has, in fact, been happening with the environment and the people during and after the implantation of the project in local level. Therefore, it was necessary to look for answers to the agricultural issue in this space, obtaining information which might be extrapolated for other areas. While the MB2 Project aims at the reconstruction and reinforcement of community organization on behalf of sustainable development in the region, as well as promoting the wellbeing of the community through personal, group and community development, cultural values need to be recovered, such as mutual cooperation between the local inhabitants. The study is centered in the area delimited as the Brillante II hydrographic microbasin, this being the smallest unit of the proposed plan of the Microbasins 2 Project, where the relationships between man and the environment are more easily observed.

Key words: Sustainability. Participation. Natural resources. Subsistence farmers. Microbasins. Local management.

CAPÍTULO I

1. Introdução

No estágio atual de degradação ambiental, não só em Santa Catarina, mas no Brasil e no mundo, com notícias sobre eventos climáticos imprevisíveis e desastres ecológicos sendo veiculadas cotidianamente nos meios de comunicação, dar um novo enfoque para o desenvolvimento é uma preocupação que já extrapolou a esfera da ciência, tomando a consciência de boa parte da sociedade.

A necessidade de se produzir cada vez mais e em escala, devido aos custos de produção que aumentava e as margens de lucro que diminuía levaram os agricultores e técnicos do setor a terem cada vez mais uma visão de empresa rural, em busca da competitividade.

Aumentar a produtividade das lavouras e criações com a adoção de insumos modernos, máquinas e equipamentos, associado muitas vezes ao desmatamento, foi o caminho adotado pelo serviço de extensão rural no Estado de Santa Catarina. Isto se verificou de maneira mais ostensiva no período da revolução verde¹ (década de 70), bem como na década posterior, conforme pudemos constatar na prática, como agricultor e profissional do serviço de assistência técnica e extensão rural.

Mas, com o passar do tempo e a evolução do setor agropecuário, os produtores rurais, viram-se envoltos em sérias dificuldades para gerirem suas propriedades e obterem renda para a manutenção e o bem-estar de suas famílias. Isto, a priori, foi um fator decisivo na aceleração do êxodo rural e imigração para cidades, especialmente periferias urbanas.

O serviço de assistência técnica e extensão rural em Santa Catarina era coordenado pela Associação de Crédito e Extensão Rural de Santa Catarina (ACARESC). Este órgão tinha como princípio básico capacitar os agricultores familiares do Estado para a implantação de uma agricultura mais produtiva no território catarinense. Tecnologias em sementes, fertilizantes, defensivos e maquinários foram levados aos agricultores como sendo a “salvação da lavoura”.

Começava também um esforço concentrado no sentido de estruturar propriedades exemplares (modelos), propriedades demonstrativas, além de outras

¹ Refere-se à disseminação de novas sementes, insumos e práticas agrícolas que permitiram uma vasta evolução da produção e produtividade agrícola nos países em desenvolvimento, durante as décadas de 60 e 70.

técnicas, consideradas arrojadas na época, para convencer o homem do campo a produzir com mais tecnologia, visando obter maiores produtividades, tanto da pecuária como da agricultura.

Esta política viabilizou a implantação do modelo 'agrícola catarinense', impulsionado por complexos agroindustriais nas áreas de avicultura, suinocultura, soja, maçã, fumo e madeira, através do sistema de integração de produtores agrícolas familiares. Contribuiu para a expansão da produção de alimentos e matérias-primas, colocando o Estado, durante décadas, na condição de quinto maior produtor de alimentos do Brasil (MICROBACIAS 2, 2002, p.4).

Este modelo, além de haver priorizado o cultivo de espécies vegetais destinadas à exportação e a produção destinada à subsistência familiar, provocou a concentração de terras e riquezas nas mãos de poucos produtores, sem se preocupar com o meio ambiente.

Estudos indicam que 41% das famílias rurais catarinenses vivem com uma renda menor que um salário mínimo mensal por pessoa ocupada. Estes agricultores enfrentam um processo crescente de empobrecimento, diminuindo sua qualidade de vida no espaço rural. (MICROBACIAS 2, 2003, p.2).

Podia-se caracterizar o homem do campo como sem renda e com família normalmente numerosa, com dificuldades para viabilizar condições de vida a sua prole. Com isto, sua preocupação maior era com a busca da produtividade e lucro, sem se importar com questões ambientais, algo distante da sua consciência e pouco contemplado nos projetos agrícolas. Mas era preciso mudar este paradigma.

Neste sentido, dando prosseguimento a esta política geral rumo à produtividade e produção das lavouras e criações, sem muita preocupação com o meio ambiente, também foi implantado um trabalho dirigido aos jovens rurais, através da formação de Clubes de Trabalho 4-S (Saber, Sentir, Servir, Saúde), baseado em modelo americano (EUA). “[...] este discurso procurou interferir diretamente nos jovens rurais, visando constituir um agricultor com vistas ao moderno” (SILVA, 2008, p.6).

Quanto ao acesso à terra, estabeleceu-se uma contradição: de um lado, o esforço para permitir aos filhos de agricultores sem terra ou com terra insuficiente para o sustento e renda acessarem uma propriedade; de outro, a incapacidade do modelo em prover as famílias de oportunidades de trabalho e renda, de modo que possibilitasse sua permanência no espaço rural. Surgem instrumentos financiadores

do acesso a terra principalmente para agricultores que não possuíam terra e filhos de agricultores, conhecidos como Crédito Fundiário (em Santa Catarina) e Banco da Terra (em nível de Brasil).² Todavia, eram necessárias políticas públicas voltadas para o setor da agricultura familiar que ordenassem uma relação nova entre o homem e os recursos naturais já escassos.

Na década de 70, lideranças e técnicos do setor agrícola e órgãos representantes dos agricultores familiares (sindicatos, cooperativas, associações, etc.) também iniciaram um movimento com objetivo de organizar o desenvolvimento da agricultura familiar catarinense (EPAGRI, 2007,p.9).³

O trabalho continuava, no entanto, sem a preocupação com as questões ambientais, conforme demonstra a citação abaixo:

No início da década de 80, à agricultura coube contribuir para a geração de grandes superávits comerciais, destinados a equilibrar o balanço de pagamentos, atingido em cheio pela crise da dívida externa. “Exportar é o que importa” era o lema da política econômica entre 1981 e 1984, e a agroindústria tinha papel central. É nesse contexto que o BNDES⁴ começa a intensificar seu apoio ao setor, ainda em níveis relativamente baixos.

Na década de 90, o cenário muda radicalmente. A abertura comercial elimina a proteção de alguns segmentos agroindustriais – trigo e algodão foram os mais afetados –, e a restrição fiscal reduz os recursos públicos disponíveis para financiar o setor. **A aceleração dos ganhos de produtividade tornou-se a chave para a sobrevivência, e os produtores brasileiros adaptaram-se rapidamente ao novo ambiente competitivo, ainda que muitos tenham ficado pelo caminho.** (FILHO e PAULA, 2005, p.1, grifo nosso).

Este procedimento realmente elevou os níveis de produtividade, porém deixou muitas seqüelas no meio ambiente, por não considerar a essência dos constituintes⁵ ambientais, e nem dar um enfoque de sustentabilidade para as atividades agropecuárias.

² O Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra foi implantado pela Lei Complementar nº. 93, de 1998, e pelo Decreto nº. 3.475, de 2000, que possibilita a aquisição de imóvel rural (FAEP, 2008).

³ Relato do Escritório Municipal da Epagri de Itajaí – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural (EPAGRI, 2007, p.9).

⁴ Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como objetivo apoiar grandes empreendimentos industriais e de infraestrutura tendo marcante posição no apoio aos investimentos na agricultura, no comércio e serviço e nas micro, pequenas e médias empresas, e aos investimentos sociais, direcionados para a educação e saúde, agricultura familiar, saneamento básico e ambiental e transporte coletivo de massa (BNDES, 2008).

⁵ Os constituintes do meio ambiente compreendem fatores abióticos, como o clima, a iluminação, a pressão, o teor de oxigênio, e bióticos, como as condições de alimentação, modo de vida em sociedade e para o homem, educação, companhia, saúde e outros. (WIKIPÉDIA, 2008, p.1).

Este novo enfoque intitulado desenvolvimento sustentável, onde o meio ambiente passou a ser considerado como fundamental no momento do homem planejar e executar suas atividades.

Esta proposta passou então a ser levada para o meio rural catarinense através de projetos circunscritos em espaços denominados Microbacias hidrográficas. Todos os atores sociais presentes nesta área, ou seja, dentro dos limites de uma microbacia passaram a ser abordados e envolvidos no discurso da sustentabilidade. Abandonava-se, em parte, o trabalho tradicional de extensão rural. Na concepção tradicional da extensão rural considerava-se que o conhecimento técnico, que se presumia neutro, bastaria para melhorar a produção econômica rural e possibilitaria o bem-estar das famílias rurais (EMATER-RO, 2008, p.2).

O desmazelo com que era desenvolvida a agricultura no passado, com muito pouca consideração para com os recursos ambientais, apenas focado na questão econômica e de produção, certamente contribuiu muito para o agravamento da situação encontrada hoje na agricultura catarinense: degradação dos recursos naturais (solo, água, florestas, etc.).

O desmatamento indiscriminado (**Anexo A**), por falta ou por má regulamentação da legislação ambiental, o manejo incorreto do solo, a ocorrência de enchentes (quanto menos cobertura vegetal, maior é o escoamento superficial e o carreamento da camada de solo produtivo), a utilização indiscriminada e sem controle de agrotóxicos e a contaminação dos cursos d'água, principalmente por dejetos animais, trouxeram à tona as conseqüências nefastas para os moradores destes ambientes.

Como tudo indicava o esgotamento social e econômico do “modelo agrícola catarinense”, houve-se por bem, ainda que tardiamente, elaborar uma política agrícola concatenada e consistente, no sentido de buscar a participação dos agentes locais, ou seja, os agricultores familiares, os produtores rurais, os trabalhadores rurais e as comunidades indígenas no desenvolvimento das suas comunidades (MICROBACIAS 2, 2002, p.27).

As conseqüências deste esgotamento ambiental não ficaram circunscritas unicamente ao espaço rural, mas se refletiram nas populações dos espaços urbanos, demonstrando que as questões ambientais têm influência direta sobre a qualidade de vida de toda a população de uma região e do planeta.

Paralelo ao despertar da consciência mundial a respeito da preservação dos recursos naturais, o que se viu acima apontava à necessidade de se estabelecer novas bases de desenvolvimento, especialmente ao nível de comunidades rurais, ou locais específicos, notadamente porque os recursos naturais já não eram mais abundantes. Começou-se a constatar que os recursos naturais eram imprescindíveis para a continuidade das produções que alimentassem uma população cada vez maior.

Passou a ser voz corrente entre os técnicos do setor agropecuário a preocupação revelada por Pádua (1998, p.131):

Quando os recursos naturais eram abundantes e não havia a consciência da conservação e da preservação ambiental, o homem utilizava os recursos naturais sem a menor consciência, devastando, poluindo e consumindo como se não fossem ter fim. Hoje, não se pode dizer o mesmo, quando o aquecimento global começa a trazer fortes traços de preocupação para toda a humanidade. Esta passagem, como se vê, apresenta uma típica reflexão de ecologia política, revelando a forma pela qual a interação destrutiva entre práticas sociais e ambiente natural produz uma cadeia de impactos econômicos, sociais e culturais mais amplos que pode abalar a sobrevivência e o destino de uma sociedade.

O homem do campo sempre acostumado e treinado a pensar em termos de produtividade e lucro, agora tem dificuldades em pensar em termos de sustentabilidade ambiental, ao ver sua propriedade circunscrita em um novo modelo de desenvolvimento, o qual privilegia o local.

1.1 Problema de pesquisa

Como mudar este pensamento produtivista em favor da sustentabilidade, se 41% das famílias rurais catarinenses⁶ vivem com uma renda inferior a um salário mínimo?

Por que iriam deixar de pensar em geração de renda e lucro para pensar em meio ambiente, quando não vislumbram lucro para si com isto?

Talvez motivados pelo velho cenário focado na produtividade, com queda na renda e problemas relacionados ao meio ambiente, iniciativas voltadas à implantação de uma nova ordem de desenvolvimento no espaço rural começaram a ser estruturadas em todo o país, notadamente na Região Sul do Brasil, como, por

⁶ Dados repassados pela Secretaria Regional do Projeto Microbacias 2, sediada no Escritório Regional da Epagri de Itajaí-SC.

exemplo, o Paraná Rural – Programa de Manejo das águas, Conservação do Solo e Controle da Poluição em Microbacias Hidrográficas.⁷

Conhecer de perto os reflexos do modelo agrícola, que preconizou até bem pouco tempo a busca da produtividade e a utilização dos recursos naturais como meros fatores de produção, é o problema central deste estudo. Talvez este conhecimento possa produzir respostas para o fato dos agricultores dependerem tanto do meio ambiente em suas atividades e demorarem tanto para despertarem a consciência sobre o assunto.

Neste sentido, foi elaborado um projeto que orientasse o produtor quanto a sua obtenção da renda familiar respeitando o meio ambiente. O projeto chamado Contrato de Empréstimo do Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural/PRAPEM aplica seus objetivos em Microbacias hidrográficas catarinenses, por isso as versões do projeto: Microbacias 1 e Microbacias 2.

O Projeto Microbacias 1 propôs a conservação dos recursos naturais e a obtenção de produtividade e renda, além de se tornar uma escola de aprendizagem para formação do Projeto Microbacias 2. Este, com um foco direcionado não apenas à recuperação dos recursos naturais, preconizou a busca do desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores sociais.

Para execução do projeto Microbacias 2 são contratados profissionais específicos, denominados de facilitadores⁸, os quais atuam conjuntamente com os extensionistas da Epagri e demais componentes da equipe multidisciplinar.

Mas, para que esta política agrícola de viés social e ambiental desse certo foi adotada metodologia e estratégia de ação de acordo com o Banco Mundial, o que também é objeto de análise deste estudo de caso.

Como a metodologia de trabalho do projeto exige a constituição oficial de uma organização comunitária, com competência jurídica para receber e repassar os recursos do projeto, a avaliação também procurará retratar a eficácia ou não desta organização não-governamental no seio da comunidade.

⁷ Informações obtidas em visita feita à Coordenação Estadual do Projeto Microbacias 2 – Florianópolis-SC.

⁸ Profissional responsável para executar os serviços de assistência técnica e extensão rural, contratados pelas Associações de Desenvolvimento das Microbacias, com vistas a apoiar a elaboração, gestão e implementação do Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica. São profissionais de nível médio ou superior, com formação nas áreas de ciências agrônômicas ou humanas.

Outro ponto a considerar é que o projeto também requer a implementação do trabalho através de uma equipe multidisciplinar, a qual tem o dever de orientar os moradores na aplicação correta dos recursos, em projetos definidos em conjunto (comunidade e técnicos de instituições envolvidas). Avaliar a atuação desta equipe no contexto da comunidade também foi uma preocupação deste trabalho.

Para a implantação do Microbacias 2, em nível de municípios e comunidades rurais, uma organização diferente daquela encontrada no espaço local passou a ser exigida como premissa para a liberação dos recursos financeiros e operacionalização do projeto.

A falta de informações mais precisas sobre os resultados efetivos da implantação do Microbacias 2, justifica a necessidade de descobrirmos o que de fato aconteceu com o ambiente e as pessoas durante e após a implantação do projeto em nível local.

Se o Projeto MB2 visa a reconstrução e o fortalecimento da organização comunitária em favor do desenvolvimento sustentável do local, bem como promover o bem-estar da comunidade através do desenvolvimento pessoal, grupal e comunitário, precisa ele resgatar valores culturais, como a solidariedade e a cooperação entre moradores da comunidade.

O estudo está centrado na área delimitada como microbacia hidrográfica, denominada de Brilhante II por ser esta a menor unidade de planejamento proposta pelo Projeto Microbacias 2, onde são verificadas mais facilmente as relações homem versus meio ambiente (Figura 1).

Erro! Não foi possível encontrar o arquivo de imagem. Verifique o caminho do arquivo ou o nome do arquivo.

Figura 1. Mapa da Microbacia Brilhante-II, Itajaí, SC. (Fonte: Google Earth).

Trata-se de uma comunidade das mais carentes do município, a que recebeu a pontuação máxima no momento da escolha das duas Microbacias a serem trabalhadas no município.

Se no caso Brilhante II, o Microbacias 2 visou levar aos agricultores conhecimentos e práticas para gerar sustentabilidade sócio-ambiental, melhorando a sua qualidade de vida, há necessidade de conferir na prática o resultado das suas ações.

Desta maneira, organizou-se este estudo de caso para investigar de maneira mais profunda os reflexos do projeto junto às famílias da região contemplada.

“Uma investigação é, por definição, algo que se procura. É um caminhar para um melhor conhecimento e deve ser aceito como tal, com todas as hesitações, desvios e incertezas que isso implica.” (QUIVY e LAMPENHOU, 1998, p. 31).

Preliminarmente, antes da formulação final da pergunta de pesquisa, podemos fazer algumas indagações:

a) Conseguiu o Microbacias 2 melhorar a condição dos recursos naturais (solo, fauna e flora) da comunidade?

b) Aumentou o nível de participação dos moradores nas decisões sobre os destinos da comunidade?

c) O associativismo introduzido por meio da ADM tende a permanecer, conforme preconiza o Projeto Microbacias 2?

Se originalmente, o Projeto Microbacias 2 visa: preservar, recuperar e conservar os recursos naturais; aumentar a renda das famílias beneficiadas; melhorar as condições de habitabilidade no meio rural; aumentar a efetividade das ações, por meio da participação dos beneficiários, a nossa intenção com este projeto de pesquisa é conhecer melhor os impactos sobre as questões sócio-ambientais.

Portanto, a pergunta deste estudo de caso é: em que grau o referido Projeto Microbacias 2 atingiu seu objetivo na comunidade rural de Brilhante II, especialmente com relação às questões sócio-ambientais?

1.2 Justificativa

Enquanto o Microbacias 1, implantado no município de Itajaí em 1991, inclusive na comunidade rural de Brilhante II, procurou recuperar as áreas degradadas, conservar as que permaneciam intocadas e empregar métodos racionais de manejo dos recursos naturais, o Microbacias 2 ampliou sua abrangência, caracterizando-se num projeto focado na relação do homem com a natureza. Com isto procurou aumentar a efetividade das ações, por meio do preparo das pessoas para o enfoque da sustentabilidade e do aumento e melhoria da participação dos beneficiários (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2005, p.29).

O Projeto Microbacias 2 com um foco mais abrangente, não se restringe apenas à adoção de práticas conservacionistas e aumento de renda, mas adota uma visão mais ampla com envolvimento mais efetivo dos atores sociais.

A mudança de orientação e de foco se deu após uma exaustiva avaliação e por exigências de organismos internacionais (cite-se aí o Banco Mundial): mais do que conservar o ambiente e produzir é necessário gerar renda, restabelecer o princípio da convivência comunitária, criando o princípio do desenvolvimento sustentável, com base no ambiental – econômico - social.

A questão agora é saber em que grau estes objetivos estão sendo alcançados, especificamente, na Microbacia Brilhante II.

Numa comunidade em que 89,65% ganham menos de um salário mínimo por mês pode-se deduzir que a renda insuficiente a coloca como uma das mais carentes do município de Itajaí (EPAGRI, 2007, p.7).

O indicador da renda é reforçado pela constatação de inúmeros outros problemas, tais como: desagregação familiar, um aparente individualismo dos seus moradores, além de alto índice (89,65%) de casas sem saneamento básico, coincidindo com o percentual de famílias de baixa renda.

Não só apenas os problemas relacionados com a ecologia dos relacionamentos, tanto intrafamiliares (aqueles que emergem no seio da família) quanto interfamiliares (aqueles que emergem dos relacionamentos entre as famílias da comunidade), um outro problema também preocupa: o mau uso do solo nas explorações agrícolas. Ainda na questão ambiental impera o extrativismo para a subsistência familiar, especialmente no caso do palmito nativo.

Estamos focando este projeto de pesquisa em dois vieses fundamentais: a questão social e a questão ambiental. A questão social já foi mencionada acima como merecedora de um olhar minucioso sobre sua realidade, procurando-se conhecer suas causas e efeitos mais especificamente.

No que diz respeito ao foco no viés ambiental, o justificamos da seguinte maneira: o meio ambiente está cada vez mais se tornando um termômetro fiel da qualidade da relação do homem com seu meio. Se a atividade empreendedora que está sendo desenvolvida em um determinado local prima pela sustentabilidade ou não poder-se-á notar facilmente nas respostas que a natureza dá.

Com a intenção de observar os reflexos desta política pública, intitulada Microbacias 2, nos aspectos sociais e ambientais é que se levará a efeito este trabalho de pesquisa.

Observado o que foi estipulado pelo Projeto Microbacias II em 2004 (início do projeto na localidade de Brilhante II), comparativamente aos trabalhos desenvolvidos

a primeira visita na Microbacia Brilhante II (agosto, 2007), pudemos constatar que as primeiras ações foram concentradas nas questões de saneamento ambiental e melhoria de habitações, com ênfase na questão da qualidade e quantidade de água.

O estágio atual de implementação do Projeto em epígrafe, haja vista que o mesmo foi sendo executado por três anos (de um total de quatro previstos inicialmente), nos dá uma boa idéia das suas finalidades, enquanto política pública voltada para a qualidade de vida no meio rural.

Como as avaliações e monitoramentos fazem parte do planejamento em nível de Estado, penso que uma avaliação específica desta microbacia produzirá subsídios que poderão nortear outras avaliações. Dados mais detalhados serão fundamentais para se ter uma idéia mais exata das reais mudanças que o projeto pode provocar na rede de relacionamentos e no desenvolvimento das comunidades rurais.

Portanto, necessário se faz procurar respostas para as indagações propostas em retro, ainda não inteiramente respondidas em nenhum outro trabalho científico. Sem um efetivo trabalho de pesquisa a campo junto à comunidade não se poderá obter tais respostas.

Entende-se que o trabalho proposto possibilitará a obtenção de parâmetros e indicadores que demonstrem com mais realismo a eficácia, ou não, do Projeto na comunidade de Brilhante II, do que simplesmente uma avaliação remota, ou por amostragem, como a que está sendo feita pelo Projeto em nível de Estado.

Por outro lado, revestem-se de fundamental importância avaliações de projetos que tratem da interação do homem com o meio ambiente, uma vez que o meio ambiente passa a ser, cada vez mais, um indicador essencial do valor que a atual geração dá às futuras gerações. Esta premissa foi adotada no sentido de focalizar os recursos naturais como indicadores majoritários de sucesso ou fracasso, na implementação do Projeto Microbacias 2 em nível de comunidade.

Conclui-se que a natureza reflete as ações do homem tanto no presente quanto no futuro, todavia é no presente que devemos agir para evitarmos a contrição que há de vir. A ação em favor da sustentabilidade da relação homem-natureza é uma necessidade vital para a humanidade. Portanto, passa a ser fundamental a implementação de uma avaliação criteriosa desta política pública em nível de comunidade, envolvendo o maior número possível de atores sociais presentes na microbacia em questão.

1.3. Contexto da pesquisa – Microbacias Brilhante II

A pesquisa foi realizada na base territorial da comunidade rural de Brilhante II, município de Itajaí-SC (Figura 2).

Esta comunidade é uma microbacia hidrográfica, portanto, a menor unidade de planejamento das atividades agropecuárias. Na Figura 3 apresenta-se o mapa hidrológico⁹ simplificado, com os principais rios que banham o território catarinense. Esta figura serve para demonstrar que outros pequenos rios e riachos que nascem em municípios e comunidades são responsáveis pelo seu volume total. Desta maneira, cada microbacia vai cuidar do seu rio, ou seja, do seu sistema hidrológico, contribuindo para a qualidade dos grandes mananciais. Isto tudo aliado principalmente à conservação e recuperação dos recursos naturais, ao aumento das produções e à melhoria da qualidade de vida dos moradores e de toda a sociedade afetada com as ações desenvolvidas naquela área.

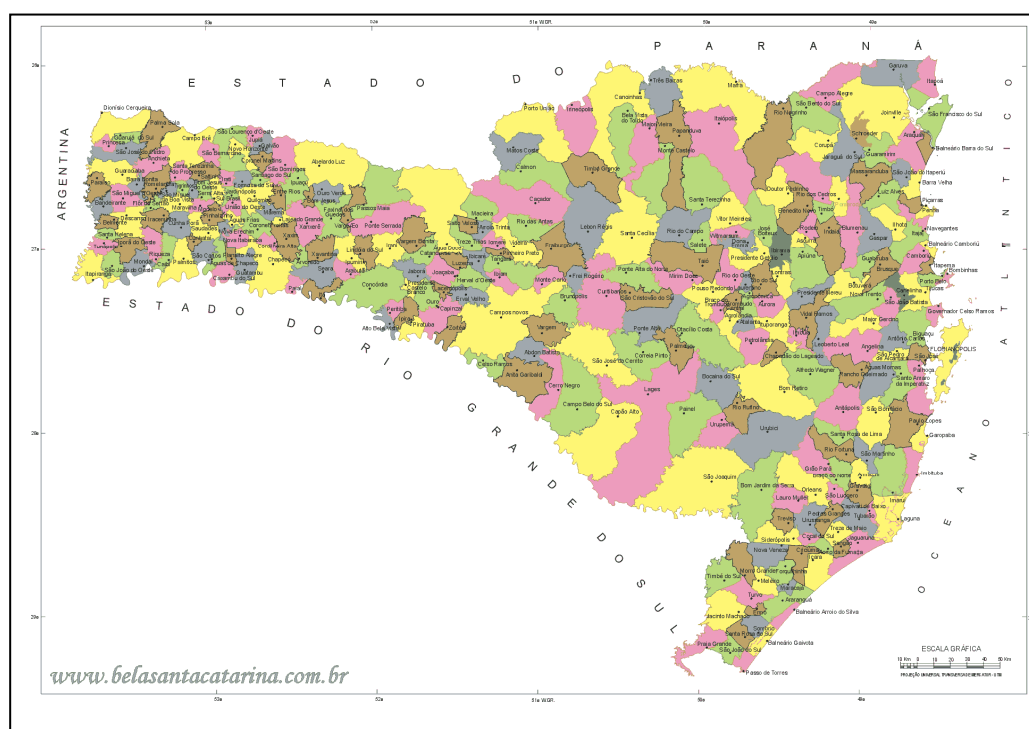


Figura 2. Mapa do Estado de Santa Catarina com a localização dos municípios.

⁹ Fonte: Secretaria Executiva do Projeto Microbacias 2/Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura

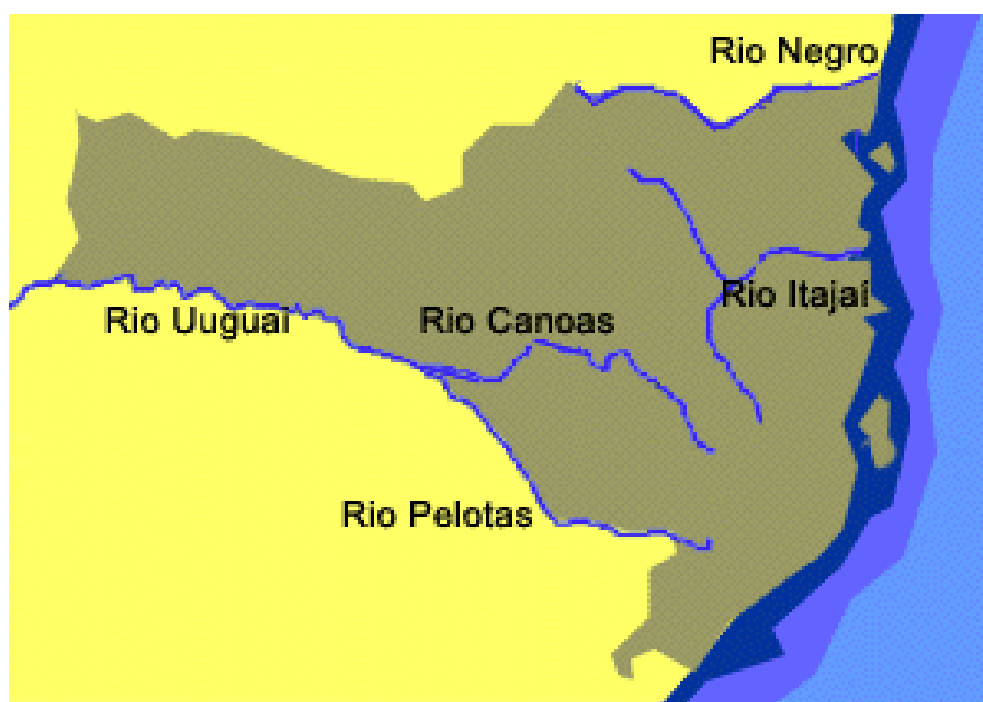


Figura 3. Mapa hidrográfico simplificado do Estado de Santa Catarina.

A comunidade Brilhante-II apresenta em partes do seu território características mais próximas de área rural marginalizada (Figura 4).



Figura 4. Moradias da microbacia Brilhante-II.

Em outras áreas apresenta características de cidade (bairro com pouca infraestrutura e serviços públicos ainda precários), caracterizando-se como região de confluência urbano-rural, diferentemente das regiões de confluência rural-urbano, conforme pode ser visualizado na Figura 5.



Figura 5. Área com característica urbano-rural.

Nas áreas caracterizadas como sendo urbano-rural¹⁰, predominam habitantes que não se dedicam exclusivamente às atividades agropecuárias, apenas residindo na localidade. Na área com característica rural-urbano predominam os moradores que se dedicam a alguma atividade diretamente ou indiretamente relacionada à agricultura, com moradias normalmente em pior estado (Figura 6).



¹⁰ Urbano e rural são idéias territoriais, isto é, de espaços apropriados pela espécie humana. Os territórios mais rurais são aqueles em que os ecossistemas estão menos artificializados; já os mais urbanos correspondem ao máximo de artificialização ecossistêmica. Entre esses extremos há uma infinidade de situações intermediárias, e ambivalentes, que deixaram de ser redutíveis à simples dicotomia rural/urbano. A regra, que se refere à população foi fixada em 1938, no Estado Novo, e estabelece que urbanas são as populações que residem em sedes de municípios e de distritos. Isso não seria problemático, se todas as sedes fossem cidades. A população urbana está inflacionada pela norma legal, e tenderá a atingir os 100%, antes de 2030 – o que é absurdo, pois apenas pequenas ilhas-Estado deixaram de ter população rural; não países com territórios. A questão até pode ser discutível na Holanda ou no Luxemburgo, mas não em países que, além de desenvolvidos, têm razoáveis territórios. A convenção em vigor coloca o Brasil mais próximo de Cingapura do que do Canadá (VEIGA, 2003, p. 4-8).

Figura 6. Área com característica rural-urbano.

No Brasil, pesquisas recentes têm apontado para a ocorrência de dois conjuntos de fenômenos, em algumas regiões do meio rural brasileiro, que nos ajudam a pensar a questão da ruralidade hoje. Em primeiro lugar, o espaço rural não se define mais exclusivamente pela atividade agrícola. Como já foi observado, é significativa a redução de pessoas ocupadas na agricultura, dado que se associa ao aumento do número de pessoas residentes no campo exercendo atividades não-agrícolas e ao aparecimento de uma camada relevante de pequenos agricultores que combinam a agricultura com outras fontes de rendimento (SILVA, 1997). Esse fenômeno - a pluriatividade -, ainda que antigo, adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos significados (CARNEIRO, 1997, p.17).

O fato é que estes “dois locais” estão dentro de uma mesma microbacia, o que aponta para acentuadas diferenças de posses entre os moradores.

Todavia, “o meio rural deve ser estudado com parte de um conjunto social mais amplo, no qual está incluída a cidade” (LUZ, 2003, p.31).

Em cada microbacia podemos encontrar uma realidade diferente. Segundo dados do Escritório Municipal da Epagri de Itajaí, o meio rural deste município é composto por sete Microbacias, a saber: Brilhante I, Brilhante II, Campeche, Limoeiro, Paciência, São Roque/Rio Novo e Rio do Meio.

Na seleção das duas Microbacias que seriam trabalhadas em Itajaí, após a adesão oficial do município, em concordância com os critérios do MB2, Brilhante II atingiu pontuação máxima, de acordo com as informações criteriosas abaixo fornecidas pela Secretaria Regional e Epagri - Itajaí:

- número de famílias na comunidade: 261;
- número de pessoas na comunidade na data do levantamento: 581;
- número de famílias que ganham menos de um salário mínimo: 234;
- número de jovens na comunidade: 112;
- número de casas em condições ruins de moradia: 121;
- número de suinocultores na comunidade: 16;
- número de suínos na comunidade: 32;
- % de famílias que usam agrotóxicos: 35;

- % de área com plantio convencional na comunidade: 50;
- número de casas sem saneamento básico: 243;
- número de famílias que não armazenam dejetos (suíno-bovinos): 259;
- a captação da água urbana está fora da microbacia.

A situação acima foi encontrada no final do ano de 2004, o que é muito diferente, segundo moradores mais antigos, de cinquenta anos atrás.

De acordo com entrevista realizada com o senhor Júlio Patissi, um dos moradores mais antigos da comunidade, por volta do ano de 1862, o Governo do Estado abriu uma estrada na localidade, a que hoje ainda é a principal via de acesso e que corta toda a extensão da comunidade. Dentre os trabalhadores que vieram para abrir a referida estrada estavam alguns imigrantes italianos, que resolveram trazer suas esposas. Como suas esposas eram na maioria de origem alemã foi favorecida a miscigenação¹¹. Outras famílias de origens diversas se juntaram aos italianos e alemães, promovendo a mistura de raças que hoje se encontra na localidade.

Segundo o relato de moradores, a comunidade contava com uma paisagem natural belíssima, que aos poucos foi sendo modificada pela ação dos moradores e exploradores de madeira, os quais a utilizavam como meio de sobrevivência, sem nenhum tipo de preocupação ambiental.

Quanto à agricultura, o cultivo mais importante da comunidade sempre foi o abacaxi, na região mais alta (nos morros) e o cultivo do arroz irrigado, nas regiões mais baixas (as várzeas) e com bom volume de água. Hoje, a cultura do abacaxi apresenta problemas fitossanitários¹², baixa produtividade e pouco rendimento.

As demais atividades agrícolas estão restritas ao cultivo de mandioca, citros, milho, aipim, banana, entre outras, em pequena escala.

As principais criações, em regime familiar, são: avicultura (galinha caipira e frangos de corte), bovinocultura de leite e suinocultura (consumo doméstico).

¹¹ Poucos países no mundo tiveram a rica interação de diferentes "raças" e etnias (mistura de raças caracterizada pela mesma cultura - termo criado para evitar neste caso a palavra raça) como ocorreu no Brasil. Vê-se também que este fenômeno foi importante na formação sócio-cultural da comunidade rural de Brilhante II, local onde se desenvolve o MB2.

¹² Fitossanidade – ciência agrônoma que trata da saúde das plantas. A fitossanidade engloba conhecimentos e técnicas de várias ciências, entre as quais destacam-se a fitopatologia (doenças das plantas) e a entomologia (insetos que atacam as plantas, considerados pragas), passando a se constituir numa especialidade própria, muitas vezes interligadas à fitopatologia mas, com o qual não pode e não deve ser confundida. A fitossanidade está relacionada com a solução de problemas que afetam culturas de interesse agrícola, gerando e difundindo resultados que levem ao controle de insetos, nematóides, bactérias, fungos e vírus, com métodos que procuram preservar o ambiente.

Alguns proprietários de terrenos, mas que não residem na comunidade, têm fazendas de criação de gado de corte. Há também bom número de propriedades de sítiantes (pessoas que vão às suas propriedades apenas nos finais de semana).

Outra atividade que ganhou força nos últimos anos, em função da falta de empregos e da diminuição da atividade agropecuária, foi a indústria têxtil, com a instalação de pequenas facções junto a algumas residências da comunidade, onde os serviços são executados basicamente pelas mulheres (Figura 7).

Isto fez com que surgissem empregos em atividades não-agrícolas no interior da comunidade, evitando assim o êxodo rural, conforme podemos constatar na Tabela 1, onde apresentamos as fontes de renda das famílias entrevistadas, as ocupações e alguns valores da renda, demonstrando que não há um planejamento e as famílias sabem muito pouco sobre os seus rendimentos.

Avaliando esta questão, Silva (1997, p.45) comenta:

De alguma forma, esse processo atingiu também a agricultura, gerando uma nova dinâmica nas relações econômicas e sociais no meio rural brasileiro, a qual alterou a estrutura e a composição do mercado de trabalho. Neste sentido, as mudanças na dinâmica do trabalho agrícola já são perfeitamente visíveis, seja através do aumento do número de pessoas das famílias de agricultores que possuem emprego fora das propriedades, seja através da combinação de diferentes atividades dentro das propriedades, como a implementação de atividades não-agrícolas nem sempre ligadas exclusivamente à produção agropecuária.



Figura 7. Aspectos de uma facção, com mão de obra oriunda da comunidade (Brilhante II).

Tabela 1. Fontes de renda das famílias na comunidade Brilhante-II.

Entrevistado	Fontes de renda da família ou justificativa para tê-las	Renda obtida (ano)
1	Bar e lanchonete	Não citou valor
2	Pensão do marido falecido	Não citou valor
3	Aposentadoria e abacaxi	Não citou valor
4	Salário de caseiro, mel e queijo.	R\$11.050,00
5	Aposentadoria e extração de madeira (eucalipto e lenha)	Não citou a renda
6	Facção (terceiriza a costura de roupas)	Não citou a renda
7	“Faz bicos, trabalha com outros”	Não citou a renda
8	Bolsa família, o marido tem bar	R\$960,00 do Bolsa Família, não a renda do bar.
9	Madeira (lenha) e eucalipto	Não citou o valor
10	Abacaxi e palmeira-real	Não citou o valor
11	Comércio de frutas (compra fora e comercializa na região)	Não citou o valor
12	Algumas criações (gado, suínos e aves) e plantações(milho, feijão,	Não citou o valor

	etc.)	
13	Cultivos e criações (leite e queijo)	Não citou o valor
14	Aposentadoria	R\$4.160,00
15	Motorista (assalariado)	Não citou o valor
16	Trabalha como faxineira e por dia nas lavouras	Não citou o valor
17	Costura e sucata de materiais reciclados	Não citou o valor
18	Pedreiro	R\$1.500,00
19	Faxineira e cultivo de abacaxi e aipim e comercialização de frutas	Não mencionou
20	Agricultura e aposentadoria	Não sabe
21	Ajudante de motorista	Não citou
22	Trabalhos autônomos e costura	Não citou
23	Trabalha com lenha	Não citou

Fonte: Pesquisa de campo - informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Referente a Tabela 1, 10 famílias têm fontes de renda relacionadas às atividades agrícolas, 3 ligadas à extração de madeira de reflorestamentos (eucalipto e pinus) e 11 têm atividade não-agrícolas (costura, pedreiro, motorista, aposentadoria, comércio, etc.).

Mais de 70% dos entrevistados têm nas atividades não-agrícolas a sua fonte de renda. Os outros 30%, aproximadamente, se dedicam a uma agricultura extrativista, com poucas iniciativas voltadas para uma agricultura com mais densidade econômica (geradora de mais renda na mesma área, especialmente pela utilização de tecnologia e manejo apropriado).

A atividade agrícola, sempre conduzida de maneira tradicional, fez surgir o nome da comunidade, pois foram encontradas no solo cultivado pedras malacacheta¹³, as quais foram denominadas de brilhantes por parte dos agricultores, donde se originou o nome Brilhante.

As estruturas sociais e de cultivo aos cultos religiosos também cresceram, contando a comunidade com a construção dos templos de duas igrejas, uma católica e uma adventista.

A comunidade também conta com uma escola bem estruturada.

¹³ Sinônimo de mica, um mineral antes utilizado como placa isolante de eletricidade. Minerais que se cristalizam e brilham (por isso a origem do nome “Brilhante”). Origina do nome indígena Malacaxis (Disponível em: <<http://www.malacaonline.com.br/malacacheta/index.php>>)

O crescimento populacional da localidade associado à exploração desordenada dos recursos naturais, com o desmatamento e a produção de coivaras para o plantio em áreas novas piorou a qualidade de vida (EPAGRI, 2006, p.8).

Constata-se *“in loco”* que a comunidade sofre com a degradação social, ambiental e diminuição drástica da renda obtida com as atividades agrícolas. Ainda impera o extrativismo, com a derrubada de árvores e o monocultivo¹⁴ de eucalipto, o que diminui em muito a biodiversidade de toda a área da Microbacia Brilhante II.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo Geral

O objetivo geral deste estudo de caso é avaliar os impactos sócio-ambientais da implementação do Projeto Microbacias 2 na comunidade rural de Brilhante II, observando criteriosamente estes dois vieses: as relações do ser humano entre si e com o meio ambiente (recursos naturais), em função da implementação do Projeto Microbacias 2 (PRAPEM – Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural).

1.4.2 Objetivos Específicos

¹⁴ Cultivo de uma só espécie em área contínua, repetidas vezes. Há a chance de empobrecer o solo, uma vez que o predomínio de uma única espécie, um só tipo de raiz, não promovem o benefício que diferentes raízes pode fazer. É o princípio da biodiversidades, ou seja, várias espécies se desenvolvendo na mesma área de terra.

- ✓ Comparar este objetivo com os objetivos traçados para o projeto Microbacias em nível de Estado, quais sejam: redução da pobreza no meio rural e melhoria da gestão dos recursos naturais;
- ✓ Saber se as ações do Microbacias vêm ocorrendo com intensa participação dos moradores e proprietários de terras da comunidade, ao envolver as famílias, que são as protagonistas das decisões, ou seja, daquilo que é mais adequado no local em que residem, pois é na microbacia que têm as relações de trabalho e amizade;
- ✓ Verificar se houve distorções entre a aplicação de recursos (financeiros e materiais) do projeto inicial do Microbacias 2 (Brilhante II) até sua execução final;
- ✓ Constatar se houve ou não recuperação ambiental e conservação dos recursos naturais (água e cobertura vegetal) na comunidade;
- ✓ Investigar se houve alteração populacional da comunidade durante o período de execução do projeto;
- ✓ Averiguar se o associativismo implantado através da Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM) promoveu a melhora do relacionamento interpessoal na comunidade.

1.5 Estrutura do trabalho

No capítulo II, visando relatar com riqueza de detalhes os resultados deste trabalho de campo, este estudo de caso está estruturado em capítulos, nos quais abordamos, sucintamente, a questão das políticas públicas e a gestão ambiental, características (estruturais e funcionais) e impactos (sociais e ambientais) do MB2, causados ao meio ambiente (microbacia Brilhante II), além de procedimentos alternativos para futuras avaliações, contidos estes nas considerações finais.

No capítulo III, inicia-se a revisão de literatura pertinente ao assunto deste estudo de caso. Faz-se uma fundamentação e análise das políticas públicas na formação de uma perspectiva ambiental, relacionando as políticas públicas de outrora e as contemporâneas com o meio ambiente, além de verificar o

comportamento da gestão pública frente aos problemas ambientais e as exigências locais e mundiais em favor do desenvolvimento sustentável.

Faz-se considerações sobre a gestão ambiental a partir da gestão local. Procura-se caracterizar o problema histórico da participação no meio rural, a problemática da pesquisa agropecuária participativa (questão preconizada pelo MB2 em sua formulação principal), a assistência técnica e extensão rural e suas parcerias locais.

Abordamos a essência e o significado do MB1¹⁵ e do MB2¹⁶, passando pelos históricos dos seus surgimentos, como políticas públicas voltadas a promover o desenvolvimento inicialmente da agricultura e, posteriormente, uma visão de sociedade local.

A descrição e análise da gestão local do PRAPEM, indexado ao tema está o viés da participação e do associativismo, pois percebemos nos trabalhos a campo que ainda há considerável nível de desagregação das relações familiares na comunidade, o que trataremos sob o prisma da inteligência coletiva dos seus integrantes.

No capítulo IV, são analisados e avaliados os impactos sócio-ambientais do MB2 na Microbacias Brilhante II, considerando-se as participações efetivas e os entraves à participação dos diversos atores comunitários e municipais do projeto.

CAPÍTULO II

Segundo Quivy e Campenhou (1998, p.42),

[...] uma investigação bem conduzida permite captar os constrangimentos e as lógicas que determinam uma situação ou problema, assim como discernir a margem de manobra dos <<actores sociais>>, e evidencia os desafios das suas decisões e relações sociais. É nisso que ela interpela [...] o futuro e adquire uma dimensão prospectiva [...] é, por definição, algo que se procura.

2 Metodologia

Para este estudo de caso, inicialmente delimitou-se a microbacia situada na comunidade rural de Brilhante II, localizada no município de Itajaí, SC. Contou-se

¹⁵ Projeto Microbacias 1 - Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas, conhecido como Projeto Microbacias/BIRD, implantado em Santa Catarina em 1991.

¹⁶ Projeto Microbacias 2 – Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural.

com o apoio de entidades governamentais e não governamentais atuantes no município de Itajaí, desde que tivessem tido alguma participação no Microbacias 2 na localidade pesquisada.

Buscando autorização para o acesso e trabalho de pesquisa na área, inicialmente fizeram-se contatos com a Gerência Regional da Epagri em Itajaí, onde funciona a Secretaria Executiva Regional do Projeto Microbacias 2. Em seguida, contatou-se a organização não-governamental fundada na comunidade, ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia Brilhante II. Esta instituição de caráter não-governamental contratou um técnico, o qual desempenha o papel de facilitador na implementação das ações do projeto a campo. Este técnico disponibilizou informações e relatórios sobre o andamento dos trabalhos até o momento da pesquisa de campo.

Nestas instituições obtivemos as informações básicas sobre como o trabalho estava estruturado em nível de campo. Foram-nos repassados anotações e relatórios parciais de algumas ações desenvolvidas na Microbacia Brilhante II.

Além da Epagri e ADM, também foram parceiros na pesquisa a Prefeitura Municipal de Itajaí, através das Secretarias Municipais da Agricultura e Educação. A única instituição de ensino existente na comunidade, Escola Municipal Martinho Gervásio, foi parceira efetiva na implantação do projeto em nível de comunidade e também no fornecimento de informações para este trabalho.

Além da análise do envolvimento dos agricultores no projeto, procuramos observar o envolvimento de cada morador da microbacia em ações em nível grupal e comunitária, especialmente aquelas implementadas para a melhoria da estrutura comunitária e do meio ambiente.

Contamos ainda, na aplicação dos questionários de pesquisa a campo, com um bolsista disponibilizado pela Univali, através do Programa de Integrado de Pós-Graduação e Graduação- PIPG.

O levantamento bibliográfico, as entrevistas com os beneficiários e técnicos foram realizadas por duas pessoas, o mestrando-pesquisador e o bolsista.

As despesas de deslocamento, alimentação, materiais de expediente foram custeadas pelo mestrando-pesquisador e pelas instituições envolvidas diretamente no projeto de pesquisa (Epagri, Univali). As demais entidades apenas disponibilizaram seus técnicos, professores e relatórios sem apresentar despesas. Os agricultores e famílias entrevistadas, da mesma forma, abriram suas portas

graciosamente para receberem o entrevistador, após a apresentação da proposta de pesquisa à diretoria da ADM - Brilhante II.

Na pesquisa de campo, adotamos a abordagem quali-quantitativa, e para a efetivação dos objetivos adotamos o estudo de caso, descritivo e exploratório, com vistas à busca de informações reais de forma a atingir os objetivos desta pesquisa (BROSE, 2001, p.115).

Inicialmente produzimos a revisão bibliográfica concernente aos temas meio ambiente, desenvolvimento sustentável, gestão local em Microbacias e serviço de extensão rural visando subsidiar e integrar a análise proposta.

A coleta de dados primários, aqueles obtidos diretamente com os beneficiários e técnicos, foram extraídos mediante a realização de entrevistas semi-estruturadas (Anexo B) com membros da comunidade e equipe técnica, com base num roteiro previamente estabelecido (com perguntas abertas e fechadas), com aplicação das técnicas da história oral. Foram entrevistados também, através de questionários semi-abertos (Anexo C), 14 técnicos e agentes das instituições oficiais envolvidas no Projeto Microbacias 2 e da Epagri.

Os dados secundários (outras fontes que não os beneficiários nem os técnicos) foram obtidos através de relatórios de eventos, bibliografias, documentos de arquivos, publicações, revistas, jornais, e entrevistas com atores da microbacia e de órgãos executores e parceiros do projeto.

Valendo-se de questionários semi-estruturados foram entrevistados agricultores familiares beneficiados pelo Projeto Microbacias 2, dentre a população residente na localidade de Brilhante II, associadas à ADM – Associação de Desenvolvimento da Microbacia Brilhante II.

Alguns registros fotográficos foram feitos para caracterizar o cenário da comunidade onde se situa a microbacia Brilhante II, bem como para demonstrar a implantação de ações e projetos individuais, grupais e comunitários.

Análises de relatórios existentes em nível local foram feitas com o intuito de checar informações obtidas a campo junto aos atores sócio-ambientais.

Procedimentos metodológicos para a efetivação dos objetivos específicos:

- ✓ Para verificar se houve distorções quanto à aplicação de recursos (financeiros e materiais) do projeto inicial do Microbacias 2 (Brilhante II) e sua execução final, a pesquisa comparara as informações dos relatórios gerenciais do próprio projeto

(fornecidos pelos executores) com as informações obtidas junto aos beneficiados, a ADM e a equipe multidisciplinar;

- ✓ A constatação das variações no tocante à recuperação ambiental e conservação dos recursos naturais (água e cobertura vegetal) na comunidade foi realizada através de levantamentos a campo e de relatórios;
- ✓ A variação populacional da comunidade, ocorrida entre a implementação do projeto (2004) até o encerramento da pesquisa de campo foi feita com base em dados fornecidos pelos executores. Para oferecer maior credibilidade a estes dados, também foi procedida a comparação entre o relatório de priorização (2004) e o “relatório da situação atual” (2007), elaborado pela diretoria da ADM da referida microbacia e técnicos da Epagri, no encerramento do levantamento a campo.

Não foram inclusos os componentes da diretoria da organização não-governamental, intitulada ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia, por entendermos que os mesmo figuram entre os beneficiários dos recursos do projeto.

Adotou-se como sendo os vieses mais importantes deste trabalho:

a) avaliar as relações do ser humano entre si e com o meio ambiente (recursos naturais), em função da implementação do Projeto Microbacias 2 (PRAPEM - Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural);

b) averiguar se o associativismo, implantado através da Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM), promoveu a melhora do relacionamento interpessoal na comunidade.

Após a revisão bibliográfica e o trabalho de campo, iniciou-se a fase da descrição e tabulação dos dados, bem como a sua interpretação, em face do objetivo geral e dos objetivos específicos.

CAPÍTULO III

3. Revisão da literatura

O conhecimento obtido sobre o trabalho em bacias hidrográficas é extenso. Várias experiências já foram desenvolvidas em nível de Brasil.

O Projeto Microbacias, em suas duas edições no Estado de Santa Catarina, tem demonstrado ser uma experiência de trabalho focada na agricultura familiar, que procurou levar aos agricultores uma nova visão de desenvolvimento do espaço rural, com foco no local.

Até o advento do planejamento do trabalho em Microbacias hidrográficas, o serviço de extensão rural levava o conhecimento sobre novas tecnologias aos agricultores sem grandes preocupações sócio-ambientais. O trabalho era focado na difusão de pacotes tecnológicos que instruíam os agricultores na adoção de novas técnicas de exploração agrícola, basicamente centrados na obtenção de produtividades. Algumas práticas de formação de lideranças e organização dos produtores também eram desenvolvidas.

O que se pode notar é que as atuais políticas públicas parecem estar imbuídas da formação de uma perspectiva ambiental mais concreta.

“A degradação ambiental, o risco de colapso, a desigualdade social e a pobreza extrema são sinais eloqüentes da crise do mundo globalizado” (LEFF, 2004, p.9) e requerem respostas efetivas da sociedade.

Neste contexto, as políticas públicas podem ser entendidas como projetos ou programas que envolvam toda a sociedade, ou parcela significativa dela, onde as ações e os recursos são planejados levando-se em conta a vitalidade do bem-comum. Estas políticas públicas podem ser de vários campos: econômico, financeiro, tecnológico, social e ambiental, como é o caso específico do Projeto Microbacias 2.

Presenciamos na última década a aplicação intensa de ferramentas que objetivam minimizar os impactos ambientais decorrentes da ação humana, notadamente a industrial e agrícola. Não obstante, está também a preocupação com a ocupação do solo para moradias. No entanto, ainda não há conscientização da sociedade quanto a isso, denotando a necessidade de investimentos mais significativos em processos que proporcionem um novo pensar quando se fala de meio ambiente.

A formação da perspectiva ambiental no bojo das políticas públicas reveste-se do manto da educação, uma vez que as atividades desenvolvidas são inseridas em um cenário ambiental. A terra e os recursos naturais são os sustentáculos das atividades humanas, sejam elas agrícolas, industriais, comerciais ou de lazer.

Nenhum setor, portanto, tem a prerrogativa de se eximir da tarefa de proteger o meio ambiente, sob pena de estar promovendo, cada vez mais, sérias dificuldades para o futuro. Dificuldades estas que começamos a sentir através do aquecimento global e da magnitude dos eventos climáticos adversos que vêm ocorrendo (secas, enchentes, tempestades, mares revoltos, etc.).

O avanço das cidades e a destruição das florestas [...] e o aquecimento global [...] estão dificultando a vida dos [...] animais. Mas, para o cidadão comum, que é um agente indireto causador dos problemas deles [*dos animais* - grifo nosso], isso parece não ser motivo suficiente para salva-los. “É preciso um incentivo para as pessoas se sentirem mobilizadas” (CARARO, 2007, p.55)

“Se o universo é incontrolável e imprevisível, tão cheio de possibilidades, por que nossos pensamento sobre nossas vidas são tão limitados?”(ARNTZ et al., 2007, p.1).

Atualmente, a preocupação é como fazer com que nas políticas públicas seja adotada a perspectiva ambiental em toda a sua extensão. Uma extensão que envolva não apenas a formulação teórica, a obtenção dos recursos e sua aplicação, mas toda a sociedade numa nova proposta de desenvolvimento.

Agora, o que se tem como tarefa imprescindível é formular um novo jeito de programar as políticas públicas, especialmente aquelas em que o seu espectro abranja os recursos naturais e as atividades das pessoas. Isto requer que toda a sociedade participe, pois todos poderão ser beneficiados ou prejudicados em sua qualidade de vida, na medida da ação de conservação ou degradação ambiental.

Nesta perspectiva, entra a responsabilidade dos governos (municipal, estadual e federal), e de cada cidadão. Todavia, a responsabilidade ou a possibilidade de se reverter a problemática ambiental deve ser estendida para além da fronteira institucional, pois é bem mais ampla e complexa, envolvendo toda a sociedade (consciência pessoal e envolvimento social).

A atuação da Polícia Ambiental, conforme flagrante de devastação apresentado no Anexo A, demonstram que o meio ambiente merece atenção em todos os níveis, especialmente através de políticas públicas que tenham em todo o seu arcabouço a preocupação com o meio ambiente.

A vegetação dizimada abrange espécies em extinção como xaxim, araucária, canela e imbuia. A quantidade de espécies mortas será levantada pelos policiais [Anexo A].

Além do corte ilegal, a vegetação e os troncos que sobraram foram queimados. O que era verde virou cinza. Para fazer a retirada da vegetação foram abertas estradas no meio da mata, numa extensão de 20 km. Nascentes de rios foram aterradas. Algumas pessoas que foram contratadas para trabalhar na retirada da mata se assustaram ao notarem a chegada da Polícia Ambiental e fugiram (DIÁRIO CATARINENSE, 2006, p 27).

Se for de responsabilidade do Estado, conforme aponta a própria matéria, por que a polícia vai fazer o levantamento agora “espantando os agressores ambientais”, quando a ação educativa deveria ter precedido a ação repressiva? Por outro lado, não basta tentar educar apenas, enquanto presenciamos as florestas caírem. Se alguém foge com a chegada da polícia é porque, provavelmente, sabia que estava fazendo algo errado perante a lei. Então, a força policial (a pena da lei) precisa entrar em ação também, mas não somente para penalizar pelo ocorrido, mas sim, para fortalecer a fiscalização e evitar o desmatamento.

O que se percebe é que os mecanismos de educação e fiscalização não são eficazes. Isto já denota certa fraqueza das políticas públicas na perspectiva ambiental, decorrente da ausência da sociedade e das demais esferas de governo, não importando que tipo de política pública esteja sendo levado a efeito.

Os problemas ambientais e de descumprimento da lei são por demais conhecidos. A passagem da fiscalização me parece importante para coibir a degradação ambiental e, ao mesmo tempo, contribuir com o processo de conscientização e educação da comunidade para a preservação ambiental (dos recursos que na verdade são deles mesmos).

Com isto, o que se tem como prática no meio rural (e porque não dizer perante toda a sociedade) é responsabilizar órgãos como a Fundação do Meio Ambiente (FATMA), o IBAMA¹⁷, a própria Epagri, as Secretarias de Agricultura e Meio Ambiente, mais órgãos afins, tanto estaduais quanto municipais pelos problemas relacionados com o meio ambiente.

Os agricultores sempre foram os mais responsabilizados (dentro do mesmo município) pelos problemas de degradação ambiental, mas não são eles os únicos responsáveis.

Não obstante, é evidente a falta de conscientização e o despreparo de muitos agricultores com relação à questão ambiental, indicando que ainda não atingiram um nível de educação (para não dizer de escrúpulo) ambiental que lhes permita defender seu patrimônio não pelo receio da força policial, mas pela necessidade de manutenção da vida em suas propriedades.

¹⁷ Instituto Brasileiro do Meio ambiente. É o principal provedor de dados e informações do país, que atendem às necessidades dos mais diversos segmentos da sociedade civil, bem como dos órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal (IBAMA, 2008).

Toda política pública, em grau menor ou maior, de acordo com sua natureza, não pode perder de vista a perspectiva ambiental. Nenhum setor ou segmento da sociedade pode ficar de fora, se desejamos proteger realmente o meio ambiente.

3.1 As políticas públicas e o meio ambiente

Política e gestão ambiental no Brasil, historicamente, sempre foi uma discussão relegada a um plano secundário. Segundo Boeira (2003, p.525), “a questão ambiental marca a história do Brasil desde o período colonial.” O nome do nosso país resultou de uma visão mercantilista de exploração da árvore conhecida por “pau-brasil que superou a forte ideologia religiosa da época e a designação de Terra de Santa Cruz”. Considera o autor que os ciclos econômicos brasileiros sempre se alternaram entre a exploração-prosperidade e a estagnação-dependência, numa estreita relação entre riqueza obtida pelos “senhores” com a involução dos recursos naturais, notadamente as árvores e os animais.

As políticas públicas em sua análise requerem um olhar em ângulo que envolva todos os recursos, as estruturas das instituições e o processo político (ambiente de relacionamentos no qual a mesma é gerada, implementada e avaliada).

Em tempos contemporâneos, cercados pela degradação ambiental, segundo Leff (2004, p.9),

[...] o risco de colapso ecológico e o avanço crescente da desigualdade e da pobreza dão sinais eloqüentes da crise do mundo globalizado.

O saber ambiental emerge (como necessidade) de uma reflexão sobre a direção da construção social do mundo atual, onde hoje convergem e se precipitam os tempos históricos que já não são mais os tempos cósmicos, da evolução biológica e da transcendência histórica. É a convivência de processos físicos, biológicos e simbólicos reconduzidos pela intervenção do homem – da economia, da ciência e da tecnologia – para uma nova ordem geofísica da vida e da cultura. Vivemos hoje um mundo de complexidade e de evolução tecnológica constante, de perda de identidade, no qual se amalgamam a natureza, a tecnologia e a textualidade, onde sobrevivem e tomam novo significado reflexões filosóficas e identidades culturais no torvelinho da cibernética, da comunicação eletrônica e da biotecnologia.

Os recursos naturais e todos os fatores que concorrem para a produção em um determinado local não podem mais ser vistos isoladamente, segundo este

pensamento, pois o que se nota, na medida em que estudos são realizados, é que há um emaranhado de acontecimentos no mesmo espaço de tempo. É o entendimento de que as coisas na natureza são mais complexas do que a princípio pensávamos.

A própria teoria da complexidade descrita por Edgar Morin, como escola filosófica que vê o mundo como um todo indissociável e propõe uma abordagem multidisciplinar para a construção do conhecimento reforça o enunciado de que as políticas públicas com maior chance de lograr êxito são aquelas concebidas e praticadas dentro de uma visão global.

Uma visão mais complexa do meio ambiente contrapõe-se à causalidade por abordar os fenômenos como totalidade orgânica. A proposta da complexidade é a abordagem transdisciplinar dos fenômenos, e a mudança de paradigma, abandonando o reducionismo que tem pautado a investigação científica em todos os campos, dando lugar à criatividade e ao caos, conforme afirma Morin (2001, p.20):

À primeira vista, a complexidade é um tecido (*complexus*: o que é tecido em conjunto) de constituintes heterogêneos inseparavelmente associados: coloca o paradoxo do uno e do múltiplo. Na segunda abordagem, a complexidade é efetivamente o tecido de acontecimentos, ações, interações, retroações, determinações, acasos, que constituem o nosso mundo fenomenal. Mas então a complexidade apresenta-se com os traços inquietantes da confusão, do inextricável, da desordem, da ambigüidade, da incerteza... Daí a necessidade, para o conhecimento, de pôr ordem nos fenômenos ao rejeitar a desordem, de afastar o incerto, isto é, de selecionar os elementos de ordem e de certeza, de retirar a ambigüidade, de clarificar, de distinguir, de hierarquizar... Mas tais operações, necessárias à inteligibilidade, correm o risco de a tornar cega se eliminarem os outros caracteres do *complexus*; e efetivamente, como o indiquei, elas tornam-nos cegos.

Com base no princípio básico da teoria da complexidade focamos o desenvolvimento de políticas públicas que contemplem a complexidade ambiental, não apenas dos recursos, mas também das relações e intervenções que a sociedade atual estabelece como meio de sobreviver.

O ser humano deve sentir-se integrado ao ambiente em que está desenvolvendo suas atividades e estabelecendo suas intervenções durante toda a vida. Estas relações são discutidas quando se busca a dimensão dos impactos sócio-ambientais de um projeto com a natureza do que está sendo analisado neste estudo de caso.

Reflexões como a agrosafia¹⁸ apresentada mais adiante neste estudo de caso, procuram se inserir neste novo saber ambiental, caminhando na direção do pensamento elaborado por diversos autores (MORIN, 2001; GUATTARI, 1995; LEFF, 2004).

Mais do que uma exploração, a atividade no campo ou no espaço rural deve ser vista como uma filosofia de vida. Certamente, estaremos diminuindo o descompasso entre teoria e prática ambiental, entre política pública escrita, formatada e anunciada, e política pública efetivamente aplicada, com base em “desgastes sustentáveis” para o meio ambiente. Além do mais, neologismos assemelhados a este, como o caso da agroecologia fazem parte do vocabulário técnico atual.

3.1.1 As políticas públicas e a água

As políticas públicas e o meio ambiente poderiam ser traduzidos aqui como as políticas públicas e a água, pois este é o recurso natural mais significativo para as atividades agropecuárias e o mais notado quando da sua escassez. Além da preocupação com a falta, os agricultores têm receios quanto à cobrança da água disponível nos mananciais do meio rural. O próprio MB2 utilizou como critério para a priorização a existência de fonte de captação de água, o que levou a comunidade rural de São Roque, às margens da BR-101, a ser a segunda das duas Microbacias a serem trabalhadas no município de Itajaí, mesmo tendo índices de desenvolvimento sócio-econômicos superiores a outras comunidades.

Para se ter uma idéia da importância da água como recurso vital para as populações e para o desenvolvimento das atividades agrícolas e não agrícolas, citamos abaixo texto de Carmo et al. (2006, p.3):

O Brasil é depositário cerca de 19% do estoque mundial de água, caracterizando-se como uma região com relativa abundância de água superficial. Entretanto, devido a um histórico de uso inadequado dos recursos hídricos, associado a um aumento da demanda por diversos atores sociais e econômicos, algumas áreas do país enfrentam situações de escassez hídrica.

¹⁸ Neologismo formado a partir do prefixo agro, com o significado de campo, mais o sufixo sofia, com o significado de saber, ou amor ao saber, do grego. Pensamento que focaliza o saber viver humano com base no desenvolvimento dos vegetais (LOTÉRIO, 2003, p.3).

O processo de desenvolvimento da humanidade está associado aos usos da água e durante milênios a consideramos como um recurso infinito. Todos os relatos sobre o tema, são unânicos em afirmar que apenas há algumas décadas o mundo despertou para realidade de que, diante dos maus usos, os recursos naturais estão se tornando escassos, e que é preciso acabar com a falsa idéia de que a água é inesgotável.

Somente a partir dos anos 70, sentimos o agravamento dos problemas mundiais advindos do processo de desenvolvimento econômico e da industrialização, que trouxe o drástico aumento da poluição industrial e os problemas decorrentes da falta de saneamento e abastecimento de água. (REDE DAS ÁGUAS, 2008, p.1).

3.2 A gestão pública e o meio ambiente

A gestão pública, diferente da privada, deve se preocupar com o bem e a virtude do bem comum, portanto, de todos.

O resultado da ação do governo é o resultado da gestão pública, e deve procurar resolver um problema na sociedade ou promover uma oportunidade de desenvolvimento para os cidadãos. Isso deve estar subordinando às leis, regras, estrutura e respeito à “coisa pública”.

Quando esta gestão pública está determinada para o atendimento de questões e projetos relacionados diretamente com o meio ambiente, dizemos que é gestão pública de caráter eminentemente ambiental. Porém, com o advento do aquecimento global, decorrente do desequilíbrio causado pelo homem, as políticas públicas de qualquer área (saúde, educação, indústria, etc), entendidas como sendo as ações organizadas dos governos, passaram a ter um discurso mais focado nas questões ambientais. Ou seja, o meio ambiente passou a se fazer presente em todas as ações de governo, ao menos em tese.

A gestão ambiental depende não apenas das políticas públicas, mas da visão que cada gestor tem sobre o que vem a ser público, e a importância dos recursos naturais como um bem da humanidade.

Certamente, acima de tudo isto está a omissão de alguns gestores públicos irresponsáveis, pessoas que deveriam ser dotados de uma visão exemplar da questão pública, não dissociada do meio ambiente, uma vez que são detentores de

cargos com poder de decisão sobre a questão ambiental. No entanto, o que se pode observar é que, no presente estágio de desenvolvimento da atual sociedade ainda há gestores públicos entendendo que “negócio é negócio e ambiente é ambiente”, ou misturando as coisas. Este comportamento não é novo, conforme podemos ver na citação seguinte:

A chamada questão ambiental marca a história do país desde o período colonial. O nome ‘Brasil’ resultou de uma visão mercantilista de exploração da árvore ‘pau-brasil’, que superou a ideologia religiosa e a designação de ‘Santa Cruz’. Os diversos ciclos econômicos foram, de certa forma, ‘desastres ecológicos’, pois a cada fase de intensa exploração e prosperidade seguiu-se outra de estagnação e decadência.(BOEIRA, 2003, p.526).

Para ilustrar o nível de comprometimento de cada indivíduo com o meio ambiente, ilustramos com a seguinte história, inúmeras vezes relatada a agricultores envolvidos nas Microbacias, intitulada “como demonstrar compromisso para com a geração futura”:

“Um agricultor após seu falecimento deixou para o filho a sua a propriedade. O filho era único e estava morando há mais de trinta anos longe do pai, por ter rompido o relacionamento com este. Com o desaparecimento do pai, o filho retorna do exterior e, mesmo chegando tarde para o sepultamento, vai até a propriedade e se instala no velho casarão. No outro dia, alguns amigos mais próximos da família e parentes forão visitá-lo, no afã de levar-lhe conforto em momento tão difícil. Lá chegando, encontram o filho sentado à janela contemplando a paisagem da propriedade. Uma de suas tias que o visitara fez o seguinte comentário:

-É, seu pai lhe amava muito e estava com muita saudade de você.

Ainda observando a paisagem da propriedade da sua janela, o filho volta-se para o interior do casarão onde todos estavam sentados e afirma:

-Realmente o meu pai me amava muito. A propriedade que ele me deixou é hoje muito bonita comparada com aquela que deixei para traz há trinta anos.”

Podemos concluir dizendo que a melhor prova de amor e compromisso com a geração futura é a concreta ação sobre as próprias terras, preservando, recompondo, produzindo sustentavelmente e não destruindo.

A ciência sempre informou essa verdade à sociedade, mas as políticas públicas nunca tiveram a força ou competência necessária para alardear isto junto à comunidade. Só agora o fazem, mais para atender aos apelos da opinião pública, muitas vezes, do que por entendimento daquilo que é necessário naturalmente.

O compromisso das políticas públicas deve estar focado nas gerações futuras, aquelas que não têm condições de decidir hoje que mundo desejam para amanhã, pois ainda são crianças ou jovens.

Historicamente, o que é público sempre foi entendido com não sendo de ninguém, assim como os detentores de escrituras e documentos de posses de terras, às vezes, por falta de consciência, acham-se donos sem limites da área documentada. Esta maneira de conceber a posse legal da terra tem um rastro de desvios na sua exploração, pois os donos se acham onipotentes para degradar, produzir e esgotar.

Em contrapartida, vemos surgir novas estruturas na gestão pública preocupadas com a continuada degradação ambiental. Alguns municípios já começam a enxergar o planejamento das políticas de atenção à população num enfoque mais ambiental.

Isto contradiz com o pensamento de que para cuidar do meio ambiente bastava uma secretaria apenas, ficando as demais desincumbidas desta tarefa. Mas, a tarefa é grande e requer educação para a conscientização de todos.

Se antes negociávamos apenas com as pessoas da área onde íamos instalar um empreendimento (uma fábrica, p. ex.), hoje temos que negociar com as pessoas e com o meio ambiente a sustentabilidade do que vai ser construído, pois o meio ambiente já não suporta mais tanta voracidade.

Portanto, a questão não é apenas estrutural, mas de consciência pessoal, uma vez que diariamente estamos decidindo o que vamos fazer com o ambiente em que vivemos. Logicamente isto tem influência decisiva sobre a vida de todos.

Podemos nos dizer donos de uma determinada área de terra, porém, não podemos fazer o mesmo com relação às condições climáticas. Tudo aquilo que se processa no grande ambiente atinge a todos. Basta observamos o efeito estufa (aquecimento global). Segundo Jucovsky (2000, p.36),

Há que serem protegidos dois objetos ambientais. À uma, o imediato, a qualidade do meio ambiente e à duas, o mediato, a saúde, o bem-estar e a segurança das pessoas, para que se torne realidade a tão almejada qualidade de vida salutar para todos com a não alteração negativa dos recursos naturais pela humanidade.

3.2.1. Projeto Microbacias enquanto política pública

A preocupação com o meio ambiente no Brasil se intensificou ainda mais a partir da Conferência das Nações Unidas Para Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992¹⁹. Esta conferência preconizou a celebração de acordos internacionais para a proteção e a integridade do sistema ambiental e do desenvolvimento mundial, a partir da gestão local dos recursos naturais.

A referida Conferência concluiu que os Estados têm autonomia para explorar o seu território, desde que esta exploração não cause danos para o seu meio ambiente e de outros Estados. Todavia, “os Estados e as pessoas deverão cooperar na erradicação da pobreza como pressuposto indispensável ao desenvolvimento ambiental das gerações presentes e futuras” (JUCOVSKY, 2000, p.43).

Surgem discursos favoráveis às grandes parcerias e financiamentos internacionais, voltados para projetos e ações de conservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais renováveis, como água, solo e flora, procurando garantir a produção sustentável de alimentos, principalmente.

Em Santa Catarina, segundo a Epagri (2007, p.10) surge na mesma década, para evitar que voltassem a ocorrer catástrofes como as enchentes de 1983 e 1984, o Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas, também conhecido como Projeto Microbacias/BIRD 1.

Estas iniciativas não estão afetas exclusivamente ao setor rural, como pode dar a entender por se tratar este estudo de caso estreitamente relacionado com este meio, mas dizem respeito a toda a sociedade, conforme pode ser observado em artigo de Frey (2000, p.231):

Ao contestar e questionar pilares fundamentais da sociedade moderna, a crise ecológica global tem-se tornado nas últimas três décadas um dos maiores desafios da humanidade. As críticas à crença no progresso ilimitado, na superioridade dos padrões de geração de conhecimento da ciência ocidental, na força do sistema capitalista, ‘revolucionando constantemente os meios de produção’, aumentando a riqueza, contribuindo para o avanço tecnológico, trazendo bem-estar e felicidade para todos, formuladas por Horkheimer e Adorno (1996 [1944]) com grande perspicácia no contexto histórico do terror nacionalista, receberam novos estímulos com a eclosão da crise ecológica global. A questão ecológica chama a nossa atenção para a relação de interdependência entre ser

¹⁹ A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em 1992, aprovou a *Agenda 21* – documento que estabelece um pacto pela mudança do padrão de desenvolvimento global para o século XXI, na forma de compromissos que expressam o desejo de mudança das nações do atual modelo de civilização para outro em que predomine o equilíbrio ambiental e a justiça social (UNESP, 2008). Informação disponível em: < <http://www.rc.unesp.br/igce/ceurb/cidades%20sustentaveis.htm> >. Acessada em: 18 maio 2008.

humano e natureza, fatalmente negligenciada pelo projeto da modernidade.

Percebe-se que a própria questão sócio-ambiental forçou e influenciou significativamente o surgimento de políticas públicas contemporâneas no sentido de amenizar o sofrimento das populações.

Além do êxodo rural (que acabava inchando as cidades e preocupando os administradores municipais), havia a necessidade de garantir os níveis de produção. Mas, para isto era necessário manter as terras produtivas, proporcionando condições da permanência do ser humano naquele espaço.

Desta forma, iniciaram-se uma série de ações e políticas voltadas para a questão ambiental, inicialmente com foco só no espaço rural, ampliando mais tarde o seu ângulo de visão. Um exemplo disto foi o Microbacias 2, concebido como uma política pública que objetiva a inclusão social, a redução dos índices de pobreza rural e a sustentabilidade ambiental, através de ações voltadas à preservação, recuperação e conservação dos recursos naturais, ao aumento da renda, à melhoria das condições de moradia, promovendo a gestão descentralizada e participativa das ações.

Trata-se de uma visão diferente das anteriores, o que sempre caracterizou a política agrícola brasileira: a emissão de pacotes agrícolas, dando sempre um ar de instabilidade nas ações governamentais voltadas para o campo. Muito mais por uma exigência de setores da sociedade mais visionários que o próprio estado e pelo alarme dos meios de comunicação, do que pela preocupação do Estado, começa a emergir uma situação mais favorável em termos de relacionamento do homem como seu habitat.

O que vem ocorrendo até aqui em termos de política ambiental é mais ou menos como aquele adágio popular: “depois que a água bate na cintura a gente aprende a nadar, ou se afoga”.

Mas, o processo de implementação de políticas públicas no Brasil, ao longo da sua história, alternou momentos de maior e menor centralização política. No período da redemocratização brasileira, ocorrido na década de 80, a reivindicação pela adoção de um modelo de políticas públicas descentralizado ecoava como solução para a ineficiência, a corrupção e a ausência de participação social resultantes da excessiva centralização decisória do regime militar. Todavia, com a Constituição de 1998, este panorama começa a mudar, não atingindo o patamar

desejado, mas, felizmente, políticas públicas já são formuladas contemplando os interesses da sociedade organizada e ouvindo os cidadãos-usuários em fóruns especiais, como os conselhos sociais, de saúde e de desenvolvimento (MESQUITA, 2006, p.23).

3.2.1.1 Histórico: diferenças e semelhanças entre as versões 1 e 2 do Projeto Microbacias

Para caracterizar as diferenças entre as duas edições do Projeto Microbacias em solo catarinense, é bom que se faça uma breve leitura da história relacionada às intempéries e degradação ambiental ocorrida com os recursos naturais catarinenses. Isto nos possibilitará entender quais os conceitos que promoveram a busca dos recursos para a implementação do Microbacias 1 em comparação com o Microbacias 2.

Na década de 80, fortes enchentes deixaram um rastro de desabrigados nas áreas urbanas e no meio rural do Estado de Santa Catarina. Estas mesmas enchentes foram consideradas à época como “o alarme natural de que a situação do meio ambiente era crítica” (COSTA, 2000, p.6). Enquanto outras regiões já enfrentavam conflitos decorrentes da escassez de água e poluição de mananciais, os catarinenses até então ignoravam a gravidade do problema, pois o Estado sempre fora considerado rico em recursos hídricos, razão pela qual se destaca na produção de arroz irrigado.

O pujante setor agroindustrial e alimentício no oeste, a exploração de carvão mineral no sul e a indústria têxtil no norte eram motivo de orgulho e símbolos do desenvolvimento alcançado. Os indicadores sociais destacavam Santa Catarina como um dos Estados de melhor qualidade de vida do país. No entanto, a colonização do Estado e a conquista do Oeste ocorreram à custa de intenso desmatamento de suas reservas florestais nativas.

A atividade agrícola acontece com grande frequência por causa da fertilidade natural do território, apesar da ocorrência de solos pedregosos, pouco profundos e com elevada declividade. Some-se a tais características a inadequação do sistema convencional de preparo da terra, com o uso de arados, grades e enxadas rotativas, que provocam a eliminação da cobertura do solo, a pulverização de sua camada superficial e a compactação da camada abaixo da profundidade de preparo,

impedindo a infiltração da água. O resultado são as elevadas taxas de erosão: a perda média da camada superficial dos solos em Santa Catarina é estimada em 15 cm. Enquanto o sistema convencional de preparo do solo, a topografia acidentada e a coincidência de chuvas no período de semeadura das culturas de verão provocavam erosão, os sedimentos das lavouras carregados pela chuva, por sua vez, causavam o assoreamento dos reservatórios, córregos e rios.

Não bastassem os danos decorrentes da agricultura (como a poluição por agrotóxicos e sedimentos em suspensão), os metais pesados, o lixo urbano e os efluentes domésticos e industriais comprometiam quase totalmente os recursos hídricos no território catarinense.

Por outro lado, a opção de desenvolvimento impulsionado pela agroindústria, que na região do oeste catarinense utiliza o sistema integrado de produção suinocultor-indústria, povoou o Estado com um rebanho de milhões de suínos, com a produção de grande volume de dejetos poluidores dos mananciais d'água.

As terras não recebiam nenhum cuidado há pouco menos de uma década. A baixa produtividade das lavouras era vista como um problema de terras que necessitavam ser substituídas, na visão do homem desbravador do século passado.

Com o avanço da poluição causada pelas ações exploratórias do homem, segundo Farah e Barbosa (2000, p.13), houve o comprometimento, pela poluição ambiental, de 85% dos recursos hídricos, citando dados do Projeto Microbacias/BIRD 1. Também, para evitar que voltassem a ocorrer catástrofes como as enchentes de 1983 e 1984, foi implantado em 1991 o Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas, também conhecido como Projeto Microbacias/BIRD, ou simplesmente Microbacias I.

O Projeto procurou recuperar as áreas degradadas, conservar as que permaneciam intocadas e empregar métodos mais racionais de manejo dos recursos naturais. Buscou também promover o desenvolvimento sustentável da agricultura, por meio de práticas adequadas de manejo do solo e da água, visando aumentar a renda e melhorar a qualidade de vida da população rural. Sua estratégia baseou-se no aumento da cobertura vegetal, no controle do escoamento superficial das águas da chuva e na melhoria da estrutura física dos solos, justamente para atender aos apelos da degradação da qualidade de vida ocasionada pelas seguidas enchentes.

Por sua vez, o Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (PRAPEM), conhecido popularmente como Microbacias 2, é um

projeto que está sendo desenvolvido em todo Estado de Santa Catarina, devendo atingir 879 Microbacias hidrográficas, o que representa 52% das existentes.

Este Projeto, prioritariamente, visa atender os pequenos agricultores familiares com renda de até 2 salários mínimos por mês, empregados rurais e populações indígenas, totalizando 105 mil famílias residentes nas Microbacias (MICROBACIAS 2, 2002).

As principais linhas de ação do projeto são: manejo e conservação de recursos naturais (mata ciliar, coleta de dejetos animais e embalagens de agrotóxicos, implantação de corredores ecológicos, conservação do solo e água, educação ambiental nas escolas), melhoria da renda das famílias (sistemas de produção, aquisição de insumos e serviços) e melhoria na habitação (sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água, destinação adequada dos efluentes domésticos, reforma de moradias).

Pode-se constatar que o Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, para atingir seus objetivos, depende da participação efetiva de todos os setores da sociedade que possam contribuir para proporcionar às famílias rurais soluções adequadas a seus problemas e, assim, assumir um compromisso com a qualidade de vida.

Além do viés da participação, o Microbacias 2 preconiza a cooperação através da criação de associações, as ADM,s, com as famílias residentes no local sendo convidadas a aderirem como sócias. Inicialmente, com um incentivo à permuta de esforços, talentos e dons, para mais tarde se efetivar como uma entidade cooperativa na realização de projetos de interesse comum.

Pretende-se assim estabelecer uma nova ética no relacionamento dos integrantes da comunidade e, por conseguinte, de toda a Microbacias, de modo que todos se sintam responsável não apenas pelo meio ambiente, mas por todos. Este ideal, mesmo não sendo conquistado facilmente, deve ser perseguido pela liderança e os integrantes do grupo de animação da comunidade (MICROBACIAS 2, 2002, p.12), pois “uma parte fundamental da ética comunitária é cuidar de todos os membros da comunidade” (DRUCKER, 1998, p.82).

O MB2 incorpora os resultados, as experiências e o conhecimento alcançado no Microbacias 1, no âmbito da conservação do solo e da água. Contudo, amplia o espectro de ação, a metodologia e a estratégia de ação, visando valorizar o capital humano das comunidades rurais, circunscritas nas Microbacias hidrográficas, e

incentivar a dimensão social e econômica do desenvolvimento sustentável (MICROBACIAS 2, 2002, p.17).

O MB2 é uma versão aprimorada do MB1, onde as relações humanas, a cultura e a maneira de conduzir os seus empreendimentos é diferenciada. Esta visão, procurou se adequar ao novo discurso da sustentabilidade, da produção agroecológica²⁰, da responsabilidade social e ambiental é de toda sociedade, não somente do agricultor, que sempre foi visto como o grande vilão da degradação ambiental. Este novo enfoque trouxe um posicionamento mais reflexivo dos atores sociais envolvidos no projeto. Não mais uma instituição como no passado (era a ACARESC), é a responsável para pensar e planejar o desenvolvimento rural, abordando diretamente os agricultores. Agora, uma série de instituições que surgiram e foram estruturadas com a finalidade de atuarem no espaço rural são chamadas a se envolverem no processo de implementação do desenvolvimento sustentável no espaço rural. Atividades não agrícolas que não existiam no passado, como o caso de facções, passam a figurar como importantes, como é o caso da Microbacia do Brilhante II.

Mesmo com esta diferenciação, segundo a Secretaria Estadual Executiva (SEE), o Microbacias 2 é a continuidade do Microbacias 1, implementado em 1991 e concluído em 1999. O primeiro projeto absorveu US\$ 69,58 milhões, sendo US\$ 33 milhões do BIRD e US\$ 36,58 milhões de contrapartida do Estado de Santa Catarina. O projeto Microbacias 1 teve como objetivo o aumento da produção, da produtividade e da renda das propriedades rurais.

O projeto Microbacias 2 prevê investimentos de US\$ 107,5 milhões até o final de 2008. Durante esse período (2002-2008), a proposta do projeto é recuperar ambiental, social e economicamente 879 Microbacias em todas as regiões. Já se tem notícia de que o referido projeto, após avaliação do Banco Mundial, poderá ser ampliado em mais três anos, indo até 2012, segundo informações obtidas junto à Secretaria Executiva Regional de Itajaí. Do total orçado, 59% serão desembolsados pelo Banco Mundial (BIRD) e 41% pelo governo do Estado.

²⁰ Produção de pequenos/as produtores/as que optaram por fazer uma agricultura sustentável, sem uso de produtos tóxicos e com a preocupação de preservar o meio ambiente. Integrando técnicas simples e já conhecidas por muitas comunidades rurais, o modelo busca: reduzir a dependência de insumos vindos de fora da propriedade; diversificar a produção; utilizar com eficiência e racionalização os recursos hídricos; alcançar a sustentabilidade em pequenas propriedades; e produzir em harmonia com os recursos naturais.

Vale ressaltar que o Banco Mundial organiza missões para avaliar in loco as ações que o projeto vem desenvolvendo no Estado (Figura 8)²¹.



Figura 8. Missão do Banco Mundial avalia ações do Projeto em Santa Catarina, 2005

3.2.1.2. Principais metas físicas do Projeto Microbacias 2, para o Estado de Santa Catarina²²

Em manejo e conservação de recursos naturais:

- ✓ implantação da estrutura de gestão em três bacias hidrográficas abrangendo uma área de 8,4 mil km²; implantação de dois corredores ecológicos abrangendo uma área de 4,2 mil km²;
- ✓ implantação de sistemas de coleta de dejetos animais em 16.500 propriedades; manejo e conservação do solo e água, em 250.000 hectares, beneficiando 50.000 famílias;
- ✓ implantação de mata ciliar²³ em 2.000 km; implantação do Programa de Educação Ambiental em 1.000 escolas rurais, atingindo 92.850 pessoas entre

²¹ Com o objetivo de acompanhar a implementação das ações do Projeto Microbacias 2, uma missão do Banco Mundial esteve em Santa Catarina no período de 14 a 22 de novembro de 2005 com uma equipe de consultores e especialistas. Acompanhada de técnicos da Secretaria Executiva Estadual do Microbacias 2, a referida missão do Banco Mundial visitou entidades e comunidades rurais beneficiadas nos municípios de Chapecó, Tunápolis, Itapiranga, Guaraciaba, Águas Frias, União do Oeste e Terra Indígena de Ipuacú (EPAGRI, 2006).

²² Fonte: MICROBACIAS 2 (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA, 2002, p.52).

agricultores, professores e escolares; consolidação da Unidade de Conservação do Parque Estadual da Serra do Tabuleiro²⁴.

Em melhoria de renda:

- ✓ implantação de 2.350 projetos de agregação de valor, beneficiando 50.000 famílias;
- ✓ melhoria do sistema de produção em 40.000 propriedades;
- ✓ implantação e aquisição de insumos e serviços.

Em melhoria de habitação:

- ✓ implantação de sistemas de captação, armazenamento e distribuição de água beneficiando 30.000 famílias;
- ✓ destinação adequada de efluentes domésticos beneficiando 14.500 famílias;
- ✓ reforma de moradias beneficiando 15.000 famílias.

3.2.2. Financiadores e parceiros do MB2

Todo projeto de envergadura comunitária, que procura abranger todas as famílias, grupos e interesses diversos de uma determinada localidade prescinde de efetivas parcerias.

Identificar oportunidades e caminhos que possibilitem o acesso das organizações de agricultores a fontes externas de recursos ao Projeto Microbacias 2 constitui-se em mais uma área de responsabilidade do Projeto Microbacias 2. As ADM,s precisam estar capacitadas para tal objetivo, trabalhando em parceria com a equipe multidisciplinar, de acordo com o que preconiza o MB2.

O MB2 se configura como um projeto catalisador de outros programas de desenvolvimento sustentável nos espaços rurais. Para tanto, estimula iniciativas

²³ Mata ciliar ou mata de galeria é a designação dada à vegetação que ocorre nas margens de rios e mananciais. O termo refere-se ao fato de que ela pode ser tomada como um espécie de "cílio", que protege os cursos de água do assoreamento.

²⁴ Maior unidade de conservação no Estado de Santa Catarina. Ocupa aproximadamente 1% do território de Santa Catarina, com uma extensão de 87.405 hectares. Foi criado através do Decreto nº 1.260/75 e abrange áreas de nove municípios: Florianópolis, Palhoça, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Bonifácio, São Martinho, Imaruí, Garopaba e Paulo Lopes. Engloba também as ilhas de Fortaleza/Araçatuba, Ilha do Andrade, Papagaio Pequeno, Três Irmãs, Moleques do Sul, Siriú, Coral, dos Cardos e a ponta sul da ilha de Santa Catarina (MATA ATLANTICA, 2008).

que busquem integrar as ações das instituições que interagem no meio rural (MICROBACIAS 2, 2002, p.7).

Os principais financiadores reconhecem que os recursos alocados não são suficientes para atender todas as necessidades das Microbacias incluídas no MB2 em Santa Catarina, especialmente pelo grau de necessidade dos beneficiários. Muitas Prefeituras, segundo informações da Epagri²⁵, acabam financiando algumas ações com recursos do erário municipal, além de colocarem a serviço dos servidores públicos, fornecerem materiais e disponibilizarem o maquinário. Este procedimento ocorreu na microbacia em questão, com a municipalidade disponibilizando maquinário e mão-de-obra na realização de obras e serviços, inclusive aqueles que a própria comunidade poderia ter executado, como o caso da construção de fossa séptica e algumas melhorias de residência. Isto porque os moradores devem ser motivados a oferecerem também sua contrapartida na execução do projeto, uma vez que já recebem materiais a fundo perdido.

Visando possibilitar a consecução de mais recursos por parte das ADM,s, a SEE²⁶ disponibiliza em seu site <http://www.Microbacias.sc.gov.br> informações acerca de fontes alternativas de apoio aos projetos locais e regionais, para que os interessados possam viabilizar mais recursos que os oriundos do Banco Mundial e do Governo do Estado de Santa Catarina.

No entanto, esta iniciativa somente surtirá o efeito desejado se as comunidades forem informadas e mobilizadas adequadamente sobre estas fontes. Do contrário, ficará sendo novamente uma ação que depende diretamente dos técnicos ou das entidades públicas, entravando a autogestão comunitária do projeto. Esta visão e incentivo para a busca de outras fontes podem aparatar as entidades não-governamentais de instrumentos e conhecimentos antes apenas manipulados pelos gestores públicos, dando-lhes maior autonomia na busca da autogestão.

No quadro apresentado no Manual Operativo do Projeto MB2²⁷ pode-se ler que as funções dos parceiros devem se dar através da animação do processo de

²⁵ Obtidas junto à Gerência Regional da Epagri em Itajaí, responsável pelo gerenciamento geral da Microbacias Brilhante II, através da Secretaria Executiva Regional do MB2 e do Escritório Municipal de Itajaí.

²⁶ Secretaria Executiva Estadual do Projeto Microbacias 2, com sede em Florianópolis.

²⁷ Trata-se de publicação produzida pelo Governo do Estado de Santa Catarina, de acordo com orientação do Banco Mundial, para ser a “bíblia” das informações sobre o MICROBACIAS DOIS (SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. **Manual Operativo – Programa e Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural**. [EPAGRI]. [Fpolis], mai.2002).

desenvolvimento e assistência técnica dos produtores com um nível de exigência maior (não-beneficiários do MB2, ou que a Epagri e a ADM, através do sistema contratado, não tenham capacidade e/ou tempo para suprir).

Teoricamente, não é difícil conceber as parcerias, todavia, a sua práxis tem sido alvo de muitas discussões.

Nas disputas por recursos e reconhecimento público, cada entidade “faz pela vida” para aparecer no cenário político. Isto é praticamente notório em épocas de processos eleitorais, quando as entidades parceiras de uma tarefa ligada a uma política pública, têm seus dirigentes ligados a orientações político-partidárias conflitantes.

As parcerias são muito interessantes por propiciarem a soma de conhecimentos, recursos e esforços, culminando com ganho de tempo e melhor qualidade na execução do projeto. Porém, este estatuto demanda entendimento institucional muito mais do que pessoal, implicando muitas vezes numa mudança ou internalização de novos comportamentos pelos técnicos e departamentos da entidade.

Os parceiros agem em nome das bases, por decisão das bases e não por sua exclusiva vontade. Parceria não enseja dependência e/ou supremacia de mando de um parceiro para com o outro (BEZERRA, 1999).

As parcerias entre segmentos da sociedade, organizações não-governamentais, empresas do setor privado e o setor público podem apresentar-se como importantes mecanismos para o desenvolvimento social-ambiental, desde que caminhem no sentido de agregar força e legitimidade às políticas públicas. Muitas ações sociais individuais têm seus méritos. No entanto, quando mais atores atuam de forma integrada e complementar, ou até mesmo funcionando como protagonistas, os resultados tendem a ser mais efetivos e sustentáveis.

Portanto, os parceiros devem estabelecer suas parcerias com base na gestão participativa dos seus integrantes, até para servir de exemplo aos beneficiários. Ora, se as forças institucionais públicas e/ou privadas, governamentais ou não governamentais, não conseguem estabelecer um diálogo funcional em torno de um projeto ou programa, como vão poder exigir do segmento sobre o qual recai a mesma política de benefícios ou cobrança de procedimentos. Se não dão o exemplo no seu modo de agir frente à mesma política pública, perdem força de liderança no momento da execução.

Evidentemente, aqui, no caso de instituições da gestão pública, algumas delas podem se valer do princípio da autoridade, invocando aparatos legais para obrigarem o segmento a realizar aquilo que é preconizado. Porém, vale reafirmar que o estabelecimento de parceria em projetos que exigem notório saber em várias áreas, requer que a equipe entenda o significado de equipe e multidisciplinariedade.

Todavia, talvez a maioria, as políticas públicas são formatadas de modo a possibilitarem a adesão e a participação de beneficiários e parceiros durante todo o processo. Um exemplo disto é o Projeto Microbacias 2, que além de ser formulado com base de parcerias, também exige a adoção de metodologia participativa apropriada para a sua eficaz implementação. Distorções neste sentido serão analisadas nos dois últimos capítulos deste estudo.

3.2.2.1. Organograma funcional do Microbacias 2

O MB2 apresenta, em seu Manual Operativo, a seguinte estrutura executiva, criada por decreto do Governador, descendo da estrutura estadual ao nível de cada microbacia, com vistas à execução do projeto em todos os níveis (MICROBACIAS 2, 2002, p.35-41).

SEE - Secretaria Executiva Estadual: cabe a administração geral, incluindo todos os tipos de recursos, instituições e projetos envolvidos da execução do MB2, em nível de estado. Trata-se de instância ligada diretamente ao governo do estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, com nomeação do secretário feita por esta. Esta é a estrutura maior e responsável pelo MB2 em nível de Estado, a qual presta todas as informações para as missões do Banco Municipal.

1. **SER – Secretaria Executiva Regional:** unidades responsáveis pela administração do Projeto, em nível regional, em número de quatorze no estado. A função de Secretário Executivo Regional será exercida por um técnico da Epagri, definido por esta, com o apoio de um grupo multidisciplinar de especialistas da região. Esta unidade é a que está mais próxima dos técnicos executores do projeto em nível de comunidade. Também sofreu com a mudança de responsável durante a execução do projeto em Brilhante II, mas não tão significativo quando à equipe municipal. Na verdade é esta a instância que dá suporte direto ao pessoal de campo.

2. **SEM – Secretaria Executiva Municipal:** unidade responsável pela administração do projeto, em nível municipal, cabendo a animação do processo, a elaboração de planos e projetos, a execução e a fiscalização da aplicação dos recursos. A SEM funciona como uma Equipe de Animadores, formada por um extensionista rural e uma extensionista social (funcionários dos quadros da Epagri). Tem a função de priorizar a (s) Microbacias a serem trabalhadas no município, formando em seguida o Grupo de Animação da Microbacia (GAM), o qual servirá de base para a criação da ONG de caráter jurídico, intitulada Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM). A SEM conta ainda com um facilitador (nível médio ou superior), contratado pela ADM e pago com recursos do MB2. O facilitador é o profissional responsável para executar os serviços de assistência técnica contratados pela ADM, com vistas a apoiar a elaboração, gestão e implementação do Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica (PMDH). No entanto, o que pudemos constatar na prática é que esta secretaria funcionou apenas com o facilitador e os técnicos da Epagri envolvidos no projeto. Os problemas verificados na execução a campo, com a falta de entrosamento e funcionalidade da equipe que deveria ter sido multidisciplinar. Os problemas desta foram, em suma, idênticos aos problemas da falta de esforço conjugado para o trabalho a campo. Esta estrutura ganha melhor visibilidade nas Figuras 9 e 10, onde podemos visualizar a ADM na base do processo, atuando em nível de comunidade.



Figura 9. Estrutura Organizacional Executiva do Microbacias 2.

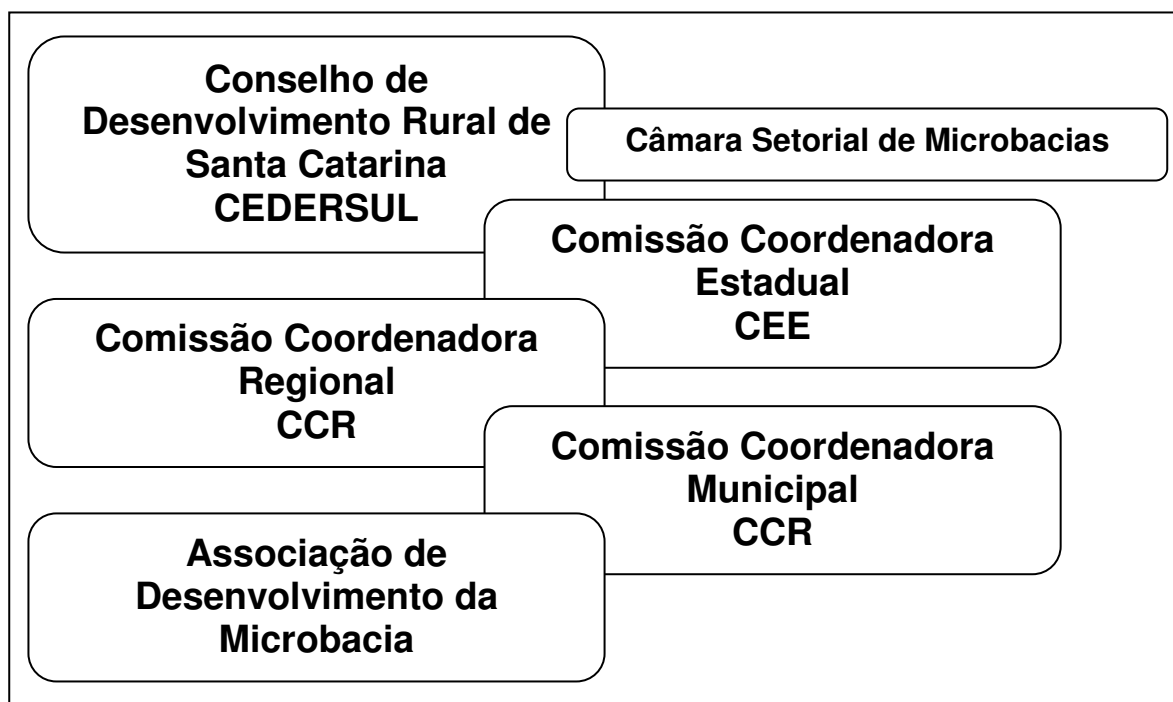


Figura 10. Estrutura Deliberativa e Executiva do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

De acordo com a Figura 10, cada uma destas instâncias institucional/deliberativa tem função definidas a saber (MICROBACIAS 2, 2002, p.28-43):

- ✓ CEDERSUL/Câmara de Microbacias: normatiza e aprova todas as ações das políticas públicas voltadas para o meio rural catarinense. Funciona junto à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura. Nesta instância também está o Fundo Estadual de Desenvolvimento Rural (FDR), que é um fundo rotativo criado por lei estadual. Este fundo dá suporte à implementação do Componente Inversões Rurais do Prapem/Microbacias 2, ou seja, é onde os recursos do Banco Mundial e a contrapartida do Governo do Estado são gerenciadas.
- ✓ CCE -Comissão Coordenadora Estadual: composta por 16 membros, sendo 4 de órgãos do governo do estado, 01 da Fazenda Estadual, 01 da Federação Estadual da Agricultura (Faesc), 01 da Federação Estadual dos Trabalhadores

na Agricultura (Fetaesc), 01 da Organização das Cooperativas (Ocesc) e os 8 membros representantes do conjunto dos beneficiários, aí incluído um representante das organizações indígenas. Cada instituição indica ou elege seu representante para um mandato de 2 anos. Apenas nesta instância são aprovados os projetos com valores superiores a R\$ 50.001,00.

- ✓ CCR – Comissão Coordenadora Regional: formada por 14 membros indicados pelas ADMs, entidades executoras, entidades representativas e associações de municípios de SC. Funciona nas regiões administrativas da Epagri. É criada por resolução do Cederural e deve ter representação mínima de 50% de beneficiários. O mandato é de dois anos. Pode avaliar e aprovar propostas entre R\$ 5.001,00 e R\$ 50.000,00.
- ✓ CCM – Comissão Coordenadora Municipal: é a instância deliberativa do PRAPEM/MICROBACIAS 2 no município. É composta por representantes das ADMs, entidades representativas dos beneficiários (sindicatos, associações etc), órgãos de assistência técnica e extensão rural, governo municipal e outras entidades não-governamentais. Sua principal função é legitimar e homologar as Microbacias a serem trabalhadas e os planos de desenvolvimento das Microbacias (PDMH). Tem atribuições para analisar e aprovar propostas até R\$ 5.000,00.
- ✓ ADM – Associação de Desenvolvimento da Microbacia: constituída legalmente, é a entidade oficialmente responsável pelo gerenciamento dos recursos necessários para a contratação dos trabalhos de elaboração, gestão e execução do PDMH e projetos comunitários, podendo receber recursos do Fundo de Inversões Rurais, de acordo com as normas legais estabelecidas. Deve possuir livros de registros de todos os seus atos, bem como acompanhar e relatar a aplicação dos recursos recebidos. Sua estrutura e atribuições devem estar explicitadas em estatuto oficial (conheça o exemplo concreto do Estatuto da Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Brilhante II, no Anexo E).

Especialmente aquelas expressas no Art.4º do seu Estatuto:

Para o cumprimento de suas finalidades deverá a ADM Brilhante II:

- a) manter os controles e a contabilidade dos atos e fatos administrativos e financeiros;
- b) incentivar que atividades viáveis de serem executadas através do associativismo tenham prioridade em relação à sua execução individual;
- c) cumprir todas as atribuições relacionadas no Manual Operativo do PRAPEM/Microbacias 2

3.2.3 Gestão local através de Bacias Hidrográficas

Inicialmente se faz necessário uma apreciação sobre o termo gestão, uma vez que a palavra ambiental já está compreendida inclusive no meio popular.

Gestão é o ato de administrar relacionado ao governo de alguma coisa, à direção de estabelecimento, a um corpo de funcionários, ao ato de ministrar para alguém. Dá-nos a impressão de que venha a ser algo que sai de nós para influenciar e controlar algo que está fora de nós, exatamente como sentimos ter tratado o ambiente até bem pouco tempo: “uma coisa lá fora de nós que incomoda só no falar”.

Se gestão está relacionada aos verbos gestar e gerir, podemos entender que é um termo mais relacionado ao afeto à vida de cada um, relacionado ao ambiente contíguo de vida.

Se usarmos o raciocínio de que ambiente é vida, tanto mais convincente parece-nos ser o termo gestão. Digo isto em função dos próprios governos terem mudado na última década o termo administração pública para gestão pública, dizendo eles serem mais apropriado.

Conforme Boeira (2003, p.542)

Ao longo da década de 1990 houve uma articulação das noções de política pública e de gestão. O conceito de gestão refere-se, primordialmente, ao presente, aos procedimentos operacionais, à administração e à aplicação de leis, regulamentos, indicadores, normas, planos e programas. [...]. Enquanto o conceito de política pública é restrito a uma atividade especializada do Estado moderno-industrial, o de Política, em sentido clássico, inclui todas as atividades relativas à convivência humana num determinado espaço habitável.

Todavia, gerir o ambiente em seu local requer envolvimento fora dos comumente verificados, onde um gestor (dirigente de um órgão ou pasta de governo) pensa entre quatro paredes e sai para a rua aplicando o que pensou sozinho. Esta gestão envolve pessoas, vontades diversas, comunidades, bens naturais, recursos públicos, responsabilidades com o erário e resultados efetivos. Fazer por fazer, administrando a aplicação pura e simples de recursos públicos já não é mais concebível na sociedade atual, onde uma parcela da sociedade se torna cada vez mais exigente e consciente do significado de bem-comum.

Com o advento do ambientalismo, e novas tecnologias de se relacionar e explorar sustentavelmente, da sociedade emerge a necessidade de políticas públicas, minuciosamente planejadas na sua abrangência (multidisciplinariedade²⁸) e nos seus impactos sobre o meio ambiente.

Portanto, a intenção aqui é caracterizar o enfoque que o desenvolvimento rural requer, ou seja, o desenvolvimento baseado na unidade local, denominada microbacia hidrográfica, considerado o espaço ideal para o planejamento de todas as atividades a serem desenvolvidas pelas propriedades rurais que a integram.

De acordo com as normas do Projeto Microbacias a evolução da gestão comunitária e municipal das ações e projetos diversos visa a promoção do benefício ambiental, social e econômico. A orientação é no sentido de levar benefícios à localidade de modo que reflitam a melhoria das condições de vida (habitabilidade e recursos naturais), produzindo um novo cenário para a comunidade. Esta gestão deve ser feita por uma equipe multidisciplinar, através do reconhecimento e inclusão social dos agricultores mais carentes, da dinamização econômica, ambiental e social da localidade e, finalmente, a melhoria da qualidade ambiental.

Mesmo que os recursos financeiros do projeto não cheguem à casa de todos, os resultados do Projeto MB2 (MICROBACIAS 2, 2002), em concordância com seu Manual Operativo, devem beneficiar toda a comunidade. Para tanto, todos os atores envolvidos devem trabalhar neste sentido, segundo o que exorta a cartilha do Projeto.

Todos os benefícios devem ser levados à prática através de exaustivo processo de discussão e participação dos atores sociais. Para tanto, após um levantamento de prioridades, problemas e potencialidades junto aos moradores da microbacia, os técnicos e um grupo de animadores da comunidade elaboram um plano de desenvolvimento local de caráter sustentável.

A gestão de um plano de desenvolvimento sustentável, feito através da mobilização comunitária, é preconizado como sendo um dos alicerces para a participação democrática das famílias rurais no Microbacias 2.

²⁸ Interdisciplinariedade: é a integração de duas ou mais disciplinas diferentes, lembrando que essa integração pode ser uma simples comunicação interdisciplinar de idéias ou atingir uma interação mútua de conceitos, métodos e procedimentos. Segundo Minayo (2000)*, a interdisciplinaridade é indispensável para superar a atomização e a fragmentação do conhecimento em áreas circunscritas. A autora analisa a interdisciplinaridade para serventia do saber, em função da compreensão e da busca de soluções às questões cada vez mais complexas da sociedade contemporânea.

Deste trabalho, que será acompanhado pelos técnicos animadores, vão surgir diferentes planos de desenvolvimento para as diversas Microbacias a serem trabalhadas contemplando os vários ecossistemas e heterogeneidade sociocultural e econômica que caracteriza a população rural de Santa Catarina (MICROBACIAS 2, 2002, p.20).

O grupo de animação da microbacia, formado pelos próprios moradores, terá um papel essencial, buscando incluir no processo de planejamento participativo os jovens, as mulheres e os diferentes grupos sociais residentes nas comunidades trabalhadas.

Como fruto dessa mobilização social e da atuação do grupo de animadores foi formada a Associação de Desenvolvimento da Microbacia (ADM), para representar os interesses de todas as famílias envolvidas.

A gestão comunitária e municipal deve ser participativa, inicialmente com a elaboração de um plano de desenvolvimento sustentável para a microbacia, primando sempre pela parceria institucional. Esta é uma estratégia básica recomendada no Manual Operativo do Projeto Microbacias 2.

Os beneficiários do Projeto estão dessa forma representados na Comissão Coordenadora Municipal (CCM), mais especificamente na Câmara Setorial de Microbacias, dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (CMDR), bem como na Comissão Coordenadora Regional (CCR) e na Comissão Coordenadora Regional (CCE). Todos estes órgãos têm caráter deliberativo e partidário, assegurando a participação efetiva dos beneficiários e das instituições envolvidas.

Estas comissões, na prática, funcionam dentro do organograma funcional apresentado em seguida, pois são compostas, basicamente pelas mesmas pessoas.

3.3. Agricultura Familiar pela ótica do Microbacias 2

Muito embora se fale sobre agricultura familiar²⁹ em Santa Catarina as políticas públicas específicas para este segmento majoritário e heterogêneo são ainda bastante recentes. Na ausência de uma política agrária efetiva para o país,

²⁹ Em linhas gerais, os empreendimentos da agricultura familiar têm duas características principais: eles são administrados pela própria família; e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominantemente familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social (DENARDI, 2001, 4 p).

ganharam importância, a previdência social rural e, mais recentemente, o Pronaf (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar).

Além de algumas características destas duas políticas públicas, com suas virtudes e limitações, discutem-se aqui alguns desafios que devem ser enfrentados para que os atores do segmento agrário possam contribuir no sentido de mudar o paradigma agrícola, passando da agroquímica³⁰ (uso intenso de agrotóxicos) convencional para sistemas de produção alternativos e sustentáveis. Mesmo não havendo argumento econômico para esta proposta, ela deve caminhar pelo argumento sócio-ambiental, ou seja, a necessidade de produzir com qualidade e sem agressão ambiental (ou no menor nível possível que garanta a sustentabilidade).

A agricultura familiar, por utilizar mão-de-obra da própria família, com a contratação eventual de mão-de-obra de terceiros, acabava promovendo a integração de toda a família no processo produtivo, fazendo com que o filho de agricultor, agricultor desejasse ser. Porém, com o advento da modernidade (novos produtos, tecnologia avançada, mudanças de comportamento, etc) e com a conseqüente perda de identidade, houve um desequilíbrio nestas relações, promovendo certa desintegração do espaço rural, especialmente devido a um fenômeno conhecido por êxodo rural.

De acordo com Giddens (2002, p.55),

[...] o mundo da modernidade invadiu o campo, pois ele se estende além dos domínios das atividades individuais e dos compromissos familiares e pessoais. Este mundo novo penetrou profundamente no centro da auto-identidade e dos sentimentos pessoais do campo, e acabou promovendo mudanças radicais nos procedimentos sociais dos camponeses, em todo o mundo, pois se trata de um fenômeno global.

Hoje, as famílias rurais catarinenses estão em voltas com o êxodo rural principalmente dos jovens, os quais rumam para as cidades na busca de alternativas para a sua sobrevivência. Inclusive, um dos critérios adotados pelo Microbacias 2 foi o número de jovens existentes na comunidade, como fator altamente contribuinte para que a localidade pudesse ser priorizada dentro do projeto.

³⁰ Agroquímica consiste na aplicação da química na agricultura. A sua ação, objeto de estudo e meios técnicos não incide somente na produção de agroquímicos, mas também na análise e prevenção de efeitos danosos de substâncias químicas tanto nas culturas como nos seres humanos (agricultores e consumidores).

Quanto às políticas públicas para a agricultura, o que tivemos, de fato, nas últimas quatro décadas, foi principalmente a política agrícola de financiamento das lavouras (insumos e máquinas), conforme se podem assistir todos os anos nos noticiários sobre as famosas renegociações das dívidas rurais. Historicamente, três aspectos sempre foram observados na adoção deste tipo de política pública, o que sempre desagradou as entidades representativas dos pequenos agricultores:

- a) a política agrícola³¹ brasileira, em substância, sempre foi decidida em consonância com os interesses dos empresários do agribusiness³²;
- b) nas últimas duas décadas (anos 80 e 90), as políticas setoriais, inclusive a política agrícola, perderam importância e cederam espaço para as políticas macroeconômicas, sobretudo a partir dos pacotes econômicos e da liberalização;
- c) por fim, nos anos 90, passou-se a atribuir novos papéis para a agricultura e o meio rural, com destaque para a geração de emprego e a preservação ambiental.

Na realidade, os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. Além disso, nos últimos anos, com os ditames neoliberais, a política agrícola tornou-se subsidiária e está hoje completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscal, monetária (de juros) e cambial. A título de exemplo, lembramos que a política comercial da fase pós-real³³ foi sustentada em grande medida pela agricultura, naquilo que muitos chamaram de "âncora verde".

Algumas novas funções da agricultura e do espaço rural (geração de emprego e preservação ambiental) advêm, principalmente, das poucas possibilidades de geração de emprego na indústria e no meio urbano em geral, bem como das recentes demandas internas e externas que exigem a preservação da natureza e ambientes mais propícios para uma vida saudável.

³¹ Na prática ela nem deveria se chamar política agrícola. Políticas públicas ou empresariais nos remetem a pensar no longo prazo. Tem relação com uma filosofia de desenvolvimento. A nossa política agrícola não passa de um planejamento de curto prazo e por isso leva o nome de Plano Agrícola e Pecuário. A Política Agrícola Comum – PAC, da União Européia (não o nosso pseudo famigerado) por exemplo, foi elaborado a mais de 50 anos e vem sendo reformulado periodicamente para continuar a atender as expectativas e necessidades oriundas das mudanças na sociedade nesse período.

³² Palavra inglesa para definir agronegócio, entendida como cadeia de negócios, pesquisa, estudos, ciência, tecnologia, etc., desde a origem vegetal/animal até produtos finais com valor agregado, no setor de alimentos, fibras, energia, têxtil, bebidas, couro e outros.

³³ Período a partir da implementação do Plano Real até 2002. O Plano Real foi um plano de estabilização econômica conduzido sob o governo de Itamar Franco e desenvolvido pela equipe econômica do Ministério da Fazenda, durante a gestão de Fernando Henrique Cardoso, posteriormente eleito presidente em 1994.

Sendo assim, os agricultores viram-se forçados a compor forças e a reagir frente a este novo cenário nacional. As entidades de agricultores multiplicaram-se surgindo em Santa Catarina entidades concorrentes, como a Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaesc)³⁴ e, mais recentemente, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar (Fetraf e Fetraf-Sul/CUT)³⁵. Além destas estruturas, há muito surgiu o movimento dos sem-terra que reivindicavam o acesso à terra como meio de sobrevivência de suas famílias e da possibilidade de acrescentarem produção de caráter social à economia estatal.

No que tange às políticas públicas (DENARDI, 2001) destinadas à agricultura familiar, destacam-se hoje no país, a Previdência Social e o Pronaf. A previdência é, de longe, a mais importante política social para os agricultores familiares brasileiros. As aposentadorias e pensões mensais recebidas por grande número de beneficiários de famílias pobres fazem da previdência rural a política pública de maior alcance social no país.

O Pronaf, criado pelo Governo Federal em 1995 visa atender o pequeno produtor de forma diferenciada, apoiando técnica e financeiramente às atividades agrícolas e não agrícolas do espaço rural, com o objetivo de contribuir para promoção do desenvolvimento rural sustentável. No entanto, os agricultores se ressentem de uma política que lhes garante o preço dos insumos e do produto colhido, livrando-os um pouco dos reveses do câmbio internacional, a força do dólar.

Estes e outros fatores da conjuntura produziram uma realidade difícil para milhares de famílias rurais, forçando-as a rumarem para as cidades. Um abandono rápido e silencioso de quem vive no campo fez de Santa Catarina o Estado que registrou a maior redução percentual da população rural entre os dois últimos

³⁴ A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina - Fetaesc, fundada em 02 de julho de 1968, é uma entidade sindical de 2º grau, sem fins lucrativos, com sede em São José - SC. Foi constituída para fins de estudo, defesa e coordenação dos interesses profissionais, individuais e coletivos da categoria profissional e representa legalmente todos os trabalhadores rurais no Estado de Santa Catarina. São considerados trabalhadores e trabalhadoras rurais: todos os proprietários rurais de até quatro módulos fiscais, arrendatários, meeiros, parceiros, assalariados rurais e agricultores familiares. Congrega, atualmente, 234 Sindicatos de Trabalhadores Rurais e 44 extensões de base que atuam em 275 municípios catarinenses, organizados, respectivamente, em 17 associações de Sindicatos de Trabalhadores Rurais (FETAESC, 2008).

³⁵ Está organizada em 22 microrregiões, congregando 93 Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Sindicatos de Trabalhadores na Agricultura Familiar em toda a Região Sul. Com sindicatos regionais, a Fetraf-Sul/CUT abrange mais de 288 municípios no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. É orgânica à Central Única dos Trabalhadores (CUT), para ser um instrumento a serviço dos agricultores familiares e da classe trabalhadora. É uma organização diferenciada das outras organizações do campo, articulando a luta política de forma integrada (visão global) com a organização econômica/social, construindo caminhos e alternativas concretas para os agricultores e agricultoras familiares. Fundação: 28 de março de 2001 – Chapecó – SC (FETRAF, 2008).

censos do IBGE³⁶ (1996 e 2000): 13,3%, o equivalente a 174 mil pessoas. Há dez anos, 41% dos habitantes moravam na área rural; hoje, este índice caiu para 21%. A Federação dos Trabalhadores Agrícolas atribui o êxodo rural à falta de investimentos.

Até o final da década de 60, o Brasil e Santa Catarina tinham economias predominantemente agrícolas e viver no campo era comum e lucrativo. De 1970 a 1980, o êxodo rural começou a mostrar sua face de forma agressiva. Em 10 anos, o Estado teve uma inversão sócio-econômica. No censo de 70, havia 1,24 milhões de moradores urbanos e 1,6 milhão de pessoas do campo. No levantamento seguinte, em 80, 2,15 milhões de pessoas moravam nas cidades e 1,47 milhão nas regiões rurais (IBGE).

Diante da atual conjuntura, o mundo está vivendo grandes transformações sociais, ambientais e econômicas. A economia está cada vez mais globalizada inserindo a humanidade numa onda consumista desenfreada, ao mesmo tempo em que se verificam situações de extrema pobreza. A tendência parece ser os bem aquinhoados financeiramente ficarem cada vez mais ricos, enquanto que os sem-posses tendem a ficar sem nada por toda a vida.

Atualmente, a discussão sobre agricultura familiar (ABRAMOVAY, 1998; SCHNEIDER, 2002; TOSCANO, 2003) vem ganhando importância e legitimidade social, ambiental, política, econômica e acadêmica no Brasil, passando a freqüentar constantemente os discursos dos movimentos sociais rurais, pelos órgãos governamentais e da sociedade organizada.

Segundo Toscano (2003, p. 2),

A agricultura familiar também vem registrando o maior aumento de produtividade no campo nos últimos anos. Na década de 90, foi o segmento que mais cresceu. [...] Vale a pena ressaltar que todos os países desenvolvidos têm na agricultura familiar um sustentáculo do seu dinamismo econômico e de uma saudável distribuição da riqueza nacional. Todos eles, em algum momento da história, promoveram a reforma agrária e a valorização da agricultura familiar. Para se ter uma idéia, a ocupação histórica do território dos Estados Unidos foi na unidade entre gestão e trabalho e a agricultura foi inteiramente baseada na estrutura familiar.

A profissão e o segmento “Agricultura e Agricultor Familiar” foi reconhecida pela LEI Nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Esta lei estabelece as diretrizes para a

³⁶ O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mais conhecido por sua sigla IBGE, é uma fundação pública da administração federal brasileira.

formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Em seu Art. 2º explicita que “A formulação, gestão e execução da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais serão articuladas, em todas as fases de sua formulação e implementação, com a política agrícola, na forma da lei, e com as políticas voltadas para a reforma agrária.”

O movimento da agricultura familiar ganhou força e se diversificou principalmente a partir da década de 70 com a revolução verde, quando praticamente toda a atenção governamental se voltou para as grandes áreas dedicadas ao agronegócio³⁷ de exportação.

Começava aí uma disputa entre aqueles que se diziam responsáveis pela maior parte da produção agrícola brasileira e pela quase totalidade da produção de produtos de subsistência familiar: agricultores familiares x grandes produtores (agronegócio com aplicação maciça de insumos).

Na esteira da modernidade surge o movimento da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina, aqui observado pela ótica do Projeto Microbacias 2, ou seja, como os formuladores desta política pública pensaram a agricultura familiar no seu contexto.

Passando uma lente sobre suas características e potenciais, nota-se que o estado de Santa Catarina, localizado no sul do Brasil, tem uma área de 95.318,3 km², representando apenas 1,13% da superfície do território brasileiro. Mas um dado importante (ICEPA, 2005; EPAGRI, 2006) é que este pequeno estado situa-se no centro dos principais mercados do Brasil e dos países do Mercosul.

O fato de a população catarinense ser majoritariamente descendente de europeus de diversas origens, com predominância, de portugueses, italianos e alemães facilitou de certo modo a estratificação do seu território em pequenas propriedades e o estabelecimento da exploração em regime de agricultura familiar.

Segundo o Icepa³⁸, as características essenciais da economia estadual são: diversificação de produtos com alta qualidade; atualização tecnológica e; a

³⁷ Agronegócio é toda relação comercial e industrial envolvendo a cadeia produtiva agrícola ou pecuária. No Brasil, o termo agropecuária é usado para definir o uso econômico do solo para o cultivo da terra, associado com a criação de animais.

³⁸ Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola - Epagri/Cepa é um centro especializado em informação e planejamento para o desenvolvimento agrícola, pesqueiro e florestal de Santa Catarina. Tem como objetivos Realizar o monitoramento e análise da produção do mercado agrícola e das políticas públicas, atuar no desenvolvimento local e regional, desenvolver estudos e pesquisas sobre o espaço rural, gerar e disseminar

modernidade gerencial. Estas características ajudam a pôr Santa Catarina entre os seis principais estados produtores de alimentos e apresenta os maiores índices de produtividade por área. As unidades produtivas de caráter familiar somam mais de 200 mil propriedades rurais.

O fato é que o Estado de Santa Catarina dispõe de um patrimônio natural rico e diverso, que contribuiu para moldar sua estrutura fundiária, caracterizada pela predominância de um modelo de agricultura familiar de pequenas propriedades.

Com base nos critérios de classificação do Programa Nacional da Agricultura Familiar (Pronaf), estima-se que a agricultura familiar em Santa Catarina (EPAGRI, 2006) representa um universo de 180 mil famílias, ou seja, mais de 90% da população rural. Estas famílias de agricultores, apesar de ocuparem apenas 41% da área dos estabelecimentos agrícolas, são responsáveis por mais de 70% do valor da produção agrícola e pesqueira do estado, destacando-se na produção de 67% do feijão, 70% do milho, 80% dos suínos e aves, 83% do leite e 91% da cebola.

Além desses produtos, é grande a participação da agricultura familiar na produção de mel, arroz, batata, fumo, mandioca, tomate, banana e uma grande variedade de outros hortigranjeiros e frutas. Também tem no setor florestal importante base econômica.

A relação entre a agricultura familiar e a políticas públicas de caráter ambiental é profunda em nosso Estado, caracterizando uma estreita associação na geração da renda estadual, uma vez que a agroindústria catarinense se fortaleceu com a adoção dos sistemas que incentivavam a integração da produção. Este sistema integrado é instituído através da celebração de contratos, muito comuns em avicultura e suinocultura, onde os produtores recebem incentivos financeiros e insumos, comprometendo-se a entregar o produto produzido, ou os animais criados à empresa fomentadora da integração.

Se a agricultura tem influência direta na formação da economia catarinense, de outra parte, ela não pode ser dissociada praticamente de nenhuma política pública, notadamente as de caráter ambiental. Este pensamento também pode ser aplicado em nível de Brasil.

Até porque a caracterização da sociedade brasileira iniciou-se no meio rural. Nesse meio foi que se originaram as primeiras relações

sociais e por meio dele que foram ditadas as formas de produção e consumo, além do financiamento das cidades. [...] A relação do homem com a terra e o meio natural é quase inerente ao ser humano e é no meio rural que ela se caracteriza de forma mais direta. (DIOGO, 2004,p.104).

Em se falando de Microbacias 2, esta inclusão na agenda pública se dá em vários níveis, ou sejam, as chamadas questões sociais, ambientais, econômicas, etc.

No âmbito da modernidade, o que muda não é só o comportamento das pessoas, mas das instituições e de segmentos sociais, a agricultura familiar sofre uma espécie de “contaminação urbana” no seu modo de vida. Para Bodstein (1997), mais do que isso, a modernidade implica uma ruptura com os antigos sistemas de classificação e de hierarquia social, provocando conflitos inéditos entre indivíduo e sociedade e entre esfera pública e privada.

No espaço delimitado como microbacia acontece o desenvolvimento da agricultura familiar com muita intensidade. O bom desempenho e fortalecimento desta forma de agricultura está na dependência da capacidade de articulação dos diversos atores sociais envolvidos e comprometidos com ela, tais como: movimentos sociais, órgãos governamentais federais, estaduais e municipais, agentes financeiros, ONGs (TOSCANO, 2003).

3.4. Desenvolvimento sustentável no âmbito do Microbacias 2

Desenvolver-se sustentavelmente é promover o crescimento e o atendimento das demandas da sociedade de maneira que os recursos naturais e as pessoas possam suportar ao longo do tempo.

Pode-se dizer que desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. Essa definição surgiu na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, criada pelas Nações Unidas para discutir e propor

meios de harmonizar dois objetivos: o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental (WWF³⁹-BRASIL, 2008).

Para ser alcançado, o desenvolvimento sustentável depende de planejamento e do reconhecimento de que os recursos naturais são finitos. Esse conceito representou uma nova forma de desenvolvimento econômico, que leva em conta o meio ambiente.

De acordo com Mattei (1997), existe uma nova consciência que passa a privilegiar o ambiente como força maior no momento de decidir que tecnologia adotar nas explorações no estabelecimento de novos empreendimentos agropecuários ou não-agropecuários, visando o desenvolvimento sustentado:

Somados à crise econômica e social, o fator ambiental foi decisivo no final deste século para a rediscussão de um novo modelo de desenvolvimento, o qual passou a ser caracterizado na última década como "sustentável". De uma forma muito simples, podemos dizer que não se trata mais de avaliar as questões temáticas setorialmente, mas sim globalmente. Ou seja, trata-se de incorporar no âmbito das análises o conjunto das variáveis-chaves, destacando-se a econômica, a social, a política e a ambiental. (MATTEI, 1997, p.17).

Preocupando-se com a qualidade de vida, a humanidade começou a perceber que o saudável é o natural, sem agressão, sem alteração, sem o perigo dos venenos. Assim, o mercado e a sociedade passaram a exigir um novo comportamento dos produtores. Selos de qualidade, mais fiscalização, enfim, estão procurando ordenar o desenvolvimento no viés da sustentabilidade.

Como seres racionais (animais), temos dependência ambiental e, portanto, precisamos repensar este desenvolvimento. As nossas intervenções no meio ambiente devem considerar estas sensibilidades, de modo a permitir que a vida continue de maneira sustentável, em harmonia com os seres naturais.

Para Fleischfesser (1999, p.47),

[...], quando o homem provoca um processo de degradação do solo, é desencadeada uma série de ocorrências favoráveis à instalação de fenômenos erosivos, tais como redução na capacidade de infiltração e de retenção das águas; queda nos níveis de matéria orgânica e baixa atividade biológica; desequilíbrio nutricional; e diminuição da fertilidade. O resultado final é a queda da produtividade, que, por sua vez, realmente tais ocorrências.

³⁹ Fundo Mundial para a Natureza, mais conhecido pela sigla em inglês **WWF – Worlwide Fund for Nature**, uma das mais renomadas ONGs ambientalistas do planeta, criada na década de 60. Sua missão é a de conservar a natureza e os processos ecológicos.

Podemos constatar que projetos de desenvolvimento sustentável vem sendo implementado em municípios e regiões de nosso Estado, influenciando consideravelmente os gestores públicos, técnicos de instituições públicas e/ou privadas, cidadãos, entre outros atores sociais. Desta forma, estão produzindo inovações nas áreas organizacional, econômica, social e ambiental.

Políticas públicas focadas neste saber científico são necessárias a cada novo momento. Políticas que organizem a comunidade como um todo para o respeito ao conjunto de fatores e recursos que a natureza disponibiliza em seu local.

Um exemplo concreto é o caso da organização do MB2: além de organizar os moradores da localidade delimitada como microbacia, preconiza que os recursos cheguem diretamente aos beneficiários, permitindo com que eles mesmos constituam organizações não-governamentais, intituladas Associações de Desenvolvimento de Microbacias (ADM). Estas associações, organizadas e registradas oficialmente, transformam-se em personalidades jurídicas de caráter oficial, podendo receber e aplicar os recursos diretamente nos projetos, o que será explicado mais a frente. Outro viés do projeto é com a educação ambiental dos moradores.

O Projeto MB2 visa desenvolver ações para aumentar a infiltração e diminuir o escoamento superficial da água da chuva, buscando a conscientização da comunidade para a importância da preservação dos recursos naturais na manutenção da qualidade das explorações na sua propriedade. Não apenas a preocupação com a manutenção e/ou a recomposição da cobertura vegetal, mas a preocupação com o saneamento básico, a adoção de práticas conservacionistas que reduzam os níveis insustentáveis das perdas da camada superficial dos solos que estão sendo cultivados. Isto está sendo comprovado pelos baixos níveis de fertilidade e produtividade das lavouras, as quais ficam mais dependentes da adoção de doses significativas de fertilizantes.

Se o desenvolvimento sustentável enseja a idéia de que os recursos devem persistir em quantidade e qualidade após a passagem do homem com seus empreendimentos, o que a sociedade está precisando no momento é aprender um novo relacionamento com o éden, de modo a fazer dele um céu, ou seja, um lugar ideal para se viver.

De acordo com o que pudemos constatar no trabalho de pesquisa a campo, os apelos relacionados ao ambiente vêm também da espiritualidade humana. Vemos

que o pensamento bíblico (antigo) já caracterizava uma tarefa importante na gestão dos recursos naturais, uma vez que se “o Senhor Deus” nos entregou um jardim do Éden pronto, cabe a nós viver nele preservando-o. Senão vejamos: E plantou o Senhor Deus um jardim no Éden, do lado oriental; e pôs ali o homem que tinha formado (BÍBLIA, Gn 2 : 8).

O jardim do Éden está apresentando fortes sinais de cansaço, mas todos acusam a maçã, em vez de assumirem responsabilidades de “Evas e Adãos” na defesa do seu jardim. Com este pensamento bíblico evidenciamos que as questões ambientais podem estar muitas vezes, relacionadas ao lado místico.

Sendo ou não fundamental, o certo é que vários pensamentos influenciam o ser humano na sua relação com o meio ambiente, a começar pelo econômico, a qualidade e a longevidade de nossas vidas, o nível de educação das pessoas, etc.

Sustentabilidade é um termo profundo que remete a continuidade dos recursos naturais existentes no presente para o bem das gerações do futuro.

3.4.1. Desenvolvimento local – Nova visão

Desenvolver o espaço local não deve ser percebido como um modismo da sociedade contemporânea, mas o entendimento de que na nova ordem mundial, onde praticamente tudo funciona em rede (CASTELLS, 1999), o local passa a ter força e visibilidade mundial.

Se antes os agricultores, os comerciantes, os profissionais liberais, os industriais, enfim, todos os tipos de empreendedores apenas estavam preocupados com alguns metros ao redor dos seus empreendimentos, hoje esta visão está ultrapassada, para não dizer perigosa.

Os próprios agricultores passaram a entender que precisavam explorar suas terras de maneira sustentável. Influências dessa mudança de paradigma se refletiram na maneira de explorar o campo, pois a exploração tradicional da agricultura causou muitos problemas ambientais assinalados hoje. Neste sentido, Pacheco (2002, p.138) nos traz à lembrança que:

A agricultura convencional baseia-se em práticas tais como: cultivo intensivo do solo, monocultura, irrigação, aplicação de fertilizantes inorgânicos, controle químico de pragas e manipulação genética de

plantas cultivadas. Essas práticas desconsideram a dinâmica ecológica dos agroecossistemas.

Com o advento da globalização, o local passou a competir e a ser visto pelo mundo todo, o que aumentou a pressão pela adoção de novas práticas e dinâmicas exploratórias no campo. Esta postura exige de cada ser humano mais atenção ao modo de vida, por estar ele sendo mais vigiado, tendo mais acesso às informações necessárias para manter o seu local desenvolvido.

Um dos objetivos do Banco Mundial é que cerca de 30% das Microbacias trabalhadas pelo Projeto Microbacias 2 continuem, mesmo depois da cessação dos recursos a fundo perdido. Ou seja, que a comunidade estabeleça um novo modo de se relacionar e de explorar as suas terras, com mais respeito ao meio ambiente e melhorando o convívio entre os seus moradores.

A gestão focada nas especificidades do local passou a ser uma bandeira defendida por praticamente todos os atores sociais nos dias de hoje (DANIEL, 1992; PACHECO, 1993; POZZOBON, 1998). Conforme relatamos no tópico referente a extensão rural e difusão de tecnologia no início deste trabalho, se antes o que se preconizava era levar aos produtores novas tecnologias “empacotadas”, hoje o que se preconiza é fazer com que os agricultores adotem formas de cultivo e criações que respeitem o meio ambiente e sustentem as suas propriedades de maneira produtiva por tempo indeterminado. Porém, o desenvolvimento local é um conceito sobre o qual ainda muito teremos que aprender, para que a sociedade possa absorvê-lo e praticá-lo, uma vez que novos padrões de relacionamento com o meio ambiente são necessários.

Como podemos perceber no texto abaixo, a idéia do planejamento do desenvolvimento tendo como foco o local é coisa um tanto recente:

A partir dos anos 80 intensifica-se o debate sobre as possibilidades da gestão local do desenvolvimento, tanto em países europeus e norte americanos, como na América Latina. Conjugam-se vários fatores que explicam a emergência do tema. Por um lado, a crise fiscal do Estado, associada aos processos de descentralização, impulsionam uma tendência de valorização dos governos locais como agentes de renovação das políticas públicas. Tendência esta, também reforçada pelo processo de reconfiguração dos padrões de produção e pelo aprofundamento da internacionalização dos fluxos de capital. Por outro, os dois últimos processos, que expressam um alto desenvolvimento tecnológico, trazem no seu bojo um aumento substancial do desemprego, de caráter estrutural, o qual pressiona os governos locais a buscar alternativas para enfrentar o problema. (MOURA, 1998, p.1)

Esta tendência explica os questionamentos que começam a surgir em setores da sociedade contra a visão de que apenas o Estado Nacional e as grandes empresas é que detinham o poder de gerar o desenvolvimento e riqueza para todos.

Atualmente os programas sociais ganham cada vez mais visibilidade e força, pois a cada dia percebemos que a democracia exige a distribuição dos direitos sobre toda sociedade.

Assim, ao se falar de desenvolvimento local, alude-se a práticas que têm como palco a localidade - vista enquanto uma região, cidade, ou outras unidades menores, como o de uma microbacia - e como atores e/ou empreendedores organizações e grupos do lugar, estejam eles situados nas esferas pública, privada e/ou intermediária.

3.5. Extensão rural e assistência técnica como ferramenta na busca da sustentabilidade

Intitulamos este tópico com extensão rural e assistência técnica com o objetivo de focar nossa reflexão na extensão rural como processo educativo, e menos na assistência técnica, que quase sempre é levada numa postura tecnicista.

A extensão rural, de forma organizada e considerada clássica pelos que estudam sua história nasceu nos Estados Unidos, na década de 80 do século dezenove. Foi quando os resultados das pesquisas realizadas nos Centros de Experimentação e nos Colégios Agrícolas precisaram ser divulgados entre os produtores rurais que surgiu o "Extension Service", com seus métodos pedagógicos próprios, caracterizados principalmente pelas demonstrações (OLINGER, 2008, p.2).

O serviço de extensão rural e assistência técnica, conhecida oficialmente como ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) é uma política pública nacional, com um conjunto de conceitos, métodos e teorias didático-pedagógicas voltadas à capacitação do produtor rural. Estes conceitos vêm sofrendo profundas transformações em suas práticas e sua cultura, com vistas a sua adaptação para o enfrentamento dos desafios contemporâneos, num cenário de agricultura globalizada, onde o local não pode ser visto mais como algo isolado.

O isolamento sempre foi característica marcante do meio rural brasileiro, especialmente pelas longas distâncias dos centros urbanos, a falta de energia

elétrica, a inexistência de conforto e, principalmente, as dificuldades de acesso aos meios de comunicação social e de massa.

A rápida evolução é caracterizada pelos processos da evolução da própria tecnologia, como melhoria dos meios eletrônicos, promovendo a irradiação da informação. Como a extensão rural é um serviço social de comunicação de informações, e de proposição de novas tecnologias e procedimentos no espaço rural, a evolução midiática trouxe concorrentes de peso para este meio. Passou a exigir maior agilidade e aplicação rígida de metodologia apropriada, para se chegar à perfeita comunicação com as comunidades locais, notadamente o que se caracteriza neste estudo de caso.

Para Tramonte e Souza (2005, p.17),

O fenômeno comunicação, o fenômeno ‘mídias’, a cultura midiática, tudo isto é particularmente novo”? Certamente não. O que é verdadeiramente novo é a amplitude de que se revestem estes fenômenos aos algumas décadas, sobretudo seu aparecimento em nossas vidas como cotidianos e em nossos centros de interesse pessoal e coletivo.

A comunicação pela extensão rural deve preconizar o “empoderamento⁴⁰” da comunidade, levando-a a se integrar num processo de autogestão dos seus interesses, grupos e redes de produção e relacionamentos. O objetivo é levar ao reconhecimento da cultura local, partindo daí a adequação para a discussão de mudanças e introdução de novas práticas e tecnologias, tanto no campo das atividades produtivas, conservacionistas e sociais.

“Ninguém pode crescer sem raízes, nenhuma comunidade pode resistir duravelmente às lógicas de dominação e de opressão sem afirmar uma identidade, um passado, uma esperança, sem existir com o ator” (TRAMONTE e SOUZA, 2005, p.36).

Para Castells (1999,p.21),

No final do segundo milênio da Era Cristã, vários acontecimentos de importância histórica têm transformado o cenário social da vida humana. Uma revolução tecnológica concentrada nas tecnologias da informação está remodelando a base material da sociedade em

⁴⁰ Vem do inglês *Empowerment*. É uma abordagem de projeto de trabalho que objetiva a delegação de poder de decisão, autonomia e participação. Significa em geral a ação coletiva desenvolvida pelos indivíduos quando participam de espaços privilegiados de decisões, de consciência social dos direitos sociais. Essa consciência ultrapassa a tomada de iniciativa individual de conhecimento e superação de uma situação particular (realidade) em que se encontra, até atingir a compreensão de teias complexas de relações sociais que informam contextos econômicos e políticos mais abrangentes (UFRN, 2008).

ritmo acelerado. Economias de todo o mundo passaram a manter interdependência global, apresentando uma nova forma de relação entre a economia, o Estado e a sociedade em um sistema de geometria variável.

Concebendo que o serviço de extensão rural é essencialmente um serviço de comunicação rural, a influência dessa aceleração desenfreada no desenvolvimento e na evolução da mídia eletrônica imprimiu mudanças radicais no espaço rural, aparentemente, quebrando alguns princípios e valores apenas cultivados no espaço campesino (tipo de relação entre pais e filhos, pouca utilização de documentação formal, etc).

A partir da 2ª Guerra Mundial, os Estados Unidos retomaram seu modelo de crescimento econômico capitalista, pautado na expansão de mercados, sustentado pelo aumento das exportações de produtos agrícolas para países em desenvolvimento e facilitado pela melhoria significativa da comunicação do seu território com o resto do mundo.

Como reflexo, o Brasil orientou sua economia para o aumento da produção e produtividade agrícola, sem, no entanto organizar políticas públicas para o setor que priorizassem a questão ambiental e os saberes locais. O que se tem de notícia é que, em nosso país, a partir dessa época, a direção dada foi a mesma dos americanos, mas, evidentemente, em outra velocidade.

Este processo também acabou estimulando e acelerando o modelo, que ainda persiste nos dias de hoje, com a terra e os recursos naturais sendo considerados unicamente como sustentáculos para implantações desordenadas das nossas atividades, sejam elas agrícolas ou não-agrícolas, no campo ou nas cidades.

Nesta conjuntura, surgem em Minas Gerais a Associação de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), primeira instituição em assistência técnica e extensão rural do país (RUAS et al., 2006). Os instrumentos principais adotados naquela época foi o crédito rural orientado e os pacotes de tecnologia agrícola, cabendo aos agricultores muito pouco em termos de decisão sobre o que deveriam fazer em suas propriedades, pois tudo já vinha dirigido e com promessas de muita prosperidade para todo o campo. Embalado por esta perspectiva assistencialista, Santa Catarina entra no cenário nacional como a segunda unidade da Federação a criar o sistema ATER, através da criação da Acaresc.

Segundo Ruas et al. (2006,p.14),

A ação extensionista nesse período privilegiou o uso da demonstração técnica e da demonstração de resultados, influenciada pelas teorias do americano Seaman A. Knapp. Na perspectiva de fomentar inovações relacionadas à administração do lar e da propriedade, foram adotados recursos audiovisuais considerados inovadores para a época, tais como projetor de slides e algum seriado. As visitas domiciliares e reuniões de grupo eram as formas mais usuais da relação extensionista/agricultor.

Paralelo a tudo isso, continuava o processo de urbanização das cidades e o êxodo rural, quase sempre rumo à favelização das periferias já inchadas das grandes cidades do litoral (um caso típico até hoje em Santa Catarina).

Se o êxodo rural tirava especialmente os mais novos do campo, deixando-o sem mão-de-obra suficiente para tocar suas atividades agrícolas, era necessário investir na atenção à juventude para que eles continuassem as atividades dos seus pais.

Inicia-se neste período (década de 50) o trabalho com a juventude rural, envolvendo moças e rapazes do campo entre 14 e 25 anos, filhos e filhas de agricultores de todas as categorias (proprietários, arrendatários, meeiros, parceiros e moradores do espaço rural). Estes jovens eram congregados em grupos intitulados Clubes de Trabalho 4-S (saber, servir e saúde), um modelo de trabalho com jovens rurais baseado em modelo norte americano.

O objetivo, segundo Ruas et al. (2006), era formar uma geração de novos agricultores e agricultoras aptas a continuar no campo, com uma visão de adoção de tecnologia moderna, desapeitos ao empirismo das explorações tradicionais, além da formação cívica.

[...] Acreditava-se que o conhecimento tecnológico e a difusão de técnica agropecuárias através da assistência técnica e com o suporte do crédito rural, tiraria a família rural do atraso, aumentaria sua produção e melhoraria suas condições de vida. [...] O diagnóstico que se fazia do homem rural era um diagnóstico de carências: desnutrido (carente de alimentos), ignorante (carente de informações), doente (carente de saúde), isolado (carente de contatos com o exterior, anônimo (carente de laços sociais sólidos, ou avesso à solidariedade) (EMATER-RO, 2008, p.2-5).

Como filho de agricultor familiar envolvido no processo de extensão rural e assistência técnica, mas também pela experiência que tivemos com este trabalho

em Santa Catarina, um viés interessante foi a formação de novas lideranças, uma vez que os Clubes de Trabalho 4-S foram organizados com uma diretoria e associados, quase sempre funcionando em estruturas (salões de igrejas, clubes, etc) existentes na comunidade. As reuniões de todos os associados eram mensais e a diretoria podia se reunir tantas vezes quantas desejassem.

O fato é que naquela época 70% da população brasileira vivia no campo, existindo pouca atividade não-agrícola no espaço rural, porém este cenário campesino é muito diversificado atualmente. Temos espaços completamente modificados pelas forças do êxodo rural, pela urbanização, pela perda de princípios e valores ao campo e pela influência, principalmente dos veículos de comunicação de massa.

3.5.1. Novo cenário rural para o trabalho

Se naquela época o serviço de assistência técnica e extensão rural podiam planejar e executar suas atividades no espaço rural, hoje não ocorre o mesmo. O cenário que temos é de intensa participação de outras instituições na mesma área: surgem e multiplicam-se as igrejas, criam-se os conselhos municipais de desenvolvimento, universidades (com seus programas de extensão) vão a campo, cooperativas são formadas com associados destas áreas, sindicatos rurais e de produtores rurais disputam sócios, enfim, outras organizações não-governamentais são criadas para atuarem todos na mesma área e com o mesmo público.

Aflora assim a necessidade de um novo posicionamento do serviço de extensão, com metodologia apropriada, que realmente promova a participação cidadã neste emaranhado de instituições voltadas ao espaço local que se deseja desenvolver. Resta perguntar: quem será ouvido no meio deste bombardeio de informações, muitas vezes desconstruídas? Reforça-se assim, mais uma vez, a necessidade de se estruturar o trabalho em equipe com múltiplos conhecimentos, até para se evitar o paralelismo de ações, com desperdícios de recursos públicos.

Para responder ao que acima se indaga, as ações do Projeto são pensadas na vertente institucional e na vertente comunitária, que em conjunto buscam o conhecimento da realidade e as possíveis soluções para os problemas e aproveitamento das potencialidades existentes na microbacia (SANTA CATARINA, 2004).

Segundo o mesmo Manual Operativo,

A vertente municipal será formada no âmbito municipal, no mínimo por um extensionista rural e uma extensionista social, pertencentes aos quadros da Epagri, devendo agregar profissionais de outras instituições, especialmente das prefeituras municipais, de diferentes áreas, constituindo-se assim uma equipe interdisciplinar de animação municipal para o PRAPEM/MICROBACIAS 2.[...]. A vertente comunitária utilizará a percepção ambiental, o resgate histórico do processo de desenvolvimento, a cultura como mitos, crenças, folclore, as experiências individuais e grupais, as observações, os dados censitários sobre a microbacia e comunidades existentes, além da instalação e condução de experimentos na área econômica, social e ambiental para estabelecer o processo de planejamento participativo, de autogestão comunitária. [...]. A vertente comunitária contará com o apoio, em tempo integral de um facilitador. A Associação de Desenvolvimento da Microbacia é responsável pela contratação do serviço de ATER para elaboração, gestão e execução do PDMH, utilizando ou não subvenção do Fundo de Inversões Rurais (MICROBACIAS 2, 2002, p. 32-37).

Na história de extensão e assistência técnica no Brasil, em Santa Catarina, apenas há registros de uma única instituição fortemente presente no meio rural, a Acaresc. Hoje, a Epagri, como fruto da fusão da própria Acaresc, mais a Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária (Empasc), a Associação de Crédito e Assistência Pesqueira do Estado de Santa Catarina (Acarpesc) e do Instituto de Apicultura do Estado de Santa Catarina (IASC), conhecido como “Cidade das Abelhas” é mais uma instituição presente entre tantas outras (cooperativas, empresas privadas, sindicatos, prefeituras municipais, etc) a promover o desenvolvimento sustentável do espaço rural.

3.6. Mudanças de comportamento, novos conceitos e o despertar de uma nova consciência.

Em face do que presenciamos em termos de exploração agrícola e utilização dos recursos naturais em todas as atividades humanas, o ser humano precisa mudar o seu comportamento.

Para Mirelles (2008, apud ALTIERI, 1989, p.3),

As necessidades para se desenvolver uma agricultura sustentável não são apenas As biológicas ou técnicas, mas também sociais, econômicas e políticas, ilustrando os fatores necessários para se criar uma sociedade sustentável. É inconcebível promover

mudanças ecológicas no setor agrícola sem a defesa de mudanças comparáveis nas outras áreas correlacionadas da sociedade.

Vemos várias iniciativas na sociedade e da própria gestão pública no sentido de preocupar a sustentabilidade dos fatores de produção relacionados aos recursos naturais (terra, água, animais e vegetais). Mas, ainda estamos muito aquém do que poderia ser considerado como ideal, com vistas à sustentabilidade dos recursos naturais.

Percebe-se que parte da sociedade se preocupa com o futuro do ambiente, em poluir menos. Como exemplo, a recusa por sacolas plásticas para transportarem produtos em supermercados, coisa que não se verificava há poucos anos.

Historicamente podemos constatar a evolução na degradação ambiental, quando nem se falava em preservar, hoje o mesmo comportamento não é possível.

A agricultura sempre foi pródiga na adoção de novas tecnologias geradoras de altas produtividades e produções.⁴¹ Os agricultores foram saturados de agrotóxicos, sementes melhoradas, financiamentos, máquinas agrícolas, etc, aumentando astronomicamente os níveis de produtividade e produção, com vista ao atendimento do mercado de exportação. Basta ver o caso do arroz irrigado, que passou de 40 para até 300 sacos de 50 kg por hectare; o milho, de 45 sacos de 60 kg por hectare para 240 sacos por hectare; a existência da alface hidropônica; o tomate longa-vida; os organismos geneticamente modificados (produtos transgênicos); os maquinários; os fertilizantes; o frango que pode ser abatido para o consumo humano com até 28 dias de vida. No entanto, a renda não foi bem distribuída, e muito menos se diminuiu consideravelmente o êxodo rural⁴², pois um

⁴¹ Produtividade é um termo utilizado para o aumento da produção na mesma área, apenas com a utilização de manejo e tecnologias mais apropriadas. Produção é o resultado da soma de todas as produções, independentemente da produtividade. A melhor maneira de aumentar a produção global é aumentando a produtividade local, o que é possível com adoção de tecnologias sustentáveis.

⁴² Os principais motivos que fazem com que grandes quantidades de habitantes saiam da zona rural para as grandes cidades são: busca de empregos com boa remuneração, mecanização da produção rural, fuga de desastres naturais (secas, enchentes, etc), qualidade de ensino e necessidade de infra-estrutura e serviços (hospitais, transportes, educação, etc). O êxodo rural provoca, na maioria das vezes, problemas sociais. Cidades que recebem grande quantidade de migrantes, muitas vezes, não estão preparadas para tal fenômeno. Os empregos não são suficientes e muitos migrantes partem para o mercado de trabalho informal e passam a residir em habitações sem boas condições (favelas, cortiços, etc). Além do desemprego, o êxodo rural descontrolado causa outros problemas nas grandes cidades. Ele aumenta em grandes proporções a população nos bairros de periferia das grandes cidades. Como são bairros carentes em hospitais e escolas, a população destes locais acabam sofrendo com o atendimento destes serviços. Escolas com excesso de alunos por sala de aula e hospitais superlotados são as conseqüências deste fato. Os municípios rurais também acabam sendo afetados pelo êxodo rural. Com a diminuição da população local, diminui a arrecadação de impostos, a produção agrícola decresce e

número expressivo de famílias rurais deixa suas atividades no campo atraídas pela vida das cidades, ou pela falta de melhores condições de vida no campo.

Isto produziu sérias mudanças nos nossos hábitos, nas nossas relações comerciais, sociais, espirituais e ecológicas (terra e recursos naturais). Todas estas mudanças vão interferir no processo de desenvolvimento, fazendo com que o ser humano passe a adotar um procedimento mais saudável em sua jornada pela manutenção da vida com níveis de qualidade no globo terrestre.

Este fenômeno talvez não tenha sido tão sentido na comunidade onde se realizou este estudo de caso devido principalmente ao fato dos moradores se sentirem próximos dos centros das cidades, no caso de necessitarem se deslocar em busca de resolver algum problema, ou para adquirir algum bem e até alimento.

Segundo Guattari (1995, p.42) é preciso levar para o interior de cada indivíduo a necessidade de pensar de maneira integrada e interdisciplinar a relação do ser humano com o seu meio:

Seja na vida individual ou na vida coletiva, o impacto de uma ecologia mental não pressupõe uma importação de conceitos e de práticas a partir de um domínio 'psi' especializado. Fazer face à lógica da ambivalência desejante, onde quer que ela se perfile – na cultura, na vida cotidiana, no trabalho, no esporte etc - , reapreciar a finalidade do trabalho e das atividades humanas em função de critérios diferentes daqueles do rendimento e do lucro: tais imperativos da ecologia mental convocam uma mobilização apropriada do conjunto dos indivíduos e dos segmentos sociais.

Várias iniciativas estão surgindo no sentido de mostrar saídas viáveis para a sustentabilidade na produção de alimentos, como a agricultura orgânica⁴³, natural, a permacultura⁴⁴, etc.

muitos municípios acabam entrando em crise. Há casos de municípios que deixam de existir quando todos os habitantes deixam a região.(ÊXODO RURAL, 2008).

⁴³ Agricultura orgânica ou agricultura biológica é o termo frequentemente usado para a produção de alimentos e produtos animais e vegetais que não faz uso de produtos químicos sintéticos ou alimentos geneticamente modificados, e geralmente adere aos princípios de agricultura sustentável.

⁴⁴ A permacultura é um método holístico para planejar, atualizar e manter sistemas de escala humana (jardins, vilas, aldeias e comunidades) ambientalmente sustentáveis, socialmente justos e financeiramente viáveis. Foi criada pelos ecologistas australianos Bill Mollison e David Holmgren na década de 1970. O termo, cunhado na Austrália, veio de *permanent agriculture*, e mais tarde se estendeu para significar *permanent culture*. A sustentabilidade ecológica, idéia inicial, estendeu-se para a sustentabilidade dos assentamentos humanos. A ênfase está na aplicação criativa dos princípios básicos da natureza, integrando plantas, animais, construções, e pessoas em um ambiente produtivo e com estética e harmonia. Permacultura é uma síntese das práticas agrícolas tradicionais com idéias inovadoras. Unindo o conhecimento secular às descobertas da ciência moderna, proporcionando o desenvolvimento integrado da propriedade rural de forma viável e segura para o agricultor familiar. A permacultura, além de ser um método para planejar sistemas de escala humana, proporciona uma forma sistêmica de se visualizar o mundo e as correlações entre todos os seus componentes. Serve, portanto,

Há a necessidade de acharmos uma ponte de equilíbrio entre consumo e preservação. A busca constante deve ser no sentido de encontrar tecnologias que permitam produzir de maneira a eternizar os recursos naturais, mas também aprimorar o convívio humano. Obviamente, sem os recursos naturais não há atividade econômica e social que permaneça em evolução. O desenvolvimento sustentável (“agrosófico”⁴⁵) não agride, mas se vale dos ensinamentos das leis naturais, utilizando-se da força da natureza em benefício da humanidade. Este é um conceito a ser vivido por cada pessoa no seu micro-ambiente, que é a sua casa, a sua rua, a sua empresa, a sua comunidade, enfim, os espaços ou sítios que ele tem a possibilidade de circular. Isto nos dá uma idéia de certa simplicidade.

De acordo com Morin (2001, p.8),

O pensamento complexo supõe o mundo, como um horizonte de um ecossistema e reconhece o sujeito, como um ser pensante (último desenvolvimento da complexidade auto-organizadora). Eles são recíprocos, constitutivos e inseparáveis através de uma do sistema auto-organizado/ ecossistema. Este sujeito se reconhece no ecossistema e deve ser integrado em um metassistema (horizonte de realidades mais vasto).

Ademais, a esta visão sobre mudança de comportamento com relação ao meio ambiente, há que se pensar numa transformação profunda em relação à participação cidadã nas políticas públicas, e das instituições envolvidas no processo.

Para Medeiros e Borges (2007, p.123),

A análise do comportamento de uma instituição de caráter público demanda em primeira instância, o entendimento de como se dá o processo de tomada de decisão no seu interior. Dizer que este comprometimento é determinado pelas motivações e ações das pessoas que de alguma forma influenciam este processo, embora seja evidente, não é suficiente para analisá-lo em profundidade, uma vez que suas características podem variar consideravelmente dependendo de uma série de fatores, em especial das características da própria instituição.

A interdisciplinaridade⁴⁶ surge como necessidade para que as ações e os projetos sejam implementados considerando-se o conjunto dos grupos, cultura, tipos de produção e relacionamentos existentes na microbacia. Reunir conceitos

como meta-modelo para a prática da visão sistêmica, podendo ser aplicada em todas as situações necessárias, desde como estruturar o habitat humano até como resolver questões complexas do mundo empresarial.

⁴⁵ Que deriva de agrosófia, neologismo visto anteriormente.

⁴⁶ A interdisciplinaridade aqui é vista como integração de instituições, pessoas, conhecimentos, recursos diversos, complementares à construção de uma proposta ampla de trabalho.

pertencentes a diversas áreas, na tentativa de solucionar os problemas existentes na comunidade envolvida na microbacia.

Para Poloni (1993, p.1), “o termo interdisciplinaridade significa uma relação de reciprocidade, de mutualidade, que pressupõe uma atitude diferente a ser assumida rente ao problema do conhecimento, ou seja, é a substituição de uma concepção fragmentária para uma concepção unitária de ser humano.”

Portanto, a mudança de comportamento deve ser entendida não apenas como uma incumbência do “indivíduo-cidadão-beneficiário”, mas uma mudança de comportamento institucional e social. Sem o pressuposto da interdisciplinaridade, o projeto não disporá do conhecimento necessário à implementação de todas as práticas e projetos previstos. A interdisciplinaridade, por sua vez, só passará a sinergizar conhecimentos e força de execução se as parcerias forem estabelecidas.

3.6.1. Agrosafia – conceituando o relacionamento do ser humano com o ambiente (sistema agro-natural).

Trata-se de um neologismo, com o objetivo de retratar a relação do ser humano contemporâneo com o meio ambiente, em tempos de aquecimento global.

Neste contexto, nos amparamos em Pacheco (2002, p.140):

Na contracorrente desse modelo, defendendo uma agricultura sustentável, inspirada nos princípios da agroecologia, há um campo de forças políticas que inclui movimentos sociais, entidades socioambientais, núcleos de pesquisadores e extensionistas, etc., para os quais ter a agricultura familiar e agroextrativista como centro das políticas orientadas para o agro é reconhecer, para além dos determinismos econômicos, a importância da diversidade e das Perspectivas de Gênero serviços que ela presta ao conjunto da sociedade do ponto de vista ambiental e sociocultural.

Com este conceito desejamos agregar à relação do homem com meio ambiente uma visão que o leve a entender que a exploração agrícola não é apenas um negócio, mas uma filosofia de vida. Na essência, o que desejamos é reforçar a

busca de conceitos e práticas que promovam e incentivam alternativas sustentáveis para a agricultura familiar.

O espaço rural não pode ser visto apenas como um local para o estabelecimento de um empreendimento produtivo, mas como um local de vida de qualidade. Se até o presente momento os agricultores foram levados a encarar a administração da sua terra como uma empresa, o que podemos entender é que os resultados nem sempre tem sido satisfatórios, basta verificar os níveis de degradação encontrados no espaço rural. Sedo assim, imaginamos que os novos conceitos que estão surgindo, vão produzindo conhecimentos científicos e estratégicos para a formação desta nova ordem natural de relação do homem com seu meio.

A agrosfia visa o entendimento das forças naturais, os desequilíbrios ocorridos pela mão do homem e os compromissos que a humanidade precisa assumir para manter a qualidade de vida. Imaginamos que a agricultura, além de ser um setor que se utiliza de muita ciência e tecnologia, também é muito mística. Enquanto não tínhamos as informações técnicas que possuímos hoje, o homem se orientava no tempo, plantava e colhia com base no seu conhecimento empírico e na sua visão de mundo, quase sempre com espiritualidade. Trazemos neste particular o que diz Miguel (2008,p.5) atribuindo a Cristo: “ Eu sou a videira e meu Pai é o lavrador. Todo ramo que não dá fruto, ele o tira Eu sou a videira, vós sois os ramos, quem está em mim e eu nele, esse dá muito fruto.”

Nas atividades da agricultura especialmente todas as atividades precisam cuidar do ambiente como um todo. Quando se corta o ramo a seiva não passa mais e o remo seca. Por analogia, quando se esgotam os recursos naturais a atividade agropecuária fica prejudicada, extrapolando este prejuízo à sociedade como um todo. Para Meireles (2008, *apud* EHLERS,1996, p.35), [...] a agricultura é sustentável quando é ecologicamente equilibrada, economicamente viável, socialmente justa, culturalmente apropriada e fundamentada em um conhecimento científico holístico.

A agroecologia é um termo bastante discutido atualmente. Conforme nos dizem Caporal e Costabeber (2000, p.16): “Agroecologia nos faz lembrar de uma agricultura menos agressiva ao meio ambiente, que promove a inclusão social e proporciona melhores condições econômicas para os agricultores de nosso estado.”

Um empreendedor rural, mesmo em caráter familiar, precisa entender de recursos naturais, pois irá trabalhar diretamente com eles. Além disto, precisa ter um conjunto de conhecimentos sobre solos, vegetais, mercado, gestão de pessoas, insumos e tecnologias específicas de cada espécie cultivada ou criada, clima, legislação ambiental, etc. Ele está produzindo resultado com seres vivos e manipulando diretamente os recursos naturais, notadamente os vegetais, a água e o solo. Enquanto a terra serve apenas de sustentáculo para a montagem das estruturas nas empresas não-agrícolas, na agricultura, a terra é um fator de produção decisivo, e não apenas um sustentáculo para uma empresa.

Como desenvolver o espaço local no prisma da sustentabilidade se os seres humanos e as instituições não adotarem uma relação mais saudável entre eles e os vegetais, a água e os animais?

A agrosafia é a relação do homem com o seu meio tendo como base o sistema agro-natural. Agro-natural entendido como sinônimo de campo, fundamento da agricultura, relação com a natureza (no campo ou na cidade) e os seres que lá vivem, tanto humanos como animais e vegetais.(LOTÉRIO, 2003).

Agrosafia é desse modo, definida como sendo a filosofia de vida baseada no agro, um pensamento que contempla o jeito de ser e de viver do ser humano em face das novas exigências de relacionamento consigo e com o meio ambiente. Não é uma proposta exclusiva para a agricultura, mas uma mudança de comportamento humano de modo geral.

Se podemos ter um animal de estimação, por que não uma planta?

Estamos nos baseando no princípio de que um comportamento pode ser adaptado filosoficamente para toda área da atividade humana.

Finalmente, propomos que o desenvolvimento local e as políticas públicas se espelhem nas forças e na evolução da natureza, associando cultura, modo de produção e qualidade de vida, o que poderíamos chamar de “política pública agrosófica”.

Um novo saber ambiental, onde o ser humano internaliza um procedimento com base no seu espelhamento nas forças ambientais, respeitando-as e utilizando-as de acordo com os princípios da sustentabilidade dos recursos caracteriza a atividade agrosófica. Na sua essência, nada mais é do que a implementação de políticas públicas com profundo respeito ao meio ambiente, tendo a natureza com

mestra, buscando a realização de ações e projetos de maneira harmônica no local das intervenções humanas.

Se antes, ao estabelecermos um empreendimento, apenas negociávamos uns com os outros, ou seja, o gênero humano com o gênero humano, de acordo com seus interesses, hoje, a negociação deverá contemplar todos os seres vivos presentes no local.

Esta idéia possui certa similaridade com “As Três Ecologias” de Félix Guattari: a do meio ambiente, a das relações sociais e a da subjetividade humana. Apoiando-me em Guattari (1995), com a agrosafia pretendemos manifestar preocupação com um mundo que se deteriora, mais do que lentamente. Vemos fenômenos ambientais sendo acelerados pela mão humana em suas explorações sem dosificação das conseqüências para a humanidade.

Faço aqui mais uma alusão a esta filosofia de comportamento e de vida, intitulada agrosafia, para demonstrar a primazia do ambiente vegetal e da seiva sobre o sangue, fundamentalmente o sangue humano: “enquanto houver seiva, haverá sangue”. Esta frase quer dizer que a seiva é um líquido muito precioso, que circula nas “veias e artérias” das árvores, conhecidas como xilema e floema, grosseiramente semelhante ao que verifica-se no corpo humano, pois as plantas também possuem um sistema vascular (circulatório). Também quer dizer que os animais, especialmente os humanos, são dependentes em grau maior dos vegetais, que os vegetais dos animais.

Mais uma vez, nossa argumentação encontra eco nas palavras de Guattari (1995,p.7):

O planeta Terra vive um período de intensas transformações técnico-científicas, em contrapartida das quais engendram-se fenômenos de desequilíbrios ecológicos que, se na forem remediados, no limite, ameaçam a implantação da vida em sua superfície. Paralelamente a tais perturbações, os modos de vida humanos individuais e coletivos evoluem no sentido de uma progressiva deterioração. As redes de parentesco tendem a se reduzir no mínimo, a vida doméstica vem sendo gangrenada pelo consumo da mídia, a vida conjugal e familiar se encontra freqüentemente ‘ossificada’ por uma espécie de padronização dos comportamentos, as relações de vizinhança estão geralmente reduzidas a sua mais pobre expressão[...].

3.7. Controle judicial de políticas públicas e o Microbacias 2

Desde o início de nossa colonização, a devastação de nossos recursos naturais vem se processando continuamente, sem tréguas. Programas de iniciativa governamental tem sido implementado mas com pouca eficácia no que diz respeito à contenção desta desenfreada degradação ambiental.

Tudo isso devido a não aplicação das leis, pois o Brasil é detentor de um invejável conjunto de leis, para prevenir e fiscalizar a atividade produtiva no espaço rural.

Senão vejamos: a própria Constituição Federal explicita no Art. 225:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as atuais e futuras gerações. Por se tratar da Carta Magna Brasileira, destaco ainda os seguintes incisos, do mesmo Art.225: IV. exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;V. controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente; VI. promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente; VII. .proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

O MB2 é uma política pública que pode, a exemplo das demais instituídas oficialmente, receber controle judicial, para criar um caráter de transparência e crédito ao trabalho.

A utilização da microbacia hidrográfica como unidade de planejamento já é por si só um fator de inovação e desafio na gestão pública e no manejo dos recursos naturais. A popularização de técnicas conservacionistas, como o cultivo mínimo⁴⁷ e o

⁴⁷ Cultivo mínimo é um sistema de cultivo que está situado entre o sistema de cultivo convencional e o sistema de plantio direto. Neste sistema o de máquinas agrícolas sobre o solo é mínimo, com a finalidade de menor revolvimento e compactação (EPAGRI, 2006, p.4).

plantio direto⁴⁸, e do controle da poluição hídrica, como a integração entre suinocultura, piscicultura e a construção de bioesterqueiras⁴⁹, são práticas preconizadas por vários autores.

Do mesmo modo, defende-se a necessidade de saneamento ambiental das propriedades rurais, com a construção de fossas sépticas⁵⁰ e a proteção das fontes de água, baseado em legislação específica. No entanto, os agentes públicos oferecem resistência a essas práticas, seja por falta de competência técnica, seja pela crença de que tais ações caibam exclusivamente aos proprietários rurais, ou por desconhecimento das suas obrigações legais para com tudo o que se relaciona ao meio ambiente.

Não se trata de uma atitude de ambientalistas, mas da necessária compreensão das autoridades em proteger aquilo que é de todas as gerações, não apenas dos que possuem um título de posse, ou uma escritura oficialmente lavrada em uma repartição pública.

A aplicação da legislação, para controlar ou limitar uma ação ou projeto, não deve significar simplesmente um entrave ao processo de produção no campo, mas uma ferramenta indispensável para a preservação do meio ambiente, conferindo sustentabilidade ao próprio processo produtivo futuro.

A atuação exploratória irresponsável, sem a observação das leis naturais está causando um ambiente insuportável à vida, comprometendo o futuro das populações. A desordenada ocupação do meio ambiente necessita de intervenção poderosa, que coíba terminantemente os abusos que estão sendo cometidos em nome do progresso.

Neste sentido, o PRAPEM/MICROBACIAS 2 é uma política pública regulada por um aparato legal muito forte, de acordo com o que se pode verificar no Anexo B - Principais leis relacionadas com a implementação do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

⁴⁸ É um sistema de manejo do solo onde a palha e os restos vegetais são deixados na superfície do solo. O solo é revolvido apenas no sulco onde são depositadas sementes e fertilizantes. As plantas infestantes são controladas por herbicidas. Não existe preparo do solo além da mobilização no sulco de plantio. Considera-se que para o sucesso do sistema são fundamentais a rotação de culturas e o manejo integrado de pragas, doenças e plantas invasoras (EPAGRI, 2007, p.19).

⁴⁹ São sistemas de armazenamento, comumente utilizados para o manejo de dejetos animais. Por meio da digestão anaeróbia promovem a redução da carga orgânica, diminuindo o potencial poluidor desses dejetos, permitindo assim, o uso direto em lavouras como adubo, após o seu curtimento (EPAGRI, 2007, p.21).

⁵⁰ As fossas sépticas são unidades de tratamento primário de esgoto doméstico nas quais são feitas a separação e a transformação físico-química da matéria sólida contida no esgoto. É uma maneira simples e barata de disposição dos esgotos indicada, sobretudo, para a zona rural ou residências isoladas. Todavia, o tratamento não é completo como numa Estação de Tratamento de Esgotos (WIKIPÉDIA, 2008).

A questão central é: como proceder diante da constatação de que os recursos naturais estão exauridos em níveis críticos e que os mesmos continuam, mesmo assim, a serem exauridos?

A resposta poderá vir da aplicação educativa e justa da lei, tanto para coibir abusos exploratórios, agressão pura ao ambiente, bem como na adoção de práticas conservacionistas e de preservação do meio.

As leis naturais não podem ser transgredidas pela intervenção artificial humana impunemente. A exploração com a produção de poluição é justamente essa intervenção desmedida. A poluição é, portanto, o produto do mau relacionamento do homem com a natureza. Por mais que haja evolução nos métodos e técnicas de produção agropecuária, mesmo assim as medidas saneadoras do ambiente estão muito atrasadas. Há que se pensar no controle judicial destas atividades constantemente.

Como se pode imaginar, a constituição de uma ONG em si já é um instrumento que instrui os participantes de que a obtenção dos recursos, a sua aplicação e as ações voltadas ao meio estão todas revestidas de leis. Em cada etapa do projeto, os participantes já percebem que tudo precisa ser controlado legalmente, uma vez que apenas o espírito nato de honestidade não tem sido suficiente para coibir atos de corrupção e de aproveitamento próprio dos fatores naturais.

Num claro entendimento de que nem sempre a pura conscientização das pessoas é força suficiente para que as políticas públicas não sofram desvio, afirmam Matos e Bassoli (2008, p.3):

Tem-se que acrescentar outro valor às políticas públicas, que, com certeza é até mais importante que o anterior, qual seja, a obrigatoriedade das políticas públicas estarem diretamente voltadas a realizar os desígnios constitucionais. [...]. Assim, para assegurar que a política governamental estará revestida de finalidade coletiva, interesse público, valores do Estado de Direito, é que se defende a possibilidade de um controle desses atos pelo Poder Judiciário.

A filosofia do projeto baseia-se na participação de todas as famílias associadas na organização não governamental, intitulada ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia. O resultado já verificado é que os agricultores já são majorias nos fóruns de discussão de políticas públicas mais amplas, como os

Conselhos de Desenvolvimento Rural⁵¹, entendendo melhor os seus direitos e deveres legais como cidadãos.

Visto dessa forma, o Projeto Microbacias 2 é inovador, quando impõe a necessidade da constituição legal de uma entidade que possa representar os anseios da comunidade.

CAPÍTULO IV

4. Avaliação dos impactos sócio-ambientais do Projeto Microbacias 2 em Brilhante II

Mesmo sem encontrar uma proposta ou método próprio de avaliação do projeto Microbacias 2 em nível de município, buscou-se desenvolver de forma objetiva a caracterização e a avaliação do Projeto na Microbacia Brilhante II, município de Itajaí.

Segundo Garcia (2001, p.14), o delineamento aproximado de um sistema de avaliação:

Avaliações externas e pesquisas avaliativas sobre políticas, programas e projetos que não foram desenhados para serem

⁵¹ Devem se adequar a uma nova visão sobre as políticas públicas para o Brasil rural, em que programas e ações relativamente independentes se articulem no espaço local e contribuam para desencadear processos efetivos de desenvolvimento. Decreto 3992 de 30/10/01 atribui ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CNDRS) a missão de estimular e orientar a criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável, constituídos pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, em seu âmbito de atuação.

avaliados são necessariamente precárias e inconclusas, por mais competentes e dedicados que sejam os avaliadores. Isto porque não é possível, passado o tempo da implementação, mapear, de forma precisa, a situação inicial que deveria ser alterada pela política/programa/projeto, contrastando-a com a situação presente ou com a final.

O Projeto MB2 tem duração prevista em nível de Estado de Santa Catarina para o período 2002/2008, mas, a Microbacias Brilhante II ficou um pouco restrito, em função de que o mesmo só foi iniciado no município de Itajaí em maio de 2004, sendo que a conclusão da priorização das duas Microbacias a serem trabalhadas no município só foi concluída no final de 2004.

Levando-se em conta o tempo (três anos) de implantação do projeto na localidade, o mesmo não pode ser comparado com Microbacias que já estão sendo trabalhadas desde 2002.

Porém, estas considerações quanto ao tempo, não devem servir de justificativa para problemas quanto à condução do projeto, bem como para a falta de recursos, uma vez que fazia parte do cronograma estadual, conforme o Manual Operativo do MB2.

4.1 Consciência e ação ambiental por parte dos agricultores da Microbacia Brilhante II.

Nas entrevistas com agricultores familiares e moradores, beneficiados e não-beneficiados com recursos do MB2 na Microbacia Brilhante II, pudemos constatar desconhecimento entre consciência e ação no que diz respeito ao ambiente geral e os recursos naturais da sua propriedade.

A Tabela 2 denota que há certo nível de consciência, porém fraco engajamento, quando o assunto diz respeito ao meio ambiente. Nota-se que eles se no direito de explorarem a terra e os recursos que nela existem do seu jeito. No mínimo, boa parte dos moradores do local já pensaram no problema ambiental da comunidade, principalmente os correlacionados com a água. Outro fator agravante é

o baixo grau de escolaridade verificado na população, segundo depoimentos dos técnicos e professores da Escola Martinho Gervasi, estabelecimento de ensino existente na comunidade e que recebe mais de quatrocentos filhos e filhas dos moradores da comunidade.

Vemos que pensamentos equivalentes entre os beneficiários moradores na comunidade, como os revelados pelos entrevistados de número 15, 17 e 22, da referida, parecem fazer parte do senso comum majoritário daquela comunidade.

Menos de 20% dos entrevistados não se sente responsável pelo que vem ocorrendo com o meio ambiente de Brilhante II, muito embora residam nesta localidade há muitos anos, alguns a vida toda (setenta anos ou mais).

A maioria dos entrevistados se esquivou quando a pergunta apontava para responsabilidades na questão da degradação ambiental, culpando sempre agentes externos e “os outros”. Isto fica evidente nas falas dos entrevistados números 2, 3, 9, 10, 16 e 23, respectivamente.

Tabela 2. Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre meio ambiente.

Beneficiário*	Pensamento (na voz dos próprios entrevistados)
1	<i>“O problema maior nosso aqui é a água que está terminando.”</i>
2	<i>“A ambiental não sai daqui. Se ela sair e não de mais encima o pessoal volta a desmatar”. “A água do rio está se acabando. Eu queria que você visse como era antigamente. Dá até vontade de chorar. Quem é o culpado: fizeram muito desmatamento, agora é tarde- derrubaram tudo para plantar os eucaliptos”.</i>
3	<i>“Os maiores culpados pelo desmatamento foram as grandes firmas de fora Naquele tempo, ninguém fez questão com as firmas grandes. Sempre implicaram com os pequenos produtores, com os grandes, não. O IBAMA não quer que nós trabalhemos, mas eu vou roçar a samambaia sem licença e vou plantar abacaxi.”</i>
9	<i>“Tem gente na comunidade que manda botar fogo, depois acusa os caçadores. Em seguida, consegue licença ambiental para reflorestamento. Era o que ele queria. Por que falta água? Isso é coisa só da natureza. Acusam a falta de chuva. Antigamente tinha muito mais floresta. Hoje não tem mais a sarrapilheira</i>

	<i>que deixava a terra úmida. Muita gente botou fogo e queimou até a floresta.”</i>
10	<i>“A diminuição da água é algo normal, coisa da natureza.”</i>
11	<i>“Esse rio era largo e fundo. Hoje, alguém olha ele se assusta.”</i>
12	<i>“O problema da falta de água é o desmatamento. Não temo a falta de água.”</i>
13	<i>“O projeto deve começar da cabeceira do rio e não de baixo para cima. Com o desmatamento a chuva bota barro na água. O pessoal pensa que o mundo é alugado e não precisa cuidar.”</i>
14	<i>“O pessoal acha que plantar árvores nas beiras dos rios (mata ciliar) não é a solução, que a água tem que correr livremente. Eles acham que se deve dragar os rios. Eu acho que se dragar a gordura da terra vai embora. Tenho 77 há de mata virgem e tive que fazer a casa de pinus. O fiscal disse que eu podia derrubar um pau aqui, outro ali. Mas como abrir estrada para isso. É muito caro. É muita burocracia.”</i>
15	<i>“A culpa pelo problema da água é da própria comunidade que devastou a mata.”</i>
16	<i>“As águas secam mesmo, isto é bíblico. Não há solução, a não ser chuva. O problema é que nossos filhos vão passar sede. Nós vamos fazer poço artesiano, se secar, nós vamos aprofundar mais. Nós aqui ainda somos ricos em água. A consciência para cuidar da natureza melhorou.”</i>
17	<i>“A falta de água é porque o ser humano destruiu muito a natureza.”</i>
22	<i>“A culpa pela seca é do pessoal que destruiu os rios.”</i>
23	<i>“A questão da seca é normal, não é culpa de ninguém, não há mais desmatamentos.”</i>

Fonte: Pesquisa de campo - entrevista com beneficiários da Microbacias Brilhante II

* Na numeração dos entrevistados os números 4, 5, 6, 7, 8, 18, 19, 20 e 21 não constam por não terem os mesmos se manifestados sobre o tema no momento da abordagem do entrevistador.

A visão mística da questão ambiental, notadamente da água, demonstra a influência do alto índice de religiosidade existentes na comunidade, através principalmente de duas denominações religiosas, católica e adventista, conforme se pode constatar nas falas colhidas entre os beneficiários entrevistados:

- “A natureza é assim ou Deus quis assim”
- “As águas secam mesmo, isto é bíblico. Não há solução, a não ser chuva. O problema é que nossos filhos vão passar sede. Nós vamos fazer poço artesiano. Se secar, nós vamos aprofundar mais. Nós aqui ainda somos ricos em água. A consciência para cuidar da natureza melhorou.”
- “O problema da falta de água é o desmatamento. Não temo a falta de água.”
- “A diminuição da água é algo normal, coisa da natureza.”

Imaginamos que as políticas públicas e o meio ambiente não devem ser instrumentalizadas unicamente para o meio rural, mas para a totalidade da comunidade.

Notamos que este princípio é preconizado para as Microbacias, onde o planejamento e a implementação do trabalho obedece os divisores naturais (picos e

talvegues⁵²) da comunidade. Na concepção do Projeto Microbacias 2 abre-se mão da divisão política (mapas municipais), fazendo com que muitas Microbacias, mesmo atravessando limites municipais, sejam trabalhadas como se fossem um único local de desenvolvimento. O entendimento básico é que as leis da natureza não se coadunam, na maioria das vezes, com as leis feitas nos fóruns legislativos e regulamentadas em gabinetes. As políticas públicas precisam falar mais de perto a linguagem da natureza, obedecendo assim o correr natural das águas.

Para entendermos a origem da problemática ambiental e os pensamentos recorrentes (apresentados na Tabela 2) encontrados entre os moradores da Microbacia Brilhante II, valemo-nos das explicações de Leff (2004, p.96), quando ele diz que

[...] a percepção da problemática ambiental não é homogênea e cobre um amplo espectro de concepções e estratégias de solução. As manifestações da crise ambiental dependem do contexto geográfico, cultura, econômico e político, das forças sociais e dos potenciais ecológicos sustentados por estratégias teóricas e produtivas diferenciadas. Neste sentido, não pode haver um discurso nem uma prática ambiental unificados.

A natureza sempre foi vista por boa parcela da sociedade ainda como algo inesgotável, sem fim, conforme é ratificado por este pensamento de um entrevistado: *“a diminuição da água é algo normal, coisa da natureza.”*

O problema crucial das políticas públicas é que elas ainda não se deram conta de que, depois de tanto “marketing ambiental”⁵³, o ser humano ainda não se conscientizou sobre a importância de rever suas atitudes ambientais no dia-a-dia.

Por outro lado, não podemos acusar o homem do campo unicamente pelos problemas ambientais, pois ninguém o capacitou a ser diferente e a entender a natureza como a sua grande casa, com recursos naturais esgotáveis e renováveis. Apenas a partir da década de 50, conforme relatórios dos Projetos Microbacias 1 e 2, é que a preocupação se tornou mais evidente no campo das explorações agropecuárias (MICROBACIAS 2, 2002).

⁵² Ao contrário do pico, o talvegue é linha formada pela intersecção das duas superfícies formadoras das vertentes de um vale. É o local mais profundo do vale, onde correm as águas de chuva ou dos rios e riachos (DICIONARIO, 2008).

⁵³ Divulgações de ações desenvolvidas por empresas privadas e setor público sobre meio ambiente, dando uma impressão de modismo e pouca efetividade.

Como podemos deduzir das falas dos agricultores e moradores do Brilhante II, o cuidado com o meio ambiente tem sido muito mais uma imposição dos órgãos ambientais do que fruto da própria conscientização.

Pelo que apontam os dados obtidos junto aos atores sociais, o próprio Projeto Microbacias 2 não contribuiu significativamente para mudar este pensamento a respeito da questão, especialmente no espaço sócio-ambiental da Microbacia-Brilhante II. Talvez o projeto não tenha conseguido a resposta para a pergunta: “Conseguiu o Microbacias 2 melhorar as condições dos recursos naturais (solo, fauna e flora) da comunidade?”.

Tudo indica que os agricultores ainda não conseguiram visualizar melhorias significativas em termos de paisagem ambiental geral da comunidade e mesmo nas suas propriedades, pois o projeto não conseguiu promover a mudança visual (cenário ambiental) e/ou comportamental (população).

Os pensamentos expressos por alguns moradores entrevistados revela que a água é uma questão fundamental e que sentem sua escassez, mas não se sentem plenamente corresponsáveis por esse impacto. A fala de um deles é emblemática neste sentido:

- “A culpa pelo problema da água é da própria comunidade que devastou a mata.”
- “A falta de água é porque o ser humano destruiu muito a natureza.”
- “A culpa pela seca é do pessoal que destruiu os rios.”
- “A questão da seca é normal, não é culpa de ninguém, não há mais desmatamentos.”

Estas falas evidenciam a consciência de alguns moradores com relação a sua própria responsabilidade para com a manutenção, conservação e recuperação dos recursos naturais de sua comunidade.

Nota-se também que a água é o recurso que assume o centro das preocupações dos moradores, dos professores e dos alunos da escola da comunidade, dos técnicos e visitantes.

Neste caso, por que as ações não foram efetivas como deveriam ter sido, especialmente nas ações de preservação dos mananciais, ficando as mesmas focadas na construção de sistemas de captação e distribuição de água às residências? Ou seja, em vez de melhorar o volume da água disponível na comunidade, através de ações como o plantio de nativas, matas ciliares, evitar derrubadas e queimadas, entre outras, praticamente foram desenvolvidas só ações

para captar a água ainda disponível e pouco contaminada, sem se preocupar realmente com o seu volume disponível para o futuro. Isto pode ser constatado mais adiante, quando demonstramos que as ações em favor de projetos de recuperação das matas e dos rios praticamente são inexistentes neste período.

4.1.1. Participação e associativismo

Sempre que somos chamados a participar da construção coletiva de uma proposta de trabalho, logo vêm à tona as dificuldades de participação que sempre decorrem deste chamado.

Metodologia mal aplicada (ou inexistência de qualquer metodologia) tende a promover o insucesso de qualquer projeto, especialmente quando este tem em seu bojo a necessidade de abranger diferentes atores sociais, e em grande número.

Por mais que tentemos fugir de ações participativas, participar sempre foi uma necessidade para somar forças e viabilizar idéias.

A participação é tão discutida, questionada e debatida em nosso meio, que se criou em nível de Brasil a Associação Brasileira para Promoção da Participação (PARTICIPE).

A partir do início do processo de redemocratização do país em 1985, a palavra participação ganhou uma amplitude inédita para quem trabalha no setor público e no terceiro setor. Participação passou a ser um conceito tão comum nos debates, nos textos, nos projetos e sites da Internet quanto, por exemplo, os conceitos de Desenvolvimento ou Sustentabilidade. (BROSE, 2001, p.28).

Entretanto, mais que a confusão conceitual reinante, a não aplicação da metodologia apropriada é que tem causado a maioria dos insucessos, tanto em ações e projetos, quanto propriamente de políticas públicas de maior envergadura, de natureza privada ou pública.

Percebemos, neste particular, que os trabalho na Microbacias Brilhante II foram efetuados sem preocupação com a metodologia. “As coisas foram sendo feitas de acordo com a necessidade, sem se pensar em que método seria melhor”, comentou um dos facilitadores do projeto, que ora não integra mais a equipe, pois três técnicos foram trocados durante este trabalho de pesquisa.

Os problemas de participação e inadequada aplicação da metodologia participativa, por parte dos técnicos e da diretoria da referida organização começaram a ser percebidos de imediato, assim que se iniciou o trabalho de pesquisa a campo. Estes problemas relacionados à participação da comunidade nas diversas etapas do projeto, geralmente, não são detectados nas macro-avaliações realizadas pela equipe estadual do MB2, nas dezenove Microbacias monitoradas pelo projeto MB2, metodologia semelhante adotada no MB1.

A Tabela 3, mostra os principais problemas encontrados neste estudo de caso na Microbacia - Brilhante II, segundo a visão dos técnicos das instituições envolvidas (muitas apenas teoricamente e à distância) no projeto MB2.

Podemos perceber que a comunidade não se sentiu motivada a participar do referido projeto, segundo o que preconiza o MB2 em termos de envolvimento dos beneficiários do projeto, ou seja, “estimular a participação interativa nas ações do projeto e garantir a participação paritária dos beneficiários das Microbacias nos diversos níveis de gerenciamento do projeto.”

Tabela 3. Principais problemas encontrados na implementação do Projeto MB2 na Microbacia Brilhante II, segundo os técnicos.

Técnico Entrevistado	Principais problemas apontados pelos técnicos
A	Fraca participação da comunidade. Dependência do técnico-facilitador
B	Desunião da comunidade e individualismo dos moradores. Baixa frequência em reuniões, interessando-se apenas pelos recursos financeiros. Fator religioso (adventistas do 7º dia não trabalham aos sábados). Homens na maioria trabalham fora e as mulheres nas confecções. Desvios na utilização dos materiais recebidos.
C	Cansaço com o excesso de reuniões feitas por vários órgãos. Reuniões muito cansativas e nada dinâmicas. Fraca mobilização da comunidade para participar.
D	Visitas feitas sem critérios claros. Muita prioridade a projetos individuais e nada de geração de renda. Pouco envolvimento dos órgãos que deveriam ser parceiros.
E	Má qualidade da mão-de-obra contratada pelo MB2. Fraco envolvimento da comunidade (“pagamos e eles se virem”). Isolamento dos parceiros.
F	Histórico negativo da comunidade em função dos inúmeros projetos iniciados e não acabados, por diversas instituições.

	Idéia de que o Projeto Microbacias 2 iria mudar a forma de ganhar a vida, impedindo o desmatamento. Os técnicos do MB2 “não têm jeito para lutar com a comunidade”, não sabem mobilizar as pessoas. Há uma resistência cultural a quem vem para a comunidade fazer algo.
G	Todos só pensavam em benefício próprio, ou seja, no dinheiro. A falta de informações claras. Comunidade muito grande para ser trabalhada.
H	Desconhece – não se envolveu
I	Falta de participação da comunidade.
J	Pouca solidariedade entre os participantes do projeto.
K	Falta de interesse de todos na comunidade. Recursos escassos para a execução de todos os projetos. Falta de capacitação. Baixo valor pago pelo km rodado ao facilitador.
L	Pouca participação da comunidade. Desconhecimento das ações por parte da comunidade. Críticas sobre a aplicação duvidosa dos recursos. Desentendimentos entre famílias – “Eu preciso muito mais do que ele, e por que ele recebeu primeiro?”. Baixa credibilidade do Projeto MB2, assim como de qualquer outro que viesse a ser implantado na comunidade.
M	Pessoas se utilizavam de má fé para serem beneficiadas. Receberam os materiais, mas não deram a contrapartida. Agressão e bebedeira em reuniões. Projeto único para o Estado, sem respeitar as características de cada região. Rotatividade de facilitadores e técnicos.
N	Fracá participação da comunidade. Rotatividade de técnicos e facilitadores. Poucos recursos para se atender toda a demanda da comunidade.

Fonte: Pesquisa de campo – entrevista com técnicos envolvidos no MB2

O importante é entender que toda localidade, especialmente quando tratamos do desenvolvimento local, possui uma estrutura que, mesmo não sendo percebida, a priori, como sendo organizada intencionalmente, funciona do seu jeito, com base na cultura e no comportamento reinantes na localidade.

Para exemplificar o que acima expomos trazemos comentário feito por Ivan Zanluca, “líder da Prefeitura”⁵⁴, durante o trabalho de pesquisa a campo:

O pessoal aqui é unido: o fato de não irem às reuniões do Microbacias não quer dizer que não são unidos. Eles são todos parentes, se entendem e um defende o outro. Aqui tem duas religiões e isso não os desune. Todos aqui se protegem e se defendem de tudo, até dos crimes que eles praticam. Eles reconhecem o valor de cada morador. Eles têm um sistema de defesa próprio. Se houvesse uma guerra em Itajaí, o Brilhante II

⁵⁴Função definida através de um processo de escolha em reunião de comunidade, feito pela pasta da Secretaria Municipal de Agricultura, uma prática antiga da administração municipal de Itajaí para constituir o conselho de líderes (informação obtida junto à Secretaria Municipal da Agricultura de Itajaí) (EPAGRI, 2007).

seria o primeiro a formar uma barricada na entrada e se defender bem.

Enquanto a maioria dos técnicos e beneficiários entrevistados apontavam problemas de participação e acusam “os outros” de não participarem, este viu uma força capaz de unir a comunidade para objetivos considerados nobres. Disse ele: *“Se eles são todos parentes, se entendem e uns defendem os outros, por que não utilizar esta força em favor da unidade?”*

Tanto quanto participar é necessário cooperar. Valemo-nos da teoria referente ao cooperativismo, exatamente por ser a forma de associativismo mais concretamente presente no meio rural catarinense, e que mais interfere na formação da renda da propriedade familiar.

A cooperação entre os seres humanos inicia na família, onde são fundamentais para a sobrevivência as relações entre o pai e a mãe, na função de suprir as necessidades básicas dentro e fora do lar, e dos filhos, na obediência aos preceitos por eles estabelecidos. Desta maneira, todos alcançarão uma convivência agradável, podendo comunicar-se com segurança, usufruindo de direitos e cumprindo deveres. (OCESC, 2003, p.5).

Mesmo não considerando as influências do mundo moderno e a desagregação da família contemporânea, este pensamento evoca necessidade de união, para que o ser humano possa remover grandes obstáculos que se apresentam em sua jornada.

Para Labra e Figueiredo (2002, p.162),

A dimensão associativa da ordem social é um tema de crescente relevância na discussão acadêmica, em particular com relação aos países de redemocratização recente - ou ‘neodemocracias’, como as rotulou Schmitter (1993) -, devido à revitalização da ação societária e à restauração das mediações entre Estado e sociedade.

Para facilitar o entendimento do que desejamos com os termos participação e associativismo, podemos agrupá-los no conceito da palavra latina “coperari”, formada por “cum” e “operari” (trabalhar), e significa agir simultânea ou coletivamente, ou associativamente com outros para um mesmo fim, ou seja, trabalhar em comum acordo para o êxito de um mesmo propósito.

O associativismo requer inicialmente que se removam os problemas de participação, despertando no público a necessidade de unir-se para somar forças, pois o conjunto fica mais forte, ou seja, “um por todos e todos por um”. Todavia isto

só se consegue com solidariedade entre os membros de uma comunidade, segmento social ou a própria sociedade.

A fraca participação e o descrédito no projeto pode estar relacionado com o histórico negativo da comunidade, em função dos inúmeros projetos iniciados e não acabados, por diversas instituições. Conforme ficou evidenciado nestas falas:

- Cansaço com o excesso de reuniões feitas por vários órgãos;
- Histórico negativo da comunidade em função dos inúmeros projetos iniciados e não acabados, por diversas instituições.

Some-se a isto o fato de muitos beneficiados não terem utilizado os materiais recebidos, principalmente para a melhoria de residências, inclusive ocorrendo desvio de materiais e trocas entre vizinhos, não permitida pelo MB2.

Para se ter uma idéia do problema de participação, 62,50% dos entrevistados que responderam o questionário (10/16) citou a “fraca participação” como o maior problema do projeto.

A credibilidade do MB2 chega a ser posta em cheque pelos próprios técnicos, de acordo com as citações dos entrevistados B, G, L, da Tabela 3.

Por outro lado, a idéia de que o Projeto Microbacias 2 mudaria a forma de ganhar a vida, impedindo o desmatamento levou ao mesmo mais uma ação policialesca do que de conscientização. Isto, ao nosso ver, aumentou ainda mais a resistência dos que dependem de alguma maneira da agricultura e do extrativismo para tirarem o sustento familiar.

Somado a isto está o problema da expectativa gerada inicialmente pelo montante de recursos anunciados, comparado com os poucos recursos efetivamente aplicados para atender a demanda da comunidade.

A afirmação de que *“os técnicos do MB2 não têm jeito para lidar com a comunidade, não sabendo mobilizar as pessoas”*, parece ter uma explicação: a rotatividade de técnicos e facilitadores e a falta de formação em metodologia participativa.

Há informação de que sempre há resistência cultural, por parte de moradores de Brilhante II, a quem vem de fora querendo “fazer algo”. Isto talvez se deva a falta de aplicação de metodologia adequada por parte daqueles que levam as “novidades”, e os envolvidos nas novidades. As comunidades rurais são desde muito tempo objeto de uma imensa variedade de programas e políticas públicas” (BROSE, 2001, p.131), o que por si só já é uma resistência natural às novidades.

O desconhecimento das ações do projeto por parte da comunidade, juntam-se às críticas sobre a aplicação duvidosa dos recursos, são da falta de mobilização da comunidade, na escolha inadequada dos beneficiários, na falta de acompanhamento e fiscalização, na má qualidade da mão-de-obra e na visão paternalista presente na comunidade.

Mas, evidentemente, o que esta situação também requer é um amplo programa de educação ambiental, visando internalizar nos diversos atores sociais do local uma integração respeitosa com o meio ambiente, fazendo-os entender que são eles, enquanto seres humanos, uma extensão do meio ambiente em que vivem (ou sobrevivem).

Como a microbacia é a menor área do sistema hidrológico, delimitada pelo topo dos morros, os problemas e soluções podem ser delimitados neste espaço. Isto acaba sendo vantajoso para o planejamento, conforme o que pudemos constatar em nossas visitas a campo, pois todos se sentiam integrados, ao menos fisicamente, na área territorial da Microbacias Brilhante II. Por experiência, fica menos complicado o entendimento ambiental e sua gestão neste espaço.

Quando os próprios técnicos apontam o individualismo e a concentração de ações na microbacia por parte de um ou dois órgãos, fica fácil entender as razões pelas quais a comunidade não se sente engajada nesta tarefa, a qual deveria ser do interesse voluntário de todos os integrantes da microbacia.

Apoiando-se em Weid (2001), com base num estudo realizado junto ao movimento dos sem-terra pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), a evolução dos conceitos e da prática das abordagens participativas devem respeitar a cultura local e o conhecimento de ambas as partes. Na mesma base, a participação dos líderes não significa a participação das bases, bem como a participação de técnicos das entidades parceiras do projeto ou política pública não é por si só garantia de sucesso.

O capital social e cultural, as redes de relacionamentos existentes no interior da comunidade e as que extrapolam o âmbito da microbacia precisam ser contempladas na práxis do projeto. Isto não tem ocorrido, de acordo com a análise que se pode fazer a partir da tabela 3.

Para explicar melhor as nuances das resistências verificadas até aqui, apresentamos abaixo idéias referentes à pesquisa participativa, extensão rural e assistência técnica, bem como as parcerias efetivamente estabelecidas e levadas ao

local. Neste particular, assim está escrito na cartilha elaborada com a finalidade de mostrar o que é o Microbacias 2 (MICROBACIAS 2, 2002, p.64.):

Para aumentar o protagonismo das famílias rurais (beneficiárias ou não), será viabilizada a participação dos beneficiários do projeto, organizados nas associações de desenvolvimento das Microbacias, em todos os níveis de gestão do Microbacias 2, de forma paritária. Ou seja, para cada representante das entidades executoras nos organismos de gerenciamento haverá um representante das associações de Microbacias.

Neste sentido, os beneficiários do projeto estarão representados na Comissão Coordenadora Municipal, mais especificamente na Câmara Setorial de Microbacias dentro do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural (órgãos existentes hoje em todos os municípios de SC), bem como na Comissão Coordenadora Regional e na Comissão Estadual.

4.2. Aplicação de recursos financeiros e materiais.

Enquanto o Microbacias 1, implantado no município de Itajaí em 1991, inclusive na comunidade rural de Brilhante II, procurou recuperar as áreas degradadas, conservar as que permaneciam intocadas e empregar métodos mais racionais de manejo dos recursos naturais, o Microbacias 2 ampliou sua abrangência, caracterizando-se num projeto focado na relação do homem com a natureza. Com isto buscou aumentar a efetividade das ações, por meio do preparo das pessoas para o enfoque da sustentabilidade e do aumento e melhoria da participação dos beneficiários, nesta edição, com a previsão de mais recursos (EPAGRI, 2006).

A mudança de orientação e de foco se deu após uma exaustiva avaliação e por exigências de organismos internacionais (cite-se aí o Banco Mundial): mais do que conservar o ambiente e produzir é necessário gerar renda, restabelecer o princípio da convivência comunitária, criando o princípio do desenvolvimento sustentável, com base no tripé: ambiental – econômico - social.

Seguindo essa orientação, técnicos da Epagri e o facilitador do projeto, juntamente com integrantes do GAM⁵⁵ e ADM – Brilhante II estruturaram o Plano Estratégico de Desenvolvimento para o período 2005 a 2008. Deste planejamento,

⁵⁵ Grupo de Animação da Microbacia formado antes da organização da ADM – Associação da Microbacia, com o objetivo de levar a proposta inicial à comunidade. É composto por moradores da microbacia priorizada e devem ser capacitados para explicarem o projeto e mobilizarem os moradores especialmente na fase inicial (MICROBACIAS, 2002).

surgiram três quadros importantes para as áreas social, ambiental e na geração de renda (Tabela 4, 5 e 6).

Tabela 4. Ações a serem desenvolvidas, no plano ambiental, em Brilhante II

Ação/Atividade	Como fazer	Período	Responsável	Número
Desenvolver consciência ambiental	Campanha/Palestras/ Oficinas	2005-2008	ADM/GAM/PRAPE M/Epagri/Facilitador	Todos
Projeto Educação Ambiental na Escola	Mutirão da comunidade e escola	2005	ESCOLA/ADM/PRAPEM/Parceiros	1 escola
Construir sistemas de proteção dos pontos de captação de água	Mutirão/Individual	2005-2006	ADM/GAM/PRAPEM/Facilitador/Epagri/parceiros	50 fontes
Encontrar fontes para captação de água mais próximos	Buscas Individuais e coletivas de novas nascentes	2005-2006	ADM/GAM/Facilitador	5 fontes
Reflorestar nascentes e margens do rio Brilhante	Mutirão/Individual	2006-2007	ADM/GAM/Epagri/PRAPEM/Facilitador/Parceiros	Nº de fontes a definir. Toda margem do rio
Retirada da vegetação que cobre o rio	Mutirão/Individual/Parceiros	2006-2007	ADM/GAM/Parceiros	Parte baixa do rio
Retirado do lixo do rio	Mutirão/Individual	2005-2006	ADM/GAM/Facilitador	Todo rio

Fonte: EPAGRI/ADM - Microbacia Brilhante II

Resultados esperados: aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da água e das condições ambientais da Microbacia Brilhante II, conseqüentemente, a qualidade de vida.

Dentre as ações e atividades propostas na Tabela 4, que exigiam o envolvimento dos moradores e atores sociais, nada foi efetivamente executado. A tendência, conforme está ratificada na Tabela 4, foi a construção de proteção de fontes e distribuição de água, melhoria de residência, construção de fossa séptica, sem nada de significativo na geração de renda. Pode-se ainda verificar que ações no sentido de elevar o nível de conscientização ambiental não ocorreram, a não ser por iniciativa da Escola Martinho Gervásio (Tabela 5). A troca de facilitadores e de técnicos da Epagri foi citada como um sério problema para a continuidade das ações do projeto. A necessidade da aplicação de recursos carimbados do MB2 mais para saneamento básico, captação e distribuição de água e melhoria de residência fez

com que o facilitador ocupasse seu tempo integral com atividades burocráticas e pouco educativas.

Tabela 5. Ações a serem desenvolvidas no plano social, na Microbacias, Brilhante II.

Ação/Atividade	Como fazer	Período	Responsável	Número
Construir sistema de tratamento de esgoto (fossa+ filtro)	Mutirão/construção individual/Estabelecimento de parcerias	2005-2006	ADM/GAM/PRAPEM 2 /Facilitador/Epagri /Parceiros	100 famílias
Desenvolver o espírito comunitário	Palestras/Encontros	2005-2008	ADM/Facilitador/Epagri/Parceiros	Todas
Reformar as casas	Mutirão/individual	2005-2006	ADM/PRAPEM/Parceiros	40 casas
Melhorar as condições dos arredores das casas	Mutirão/Individual/Palestras	2006-2008	ADM/GAM/Facilitador/Epagri/Parceiros	Todas
Limpar os poços e caixas d'água	Mutirão/Individual	2005-2007	Cada um	Todos
Melhorar a estrada	Patrolar e colocar macadame	2007-2008	ADM/PRAPEM/Parceiros	1 estrada
Recuperar bueiros e pontes	Mutirão	2007-2008	ADM/GAM/PRAPEM/Parceiros	A definir
Introduzir linha telefônica	ADM realizar contatos com a ANATEL e Prefeitura	2005	ADM	A definir

Fonte: EPAGRI/ADM - Microbacia Brilhante II

As ações de geração de renda têm o objetivo de capacitar os agricultores, para melhorar a produção já existente, agregar valor e implantar novas culturas (Tabela 6). Estas ações, mesmo deixando moradores que se julgavam merecedores de benefícios de fora, foram até certo ponto efetivas, conforme pudemos constatar nas conversas que tivemos com os moradores entrevistados.

Tabela 6. Ações a serem desenvolvidas no plano da geração de renda, na Microbacias - Brilhante II.

Ação/Atividade	Como fazer	Período	Responsável	Número
Agregar valor aos produtos	Cursos/Visitas/Práticas	2006-2008	ADM/GAM/PRAPEM/Epagri/Parceiros	A definir
Implantar culturas diferenciadas	Lavouras demonstrativas /Cursos/Visitas	2006-2008	ADM/PRAPEM/Epagri/Parceiros	A definir
Desenvolver a Agricultura	Lavouras demonstrativas/	2005-2008	ADM/PRAPEM/Facilitador/Epagri/	A definir

orgânica	Cursos/visitas		Parceiros	
Incentivar a produção artesanal	Reuniões/Cursos/Visitas técnicas	2006-2008	ADM/PRAPEM/Facilitador/Epagri	A definir
Fortalecer as culturas existentes	Cursos/Visitas técnicas	2006-2008	ADM/PRAPEM/Facilitador/Epagri/Parceiros	A definir

Fonte: EPAGRI/ADM - Microbacia Brilhante II

Os projetos de geração de renda têm os seguintes objetivos: incrementar a renda; aumentar a produção; a valorização no mercado dos produtos colhidos e a implantação de novas fontes de renda agrícolas, através de adoção de culturas.

A questão agora é saber em que grau estes objetivos estão sendo alcançados, especificamente, na Microbacia Brilhante II, com a aplicação dos recursos de ordem financeira previstos no Projeto MB2 para esta comunidade.

Pretende-se com esta análise observar se os recursos destinados ao referido projeto foram aplicados nas atividades que melhor poderiam contribuir para o desenvolvimento sustentável, no binômio social e ambiental.

Numa comunidade em que 89,65% ganham menos de um salário mínimo por mês (EPAGRI, 2006) pode-se deduzir que a renda insuficiente a coloca como uma das comunidades rurais mais carentes do município de Itajaí, requerendo grande soma de recursos para o saneamento dos seus problemas.

O indicador da renda familiar baixa ainda é reforçado pela constatação de inúmeros outros problemas, tais como: desagregação familiar, um aparente individualismo dos seus moradores, além de alto índice (89,65%) de casas sem saneamento básico, coincidindo com o percentual de famílias de baixa renda.

Outros problemas também preocupam, como: o mau uso do solo nas explorações agrícolas, sem que os moradores se preocupassem com a adoção de práticas conservacionistas, o extrativismo para a subsistência familiar, especialmente no caso do palmito nativo.

Observado que os trabalhos desenvolvidos na Microbacia Brilhante II através do MB2, tiveram início em 2005, pudemos constatar a campo que as primeiras ações foram concentradas nas questões de saneamento ambiental e melhoria de habitações, com ênfase na questão da qualidade e quantidade de água. Praticamente nada foi efetivamente realizado na geração de renda. Até o momento da pesquisa, praticamente dois anos após o início do projeto, não havia sido

implantado nenhum projeto com recursos do MB2 para nenhum beneficiários. Existiam, sim, muitos projetos elaborados, mas nenhum efetivamente implantado. Sentimos que isto deixou os moradores um tanto frustrados, pois alguns tencionavam implantar em suas propriedades projetos de apicultura, fruticultura, indústria caseira rural, reflorestamento, bovinocultura leiteira, etc. No entanto, o que se encontrou foram apenas intenções, conferindo com a última coluna da Tabela 6, ou seja, “A definir”. Pouco ou quase nada o projeto caminhou no sentido de levar alternativas de geração de renda às famílias beneficiárias do projeto. Vimos apenas dois projetos sendo iniciado, um na área de fruticultura, onde o produtor recebeu mudas de acerola⁵⁶, mais um projeto de apicultura, onde o agricultor recebeu algumas caixas para abelhas.

4.3. Avaliação da Microbacia Brilhante II na Implementação do Microbacia 2

Para implementação do trabalho na Microbacia é necessário seguir de forma transparente, democrática e participativa nove etapas, apresentadas no Manual Operativo, (MICROBACIAS 2, 2002) (Figura 11).

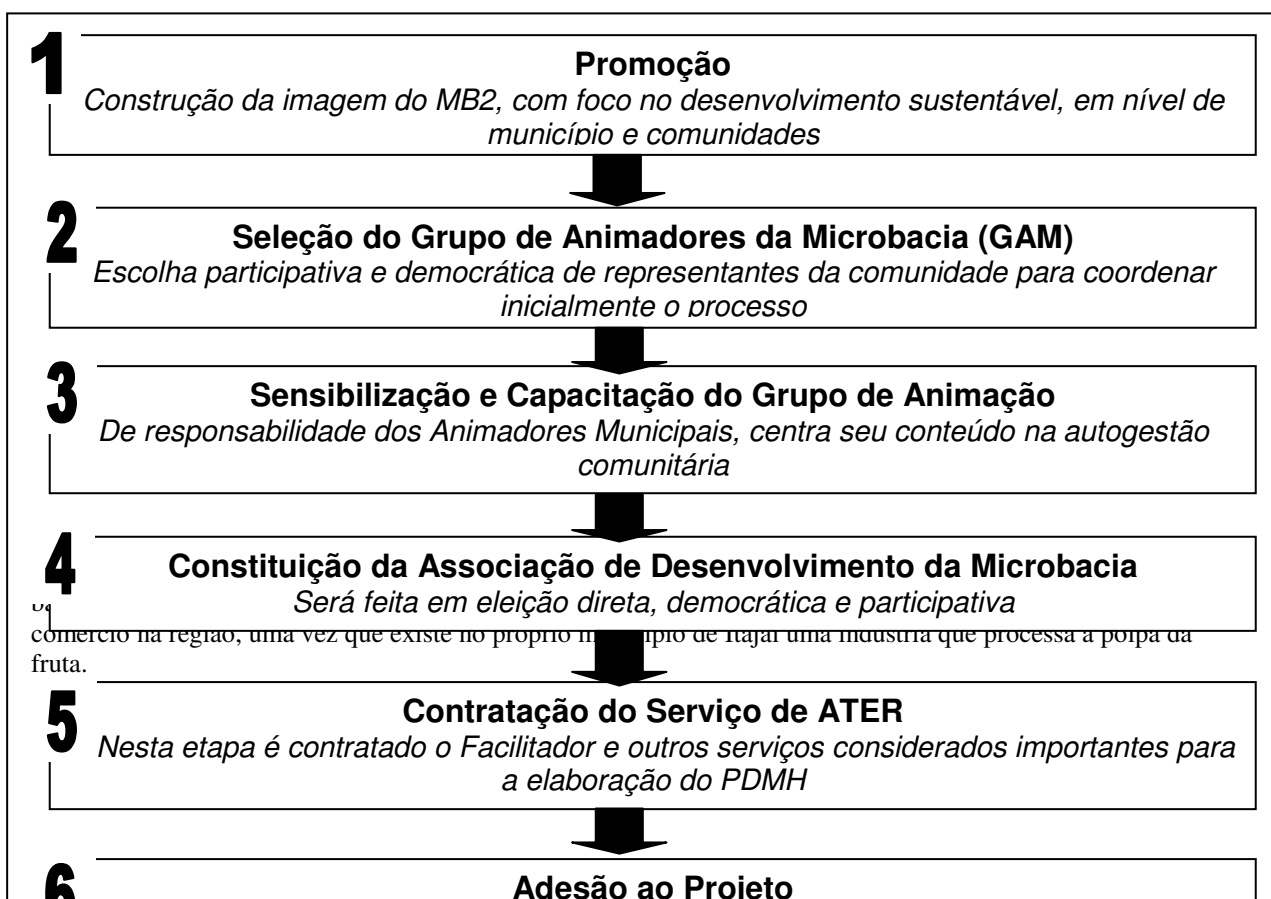


Figura 11. Etapas necessárias para implementação do projeto Microbacias.

Para esclarecer a Elaboração do Plano de Desenvolvimento da Microbacia (PDMH) (Nona etapa) apresenta-se a Figura 12.

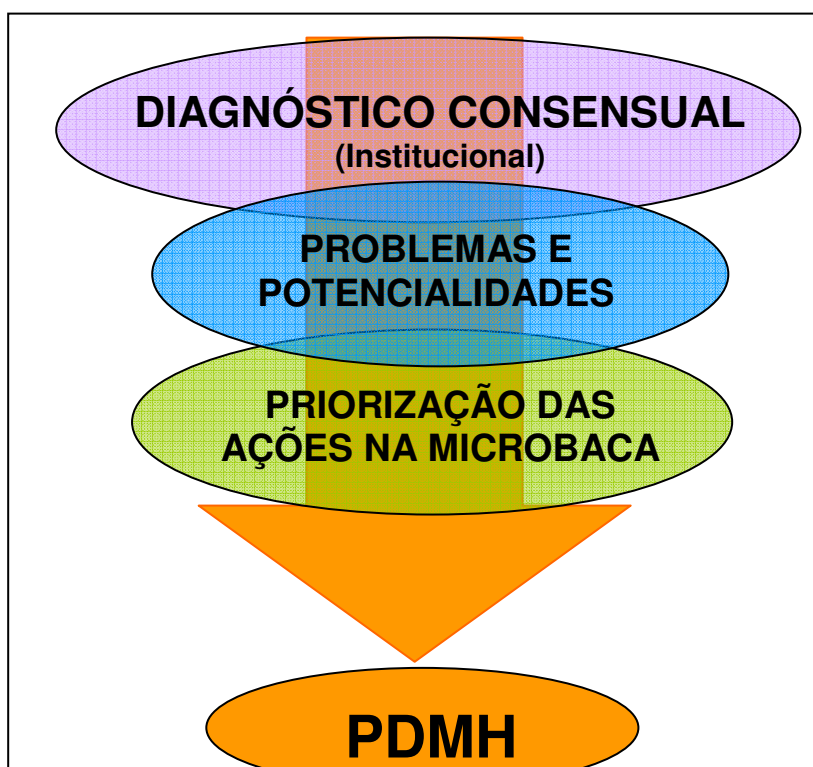


Figura 12. Fluxo de priorização das ações e elaboração do PDMH.

Conforme o que apresentamos no capítulo III, item 3.7. Mudanças de comportamento, novos conceitos e o despertar de uma nova consciência, Morin (2001) supõe o mundo como um horizonte de um ecossistema e reconhece o sujeito, como um ser pensante (último desenvolvimento da complexidade auto-organizadora). Eles são recíprocos, constitutivos e inseparáveis. Na verdade, eles precisam como atores sociais que são na microbacia, entenderem-se como um emaranhado de conhecimentos, vontades e habilidades postas a serviço da coletividade.

Ao final, observam-se acusações veladas de um órgão sobre a ação do outro dentro do projeto, com poucos fazendo a meia-culpa com relação aos insucessos do projeto, mas todos fazendo apologia ao seu desenvolvimento, ou se desculpando por não ter se envolvido mais a fundo nas ações.

A parceria com outras instituições se constitui num grande desafio do PRAPEM/MICROBACIAS 2, pois possibilita importante avanço na integração de todos os setores governamentais e não governamentais, devendo se **constituir no primeiro compromisso para atender os seus objetivos**[grifo nosso](MICROBACIAS 2, 2002, p.38).

Quando unimos esforços e somamos conhecimentos e recursos, estamos ampliando nossas possibilidades de melhorar os resultados do projeto ou da atuação. A busca por parcerias eficazes e a construção de alianças têm sido pouco exploradas, apesar de ser necessária e recomendada pelas normas deste projeto.

Parceria é na verdade uma arte que poucas pessoas e instituições dominam. Mas, para estabelecê-la é preciso respeitar cada um dos componentes envolvidos e verificar claramente o que não está sendo exposto nas conversas iniciais. É preciso saber ouvir e habilmente descobrir pontos de identidade e espaços, nos quais a soma dos talentos e das possibilidades individuais resultará em benefício para todos os participantes (NEVES, 2008).

Para a efetiva integração do conhecimento popular e científico, necessário se faz que as entidades se tornem, na prática, uma unidade durante todas as fases de planejamento, execução e avaliação. As parcerias são fundamentais pela junção de saberes diferenciados, assim facilitando a compreensão da diversidade de abordagens para o mesmo problema.

Além das parcerias, o trabalho em conjunto e a capacitação é considerada uma atividade fundamental na concepção do MB2, tanto para os profissionais quanto para o público envolvido. Isto pode ser facilitado com o trabalho funcionando de maneira interdisciplinar, onde um órgão detém certo conhecimento e partilha com os demais e com a comunidade na realização de um benefício.

A influência da equipe interdisciplinar, por experiência de trabalho como extensionista tanto No MB I, quanto no MB2, é fundamental no direcionamento dos trabalhos.

A Tabela 7 traz uma série de pensamentos e considerações, extraídas do contexto geral da aplicação dos questionários semi-estruturados, junto aos beneficiários, não beneficiários e técnicos.

Tabela 7. Pensamentos e considerações feitas pelos técnicos, mais anotações do entrevistador, sobre o contexto social de onde se realizou a pesquisa de campo.

Pensamentos recorrentes entre técnicos sobre o Microbacias 2 – “Coisas nossas”	Pensamentos recorrentes entre técnicos sobre o Microbacias 2 – “Coisas deles”
“As interferências externas são muitas, sempre tem alguém querendo ser o pai da criança.” “Nós não temos preparo sociológico para trabalhar com a comunidade.” “Os recursos foram mal distribuídos, ninguém tinha em mãos o projeto financeiro para...” “As lideranças e técnicos não se entendiam, havendo casos de conflitos entre instituições.” “Eu percebo ciúmes de lideranças, havendo sem dúvidas problemas de ordem política quando eles percebem que podemos despontar.”	“Às vezes, achamos que é um sonho de todos, mas é só de um ou dois.” “A comunidade não tem a visão da educação como bem fundamental para a formação do indivíduo enquanto cidadão.” “Aqui é assim: tem gente que ganha as coisas no grito.” “Aqui todo mundo é parente, ninguém entrega ninguém.” “Eles não aceitam pessoas de fora ou estranhas.” “A comunidade percebe quando as

“As pessoas não participam quando uns trabalham mais pros seus interesses.” “Não entendi porque a comissão escolheu um técnico-facilitador que não entende nada de trabalho comunitário. Ele não consegue nem fazer uma reunião. As reuniões e os encontros são secos, falando só de dinheiro.” “Já pedi e não recebi informações, parece até uma coisa fechada, com segredo.” “Houve muito desperdício de materiais ganhos pelos moradores que diziam ‘isso aí eu ganhei mesmo’, não colocando como sendo uma conquista.” “As pessoas não se sentem importantes como participantes do Microbacias.” “As reuniões eram feitas e na seguinte não havia retorno do que havia sido combinado.” “As prestações de contas não eram feitas nas reuniões, o que gerava dúvidas, uma vez que já tinham resistências.” “O MB2 foi importante, o problema é que os técnicos não conseguiam motivar as pessoas, fazendo por fazer.” “As ações devem ser mais coletivas e algumas individuais apenas em saneamento básico. Devemos privilegiar o coletivo em detrimento do individual, só se este beneficiar o meio ambiente.” “A fiscalização deve ser mais rigorosa e o técnico deve conhecer melhor a comunidade.” “Parece que não foi dado à comunidade o poder de escolher o que deveria ter sido feito.” “O facilitador passou a ser um fazedor, não tendo tempo de trabalhar a parte técnica, pelo excesso de burocracia.” “A maior conquista do projeto é o respeito que já há entre eles, pois no início era muito complicado, até com agressões verbais em reuniões”. “Um dos erros da liderança e da comunidade foi definir os beneficiários por sorteio. Quem não merecia e não era prioridade acabou ganhando. Foi uma decisão deles.”	lideranças não se entendem.” “Funcionava quando a facilitadora botava a mão na massa e ia cobrar de perto.” “O pessoal aqui é unido: o fato de não irem às reuniões do Microbacias não quer dizer que não são unidos. Eles são todos parentes, se entendem e um defende o outro. Aqui tem duas religiões e isso não os desune. Todos aqui se protegem e se defendem de tudo, até dos crimes que eles praticam. Eles têm um sistema de defesa próprio. Se houvesse uma guerra em Itajaí, o Brilhante II seria o primeiro a formar uma barricada na entrada e se defender bem”. “As pessoas vão ao boteco e falam o que pensam, mas não vão à reunião.” “Muitas entidades vão para o Brilhante individualmente falar. As pessoas de lá já estão assustadas, todo mundo quer pesquisar e prometer, mas, depois não voltam. É um caso parecido com o Matadouro, comunidade em volta do Presídio de Itajaí.” “Sentimos que as pessoas precisam desenvolver o espírito de comunidade.” “A cobrança por parte da liderança é grande, mas eles não se envolvem.” “O facilitador é visto como uma figura que tem que fazer tudo, de um xérox ao resto. Eles até dizem: ‘Nós estamos te pagando, faça isto para nós’”. “A liderança do Brilhante é sempre muito ocupada com outras coisas.” “A auto-gestão não será possível lá, pois as pessoas não são capacitadas”. “Os mais pobres poucos participam, e os que já receberam algum tipo de benefício, não participam mais.” O alcoolismo é um grande problema na comunidade, com homens e mulheres viciados, não tendo nenhum trabalho para mudar a situação.”
---	---

Fonte: equipe multidisciplinar PRAPEM/MICROBACIAS 2-Brilhante II

Percebe-se um perfil de parcela muito significativa de atores sociais abrangidos pelo projeto, onde classificamos dois tipos de pensamentos e os consideramos em duas colunas: “Coisas nossas” e “Coisas deles”. Ainda nos possibilita ir um pouco mais a fundo no nível de comprometimento de cada profissional e instituição no desenvolvimento do projeto.

As “coisas nossas” são entendidas como sendo a meia-culpa dos técnicos por não aplicarem adequadamente e/ou não entenderem a metodologia da MB2 e as inter-relações existentes na comunidade.

Além de retratar o estado de ânimo dos técnicos e liderança envolvidos com o projeto na microbacia, também serve para se ter uma idéia dos problemas encontrados entre os moradores da área a ser trabalhada, ou seja, da comunidade.

Uma característica essencial de uma comunidade baseada em um lugar é que todos os membros vivem em um ambiente compartilhado. Se o rio que atravessa a cidade está poluído, é poluído tanto para ricos como para pobres. O ambiente comum torna-se uma causa natural comum e um foco natural para a expressão do espírito comunitário.” (DRUCKER, 1998, p.138).

No entanto, a construção da realidade comunitária em termos de rede social, econômica e ambiental parece-me ter faltado aos atores institucionais do projeto, o que não lhes proporcionou uma visão acurada dos problemas e das potencialidades.

Faltou uma identificação melhor dos animadores com a comunidade, conforme diz Castells (1999), quando se referia à necessidade da mulher sair da trincheira ou acomodação segura, para construir uma nova sociedade: “quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social”.

As avaliações dos técnicos são muito subjetivas, com pouca riqueza de números ou informações mais consistentes. Nota-se, também, que a grande rotatividade dos técnicos provocou certa descontinuidade de ações e até da produção dos relatórios do projeto. Com isto, o que pudemos imaginar é que cada técnico que chegava no projeto tinha uma visão segmentada do mesmo, não encontrando motivação para estabelecer um conhecimento mais abrangente e profundo sobre ele. Também, não notamos uma preocupação maior com a elaboração de um relatório global do projeto, em termos municipais, sendo

apresentados sempre relatórios fragmentados, mais para satisfazer as cobranças por parte da Secretaria Regional e/ou Estadual do MB2.

A impressão que se tem é que o MB2 está sendo executado como algo vindo de fora, sendo pouco internalizado pelas instituições municipais como um procedimento a ser adotado doravante, como linha de promoção ao desenvolvimento sustentável, qual seja, o planejamento com base na menor unidade local, a microbacia hidrográfica.

4.4. Avaliação sobre metodologia e critérios adotados na delimitação e na implementação do MB2 em Brilhante II

Na Tabela 8, os técnicos apresentam uma visão sobre os critérios de delimitação das Microbacias trabalhadas no município de Itajaí. Nela podemos observar o desconhecimento dos mesmos (50%) sobre a metodologia utilizada na delimitação e na mobilização comunitária para a implementação de ações na microbacia, no município de Itajaí. Os que diziam ter certo conhecimento, não passaram de reuniões, assembléias, ou apontaram que a escolha se deu através dos aspectos sociais, ambiental e renda, demonstrando certo conhecimento de alguns critérios adotados.

Tabela 8. Percepção da equipe multidisciplinar sobre os critérios e métodos utilizados na delimitação e priorização da Microbacia Brilhante II.

Técnico Entrevistado	Crítérios e métodos/delimitação e priorização (seleção)	Metodologia participativa adotada no trabalho.
A	Desconhece – não participou desta fase	Desconhece – não participou desta etapa – estava em outro setor
B	Desconhece – não participou desta fase	Desconhece – não participou desta fase – estava em outro setor
C	Reuniões, assembléias	Visita domiciliar, chamada do pessoal e cadastramento
D	Desconhece – não morava na comunidade	Desconhece - não era líder e não se envolveu
E	A comunidade mais carente	Reuniões, visitas, excursões
F	Desconhece – não participou e não foi informada	Utilizada só até o final do diagnóstico. “Depois, apenas queriam que as pessoas viessem nas reuniões”.
G	A condição econômica dos moradores, área de preservação permanente, o elevado número de famílias.	Reunião com a comunidade
H	Desconhece – não participou	Desconhece – não participou

I	“Os constantes do Projeto MB2”	“De acordo com o recomendado pelo MB2”
J	Consulta pública – reunião com moradores.	Reuniões comunitárias
K	Desconhece – não estava no projeto	Desconhece – assumiu sem treinamento.
L	Número de agricultores, presença de fontes de água, baixa renda das famílias, necessidade de ampliar as fontes de renda.	Visitas com membros da ADM – levantamento da condição de cada interessado (para incluir ou não no esquema do sorteio).
M	Social, ambiental e renda.	Organizou-se o Grupo de Animação da Microbacia(GAM) e depois a ADM.
N	Desconhece – não participou desta fase.	“As preconizadas pelo Projeto MB2”

Fonte: equipe multidisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Itajaí-SC

Caracterizando o ambiente comunitário onde a pesquisa foi realizada, resumimos abaixo algumas frases retiradas do seu contexto, expressadas por diversos entrevistados, à cerca da única instituição escolar presente no bairro, a Escola Básica Professor Martinho Gervásio:

- “Havia um clima de novidade com a nova escola (referindo-se à Escola Básica Prof. Martinho Gervásio), o que logo se acabou e então retornaram aos problemas de violência e baixa frequência dos alunos nas aulas”;
- “Os pais consentem muito facilmente com que os filhos faltem à escola, por motivos como limpar a casa, fazer compras cuidar dos irmãos menores, ou só porque a criança quis ficar em casa”;
- “Os pais e moradores da comunidade têm culpado a escola pela presença da polícia na comunidade, por multar e recolher veículos conduzidos por menores de idade (falta de habilitação, documentação irregular e/ou sem documentação), principalmente motos, e de adultos (falta de documentação, documentação irregular e sem habilitação)”;
- “Os donos das diversas facções existentes na comunidade acusam a escola de promover fiscalizações trabalhistas e por parte do Sindicato do Vestuário”. Há casos de facções que dão trabalho a alunos, e muitas famílias possuem máquinas de costura em casa, contrariando legislação trabalhista. Alguns filhos menores também são ocupados na venda de frutas ao longo das rodovias, para descarregar madeira de caminhões e no plantio de eucalipto. Isto acontece também pelo fato dos alunos se sentirem mais atraídos pelo dinheiro recebido no trabalho, que pelos estudos. Porém, os pais se defendem dizendo que precisam aumentar a renda da família e que ‘trabalhar não mata ninguém’”.

O que verificamos é que estas críticas acabam levando a certa aversão de alunos e pais em relação à escola, mas que há registros de um novo comportamento da comunidade em relação ao estabelecimento de ensino. Isto está sendo devido às

diversas reuniões com a comunidade escolar e, há quem aponte, a influência positiva da Projeto Microbacias 2, favorecendo o diálogo entre os atores sociais.

Quanto à metodologia participativa, pouco mais de 60% dos entrevistados souberam explicitar alguma coisa. Os demais, aproximadamente 30%, mencionaram visitas, chamamentos para cadastramento, reuniões, organização do GAM e da ADM.

Como se pode sentir, o desconhecimento sobre os critérios e a metodologia adotada na priorização e implementação das ações é muito grande. Certamente, isto foi influenciado pela alta rotatividade de técnicos e facilitadores da equipe multidisciplinar, incrementado pelas mudanças político-partidárias, uma vez que ocorreu a eleição do prefeito e vereadores na fase inicial do projeto (2004).

No entanto, os componentes da equipe multidisciplinar foram treinados pelos agentes do MB2, de acordo com o que abaixo se apresenta, e que compõe a metodologia básica a ser adotada a campo: O PRAPEM/MICROBACIAS 2 combina dois tipos de critérios para priorizar os municípios: socioeconômico – 60% do peso; ambiental – 40% do peso.

Finalmente, os municípios catarinenses beneficiados pelo MB2 seguem uma relação de prioridade e abrangência, conforme o nível de priorização. Itajaí ficou entre os municípios de nível 3, o menos priorizado, ou seja, entre os últimos municípios a receberem efetivamente as ações do MB2.

No entanto, não quer dizer que por aqui não tenhamos situação que exijam responsabilidade das políticas públicas na solução dos seus problemas.

Para a seleção de uma microbacia no município, há uma intensa disputa, segundo informações da Secretaria Executiva Regional do MB2 (Epagri – Gerência Regional).

“A delimitação das áreas possíveis de serem trabalhadas [...] se dará com o uso de cartas topográficas [...]. A responsabilidade será dos Animadores Municipais. Um fator a considerar no momento da setorização⁵⁷ é o número de 120 famílias a serem trabalhadas, em média, por microbacia (área delimitada). Portanto, em função desse critério de planejamento a área a ser trabalhada pelo Projeto poderá abarcar

⁵⁷ Processo pelo qual se define qual o setor ou área do município que reuni as condições sociais, econômicas e ambientais para o trabalho em Microbacias hidrográficas, de acordo com os critérios adotados pelo projeto, mencionados neste estudo de caso (item 5.1 - Contexto da pesquisa).

uma ou mais Microbacias, dentro da rede hidrológica [municipal ou intermunicipal]” (MICROBACIAS 2, 2002, p.53).

Neste ponto são recomendados os seguintes instrumentos, para a setorização da(s) microbacia (s) a ser(em) trabalhada(s), quais sejam (MICROBACIAS 2, 2002):

- a) Censo Municipal (fruto de uma ação integrada entre as empresas vinculadas a SDA: Epagri, Cidasc, Ceasa e Icepa);
- b) LAC – Levantamento Agropecuário Catarinense – levantamento feito em 303.400 propriedades rurais catarinenses;
- c) Priorização das Microbacias – ordenamento das Microbacias dentro do município, para definir qual ou quais serão trabalhadas com recursos do MB2.

Após esta fase, o projeto entra para a etapa de promoção e implementação propriamente dita, em nível de comunidade.

4.5. Pesquisa agropecuária participativa no Microbacias 2

Divulgar trabalhos técnico-científicos resultantes de pesquisas ligadas à agropecuária é tarefa especial intitulada de difusão tecnológica e esta se baseia nas necessidades dos agricultores familiares.

A pesquisa agropecuária desenvolvida na Epagri, conforme o que preconiza o MB2 dará lugar à participação direta dos beneficiários desta pesquisa. Este enfoque tem a chance de atender adequadamente as demandas apresentadas pelos produtores rurais, notadamente os de característica familiar, a grande maioria do Estado de Santa Catarina, e neste estudo de caso.

Como a proposta do MB2 é orientar os atores sociais, sobretudo, para a autogestão comunitária e a construção do desenvolvimento rural sustentável, a pesquisa de novas técnicas e procedimentos agropecuários é de fundamental importância para que os agricultores familiares possam continuar produzindo e competindo com as exigências do mundo globalizado.

Corroborando, prescreve a cartilha do MB2 (MICROBACIAS 2, 2003, p.13):

Com base nas metodologias de mobilização comunitária desenvolvidas pelo Microbacias 2, serão dinamizadas a participação interativa e a articulação dos atores sociais estratégicos, visando a identificação de alternativas e soluções para os problemas vinculados à gestão dos recursos hídricos destas regiões.

A pesquisa participativa tende a ser solidária com os anseios dos segmentos das populações interessadas nos resultados, que, desta forma, têm a possibilidade de acertarem as soluções para os seus problemas específicos.

Segundo o Manual Operativo do Projeto Microbacias 2 (2002), deverão ser formados grupos de trabalho, com a participação de agricultores e técnicos, para definição de prioridades e elaboração dos projetos. Serviços profissionais e/ou entidades especializadas na área do projeto, poderão ser contratadas, caso seja necessário, desde que previamente credenciadas junto ao Projeto. A responsabilidade de organizar esta atividade é da ADM, com o apoio dos Animadores Municipais [visto mais adiante] do Facilitador e dos profissionais e/ou entidades contratadas. A análise dos impactos ambientais dos projetos será de responsabilidade do Facilitador.

Para prospectar quais os projetos de pesquisa a serem feitos e envolver os atores do projeto, o MB preconiza metodologia e estratégia de ação própria. Após a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica (PDMH), chega o momento da elaboração dos projetos de pesquisa na microbacia, os quais devem ser iniciados após a elaboração do PDMH. O PDMH, oferecendo base para a elaboração dos Projetos Comunitários.

Depois do Plano de Desenvolvimento da Bacia Hidrográfica dos projetos comunitários, grupais e individuais elaborados, seguem-se as etapas:

- a) Visitas de Planejamento: são visitas feitas pelo facilitador e outros técnicos credenciados, em todas as propriedades, primeiramente àquelas identificadas como público prioritário, para a elaboração do Plano de Desenvolvimento da Propriedade (PDP);
- b) Reuniões de Planejamento com os Grupos de Situação Comum: definidos os grupos comuns de produção similares, com interesses comuns, deverão ser realizadas reuniões, tantas quantas forem necessárias para definição da estratégia de trabalho, definição de projetos grupais/coletivos (ou comunitários);

- c) Elaboração de Grupos/Coletivos: deverão ser formados grupos de trabalho, com a participação de produtores e técnicos, para elaboração dos projetos definidos. A responsabilidade será da ADM, com apoio do Facilitador, Animadores municipais e profissionais e/ou entidades contratadas. Neste momento, já deve iniciar a análise dos impactos ambientais dos projetos;
- d) Elaboração dos Projetos para Recuperação das Áreas Degradadas: estes projetos são elaborados com base em estudos realizados nas três Microbacias piloto, selecionadas para serem beneficiadas pelo PRAPEM/MICROBACIAS 2. Nesta etapa participam todos os Animadores Municipais, conforme a Figura 13.

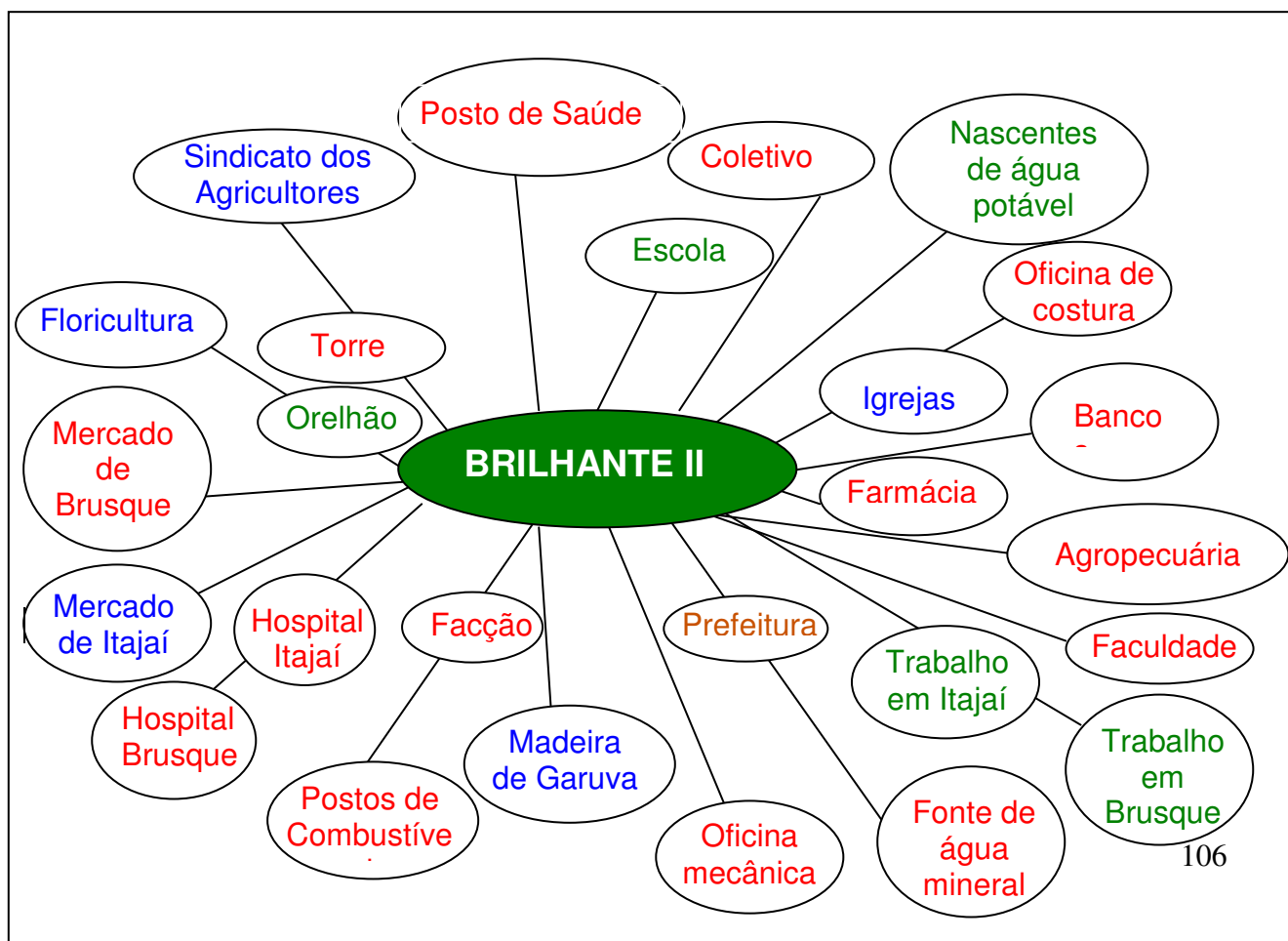


Figura 13. Inter-relações da Comunidade.

e) Elaboração dos Projetos para as Populações Indígenas: estes projetos são elaborados por Facilitador especialmente contratado para atuar nas áreas indígenas.

Peter Drucker (1998), falando sobre as “decisões sobre a diversidade” sócia e étnica, diz que “devemos ter o consenso sobre os ideais que unem. Quanto maior esse consenso, mais fácil será criar um ambiente apropriado para uma população diversificada.”

Os principais problemas encontrados na implementação do MB2, na Microbacia Brilhante II evocam a necessidade da prática da avaliação conceitual e factual das ações deste projeto. Os muitos interesses presentes no espaço local podem ser sobejamente mais fortes do que a capacidade de uma instituição de resolvê-los. Isto aponta para um patamar superior no nível gerencial das instituições envolvidas, muitas vezes, apenas com a parte dos recursos que lhe cabe, sem o envolvimento do corpo funcional com os genes da política pública.

Comparando com o grau de conflitos reinantes dos processos políticos, refletidos aqui nos problemas de “pouca solidariedade” entre as entidades envolvidas no projeto e o “pouco envolvimento dos órgãos que deveriam ser parceiros”, caracterizam o que diz Frey (2000):

Da maneira como a dimensão material dos problemas ambientais tem conduzido à cristalização de constelações específicas de interesse, os programas [políticas públicas] ambientais concretos, por sua vez elaborados por agentes planejadores, devem ser considerados o resultado de um processo político, intermediado por estruturas institucionais, que reflete constelações específicas de interesse.

A Tabela 2 denota essa constelação de interesses, especialmente quando configura a mudança constante de técnicos na condução do projeto, a não aplicação de metodologia recomendada pelo Manual Operativo do MB2 e a falta de caracterização adequada do espaço sócio, cultural e ambiental da microbacia. Dá-nos a impressão que a comunidade não participa única e exclusivamente por decisão dela, e que pelo “histórico negativo da comunidade em função dos inúmeros

projetos iniciados e não acabados, por diversas instituições”, associado ao fato de a mesma ser “[...] muito grande para ser trabalhada”, entre outras questões apontadas pelos próprios técnicos, os deixaram imobilizados.

No entanto, no caso específico do MB2, o que verificamos é que a Epagri acaba muitas vezes sendo o único órgão oficial efetivamente envolvido no projeto, conforme o que podemos ver no Gráfico 1.

Podemos perceber a concentração de tarefas em poucas instituições: Epagri e Prefeitura Municipal de Itajaí, citadas majoritariamente tanto na priorização quanto na execução do MB2 na comunidade de Brilhante II, ratificando o que os autores supramencionados relatam.

Notou-se também que cada técnico entrevistado se preocupou em citar a sua instituição, dando a entender que as poucas ações levadas a campo se devem às atitudes do órgão ao qual pertence.

Observa-se que 60 % dos técnicos entrevistados alegaram desconhecer as avaliações do projeto na comunidade. Se desconhecem o processo e a avaliação em si, como podem estar informados dos alcances e metas obtidas?

Pouco menos grave, porém preocupante, também é o caso “Na priorização”, onde 38% dos entrevistados alegaram desconhecer esta etapa completamente.

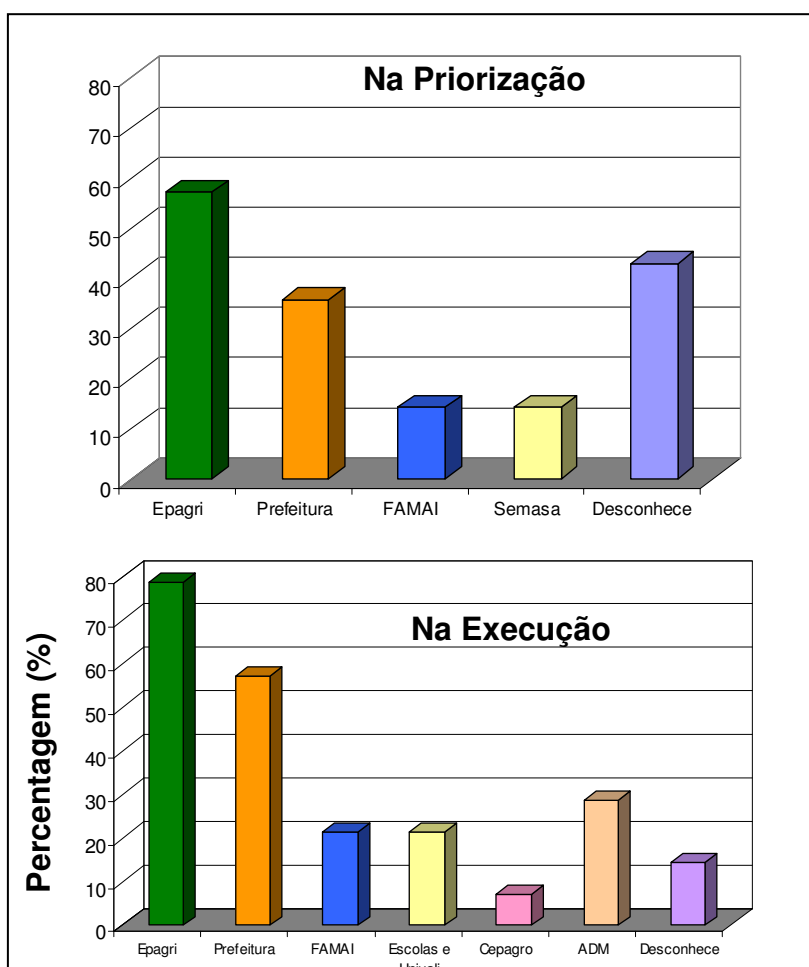


Gráfico 1. Participação dos Órgãos envolvidos no Projeto MB2, em Brilhante II.

Aqui vale uma ressalva: não entrevistamos as lideranças eclesiais, o padre e o pastor, pelo fato dos mesmos não terem sido citados em nenhum momento, como tendo contribuído com o projeto, além de serem pessoas que residem fora da localidade, vindo ao local apenas para os eventos religiosos. No entanto, consideramos a religiosidade das famílias um fator importante, e que influenciou a participação no projeto.

Percebe-se que o nível de desconhecimento sobre ações e fases do projeto é elevado, o que deve estar acontecendo também em função da alta rotatividade de profissionais, o que causa a quebra da seqüência das ações e projetos.

Partindo do prisma de que o envolvimento das entidades que, teoricamente devem estar envolvidas no projeto, as modalidades e papel do ATER no âmbito da Microbacia são definidos de acordo com o Manual Operativo (MICROBACIAS 2, 2002), da seguinte forma:

Cabe à Epagri:

1. mobilização na fase inicial do processo de implementação do PRAPEM/MICROBACIAS 2;
2. elaboração de projetos individuais, grupais e comunitários; assistência técnica suplementar ao público prioritário;

3. capacitação e sensibilização de lideranças e entidades envolvidas;
4. capacitação, acompanhamento, assessoria e fiscalização do serviço de ATER contratado pela ADM para elaboração e execução do PMDH(Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica) e;
5. alocação de veículos a ADM, quando for o caso.

Cabe à Associação da Microbacia (ADM):

2. coordenar a elaboração, execução e gestão do PMDH;
3. ser a gestora dos recursos específicos a ela repassados pelo PRAPEM/MICROBACIAS 2 e;
4. responsabilizar-se pela contratação do serviço de ATER para a elaboração e execução do PMDH

Cabe aos outros parceiros:

1. animação do processo de desenvolvimento da microbacia, após o credenciamento das instituições e realização de convênios com a SEE (Secretaria Executiva Estadual do Projeto MB2);
2. assistência técnica dos produtores de forma suplementar e;
3. elaboração de projetos individuais, grupais e comunitários.

4.6. Inversão de recursos financeiros e materiais

Considerando os resultados obtidos no Microbacias/BIRD 1, e as inovações que estão sendo introduzidas pelo Microbacias 2, em relação à participação da comunidade na definição do que, como e quando fazer, estruturou-se um componente denominado Inversões Rurais.

Este componente tem o objetivo de se constituir no mais importante instrumento para o alcance dos resultados do projeto Microbacias 2. Além de viabilizar a implantação de práticas, atividades obras e empreendimentos voltados à recuperação e conservação do meio ambiente, melhoria de habitação e infraestrutura social e de renda, entre outras ações criativas, servirá como suporte financeiro para a execução de ações e projetos que produtores descapitalizados não conseguiriam. Finalmente, pretende buscar o alívio à pobreza no meio rural e a

recuperação e conservação dos recursos naturais. Ou seja, trata basicamente sobre a questão financeira e material do projeto (MICROBACIAS 2, 2002).

Isto pode ser claramente verificado, quando comparamos os valores globais do Microbacias 1 e o Microbacias 2. Enquanto no primeiro projeto absorveu US\$ 69,58 milhões, sendo US\$ 33 milhões do BIRD e US\$ 36,58 milhões de contrapartida do Estado de Santa Catarina, o Projeto Microbacias 2 prevê investimentos de US\$ 107,5 milhões até o final de 2008. Do total orçado, 59% serão desembolsados pelo Banco Mundial (BIRD) e 41% pelo governo do Estado.

No caso específico da Microbacia Brilhante II, tomamos 2006 como o ano base para o nosso exercício de avaliação, pois no momento da tomada das informações os técnicos não dispunham os dados conclusivos. Assim, no espaço de um ano, um total de 65 propostas foi apresentado, atendendo a 176 beneficiários. Nota-se que 67,43% das 261 famílias da microbacia foram beneficiadas, considerando-se todas as ações (individuais, grupais e comunitárias). Considerando-se apenas os benefícios individuais, a percentagem de beneficiados não ultrapassaria 30%. Observando apenas a percentagem geral temos a falsa impressão de que mais da metade da população recebeu benefício direto do projeto, o que de fato não ocorreu. Os projetos grupais de água foram os que mais estenderam os benefícios sobre a população residente na microbacia.

As principais propostas apresentadas e aprovadas até o momento foram: reforma do telhado, reforma de residência, aumento de cômodos, sistemas de tratamento de efluentes domésticos, sistema de captação e armazenamento de água, construção ou reforma de banheiro, rede de distribuição para as residências, proteção de fonte, melhoria da produção (fruticultura-3ha), equipamentos e insumos para apicultura, máquinas e equipamentos para agricultura e agregação de valor a produtos, melhoria de estradas internas (Figura 14). Prevaleceu melhoria de residências, envolvendo banheiros, saneamento básico, forros, ampliações e captação de água.



Figura 14. Melhoria de residências, unidades de saneamento básico, captação e distribuição de água.

No entanto, vale ressaltar que estas propostas revelam apenas intenções planejadas com o fito de implementar alternativas de renda, mas que efetivamente muito pouco foi feito neste sentido. Isto inclusive foi motivo de crítica dos moradores, os quais citavam nas entrevistas as expectativas criadas pelos técnicos, especialmente o facilitador, quanto aos recursos para a implantação de projetos de produção agrossilvoecopastoril⁵⁸.

Para o ano de 2006, segundo Relatório da SEE, fornecido pela Secretaria Executiva Regional - Itajaí, quando o projeto estava em ação, o valor total apoiado das propostas pagas foi de R\$77.871,37, nos projetos acima citados. Houve ainda

⁵⁸ Integra práticas agrícolas, pastoris e florestais para aumento da produtividade e sustentabilidade da produção, na propriedade familiar. Agro=culturas agrícolas; silvo=silvicultura, florestas; eco=ecologia e respeito ao meio ambiente; pastoril=pecuária, gado de um modo geral e outros animais (EMBRAPA, 2008).

um valor de R\$30.830,71 referente a repasses (comprovados) para à ADM - Brilhante II, em função do pagamento dos salários dos facilitadores, combustíveis e materiais de expediente da ordem, totalizando R\$108.702,08 aplicados no apoio logístico e no pagamento de projetos individuais e grupais.

A Tabela 9 traz o resumo do que foi aplicado e os principais projetos e benefícios levados ao Brilhante II, em 2006, pelo MB2.

Tabela 9. Recursos do MB2 aplicados na Microbacia Brilhante II, em 2006.

Benefício	Valor pago em R\$	Nº de projetos	Nº de beneficiados
Total geral	77.871,37	47	127
Sistema de tratamento de efluentes domésticos	26.155,64	11	53
Reforma (geral) de residência	17.551,80	16	16
Rede de distribuição (água) para residências	11.500,00	5	23
Sistema de captação e armazenamento de água - Grupal	9.476,35	2	22
Reforma do Telhado	6.587,58	6	6
Construção ou reforma de banheiro	5.855,30	6	6
Aumento de cômodos	744,7	1	1

Fonte: Secretaria Executiva Regional do PRAPEM/MICROBACIAS2-Gerência Regional da Epagri-Itajaí.

É possível concluir que:

- dos 47 projetos executados até 2006, 40 (85,10%) eram individuais (reforma do telhado, aumento de cômodos, construção ou reforma de banheiro, reforma (geral) de residência, sistema de tratamento de efluentes domésticos);
- apenas 7 (sete) projetos (14,87%) são grupais (sistema de captação e armazenamento de água e rede de distribuição de água para residências);
- não figuram recursos para projetos comunitários.

Quanto ao montante dos recursos aplicados, seguindo-se a mesma ordem de análise feita para o número de projetos, os números ficam assim:

- dos R\$77.871,37 (setenta e sete mil e oitocentos e setenta e hum reais e trinta e três centavos), 73,06% se destinaram para benefícios individuais;

- para projetos grupais foram destinados apenas 26,94% do montante (R\$77.871,37);
- também não figuram, obviamente, recursos financeiros para projetos comunitários.

Observamos que a própria ADM não cumpriu sua finalidade estatutária, de acordo com o Art.4º do seu estatuto (Anexo E), que era dar prioridade para as ações grupais e coletivas, numa clara preferência pelo associativismo. O que se observou foi a total preferência pelos projetos individuais. Uma observação apresentada pelo facilitador do projeto e pelo próprio secretário executivo regional foi a de que os recursos vieram “de cima” com esta orientação, pois eram mais fáceis de serem aplicados; os projetos grupais e os comunitários demandam mais esforço de liderança e inteligência coletiva, sendo normalmente, segundo eles, mais complicados quanto à sua aceitação.

Quanto a distorções na aplicação dos recursos (financeiros e materiais), foi encontrado o fato de alguns beneficiários não terem utilizado materiais recebidos a fundo perdido para a construção de banheiros e fossas, algo em torno de 5% dos casos.

O que mais nos chamou a atenção foi a dificuldade que tiveram técnicos e a ADM para fazer com que a empresa vencedora da licitação, finalizasse a obra. O erro apontado neste caso foi o fato da referida empresa ter recebido a totalidade dos recursos, antes da execução final do projeto. Porém, nada que pudéssemos mencionar como sendo de má fé, ou que tivesse causado um prejuízo maior à ADM, ou aos cofres públicos.

Isto demonstra que a maneira como os recursos são levados aos beneficiários, passando pelo crivo da ADM e dos moradores e associados é eficaz.

Mesmo considerando o fato da equipe multidisciplinar não ter atuado a contento, e da participação ter sido considerada fraca, os recursos foram “vigiados” permanentemente pelos beneficiários e não-beneficiários do MB2, em Brilhante II.

Traduz-se isto num ponto forte do projeto, compensando, em nosso modo de ver, possíveis ineficiências do mesmo.

Este dado é importante, especialmente quando temos em mente a corrupção praticada na gestão pública atualmente em nosso país, com o desvio de altas somas de recursos do erário.

Segundo informações da Secretaria Regional de Itajaí, o Microbacias 2 está “funcionando melhor do que o Microbacias I”. Reputam esta evolução à melhor formatação do 2 – fruto da experiência e do amadurecimento decorridos do Microbacias/BIRD 1 – e pelo maior volume de recursos financeiros aplicados.

O primeiro passo nesta direção foi dado no sentido de procurar os técnicos da equipe interdisciplinar, para conhecer a visão dos mesmos a cerca dos recursos aplicados. Não exigimos dos mesmos cálculos precisos, até porque percebemos muita desinformação sobre o tema.

Na Tabela 10, relataram-se os principais projetos implantados pelo Microbacias 2 até o final de 2007, segundo os técnicos da equipe interdisciplinar.

Observa-se neste quadro que a equipe interdisciplinar incluiu também as ações dos parceiros, muito embora as mesmas não tivessem visibilidade entre os beneficiários. Enquanto os beneficiários expressam grande insatisfação, os técnicos estão mais conformados e parecem relatar informações mais positivas, não se coadunando com a realidade.

Tabela 10. Principais projetos implantados pelo Microbacias 2 em Brilhante II, segundo os técnicos.

Entrevistado	Principais projetos
A	Fossas residenciais, banheiros e capacitação.
B	Projeto Piava, excursões sobre água, dia-de-campo sobre batata-doce, artesanato com fibra de bananeira e palha de milho.
C	Projeto de horta, um curso,
D	Pastagem, reformas de casas e fossas.
E	Proteção de nascentes, reflorestamento, esgotos, melhoria de residências
F	Desconhece.
G	Desconhece.
H	Desconhece.
I	Conforme o relatório oficial da Secretaria Executiva Regional
J	Proteção de fontes, melhoria de residências, numeração de casas (endereços).
K	Projetos de fruticultura (três), melhoria de residências (cozinha e

	banheiros), cursos de artesanato (fibra de bananeira e palha de milho).
L	Recuperação da mata ciliar através do projeto Piava. Proteção de nascentes. Melhoria de residências (reformas e banheiros), tratamento de esgoto doméstico, captação e distribuição coletiva de água.
M	Capacitação e treinamentos.
N	Melhoria de residências, saneamento básico, capacitações.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Observa-se na Tabela 11 informações que traduzem a visão de cada técnico sobre a questão financeira.

A resposta que mais aparece é uma grande desinformação, com a citação “desconhece o montante” ocupando a ponta.

Houve praticamente unanimidade na citação de que “os recursos foram insuficientes”.

Apenas um mencionou que “acha que foram suficientes”, complementando que “o grande lance é a organização comunitária e o seu desenvolvimento desde o início já sabiam disso.”

Um dos entrevistados mencionou que os recursos solicitados pelo facilitador foram todos aplicados, o que pode demonstrar que não houve um planejamento adequado para esta microbacia.

Aliado a isto, também devemos considerar que houve alta rotatividade de técnicos (extensionistas e facilitadores) ainda mais quando o mesmo não conta com parcerias muito eficazes, conforme ficou demonstrado na Tabela 1.

Este quadro já foi analisado anteriormente, mas cabe aqui reforçar a necessidade de maior envolvimento e transparência entre os órgãos envolvidos.

Tabela 11. Visão dos técnicos sobre os recursos aplicados pelo MB2, na Microbacia Brilhante II.

Técnico Entrevistado	Recursos aplicados
A	Desconhece o montante. O que o facilitador solicitou foi aplicado. Acha que faltaram bons projetos.
B	Desconhece o montante. Reduziu muito de 2006 para 2007. Recursos insuficientes. Atrasos e frustrações
C	Desconhece o montante.

	Não foram suficientes.
D	Desconhece o montante. Acha que ninguém na comunidade sabe, pois há um desconhecimento geral do projeto.
E	Desconhece o montante. Sugere mais transparência e discussão quanto à aplicação. Os parceiros não foram envolvidos neste processo.
F	Desconhece.
G	Desconhece.
H	Desconhece.
I	De acordo com os dados oficiais.
J	Desconhece o montante. Insuficientes, pelo tamanho da comunidade.
K	Desconhece o montante. Recursos insuficientes. Só para a moradia seriam necessários dez vezes mais recursos.
L	De acordo com dados oficiais.
M	Desconhece o montante. Acha que foram suficientes. “O grande lance é a organização comunitária e o seu desenvolvimento desde o início já sabiam disso.”
N	De acordo com os dados oficiais.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

A Tabela 12, apresenta a caracterização adotada pelo MB2 para a definição dos beneficiários dos recursos do MB2. Apenas a família que se enquadrar nos critérios apresentados nesta tabela têm direito aos recursos desta política pública.

Tabela 12. Beneficiários e critérios de enquadramento recomendados pelo Microbacias 2.

BENEFICIÁRIOS	CRITÉRIOS DE ENQUADRAMENTO
Agricultor familiar Periférico (AP)	Unidade produtiva tipicamente de caráter familiar com mais de 50% de mão-de-obra proveniente da família; possuir um valor agregado por pessoa ocupada menos que um salário mínimo mensal.
Agricultor familiar em transição 1 (AT1)	Unidade produtiva tipicamente de caráter familiar com mais de 50% de mão-de-obra proveniente da família; possuir um valor agregado por pessoa ocupada entre um e dois salários mínimos por mês.
Agricultor familiar em transição 2 (AT2)	Unidade produtiva tipicamente de caráter familiar com mais de 50% de mão-de-obra proveniente da família; possuir um valor agregado por pessoa ocupada entre dois e três salários mínimos mensais.
Agricultor familiar consolidado (AC)	Unidade produtiva tipicamente de caráter

	familiar com mais de 50% de mão-de-obra proveniente da família; possuir um valor agregado de três salários mínimos por pessoa/mês, no mínimo.
Patronal (P)	Unidade produtiva onde mais de 50% da mão-de-obra é contratada; possuir um valor agregado por pessoa ocupada que corresponda a uma remuneração igual ou superior a três salários mínimos mensais.
Agricultor familiar com “renda não agrícola” (RNA)	A unidade produtiva tem mais de 50% da renda composta por recursos provenientes de atividades desenvolvidas fora da propriedade.
Empregadores rurais (ER)	Empregadores na área rural da microbacia, cuja renda agregada não ultrapassa os dois salários mínimos por pessoa ocupada, incluídos aqueles em atividades não agrícolas na microbacia, e que residirem na mesma.
Indígenas	Indígenas cujas aldeias estejam localizadas, no topo ou em parte, em uma microbacia trabalhada.
Grupos de beneficiários formais e informais	Serão considerados grupos de beneficiários quando compostos de no mínimo três famílias independentes e quando formalizados, devem estar devidamente registrados nos órgãos competentes.
Organizações de beneficiários	Desde que localizadas nas Microbacias trabalhadas ou quando não localizadas na mesma, mas de importância estratégica para o PDMH, desde que os membros de seu quadro social se enquadrem nas normas estabelecidas pelo MICROBACIAS 2.

Fonte: Manual Operativo do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

Podemos afirmar que os verdadeiros beneficiários são os agricultores periféricos, em transição 1, empregados rurais e os indígenas. E estes são em número considerável nesta microbacia.

Um fato considerável, que confrontou com a metodologia e os critérios de enquadramento preconizados pela cartilha do projeto, foi o fato do facilitador e os integrantes da ADM terem definido por sorteio quem seria beneficiado. Num primeiro momento, alegaram que “a comunidade decidiu em reunião”. Esta informação pode ser considerada duplamente contraditória: primeiro, pelo fato dos mesmos acusarem a comunidade de falta de participação crônica em todas as reuniões mensais do projeto; a segunda, pelo fato de ir em caminho inverso daquele preconizado pelo Microbacias 2 na definição dos beneficiários.

Notou-se grande insatisfação nas entrevistas com os moradores com esta maneira de definir os beneficiados com os materiais adquiridos com recursos do projeto, uma vez que muitos destes tinham mais posses, não se caracterizando como beneficiários. Houve casos em que os beneficiados doaram materiais para outras famílias. Muitas críticas foram feitas por alguns beneficiários, acusando a ADM e o facilitador de dirigirem os benefícios para os seus amigos, familiares e apadrinhados.

Mais adiante, o facilitador e a diretoria da ADM decidiram iniciar a distribuição dos benefícios pela parte alta da microbacia, alegando que os recursos naturais, fontes de água e florestas necessitavam ser protegidas inicialmente nas suas nascentes.

Este método mostrou-se também deficiente, uma vez que também privilegiou quem menos necessitasse dos recursos.

Após estas duas tentativas, os técnicos e a diretoria da ADM passaram a adotar os critérios de seleção preconizados pelo projeto.

Em contra partida, fomos a campo indagar os técnicos integrantes da equipe interdisciplinar sobre os critérios efetivamente adotados para a escolha dos beneficiários. O que percebemos foi uma práxis em grau muito diverso do que é preconizado pelo MB2, conforme pode ser notado na Tabela 13.

Tabela 13. Procedimentos adotados pela equipe multidisciplinar para definir as famílias beneficiadas pelo Projeto Microbacias II em Brilhante II.

Entrevistado	Procedimentos utilizados na definição das famílias beneficiadas
A	Reuniões da ADM e comunidade, pelo facilitador diretamente.
B	Reuniões, excursões, resgate histórico, grupo de discussão e outros preconizados pelo MB2
C	Elas foram se cadastrando. Inicialmente, por sorteio, depois, de cima para baixo.
D	Desconhece – mora fora da área da Microbacia
E	Confecção de um cadastro. Quem vinha nas reuniões era beneficiado (quem não participava não recebia o benefício).
F	Inicialmente, as famílias tinham que se cadastrar, e se fez por sorteio. Nos critérios não eram claros.
G	Desconhece – não estava mais no cargo
H	Desconhece – estava no cargo, mas o sindicato tem problemas na

	justiça.
I	“Conforme a metodologia do MB2”. Priorizou-se de habitação e banheiros.
J	Facilitador e ADM
K	“Selecionamos os mais participativos das reuniões. Nada do recomendado pelo MB2”
L	Inicialmente, a comunidade decidiu que seria por sorteio (durante um ano). Famílias mais carentes, de acordo com levantamento feito pelo facilitador e Pres. ADM.
M	Foram definidas pela Diretoria da ADM, aos mais necessitados, seguindo o que pede o Projeto MB2. Desconhece o sorteio.
N	Foram definidas pela Diretoria da ADM, aos mais necessitados, seguindo o que pede o Projeto MB2.

Fonte: Epagri e ADM-Brilhante II.

O que fica evidente é que os beneficiários foram sorteados praticamente durante um ano, depois a própria diretoria da ADM chamou para si a responsabilidade, sem a participação dos atores sociais.

Quando comparamos a tabela 12, onde os critérios expressos nela são os recomendados pela Manual Operativo do Microbacias 2, notamos uma profunda diferença com os procedimentos adotados pela equipe multidisciplinar (Tabela 13) para definir as famílias beneficiadas pelo Projeto Microbacias II em Brilhante II.

Na Tabela 14, praticamente os beneficiários respondem com sua insatisfação, aos técnicos e dirigentes da ADM, sobre a forma como foram escolhidos os beneficiários.

Tabela 14. Opinião dos beneficiários sobre os critérios adotados e os recursos recebidos.

Entrevistado	Pensamento
1, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14 e 15	Não mencionaram, ou sem anotações.
2	“Eles podiam parar com isso e dar esse dinheiro para os pobrezinhos, que seria melhor do que a maneira como foi feito” Os meus vizinhos, eu só escuto eles falarem mal (do projeto), pois eles não ganharam nada”
3	Não comentou.
4	“Tinha uma família que puxava tudo para o lado deles e nós percebíamos isso.”
9	“Disseram que veio 190 mil para o Brilhante. Eu acho que não veio

	nem 50 mil. Prometeram muito e não deram. Prometeram um laticínio e o dinheiro não deu. Primeiro, foi por sorteio, depois de cima para baixo, finalmente, eles se reuniram e mudaram de novo a maneira de selecionar e definir os beneficiários.”
16	“Há quem ganhou o material e não fez a sua parte.”
17	“Vinhem no meu tio e nunca na minha casa, que era bem do lado. Tem gente que vendeu a fossa, o cimento, o piso e o vaso sanitário, eu sei de três casos. Ela já tinha o banheiro, não sei como ganhou outro. A confusão entre o sorteio e depois a escolha de cima para baixo.”
18	Não comentou.
19	“Uns não venderam os materiais que receberam com medo. Quem precisava fez, já os sorteados nem sempre fizeram. Os beneficiários foram definidos por sorteio, deixando de fora os mais necessitados. Os recursos foram diminuindo porque o pessoal não usou e até trocaram o que receberam.”
20	Não comentou.
21	“Não tenho nada a reclamar, acho que as fossas foram a melhor coisa para a comunidade.”
22	Não comentou.
23	Não comentou.

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Percebe-se que há alto grau de descontentamento e discordância dos critérios adotados, principalmente o sorteio, método não recomendado em nenhum momento do Manual Operativo do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

O que ficou evidente é que, enquanto o MB2 preconiza um procedimento técnico, inclusive repassado aos extensionistas e componentes do GAM, na prática, o que se faz é algo totalmente diverso. cremos que isto explica a pouca eficiência do projeto em nível de comunidade.

Acusações de todo tipo, como de desvios de recursos, vizinhos que não utilizaram os materiais nas finalidades exigidas, desconfiança quanto ao montante dos recursos aplicados na microbacia traduzem um quadro de descrédito no projeto. Mesmo assim, os moradores e beneficiários entrevistados ainda são unânimes em afirmar que o projeto é muito bem elaborado, que a idéia é muito boa, e que os moradores também puderam refletir o quanto são desorganizados. Só não foi mais efetivo por culpa também da comunidade, a qual não se envolveu em níveis que permitissem a obtenção de melhores resultados. Evidentemente, podemos

considerar que os problemas da falta de participação e falta de organização comunitária não foi introduzido na microbacia pelo Projeto, mas apenas se tornaram visíveis com a nova maneira de enxergar e propor o desenvolvimento sustentável da localidade.

Na Tabela 15, apresentamos os benefícios recebidos pelos beneficiários, entrevistados neste estudo de caso.

Dos 23 entrevistados, onze (11), ou seja, 47,82% deles, não receberam qualquer benefício individual. Os que receberam benefícios, os mesmos chegaram a eles na forma de materiais de construção, fossas sépticas, caixas d'água e encanamento.

Fica evidente que os projetos foram direcionados para a questão das moradias e qualidade da água potável. Projetos voltados para a geração de renda se resumiram em algumas mudas de acerola, mudas de bananeira e caixas de abelha. Num universo de 261 família isto significa apenas 1,14% de famílias beneficiadas na microbacia. Estes três projetos de geração de renda representam 6,38% dos projetos efetivamente implantados (47 no total) em dois anos em Brilhante II.

Tabela 15. Benefícios recebidos segundo os beneficiários

Entrevistado	Individual	Grupal	Comunitário	Outros comentários feitos pelos entrevistados
1	Fossa séptica	Água tratada (caixas e mangueiras)	Não mencionou	Não comentou
2	Fossa (tubos, areia e canos).	Não mencionou	Não mencionou	Não comentou
3	Fossa, reforma e ampliação da cozinha	Horta	Não mencionou	"A horta deu em nada porque o pessoal não cuidou"
4	Dez caixas de abelhas	Capacitação, tratamento e distribuição de água.	Limpeza do rio envolvendo alunos da Escola Martinho Gervasi	"Não participei deste trabalho comunitário"
5	Mudas de bananeira	Água tratada	Não sabe de nada	Não comentou
6	Fossa séptica	Não mencionou	Não mencionou	Não comentou
7	Nenhum	Nenhum	Limpeza da água do rio	Não comentou
8	Nenhum	Água tratada	"Só para os outros"	"Só para os outros"
9	Nenhum	Água para sete(7) famílias	Não citou	Não comentou
10	Nenhum	Nenhum	Não mencionou	"Para alguns, sim, veio reforma de casas etc."
11	Nenhum	Nenhum	"Não houve melhorias"	"Não houve melhorias na comunidade"

12	Nenhum	Nenhum	“Alguns vizinhos”	“Alguns vizinhos receberam”
13	Fossa	Água para três famílias	Não mencionou	“Um grupo brigou porque queria água na lagoa”
14	Fossa séptica e materiais para construção	Nenhum	Não mencionou	Não comentou
15	Nenhum	Nenhum	Não mencionou	“Apenas a fossa do pai, que está na casa da frente”
16	Reforma da casa (materiais)	Nenhum	Não mencionou	Não comentou
17	Nenhum	Água	Não mencionou	“Tanta gente ganhou materiais e não usou”
18	Fossa séptica	Nenhum	Q qualidade da água	“Bastante gente foi beneficiada, principalmente com caixa d’água”.
19	Fossa séptica	Água	Não mencionou	“Não quis a água porque não era de boa qualidade”
20	Melhoria da residência e banheiro, mudas de acerola	Água tratada, fossa para grupo (ainda não construída)	Melhoria da água do rio e limpeza	“Quem quis trabalhar deu certo, recebeu e fez”.
21	Nenhum	“Alguns vizinhos receberam alguma coisa”	Não sabe direito, mas as fossas foram as coisas mais importante.	Nunca participou de reuniões do MB2
22	Nenhum	Não sabe	Acredita que foi a água	Nunca foi a uma reunião da ADM
23	Nenhum	Alguns receberam caixa d’água.	Os técnicos deveriam resolver o problema do cultivo do abacaxi.	A esposa foi a algumas reuniões

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Tendo-se em mente as demandas levantadas pela comunidade e apresentadas no PMDH, os benefícios levados concretamente até as propriedades ficaram muito aquém dos anseios da comunidade.

Por certo, esta baixa percentagem de atendimentos gerou frustração e refletiu na avaliação que os mesmos fizeram e continuarão a fazer, caso não se mude este quadro daqui para frente.

No entanto, o que se percebe (ENAP, 2001, p.43) é que,

Os consumidores [de políticas públicas] têm mais dificuldade em avaliar qualidade de serviços do que qualidade de bens tangíveis. Os critérios por eles adotados para avaliar os serviços tendem a ser mais difíceis de compreender, identificar, em geral sendo mais complexos. Os consumidores dos serviços não avaliam sua qualidade apenas em função do produto final. Sua avaliação incorpora, também, uma opinião sobre o processo de fornecimento do serviço.

Isto nos faz questionar a maneira pouco organizada e metódica com que o MB2 parece ter sido implementado nesta microbacia. Quando os técnicos não se envolvem em todas as etapas do processo, o que percebemos é um distanciamento ainda maior e um crescente descrédito perante a comunidade.

4.7. Impactos ambientais

Há uma expressão muito comum entre os técnicos de que o trabalho em Microbacias hidrográficas procura respeitar o “correr das águas”⁵⁹.

Este “correr das águas” leva consigo alguns problemas e traz algumas soluções, mas a interferência humana, de maneira desastrosa tem complicado o desenvolvimento natural dos recursos naturais.

A situação encontrada nas 19 (dezenove) microbacias hidrográficas monitoradas pelo MB2 mostra que as condições de saneamento básico ainda deixam muito a desejar.

Segundo informações relatadas pelo Instituto CEPA (2005 a), contidas no Relatório Marco Zero, comparando-se o quadro encontrado com a situação média vigente em Santa Catarina em 1998 (constatada na avaliação final do projeto Microbacias II) verifica-se que das 19 Microbacias monitoradas pelo Projeto Microbacias II, apenas 54,40% dos estabelecimentos possui banheiro interno (nas dependências da casa) e fossa séptica. Em 1998 o Projeto Microbacias I indicava que 81,60% dos estabelecimentos já possuíam banheiro interno com fossa séptica. Ou seja, a situação nas Microbacias monitoradas é pior do que a situação média vigente no Estado em 1998.

No plano de pesquisa deste estudo, um dos objetivos específicos expressava a necessidade de constatar se houve ou não recuperação ambiental e conservação dos recursos naturais (água e cobertura vegetal) na comunidade Brilhante II.

Dentro do projeto, e na área de atuação da ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia, os beneficiários devem ser levados, segundo o que preconiza o MB2, a compreender que cada indivíduo faz parte do todo comunitário. O rio que passa na propriedade de um beneficiário é tão importante quanto o riacho

⁵⁹ No entendimento popular verificado na comunidade, de obediência à ordem natural das coisas, às leis da natureza. Se o ser humano não souber e não tiver disposição para compreender isto estará, possivelmente, caminhando rumo à destruição do planeta.

que passa na propriedade do vizinho, sendo que beneficiário e vizinho podem se beneficiar da mesma água.

Na Tabela 16 relatamos a percepção dos beneficiários sobre a recuperação dos recursos naturais com a implementação do Microbacias 2.

Percebe-se neste quadro que os recursos naturais mais citados pelos entrevistados são: água, florestas e mata ciliar.

Há uma unanimidade quando se fala em captação e distribuição de água e saneamento básico. Praticamente todos dizem sentir os efeitos dessa ação na qualidade das águas. No entanto, não há citações importantes sobre melhorias promovidas que contribuíssem para a melhoria e ou recuperação dos recursos naturais, um dos centros de atenção do MB2.

Expressões relativas à melhoria da qualidade da água atestam a importância desta ação para os moradores e a comunidade, no entanto estas melhorias não promoveram a recuperação de nenhum recurso natural. Não se mexeu na paisagem da microbacia, mas apenas na proteção das fontes, captação da água e distribuição da mesma aos moradores. Projetos muito parecidos com os que são feitos pelas empresas de água e saneamento que atuam nas cidades. Para estas, a prioridade é identificar um manancial (rio, açude, riacho, nascente, etc), tratá-la e distribuí-la à população. Ao passo que em uma microbacia o enfoque deve ter um diferencial: a conservação, manutenção e recuperação dos recursos naturais, notadamente as florestas e nascentes, no sentido de manter o volume da água que verte das terras. Não basta captar e distribuir, mas garantir a sustentabilidade do recurso, de modo que ele possa estar garantido para as futuras gerações que se estabelecerem naquele espaço. Sem esta preocupação, nenhum projeto na microbacia hidrográfica cumpre o seu papel.

Tabela 16. Importância do Microbacias 2 na recuperação dos recursos naturais, em Brilhante II.

Entrevistado	Foi importante?	Observações feitas pelos entrevistados
1	Sim	"Só melhorou a água, mas não houve plantio de árvores"
2	Sim	"Não trouxe nada na propriedade, nem na comunidade"
3	Sim	"Onde tinha pasto nós plantamos eucalipto em nossa propriedade".
4	Sim	"Limpeza do rio e alguns projetos, como abelha"
5	Sim	Não viu nada que antes não havia
6	Sim	"Modificou bastante, pois antes todo mundo jogava o

		esgoto no rio, hoje apenas metade da comunidade"
7	Não	"Continuam devastando onde não pode"
8	Não	Não comentou
9	Não	"Continua tudo no mesmo, a não ser a água que melhorou um pouco e o lixo é coletado pela Prefeitura".
10	Sim	"Limpeza da água por conta das fossas".
11	Sim	"A água e as fossas foram importantes"
12	Sim	Cita as fossas e a água que melhorou.
13	Sim	"A facilitadora ajudou muito a gente. A água melhorou muito a qualidade".
14	Sim	"Não melhorou aqui onde moro, mas para fora um pouco. Acho que o meio ambiente não melhorou muito. Reuniões não servem para nada, pois a maioria não vai e os que vão só falam mal".
15	Sim	Não quis comentar
16	Sim	"Melhorou nossa casa, mas não trouxe incentivo ao plantio".
17	Não	"Os recursos naturais ficaram como eram, mas melhorou a água para as famílias".
18	Sim	"Estão preservando bastante a água".
19	Sim	Não comentou
20	Sim	"Nada de nativo nem mata ciliar foi feito"
21	Sim	"No que se refere às árvores nada mudou"
22	Sim	"Mais na questão da água".
23	Sim	"Foi bom para a limpeza da água".

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2- Microbacia Brilhante II.

Quando indagamos os beneficiários sobre os pontos importantes e fracos que eles consideravam ter o MB2 para a comunidade eles expressaram contribuições interessantes, os quais são relatados na Tabela 17.

Tabela 17. Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias 2 para a comunidade.

Entrevistado	Pontos importantes pra a comunidade	Pontos fracos para a comunidade
1	As doações para as famílias	Nenhum
2	Fossa e água para muita gente	A injustiça por quem não merece ganhar ajuda
3	A sujeira que saiu do ribeirão	Nenhum
4	As fossas nas casas	Nenhum.
5	Não se lembra	Nenhum
6	Água tratada e distribuída	Nenhum
7	Não citou	Não citou
8	Caixas d'água	Houve brigas
9	A consciência em cuidar mais da natureza – hoje não tem tanta poluição.	Não citou
10	Para quem recebeu	Nenhum
11	Para quem ganhou algo	Distribuição injusta dos benefícios.

12	Saneamento básico	Nenhum
13	“Respeito por nós e pela natureza. Não é preciso desmatar para plantar”.	O sorteio dos beneficiários
14	Ajuda a pessoas necessitadas	Nenhum
15	Tratamento de água	Nenhum
16	Tratamento da água(fossas)	Nenhum
17	Fossa e banheiro para muitas pessoas	Nenhum
18	A limpeza do rio	As pessoas que reclama de “barriga cheia”.
19	Melhorias de residências e banheiros	“Muita fofoca e acusação de desvio de dinheiro”.
20	A comunidade passou a se reunir e conversar mais	O MB2 e ADM não acompanharam a distribuição das coisas, nem a facilitadora.
21	As fossas foram a coisa mais importante	Não houve plantio de árvores nem proteção de beira de rios, nem projeto de lavoura.
22	Água tratada	O pessoal tem intenção de voltar a plantar abacaxi, mas os técnicos não incentivaram.
23	Foi bom a limpeza da água	“Foi uma coisa muito mal organizada. A mulher participou um pouco e depois parou.”

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Os pontos mais importantes coincidem com os maiores benefícios individuais e grupais recebidos pelos beneficiários.

Novamente aqui, os beneficiados com os recursos do projeto ressaltaram a importância das ações voltadas para o saneamento básico, a captação da água e a melhoria de residências, como pontos importantes para a comunidade. Note-se que eles afirmam benefícios individuais como produtores de reflexos positivos para toda a comunidade, uma vez que há um alto índice de famílias pobres residindo na microbacia, conforme caracterizado anteriormente.

Os pontos fracos apontados estão relacionados, novamente, com a injusta distribuição dos recursos, feitos através de sorteio, os desentendimentos e a fofoca, a desorganização geral, a não existência de projetos ambientais (reflorestamentos, mata ciliar, etc), e a falta de acompanhamento efetivo por parte da equipe disciplinar.

Estas citações conferem com o trabalho individualista de algumas instituições, as quais não se integraram no projeto, como preconiza a manual.

Isto requer que se instale um processo de monitoramento e avaliação, em nível de microbacia, não dependendo exclusivamente dos “distantes” mecanismos operacionais do Projeto (MICROBACIAS 2, 2002):

- a) acompanhamento físico-financeiro;
- b) monitoramento sócio-econômico e ambiental em Microbacias piloto e
- c) avaliações de impacto (ex-ante, intermediária e ex-post)⁶⁰.

Visando traçar um paralelo, a Tabela 18, contém a visão dos técnicos entrevistados sobre a efetividade dos projetos na área ambiental. Lembremos que os beneficiários já registraram a não existência de projetos na área ambiental (reflorestamentos, arborizações⁶¹, mata ciliar, etc).

Tabela 18. Efetividade dos projetos na recuperação dos recursos naturais.

Entrevistado	Efetividade nos recursos naturais
A	Não sabe. Desconhecia a situação anterior, pois atua há seis meses no projeto.
B	Sim, foi efetivo. Nunca se fez um trabalho tão sério numa comunidade. Chamou a atenção das autoridades municipais e regionais, pois antes as ações eram isoladas.
C	Não foi efetivo. Houve falta de projetos, acompanhamento e fiscalização.
D	Não foi efetivo. Não viu nada de novo com a existência do projeto.
E	Sim, foi efetivo. Melhorou a qualidade da água para as famílias, nas outras coisas não sente melhoras e nem vê a comunidade cita-las.
F	Desconhece.
G	Desconhece.
H	Desconhece.
I	Pouco efetivo, mas não conhece bem.
J	Sim. Limpeza das águas e as fossas.
K	Sim, foi efetivo. Dentro das possibilidades dos recursos recebidos.
L	Sim, foi efetivo. A proteção de nascentes foi um ponto de conscientização

⁶⁰ O termo ex-ante (por vezes escrito ex ante ou exante) significa "antes do evento". Ex-post significa retroativo, feito ao final do projeto, portanto, avaliando toda a sua extensão comparativamente aos demais relatórios, o inicial e o intermediário.

⁶¹ A arborização está mais relacionada com o plantio de arbustos e árvores nas áreas urbanizadas da microbacia, especialmente do lado de prédios e construções que prestam serviços públicos, como escolas, igrejas, cemitério, etc.

	das famílias, pois elas sentiam isto na pele.
M	Não foi efetivo. Em termos de vegetação ficou muito a desejar. O agricultor é muito resistente em relação à preservação ambiental, pois não vê retorno ou lucro.
N	Sim, foi efetivo. Proteção de nascentes, conscientização das famílias sobre a questão da água, redução no desmatamento.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

Conferindo com as informações relatadas pelas famílias entrevistadas, os técnicos também concordam que o Projeto Microbacias 2 não foi efetivo na questão dos recursos naturais, não implantando nenhum projeto nesta área.

A perspectiva criada junto à comunidade na Tabela 4, onde ações importantes para o contexto daquela localidade, como desenvolver consciência ambiental, reflorestar nascentes e margens do rio Brilhante e retirado do lixo do rio, não foram efetivadas. Isto demonstra que o Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica não atingiu os resultados esperados. Pressupõe-se que este fator tenha contribuído para avaliação negativa por parte de algumas famílias da comunidade. Além de não serem atingidas as metas, as explicações dadas à comunidade foram consideradas insuficientes.

Novamente aqui o que “salva” o projeto de uma crítica maior foi o trabalho realizado na proteção de fontes, captação e distribuição de água às famílias. Os projetos voltados à geração de renda e recuperação ambiental, aqueles de envergadura comunitária, mais uma vez não saíram do papel.

O desconhecimento desta questão foi verificado entre 28,57% dos técnicos (4 em 14) entrevistados, denotando mais uma vez o baixo nível de conhecimento dos mesmos em relação ao plano de trabalho previsto para ser desenvolvido junto às famílias da microbacia.

Nas entrevistas, notamos alguns pensamentos recorrentes sobre os impactos da relação ser humano/meio ambiente, em Brilhante II (Tabela 19).

Tabela 19. Pensamentos recorrentes entre os técnicos sobre os impactos da relação ser humano/meio ambiente em Brilhante II.

Pensamentos recorrentes entre técnicos – “relação com o homem”	Pensamentos recorrentes entre técnicos – “relação ao ambiente”
-“Com tudo o que aconteceu, o MB2 ainda foi positivo; ele mexeu com o nível de consciência	-“O pessoal do Brilhante II não está vendo a água e os recursos naturais

das pessoas sobre a sua situação.” –“O MB2, apesar dos altos e baixos, de qualquer maneira, valeu a pena e criou outra perspectiva.” –“As pessoas da comunidade não são muito simpáticas à escola, pois imaginam que ela esclarece muito e faz denúncias sobre o meio ambiente, é o medo do esclarecimento.” –“Utilizou-se muito da seguinte pressão: ‘olha, tem que terminar isso, pois não vem mais verba para o próximo’”. –“Devemos privilegiar o coletivo em detrimento do individual, só se este beneficiar o meio ambiente. –“A fiscalização deve ser mais rigorosa e o técnico deve conhecer melhor a comunidade.” –“Acredito que a prioridade dos projetos foi invertida, pois deveria ter sido iniciada por projetos de geração de renda.” –“O projeto foi só assistencialista, sem ideologia. O projeto atrasou e a coordenação estadual nos chamou para gastar os recursos às pressas quando foram liberados, e o mais fácil foi direcionar para o gasto em fossas, sumidouros e vasos.” –“O MB2 parece ser algo para ser feito por algum tempo, apresentando um relatório e ponto final. São poucas as famílias que eu vejo dizer que o projeto foi bem. Não vejo ele fazendo grande diferença.”	como problema, pois não estão conscientes disso. O MB2 errou quando tratou do assunto meio ambiente diretamente, pois eles já sofriam muita fiscalização de órgãos governamentais.” –“Nós estávamos apostando nas ADM,s para criar mais quatro, ficando seis núcleos no município. Do jeito que está não dá para utilizar como exemplo. Praticamente não há envolvimento dos órgãos que deveriam ser parceiros, não sabemos de nada. Desconheço o Plano Municipal da Microbacia.” –“As resistências com a APP (Área de Proteção Permanente) é uma resistência para eles e pensavam que o MB2 estava na comunidade para o mesmo fim, ‘ninguém mais pode extrair nada’, dizem.” –“As primeiras ações foram concentradas nas questões de saneamento ambiental e melhoria de habitações, com ênfase para a qualidade da água. As avaliações e monitoramentos fazem parte do planejamento em nível de Estado, porém, no que se refere a cada uma das Microbacias trabalhadas, ainda é muito incipiente.” –“A tradição no espaço compreendido pela microbacia é pensar em madeira, comercialização de abacaxi e costura.”
--	--

Fonte: Informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

Quando comparamos a coluna “relação com o homem” com a coluna “relação ao ambiente”, sentimos certo desalento na maneira com que o projeto foi implementado junto à Microbacia Brilhante II, mesmo todos acreditando na filosofia original do mesmo.

Uma dos pensamentos que mais chama a atenção nas falas dos técnicos⁶²:

–“O projeto foi só assistencialista, sem ideologia. O projeto atrasou, e a coordenação estadual nos chamou para gastar os recursos às pressas quando foram liberados, e o mais fácil foi direcionar para o gasto em fossas, sumidouros e vasos.”

Quando as citações voltadas para a necessidade de se priorizar os projetos grupais e comunitários, e que o projeto foi assistencialista na questão individual, percebe-se certa incapacidade de mobilizar a comunidade para que ela apontasse

⁶² Entrevista realizada a campo, conforme os Anexos B e C.

as reais necessidades. Aliás, sobre participação é bom que se diga que as acusações vêm de ambas as partes.

Com a avaliação da gestão local, vista pelos olhos da sustentabilidade local, cita-se as palavras de Zapata (2001, p.132):

O desenvolvimento local é uma temática que vem ganhando relevância, suscitando discussões, reflexões e novas práticas e posturas no processo de desenvolvimento em todo o mundo. O local (re)surge impulsionado pela globalização, que se nutre das especificidades locais, apontando para um novo papel a ser desempenhado pelos territórios locais a partir de suas potencialidades e identidades.

Enquanto Guatarri (1995) aponta como solução para a problemática ambiental uma verdadeira revolução nos aspectos políticos, sociais e culturais, Zapata (2001) acredita que o local tornou-se mais forte com a globalização, pois pode ser acessado por qualquer parte do globo.

Uma leitura mais detalhada da Tabela 19 demonstra que a questão central, corroborando com os dois autores, deve ser mesmo a procura do desenvolvimento das potencialidades e o fortalecimento da identidade local.

4.8. Impactos sociais e renda familiar

Segundo integrantes da ADM, na localidade de estudo existem muitos problemas sociais. Não mais de quarenta (40) moradores (15% do total das famílias) estão bem economicamente, “o restante trabalha hoje para comer amanhã”.

Os impactos sociais esperados para um projeto desta magnitude, como é o caso do PRAPEM/MICROBACIAS 2, são elevados, porém não podem, a nosso ver, ser percebidos apenas em relatórios de nível estadual, mas na paisagem da comunidade, em estudos como este.

Buscando nas raízes da comunidade mais informações, organizamos a Tabela 20, na qual os entrevistados (beneficiários e não beneficiários) explicitam a situação em termos de produtos e atividades geradoras da renda familiar.

Comentam também sobre a situação vivenciada por cada família, como reflexo da inserção do MB2 em seu local.

Alguns dados sobre a tabela:

-mais da metade (56,52%) cultiva produtos agrícolas e/ou criam animais em pequena escala para subsistência familiar, ao passo que 43,48% nada produzem para a subsistência;

-as principais culturas agrícolas e animais que compõem a subsistência familiar, apontados pelos entrevistados são: galinhas (ovos e carne), peixes, aipim, milho, hortaliças, milho, abelha, feijão, abacaxi, palmeira-real, banana, citros (laranjas, bergamotas, tangerinas, limões) e outras frutas e suínos.

Percebe-se que a produção para a subsistência familiar é ainda insignificante para a maioria das famílias, comportando-se as mesmas como moradores de um bairro urbano qualquer da cidade de Itajaí.

As principais culturas de subsistência e eventualmente para a geração de renda são típicas da pequena propriedade, demonstrando que as famílias não possuem muita dedicação com a agricultura, como ficou demonstrado em quase todas as tabelas e dados apresentados neste estudo de caso.

Tabela 20. Subsistência familiar na localidade Microbacia Brilhante II.

Beneficiários Entrevistado	Produz para a subsistência familiar?	Quais produtos ou criações? Ou justificativa para tê-las
1	Não	“Pensa em cultivar mais tarde”
2	Não	“Foi operada da bexiga, cirurgia dos olhos”
3	Sim	Pastagem, gado leiteiro, galinhas (ovos e carne), milho, feijão, aipim e banana.
4	Sim	Gado de leite, galinhas (ovos e carne), ovelha, apicultura, frutas e olerícolas
5	Não	Aposentados e doentes
6	Sim	Gado leiteiro
7	Não	Não justificou
8	Não	Não justificou
9	Sim	Gado leiteiro (uma vaca)
10	Sim	Galinhas, aipim, abacaxi e palmeira-real.
11	Não	Não justificou
12	Sim	Suínos e galinhas (ovos e carne)

13	Sim	Gado leiteiro, feijão.
14	Sim	Galinhas e banana
15	Sim	Horta e criação de frango (carne)
16	Sim	Gado de leite(uma vaca), horta e aipim
17	Não	Não justificou
18	Sim	Galinhas (ovos e carne), peixes, gado misto(leite e carne)
19	Sim	Galinhas, frutas (abacaxi, acerola e citros) e horta.
20	Sim	Galinhas, aipim, milho, abacaxi e palmeira-real.
21	Não	Não justificou
22	Não	Não justificou
23	Não	Não justificou

Fonte: Pesquisa de campo - informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II

Ampliando um pouco a visão dos próprios beneficiários sobre a renda das famílias, apresento a Tabela 21, compara-se a subsistência familiar e outras fontes de renda da família. A maioria dos entrevistados não soube informar e não faz anotações sobre os seus gastos. É bom lembrar que um dos princípios da auto-gestão comunitária requer que cada família faça a gestão do seu ambiente, e isto passa necessariamente pela questão da economia doméstica.

Tabela 21. Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre geração de renda.

Entrevistado	Pensamento
1	“O pessoal planta pouco e desanimaram pela terra fraca. Há um quinze anos colhíamos abacaxis muito bons, hoje não dá mais. Não sei o que aconteceu. Os técnicos não acharam uma solução para o problema” “Quero cultivar melancia, mas não tenho calcário e não sei como encontrar.”
2	“O abacaxi acabou com a doença, mas se tivesse um incentivo para plantar mais seria bom, pois meus filhos compram fruta para revender, mas as frutas estão muito caras. Falta dinheiro para viver e as pessoas passam muita necessidade aqui”.
3	“Eles queriam me ensinar a plantar verduras, mas eu não quis, porque eu planto do meu jeito: sem veneno. Eu não compro nada é tudo da minha roça.” “Fizeram uma reunião para todos os lavradores produzirem leite e queijo para a feira, mas nós ficamos com medo do fiscal, por causa da limpeza. Não podemos ser mais limpo do que isso (apontando para a sua cozinha) porque nós somos pobres.”
4, 5, 6, 7, 8,	...

11, 12 e 13	
10	“O abacaxi só vai produzir se parar o cultivo por 10 anos.”
14	“Precisamos de mais incentivos para o plantio.” “O abacaxi tem que ser plantado em terra nova, desmatada; lavrar e botar calcário e adubo não deu, pois virou uma ferrugem só. Parou o abacaxi e até as construções pararam, o pessoal sai longe para cortar lenha e a família fica dividida.” “A vida aqui vai ser sempre apertada. Eu preferiria dizer que o rico vai ficar cada vez mais rico e o pobre mais pobre. Deus não queria que isso acontecesse, nós somos os culpados.”
20	“Não vamos mais trabalhar de se matar, por isso, largamos o gado leiteiro. Eu acho que assim está bom.”
21	Não comentou.
22	“Vejo que o pessoal se interessa em voltar a plantar abacaxi”.
23	Não comentou.

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

No entanto, de acordo com a Tabela 5 são previstas ações como “agregar valor aos produtos”, numa alusão à estruturação de um sistema cooperativo e/ou associativo de produção e comercialização da produção local. De maneira incipiente foi incentivada a agricultura orgânica e a produção artesanal, mas sem uma efetiva mobilização e organização de grupos interessados. Também não se verificou resultados positivos neste quesito.

A respeito da formação da renda própria e das condições precárias de renda da comunidade, vemos oscilarem entre a acomodação e a conformidade, conforme o que podemos observar nalgumas frases extraídas dos questionários utilizados a campo:

- “A vida aqui vai ser sempre apertada”;
- “Precisamos de mais incentivos para o plantio”;
- “Quero cultivar melancia, mas não tenho calcário e não sei como encontrar”;
- “O abacaxi tem que ser plantado em terra nova”.

Parecem estas frases denotarem a espera por auxílios de órgãos oficiais, a desinformação, o saudosismo da agricultura empírica, entre outros traços que revelam certo desalento com a atividade agropecuária, até porque o que percebemos é a fraca ligação das fontes de renda da família com atividades agropecuárias, conforme denota a Tabela 21.

Outra consideração feita pelos beneficiários está relacionada à falta de solução técnica para problemas fitossanitários (doenças das plantas cultivadas,

principalmente o abacaxi), associada á falta de incentivos, numa alusão aos órgãos públicos responsáveis pela assistência técnica e apoio logístico aos agricultores. Isto tem relação com a lembrança dos mesmos dos bons tempos do passado, quando o abacaxi representava uma importante fonte de renda. Lembramos aqui que Brilhante II sempre foi conhecida como “a terra do abacaxi”.

Ainda com reflexos nos impactos sociais, apresentamos na Tabela 22, mostra os pontos importantes e os pontos fracos desta política, sob a ótica dos beneficiários entrevistados.

Tabela 22. Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias 2 para a comunidade.

Entrevista do	Pontos importantes pra a comunidade	Pontos fracos para a comunidade
1	As doações para as famílias	Nenhum
2	Fossa e água para muita gente	A injustiça por quem não merecer ganhar ajuda
3	A sujeira que saiu do ribeirão	Nenhum
4	As fossas nas casas	As fossas para evitar a poluição dos rios
5	Não se lembra	Nenhum
6	Água tratada e distribuída	Nenhum
7	Não citou	Não citou
8	Caixas d'água	Houve brigas
9	A consciência em cuidar mais da natureza – hoje não tem tanta poluição.	Não citou
10	Para quem recebeu	Nenhum
11	Para quem ganhou algo	Distribuição injusta dos benefícios.
12	Saneamento básico	Nenhum
13	“Respeito por nós e pela natureza. Não é preciso desmatar para plantar”.	O sorteio dos beneficiários
14	Ajuda a pessoas necessitadas	Nenhum
15	Tratamento de água	Nenhum
16	Tratamento da água(fossas)	Nenhum
17	Fossa e banheiro para muitas pessoas	Nenhum
18	A limpeza do rio	As pessoas que reclama de “barriga cheia”.
19	Melhorias de residências e banheiros	“Muita fofoca e acusação de desvio de dinheiro”.
20	A comunidade passou a se reunir e conversar mais	O MB2 e ADM não acompanharam a distribuição

		das coisas, nem a facilitadora.
21	As fossas foram a coisa mais importante	Não houve plantio de árvores nem proteção de beira de rios, nem projeto de lavoura.
22	Água tratada	O pessoal tem intenção de voltar a plantar abacaxi, mas os técnicos não incentivaram.
23	Foi bom a limpeza da água	“Foi uma coisa muito mal organizada. A mulher participou um pouco e depois parou.”

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Aproximadamente 40% dos entrevistados consideraram que o projeto não tem pontos fracos com relação à comunidade. Dos vinte e três entrevistados, 95, 65% apontaram um ou mais pontos fortes.

Novamente, volta a ser apontado problemas de falta de organização e de relacionamento humano (desentendimentos e fofocas), injustiça na distribuição dos benefícios (sorteio e tendências familiares).

Novamente, o saneamento básico, a melhoria de residência, os benefícios às famílias carentes e a questão da água tomaram a preferência dos entrevistados. Talvez estes apontem sempre os mesmos benefícios por não terem conhecido outras maneiras de se levar ações e projetos para a comunidade. Entretanto, é importante notar que, mesmo tendo o projeto uma série de deficiências, os entrevistados aprovaram o projeto junto à comunidade. Mais uma vez, eles dão a entender que os problemas da comunidade existem de fato muito mais por conta da sua formação, organização e funcionamento, do que por erros na implementação do projeto. A impressão que se tem é que os beneficiários e os moradores entenderam que as distorções se devem por falhas da equipe multidisciplinar, fraca participação nas reuniões e baixo nível de envolvimento dos moradores nos projetos, além de deficiências da própria diretoria da ADM na condução dos trabalhos.

Contrastando com o que acima expomos, percebe-se que os entrevistados ficam sem respostas quando a pergunta é focada no benefício para ele mesmo (individual/ familiar) (Tabela 23).

Mais uma vez, os pontos fracos parecessem se sobressair. Da mesma forma, aqueles que citam pontos fortes quase sempre se referem aos benefícios individuais

recebidos, dando a impressão de que o projeto não conseguiu envolver a comunidade no processo.

Comparativamente à tabela 22, a tabela 23 demonstra que o índice de satisfação individual/familiar é menor, atingindo 73,92%, ou seja, 21,75% a menos. Isto significa que a mesma pessoa que está satisfeita com um benefício comunitário, muitas vezes confundido com o grupal, pode não estar com o benefício individual, quase sempre por não tê-lo recebido. Mais uma vez aqui, o interesse particular começa a aflorar demonstrando um pouco da dificuldade para o trabalho em grupo, bem como a falta de participação dos moradores nas reuniões e eventos do projeto.

Quanto aos pontos fracos deste quesito, novamente aparecem: injustiça na distribuição de benefícios através de sorteio, desentendimentos e fofocas e os incômodos que se tem para cumprir as exigências burocráticas (pela primeira vez citada).

Tabela 23. Pontos importantes e pontos fracos do Microbacias 2 para os beneficiários.

Entrevistado	Pontos importantes para os beneficiários (famílias)	Pontos fracos para os beneficiários (famílias)
1	Fossa e água	Nenhum
2	Nada	“O incômodo que dá quando somos envolvidos.”
3	O banheiro	Nenhum
4	A ajuda com caixas de abelha	Nenhum
5	A fossa	Nenhum
6	A fossa	Nenhum
7	Nenhum	Não citou
8	Nenhum	Não citou
9	A água e a coleta de lixo	“Dizem que não vão mais deixar derrubar (árvores) no futuro”.
10	Nenhum	Nenhum
11	Nenhum	Injustiça

12	Nenhum	Nenhum
13	Aprender a viver e não destruir	O sorteio dos beneficiários
14	O forro da casa e a fossa	Nenhum
15	Fossa	Nenhum
16	Reforma da casa	Nenhum
17	Água	Nenhum
18	Fossa	Nenhum
19	Fossa e saneamento	Briga com a minha família
20	A gente aprendeu muita coisa, melhorou as nossas residências	Algumas brigas que houveram por uns ganharem e outros não
21	Mudança do pessoal no que se refere à limpeza	“Não tenho nada a reclamar”
22	Fossa nas casas	“Não recebi nada do projeto”
23	Fossas e melhorias nas casas.	Injustiça na distribuição das fossas e caixas de água.

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

4.9. Categorias de benefícios levados à Microbacia Brilhante II pelo Microbacias 2

O significado de “individual, grupal e comunitário”, por entendermos que estes têm importância na compreensão do indivíduo sobre o significado do associativismo no contexto comunitário. Iniciamos com o registro do grau de satisfação com benefício individual, aquele mais próximo do indivíduo, destinado à família, em sua casa e/ou na propriedade, revelando uma visão mais estreita, porém não menos importante, das inversões financeiras do MB2 (Tabela 24).

Tabela 24. Grau de satisfação com o benefício individual recebido.

Entrevistado	Grau de satisfação	Por que? – Anotações e comentários textuais
1	Muito satisfeito	“Nunca tinha ganhado nada. Isto foi uma beleza”
2	Insatisfeito	“Não gostei, pois a fossa incomodou os vizinhos com o mau cheiro e não podia pagar gente para fazer”.
3	Muito satisfeito	“Me ajudaram no que eu precisava, pois eu não ia conseguir sozinho. Meu vizinho me deu tijolos”.
4	Muito satisfeito	“É difícil a gente ganhar alguma coisa. Trouxeram até aqui na porta e agora eu só tenho que cuidar”
5	Muito satisfeito	“Agora aumentou a água, pois antes tínhamos que racionar. As mangueiras e as caixas vieram de graça”.
6	Satisfeito	“Faltou recursos, algumas famílias não receberam no caso da fossa”
7	Pouco satisfeito	Não comentou

8	Pouco satisfeito	"Só se ficar satisfeito pelos outros"
9	Insatisfeito	"Nada satisfeito com o MB2. "Foi uma decepção. A ajuda foi mais para quem tinha tempo para 'tá de redor deles'", referindo-se à liderança da ADM e técnicos
10	Insatisfeito	Por que foi sorteado e não recebeu
11	Não mencionou	Nada comentou
12	Pouco satisfeito	Poderia ter recebido alguma coisa, mas não procurou e não foi procurado. Disse não ter necessidade do que "estavam dando".
13	Muito satisfeito	"É uma obra de excelente qualidade, primeiro, por proteger a natureza"
14	Insatisfeito	"Isso não ajudou em nada. A reforma não deu pra nada. Isto tinha que ser uns 7 a 8 mil reais. Ainda mais o tempo perdido correndo atrás."
15	Satisfeito	Ajudou pessoas da comunidade
16	Muito satisfeito	"Eu sou pobre e me conformo com tudo. Muitos não têm nada".
17	Insatisfeito	"Tinha uma moça que vinha só em algumas casas, distribuiu folhas e nunca recolheu"
18	Satisfeito	Não comentou
19	Muito satisfeito	"Muitos benefícios e obras vieram para pessoas que não tinham como obter"
20	Muito satisfeito	"Quem quis trabalhar deu certo, recebeu e fez o que tinha que ser feito"
21	Insatisfeito	"O sorteio foi injusto, pois muitos ganharam e não precisavam".
22	Insatisfeito	"Deveriam proporcionar os recursos para todos. As reuniões da ADM deveriam ser em horários melhores."
23	Insatisfeito	"Uns que necessitam de caixa de água não recebem, outros que não necessitam recebem"

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

Para facilitar a reflexão da tabela acima: muito satisfeito-8; satisfeitos- 3; pouco satisfeito-3; insatisfeitos-8 e; não respondeu-1.

Percebe-se equilíbrio entre os "satisfeitos" e os "insatisfeitos", com os "pouco satisfeitos" elevando o grau satisfação dos que receberam os recursos individualmente.

As principais razões para as insatisfações podem ser observadas na Tabela 27, e deve-se à maneira como foi feita a distribuição (sorteio), o benefício dirigido a pessoas menos necessitadas e à falta de envolvimento dos moradores.

As satisfações dos beneficiários se traduziram no contentamento por terem recebido auxílio para o que nunca teriam condições de realizarem sozinhos, o bem que foi feito aos outros e a melhoria da qualidade da água nas residências, principalmente. No entanto, o projeto preconiza o trabalho de comunidade, de acordo com o Estatuto da ADM anexo a este trabalho, visando a quebra do paradigma individualista (MICROBACIAS 2, 2002).

Temos verificado que quando diversas pessoas tem objetivos comuns a serem alcançados e passam a desenvolver ações conjuntas para realizá-los, tais grupos podem se transformar em movimentos sociais que emergem buscando modificar a realidade, pelo menos em alguma questão específica (IRION, 1997; LINS, 2001; WEID, 2001; MICROBACIAS 2, 2002; BARREIRA, 2007).

Na Tabela 25 registramos as opiniões dos beneficiários quanto aos benefícios grupais recebidos. Notamos que o grau de satisfação, de uma maneira geral, caminha de acordo com o grau de satisfação do benefício individual. Isto está reforçado no quadro dos principais investimentos, citado no tópico 5.4 onde a captação e armazenamento de água (grupal), rede de distribuição (água) para residências (a partir da captação e armazenamento) são investimentos que abrangem muitas famílias, senão o maior número de beneficiários.

Breve resumo da tabela 25, muito satisfeito-5; insatisfeitos-7; satisfeitos-4; pouco satisfeito-4 e não respondeu-3.

Destacamos o comentário no sentido da necessidade de uma maior fiscalização, o que certamente teria evitado as distorções ocorridas na implantação das ações do projeto.

Na Tabela 26 relatamos os posicionamentos dos beneficiários entrevistados sobre os benefícios comunitários. Percebe-se, numa análise prévia, que o grau de satisfação decresce quando o espectro de análise é a comunidade como um todo. Lembramos que este quesito requer mais estudos, o que não foi possível ser feito nesta pesquisa. No entanto, ele serve para nos instigar sobre a importância do associativismo na implantação de projetos grupais e comunitários, pontos fracos levantados por este estudo de caso.

Tabela 25. Grau de satisfação com o benefício grupal recebido.

Beneficiário Entrevistado	Grau de satisfação	Por quê? – Anotações e comentários textuais
1	Muito satisfeito	“O grupo todo ficou muito contente”
2	Insatisfeito	“Sou honesta e sincera, não olhem por mim, olhem pelos mais necessitados”.
3	Muito satisfeito	Não comentou
4	Pouco satisfeito	“Está demorando a instalação. Não faço idéia, pois não me falaram nada”.
5	Satisfeito	Gostou da sinalização de casas e ruas, mas não soube responder se foi um projeto grupal.

6	Satisfeito	Não comentou
7	Pouco satisfeito	Não vieram recursos suficientes
8	Pouco satisfeito	"Ninguém recebeu nada ao redores; aqueles que receberam não estão utilizando"
9	Muito satisfeito	"A água é de qualidade e não falta".
10	Pouco satisfeito	Não comentou
11	Não mencionou	Nada comentou
12	Não mencionou	Nada comentou
13	Muito satisfeito	"Se não fosse isso ..." (referindo-se às dificuldades para obter sozinho, demonstrando gratidão pelo que recebeu).
14	Insatisfeito	Diz não ter recebido nada
15	Satisfeito	Nada comentou
16	Insatisfeito	Nada comentou
17	Insatisfeito	Nada comentou
18	Não mencionou.	Não comentou
19	Muito satisfeito	"Muitos benefícios e obras vieram para pessoas que não tinham como obter"
20	Satisfeito	"Quem participou e se interessou teve a chance de ser beneficiado".
21	Insatisfeito	Não foi beneficiado com nada do projeto
22	Insatisfeito	"A maioria das casas continua tendo esgoto direto nos rios"
23	Insatisfeito	"Houve comentário da comunidade que precisava de mais fiscalização"

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

Tabela 26. Grau de satisfação com o benefício comunitário.

Entrevistado	É sócio da ADM	Grau de satisfação	Por quê? – Anotações e comentários textuais
1	Sim	Não mencionou	Alegou que não ter havido
2	Sim	Não mencionou	Não comentou
3	Sim	Não mencionou	Não se lembra
4	Sim	Muito satisfeito	"O projeto ensina as crianças a cuidarem do rio".
5	Sim	Satisfeito	Não soube.
6	Não	Não mencionou	Não comentou
7	Não	Insatisfeito	"Se fosse pra todos..."
8	Não	Insatisfeito	"Porque não houve pra todos"

9	Sim	Satisfeito	"Teve muita ajuda para a comunidade, eu conheço pessoas necessitadas que foram ajudadas".
10	Não	Pouco satisfeito	"Pois pro lado de cá não houve nada ...", referindo-se ao conjunto de vizinhos.
11	Não	Não mencionou	Nada comentou
12	Não	Satisfeito	"Para a comunidade, foi muito bom".
13	Sim	Muito satisfeito	"Eu espero que mude a consciência do pessoal. Eu vim pra cá e vou sobreviver com leite e orgânicos".
14	Sim	Insatisfeito	"Existem muitas promessas não cumpridas. Os que se beneficiaram estão contentes. Eu acho que deve ser dado aquilo que as pessoas precisam".
15	Não	Satisfeito	Nada comentou
16	Sim	Satisfeito	"O Projeto Microbacias foi uma ajuda muito boa".
17	Não	Pouco satisfeito	"Como eu, muitas pessoas daqui reclamam".
18	Sim	Muito satisfeito	"O que ganharam já é fora de série".
19	Sim	Satisfeito	"Muitos benefícios e obras vieram para pessoas que não tinham como obter"
20	Sim	Satisfeito	"Quem participou e se interessou teve a chance de ser beneficiado".
21	Não	Pouco satisfeito	A água melhorou
22	Não	Pouco satisfeito	Não melhoraram a questão do abacaxi.
23	Não sabe	Pouco satisfeito	"Houve comentário da comunidade que precisava de mais fiscalização"

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

Alguns dados sobre a Tabela 26: muito satisfeito-3; insatisfeitos-3; satisfeitos-7; pouco satisfeito-5 e não mencionou-3.

No geral, sobressai-se a satisfação dos entrevistados com o projeto. Os insatisfeitos somam apenas 13,04% do total. Somando-se os pouco satisfeitos, os satisfeitos, e os muito satisfeitos, com o benefício comunitário, atinge-se uma percentagem de 65,21%. Este índice pode ser considerado muito bom, apesar dos problemas apontados terem sido mais para o lado dos benefícios individuais.

Ao mesmo tempo em que os beneficiários demonstram certa insatisfação com o que receberam, enxergam positivamente o que o Microbacia agregou como benefícios para toda a comunidade. Esta informação, mesmo sem um considerável grau de certeza, mostra que os moradores se preocupam com o bem estar da coletividade. Isto poderia ser mais bem utilizado pela equipe multidisciplinar e pela

diretora da ADM para melhorar os alcances do projeto junto à comunidade, ao invés de se fixarem nas críticas referentes à fraca participação da comunidade, na escassez de recursos, entre outros.

As organizações de agricultores estão prontas a aceitar o que lhes for oferecido, independentemente de ser ou não prioridade.” Na tabela 24 é possível observar isso.

4.9.1. Grau de satisfação dos beneficiários

Incluímos no questionário da entrevista semi-estruturada uma pergunta com quatro dimensões do grau de satisfação dos usuários (beneficiários do MB2), apresentada aos entrevistados no seguinte formato:

- **Qual o grau de satisfação com o(s) benefício(s) comunitário(s) recebido(s)?**

(____) Insatisfeito (____) Pouco satisfeito
(____) Satisfeito (____) Muito satisfeito

Com a tabulação das respostas obteve-se uma figura comparativa (Gráfico 2). Na referida figura, os benefícios, foram dispostos, de acordo com metodologia do próprio MB2, em três níveis: individual, grupal e comunitário.

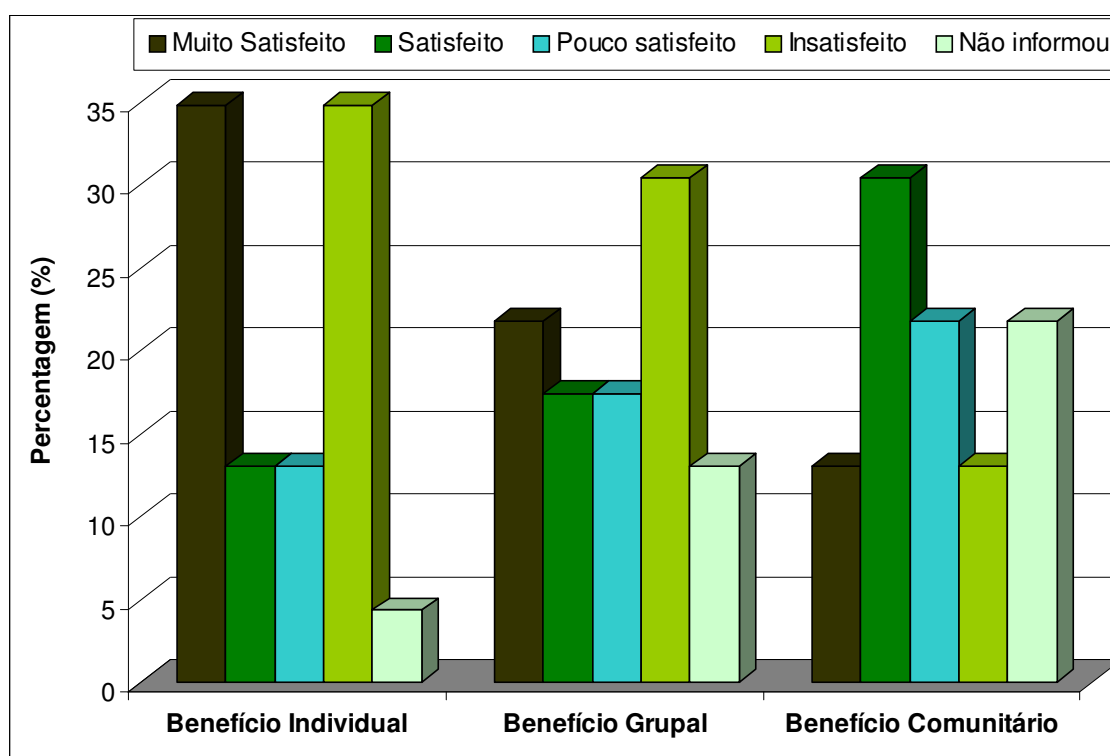


Gráfico 2. Graus de satisfação com os benefícios recebidos pelos usuários.

Percebe-se que há um decréscimo do grau de satisfação quando o benéfico sai do indivíduo em direção à comunidade, do interesse particular para a visão de bem comum. Dá a impressão que os beneficiários desejam que as inversões de recursos sejam feitas em seu próprio benefício.

Talvez possamos inferir aqui algumas hipóteses para essa visão tão privilegiada do individualismo, em detrimento com grupal e do comunitário, como a não aplicação da metodologia participativa adequada, a existência de “má vontade” entre integrantes da diretoria da ADM, a distribuição feita sem critérios e por sorteio, o privilégio de alguns beneficiários, a fraca mobilização da comunidade, falta de critérios e prioridades por parte da ADM e equipe multidisciplinar, entre outros fatores, parecem restringir a participação dos moradores nas atividades da associação.

Se cada beneficiário conferiu um conceito para os benefícios individuais, grupais e comunitários, logo imaginamos que estes mesmos beneficiários estariam correlacionando esta mesma nota com aquela que seus alunos levam para suas casas, ou sejam, as notas escolares.

“Do ponto de vista da avaliação, pode-se afirmar que as expectativas sobre os serviços são um insumo fundamental para mensuração da satisfação dos usuários” (ENAP, 2001). Logo, por que não correlacionar as expectativas dos beneficiários com relação aos serviços prestados pelo Projeto MB2, através da ADM e instituições envolvidas?

Para facilitar o entendimento, mesmo sendo um tanto subjetivo, consideramos o próprio sistema de avaliação escolar,. Por este raciocínio, “insatisfeito” seria uma nota “insuficiente” ou aquém de “regular”. “Pouco satisfeito” ganharia o significado de “quase satisfatório”. “Satisfeito”, seria o “bom”, no conceito escolar, e “muito bom”, seria o “ótimo”, que não necessariamente seria uma nota 10, mas a variação entre 9 e 10.

Cada dimensão recebeu uma pontuação ou nota, de acordo com a Tabela 27.

Tabela 27. Pontuação do grau de satisfação subjetivo com o benefício.

Grau de satisfação	Pontuação ou nota atribuída
Muito satisfeito	(9,5)
Satisfeito	(8,0)
Pouco satisfeito	(6,0)
Insatisfeito	(4,0)

O cálculo do grau médio de satisfação foi calculado levando-se em consideração as informações contidas nos questionários dos entrevistados, de acordo com os graus mencionados por eles, de acordo com a Tabela 28.

Tabela 28. Graus de satisfação dos beneficiários.

Entrevistado	Grau de satisfação individual	Grau de satisfação grupal	Grau de satisfação comunitário
1	9,5	9,5	6,0
2	4,0	4,0	4,0
3	9,5	9,5	6,0
4	9,5	6,0	9,5
5	9,5	8,0	8,0
6	8,0	8,0	6,0
7	6,0	6,0	4,0
8	6,0	6,0	4,0
9	4,0	9,5	8,0
10	4,0	6,0	6,0
11	6,0	6,0	4,0
12	6,0	6,0	8,0
13	9,5	9,5	9,5
14	4,0	4,0	4,0
15	8,0	8,0	8,0
16	9,5	4,0	8,0
17	4,0	4,0	6,0
19	9,5	9,5	8,0
20	9,5	8,0	8,0
21	4,0	4,0	6,0
22	4,0	4,0	6,0
23	4,0	4,0	6,0
Grau médio	6,73	6,52	6,50

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

A partir da tabela 28 elaboramos o gráfico 3. No lado esquerdo do gráfico, no eixo vertical, anotou-se de 0,05 para as médias extraídas das notas conferidas pelos beneficiários para os benefícios recebidos.

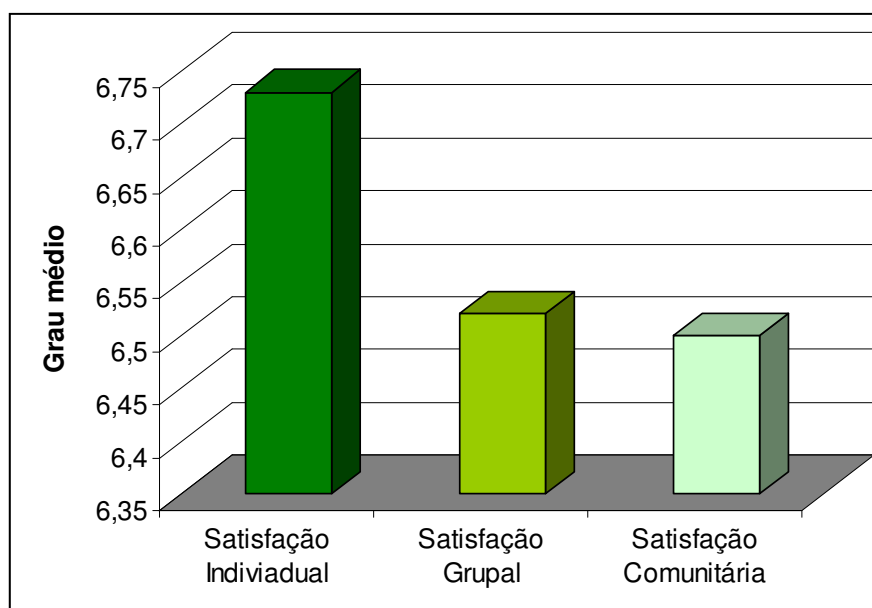


Gráfico 3. Média do grau de satisfação dos entrevistados quanto aos benefícios recebidos.

A análise do gráfico acima não aponta uma variação significativa entre um benefício e outro, mas, conforme notamos anteriormente, os benefícios individuais chamam mais a atenção dos beneficiários.

Este exercício serve para dar uma visão numérica daquilo que verificamos na localidade, onde as pessoas buscam muito por satisfazer o seu desejo individual (6,73), vindo em seguida o grupal (6,52) e o comunitário (6,50).

Quando fizemos a análise entre os graus de benefício apenas entre os entrevistados que manifestaram o seu grau de satisfação em todos os níveis (individual, grupal e comunitário), percebemos que houve uma ligeira variação positiva em direção ao benefício individual, quando comparado ao benefício comunitário. Isto é visível nas colunas do gráfico.

Fizemos este exercício de análise para iniciar uma discussão que leve ao aprofundamento deste quesito, uma vez que não encontramos um critério de análise claro para o nível municipal. As avaliações mais criteriosas são aquelas apresentadas nas três avaliações do Projeto em nível estadual (início, meio e fim).

Na falta de uma avaliação mais criteriosa a respeito do projeto e do próprio desempenho da equipe multidisciplinar, cabe a cada equipe a incumbência de elaborar seus relatórios. Não que não haja uma avaliação por parte da Secretaria Executiva Regional, mas não se aprofunda junto à comunidade no afã de vasculhar

as ações e o grau de envolvimento e repercussão do projeto junto à microbacia. Percebe-se que as avaliações são mais pontuais, sem a existência de uma avaliação criteriosa e municipal do projeto.

Esta tentativa de atribuir uma nota ou uma pontuação, para o grau de satisfação dos beneficiários, deve ser vista aqui muito mais como uma provocação para que se crie uma metodologia apropriada para se avaliar esta política pública em nível de microbacia, do que para propor um rigor científico logo de início. O importante é que o projeto não fique à mercê de observações ainda mais subjetivas do que estas que estamos fazendo.

Está posto assim o exercício de aproximação subjetiva dos graus de aceitação e interesse dos beneficiários para com as ações individuais, grupais e comunitárias do Projeto Microbacias 2, na microbacia Brilhante II.

4.10. Alteração populacional nos espaços rurais e urbanos.

A alteração da população brasileira nos espaços rurais tem se revelado numa verdadeira '*dança*' entre migração e emigração.

Os espaços rurais tem diminuído, segundo dados apontados pelo IBGE em número de habitantes, porém a sua importância, em termos de produção de alimentos, conservação dos recursos naturais e estabilização social (geração de emprego e renda) têm evoluído.

Para se ter uma idéia, Santa Catarina tinha em 1970, segundo o IBGE, uma população total de 2.901.700 habitantes, com 1.442.800 pessoas vivendo no espaço rural, correspondendo a 49,73% do total. Um pouco mais de três décadas após, exatamente no ano 2003, a população total aumentou para 5.626.100 habitantes e a rural reduziu para 1.014.500 habitantes, equivalendo somente a 18,03% do total.

Percentualmente, em pouco mais de três décadas, houve uma redução proporcional da população rural em relação à urbana de 31,70%, praticamente 10% ao ano.

Há que se considerar que houve uma série de emancipações de municípios, reduzindo em muito o espaço rural, bem como o incremento de população nas áreas urbanas com pessoas oriundas de outros Estados.

Não só no território catarinense, mas em todos os Estados brasileiros, durante décadas, e ainda hoje, são sentidas as conseqüências deste fenômeno, seja pelo

contínuo esvaziamento de seu espaço rural, seja pelo inchaço da periferia de seus centros urbanos, especialmente os mais próximos do litoral.

“De acordo com o IBGE [...], atualmente 30% da população catarinense está concentrada nas 8 [oito] cidades que têm mais de 100 mil habitantes.” (ICEPA, 2005).

A falta de atração em termos de lazer e a desocupação dos jovens da agricultura familiar, ainda muito praticada através da força braçal, faz com que a população jovem seja a primeira a deixar o espaço rural catarinense, o que também se pode verificar em nível de Brasil, conforme dados do IBGE.

Todavia, há que se considerar que o êxodo rural é um fenômeno de amplitude social que, de uma maneira geral, fez parte da história de quase todos os países tidos hoje como desenvolvidos. Se ainda somos um país considerado em desenvolvimento, ainda mais freqüente é este fenômeno em nosso meio, atingindo ainda mais o público jovem.

Para se ter uma idéia do êxodo rural juvenil, na área onde realizamos a pesquisa de campo, o jovem não é percebido como um agente importante para dar continuidade à exploração produtiva na unidade familiar, especialmente por parte dos pais, os quais apostam em atividades não agrícolas para a sobrevivência dos filhos, mesmo que continuem morando com a família ou na comunidade.

O que se sente neste particular, mesmo sendo uma microbacia localizada no Litoral Norte Catarinense, onde a agricultura é incipiente em termos de economia municipal, que:

Os padrões sucessórios dominantes na agricultura familiar são hoje uma ameaça ao seu próprio desenvolvimento e, conseqüentemente, à integridade do tecido social que responde pela ocupação de parte significativa do território brasileiro. Até 20 ou 30 anos atrás, os jovens do meio rural obedeciam às regras que formaram os destinos de seus pais e permaneciam no campo, seja na propriedade paterna [...] seja em busca de mais terra na fronteira agrícola. Neste ambiente, é no papel de mãe e esposa de agricultor que se construía o futuro da maioria das moças (ABRAMOVAY et al. 1998, p.89).

Não se pode aceitar esta situação de urbanidade que vem sendo apontada no território rural brasileiro e catarinense como se fosse uma verdade incontestável.

Segundo Veiga (2002, p.24), o Brasil é menos urbano que se calcula, pois,

A distinção entre a população rural e urbana é arbitrária, não totalmente corrigível pela adoção de um tamanho mínimo de cidade,

como é comumente feito pelos pesquisadores mais meticolosos. Dela resultam profundas distorções na visão da realidade socioeconômica brasileira e, o que é mais grave, crucial mesmo, inadequação das nossas políticas públicas.

Esta visão numérica distorcida da população rural tem sérias implicações na formulação de políticas públicas para este segmento. Se na formulação de uma política pública devemos considerar não apenas o que faz, mas quantos se dedicam àquela atividade. Estatisticamente o setor já parte com grande possibilidade de erro.

Se antigamente o termo colono era considerado pejorativo, e muitos, ao chegarem à cidade caminhavam cabisbaixos, hoje se pode perceber que a valorização da profissão está em alta. Hoje, ser agricultor é se orgulhar de participar de um segmento nacional que, além de produzir os alimentos essenciais para alimentação de toda a população, ainda equilibra a balança comercial brasileira.

Vivemos em um mundo globalizado, que não deixou espaço nenhum de fora. A produção do campo hoje toma os mercados mundiais, não importando quão pequeno seja este local campesino. Os meios eletrônicos estão levando comunicação de qualidade a todas as localidades, inclusive às comunidades antes inatingidas por antenas de televisão, celulares, etc.

Com efeito, morar no campo, definitivamente, é viver no mesmo mundo globalizado da cidade, com uma vantagem: ainda se respira um ar mais puro, pode-se ingerir uma água mais saudável e consumir os produtos que se produz com o próprio olhar, livres das contaminações que temos ao comprar hortifrutigranjeiros⁶³ nas feiras e mercados. Este efeito se traduz na prática no desejo de ter uma chácara para passar os finais de semana, o que passou a ser uma constante especialmente no litoral. Fato este verificado na microbacia em estudo.

Confirmando isto, o turismo rural e o turismo ecológico-rural passaram a ser cada vez mais procurados pelos turistas em todo o país. Na paisagem rural catarinense, o turismo rural merece um destaque especial. São pousadas e hotéis-fazenda localizados em lugares paradisíacos, oferecendo ao turista que há de melhor em hospedagem, descanso, lazer e diversão, muitas vezes, mais atrativos

⁶³Frutas, legumes, verduras, grãos, etc, normalmente comercializados em feiras livres, “sacolões” e supermercados. São normalmente produzidos nas pequenas propriedades, pois demandam muita necessidade de mão-de-obra para a sua exploração. Como são produções muito diversificadas, normalmente as grandes propriedades se dedica a uma espécie ou outra (ex.: melão, morango, etc).

que os próprios hotéis dos centros urbanos (PORTAL DE TURISMO E NEGÓCIOS DE SANTA CATARINA, 2008).

Para se ter uma idéia mais significativa destas distorções, tanto da população quanto do território, novamente cita-se Veiga (2002, p.25):

Segundo as últimas estatísticas, o Brasil seria mais de 81% urbano, sendo o rural visto como mero resíduo, destinado a rápido desaparecimento. Ao invés disto, [...], cálculos mais adequados indicariam para o ano 2000 um espaço rural abrangendo a maioria do território nacional e cerca de 30% da sua população. [...], pelo menos, para uma parte substancial dessa população rural [...] a tendência é mais para o seu crescimento, e não para a sua diminuição.

Entre as ‘falsas e inadequadas’ interpretações da realidade brasileira apontadas pelo autor, a mais flagrante é a confusão entre o rural, espaço rural, e a atividade agropecuária (aquela tradicional da agricultura afeta à produção de produtos vegetais e animais).

Nem todas as áreas rurais sofrem o decréscimo populacional, mas quase todas têm acréscimos de produção e de importância, quando se trata de alimentação humana e questões ambientais. O campo evolui e se reconstrói ao longo do tempo, tendo saltos muito mais significativos, às vezes, que certas áreas rurais.

Resta-nos, então, sugerir uma nova compreensão do mundo rural, e isto o fazemos sintonizados em nosso estudo de caso, na localidade compreendida pela Microbacia Brilhante II.

4.11. Alteração populacional na área da Microbacia Brilhante II

Segundo as informações obtidas junto à Prefeitura Municipal de Itajaí, através da Secretaria Municipal de Agricultura, mais a constatação junto aos entrevistados, a população de Brilhante II, que era composta por 581 pessoas, distribuídas entre 261 famílias, aumentou, no período da implantação do MB2, em 2005, cerca de 5%, passando para 610 pessoas.

Os fatores para que isto ocorresse não sabemos ao certo quais são, mas uma boa argumentação está posta na Tabela 29 obtido junto aos técnicos, beneficiários e não beneficiários do projeto.

Tabela 29. Tendência dos beneficiários em permanecer ou sair da comunidade.

Entrevistado	Todos pretendem continuar residindo na comunidade?	Por quê?
1	Sim	“Sair para onde, não é fácil encontra um bom lugar”.
2	Sim	“Três filhos se casaram e saíram, mas a maioria mora perto de mim”
3	Sim	“Não temos outra saída e o pessoal não tem estudos. Morar aqui é bom, nós fomos criados aqui”.
4	Sim	“Os amigos, a escola, eles se criaram aqui e não pretendem sair”.
5	Sim	“É difícil sair, pois todos trabalham aqui”.
6	Sim	Tem a propriedade do terreno e não deseja vendê-lo.
7	Sim	“Aqui é um bom local para morar”.
8	Sim	“Gosto muito de morar aqui”.
9	Sim	“Eu gosto daqui, minha família está toda aqui. Nós nos criamos no campo”.
10	Sim	“Gosto de morar aqui”.
11	Sim	Apenas uma filha mais velha foi embora, os demais estão na propriedade e vão ficar.
12	Sim	“É um bom local para se morar”.
13	Sim	“É muito difícil a vida na cidade. Lá é uma verdadeira selva”.
14	Sim	“Ninguém fala em sair daqui. Apenas duas filhas foram embora”.
15	Sim	“É um bom local para se morar”.
16	Sim	“Casei-me aqui, estou trabalhando, não ganho muito, mas sobrevivo”.
17	Sim	“Eu gosto de morar aqui. Fica perto da minha família, da mãe e do pai que são separados”.
18	Sim	Nada relatou
19	Sim	Está envolvida com a família e a comunidade e não vê outra possibilidade.
20	Sim	Eu me criei aqui e vou viver o resto da minha vida aqui, ao redor dos meus filhos
21	Não sabe	Convivo com essa comunidade desde pequeno, mesmo morando pouco tempo aqui
22	Não sabe	Não comentou
23	Sim	Nasceu na comunidade e mora com a família ali, e não pensa em sair.

Fonte: informações obtidas junto aos beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II.

Dos 23 entrevistados, 91,31% querem continuar morando na comunidade Brilhante II, e apenas dois (8,69%) demonstraram estarem em dúvida. De acordo com o número de famílias e a população constatada no início do projeto, dá para se

ter uma idéia sobre o que acontece com uma área considerada (neste estudo) de confluência rural-urbano, pois a microbacia Brilhante II dista 30 km do perímetro urbano, sendo servida por escolas e transporte coletivo como os demais bairros urbanos de Itajaí, não tendo os problemas de saneamento básico, mas sofrendo com a falta de telecomunicação (principalmente telefone fixo).

Na tabela 29 são apresentadas razões para não se tornarem “filhos” do êxodo rural, argumentos relacionados ao apego familiar, ligação sentimental com a localidade e amigos, gosto pela atividade que desenvolvem, medo da violência urbana, falta de possibilidades financeiras, inexistência de perspectivas de vida fora da comunidade, a proximidade e a facilidade de deslocamentos para a cidade.

A vontade das 261 famílias que desejam continuar morando naquele espaço é majoritária e decisiva para manter a evolução populacional positiva na comunidade, sem ocorrência de emigração (êxodo – saída das pessoas da comunidade), mas de imigração⁶⁴. Isto se dará pela soma de vários fatores, quais sejam: atração de parentes, novas aquisições de sítios por parte de pessoas de fora (as quis, além de passearem lá nos finais de semanas, dão empregos para “caseiros”) e pelos nascimentos de novos cidadãos.

4.12. A comunidade Brilhante II e a continuidade da ADM

A Tabela 30 nos dá uma notícia mais aproximada das relações de cooperação e/ou de afastamento entre os moradores da Microbacias – Brilhante II, de acordo com a visão dos beneficiários entrevistados.

Tabela 30. A comunidade em função do Microbacias 2 – Brilhante II.

Entrevistado	Os vizinhos se relacionam melhor agora?	Comentários a respeito do espírito de comunidade proporcionado pelo Projeto Microbacias 2 na comunidade
1	Sim	“Só não foi melhor porque a comunidade não se envolveu.”.
2	Não	“Eu já briguei com a turma que ganha tudo e nós não ganhamos nada”.
3	Sim	As pessoas foram conscientizadas.

⁶⁴ Considera-se como imigração o movimento de entrada, com ânimo permanente ou temporário e com a intenção de trabalho e/ou residência, de pessoas. Não se deve confundir a figura do imigrante com a do parente ou turista, que ingressa na comunidade apenas com o intuito de visitá-la e depois retornar ao seu local de origem.

4	Não	“Podia ter unido um pouco mais o povo”, referindo-se à motivação da participação que foi fraca. Acha que o relacionamento da comunidade continua o mesmo.
5	Sim	Acha que sim. Questiona o associativismo e o trabalho em grupo, pois sempre aparecem os aproveitadores.
6	Sim	“Se relacionam melhor aqueles que das reuniões participam.” Menciona o comodismo das pessoas como sendo o maior problema da comunidade, no entanto também não participa.
7	Não	Não comentou
8	Não	Não comentou. Não participa, apenas reclama que não é beneficiário, não tendo idéia clara do projeto.
9	Não	“Os vizinhos continuam se dando bem como antes”.
10	Não	Acha que os erros do projeto foram muitos: sorteio, privilégio de alguns, pouca participação etc, no entanto não é sócio.
11	Não	Não comentou.
12	Sim	Acha que sim.
13	Sim	A comunidade já teve mais respeito um pelo outro no início do projeto do que agora. A comunidade pouco se comunica e os vizinhos pouco se falam.”
14	Não	“O relacionamento comunitário continua igual a antes”.
15	Sim	Acha que sim.
16	Não	Acha que sim.
17	Não	Continua o mesmo. Acusa os técnicos e diretoria da ADM de irem apenas nas casas “dos que mandavam. Cita um caso em que a pessoa ganhou tantos materiais que quase deu para construir toda a casa.
18	Sim	Continua o mesmo.
19		
20	Sim	“As pessoas estão conversando mais agora.”
21	Sim	Não comentou.
22	Não	Comentou.
23	Não	“O povo é ingrato e reclama muito.”

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

Dados referentes à tabela 30: 10 (dez) entrevistados, 43,47% acham que os vizinhos estão se relacionando melhor, em função da implementação do Projeto Microbacias, enquanto 13 entrevistados, 56,53% acham que os vizinhos não estão se relacionando melhor.

Percebe-se uma piora no relacionamento entre os moradores, segundo os beneficiários entrevistados, após a implantação do Microbacias 2 em Brilhante II. Mas, segundo outras considerações já apresentadas neste estudo de caso, isto não parece invalidar o projeto, mas escancarar os erros de implementação do mesmo, indo desde a fraca mobilização e participação da comunidade, à interrupção de recursos para a ADM por parte do Banco Mundial e Governo do Estado.

Esse resultado demonstra que os moradores não estão aderindo ao espírito de comunidade e aos princípios do associativismo, uma vez que uma das preocupações do projeto é a continuidade da ADM na comunidade, como uma entidade viabilizadora de projetos de desenvolvimento sustentável, através da autogestão comunitária.

Isto, entre outros fatores pode determinar a continuidade da ADM enquanto entidade não governamental, funcionando com base nos princípios do associativismo (cooperação, solidariedade, defesa mútua, etc).

Apresentamos através do Gráfico 4 o ponto de vista dos beneficiários referente à continuidade ou não da ADM-Brilhante II, após o encerramento do Pro

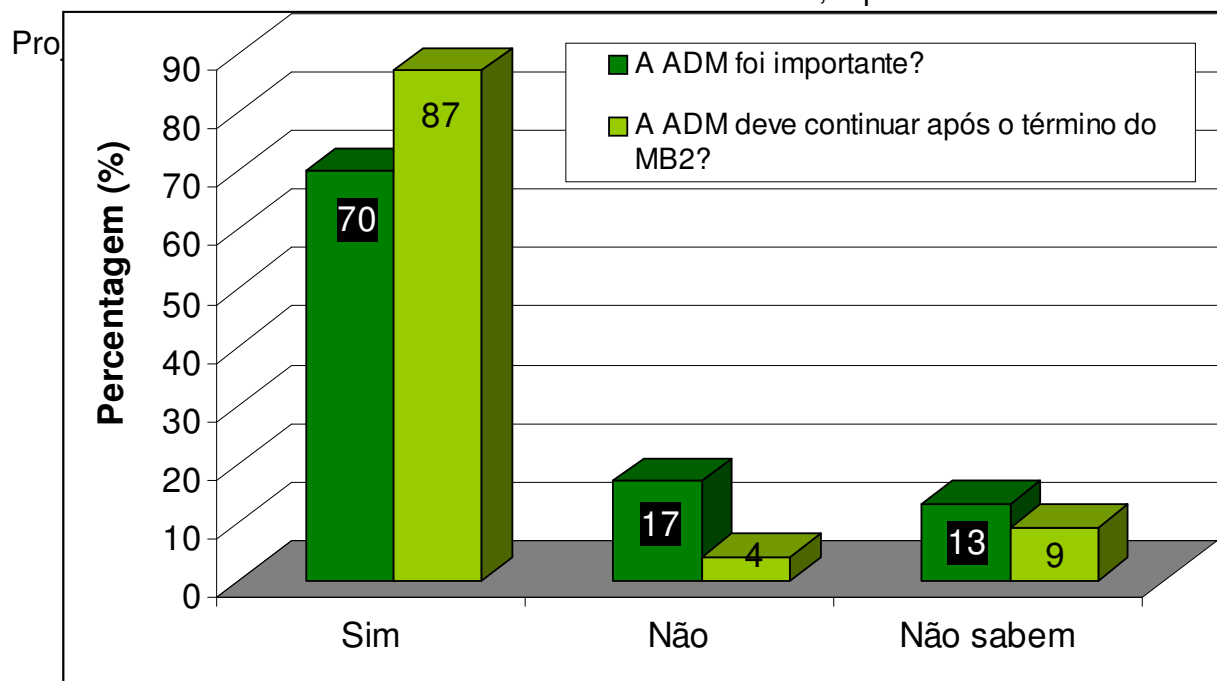
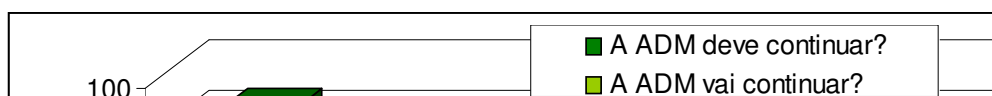


Gráfico 4. Interesse dos beneficiários na continuação da ADM.

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

Conclui-se que 87% dos entrevistados desejam a continuidade da ADM, e os que desaprovam é 4%. Então as possibilidades da sua continuidade na comunidade podem ser tomadas como sendo grandes? Creio que esta resposta só poderá ser



dada após a análise das respostas dos técnicos da equipe multidisciplinar, sobre a mesma questão (Gráfico 5).

Gráfico 5. Continuidade da ADM-Brilhante II, segundo os técnicos.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

Enquanto 87% dos beneficiários apostam na continuidade da ADM após a conclusão do MB2 na localidade, 93% dos técnicos da equipe interdisciplinar também apostam na continuidade da referida ONG.

No entanto, quando os técnicos envolvidos no projeto são indagados se acreditam realmente que a ADM vai continuar, 79% disseram “Não!”.

A pergunta que fica é: “como um profissional com resposta tão ambígua pode expressar convicção junto à comunidade quanto a continuidade do seu trabalho?”

Talvez possamos entender onde realmente reside o problema da falta de mobilização, a maneira de definir os beneficiários por sorteio, o benefício levado a moradores menos necessitados, contrariando orientação do projeto maior, além da fraca participação da comunidade.

Quando os próprios responsáveis por levar as informações do projeto junto aos moradores e a ADM não acreditam na continuidade do mesmo, como exigir dos moradores o seu envolvimento. Resta-nos apenas concluir que enquanto os moradores estavam de um lado do balcão, os técnicos da equipe multidisciplinar estava do outro sem que os últimos explicassem aos primeiros como todos podiam unir forças em benefício da comunidade.

No entanto, a equipe técnica também se preocupou em revelar nas suas falas as suas opiniões referentes ao futuro da ADM-Brilhante II, não ficando apenas no “sim” e “não”. Estas opiniões são apresentadas na Tabela 31:

Tabela 31. Opiniões dos técnicos sobre o futuro da ADM-Brilhante II.

Entrevistado	Comentários e opiniões sobre o futuro da ADM em Brilhante II
A	É uma boa forma de organização da comunidade, pois visa desenvolver o associativismo. Acredita que não vai ter continuidade pelos erros e mau funcionamento da entidade, muito concentrada na mão de poucos e pouco trabalho social.
B	Uma associação pronta e funcionando não deve parar. Poderá viabilizar outros recursos para a comunidade. Pela história da comunidade, a ADM não vinga se não tiver um facilitador.
C	Não se deve deixar todo um investimento de organização desaparecer.
D	Dali partem as idéias de união da comunidade. Do jeito que está funcionando não vai ter continuidade aos o encerramento do MB2.
E	Se a comunidade tem uma organização ela tem mais forças para discutir políticas públicas e buscar mais qualidade de vida. Mas, a entidade precisa de assessoria. Precisamos investir e fomentar a formação de novas lideranças. Acha que do jeito que está não continua, pois ninguém entendeu ainda a sua finalidade. Para a ADM continuar só se tiver um forte trabalho de motivação. O senso de cooperação da comunidade é muito pequeno.
F	Sem organização não se consegue desenvolver um bom projeto em favor do desenvolvimento da comunidade, sozinho não se faz nata de muito significativo. Tem dúvidas quando à continuidade devido aos sérios problemas de relacionamento da comunidade e deficiências do MB2.
G	Se não continuar o pessoal vai ser prejudicado na questão ambiental. A ADM pode apoiar mais os pequenos, que sozinhos não vencem suas dificuldades. Tenho dúvidas quanto à continuidade pelos rumos do projeto e pela fraca liderança.
H	Não comentou
I	Ela pode desenvolver projetos e ações em outras áreas, buscar mais recursos em outras fontes.
J	Após o fim dos recursos a tendência é o fim da entidade.
K	Acha que não vai ter continuidade devido à fraca participação das famílias da comunidade.
L	Há muitos problemas dentro da comunidade que impedem que isso ocorra. Pouca participação e recursos financeiros insuficientes para o projeto. A comunidade não coloca seu futuro ali, preferindo apenas morar e trabalhar fora. Falta de espírito de comunidade.
M	Mesmo com as dificuldades, acha que vai continuar pelo nível de organização que viu na comunidade. Ela foi legalmente constituída, capacitada e organizada. alguém deve dar continuidade.
N	É uma comunidade com muitos problemas de relacionamento, por ser uma área urbano-rural. Acredita que não tenha chance por estes e outros fatores.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2- Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

A inteligência coletiva de uma comunidade deve se retratar também na participação dos seus membros de decisão coletiva. A fraca participação dos moradores nas reuniões da ADM-Brilhante II foram citados pelos técnicos da equipe interdisciplinar e pelos próprios beneficiários entrevistados, conforme o que retratam o gráfico 6. As respostas dos técnicos podem explicar, mas não justificam o tamanho do desalento.

“Entre os vários aspectos que constituem a Comunicação de Interesse Público, a capacidade de estabelecer uma relação com o receptor da mensagem — que, no caso, é o cidadão —, ocupa uma posição central. Isso porque, diferente do que acontece na comunicação mercadológica, ou seja, a comunicação e produtos e serviços de consumo, a Comunicação de Interesse Público busca atender ao interesse geral. E é a participação ativa dos cidadãos na definição, muitas vezes conflituosa, do interesse geral que, em última instância, legitima as ações de comunicação que se pretendem de interesse público”(MUARREK, 2008).

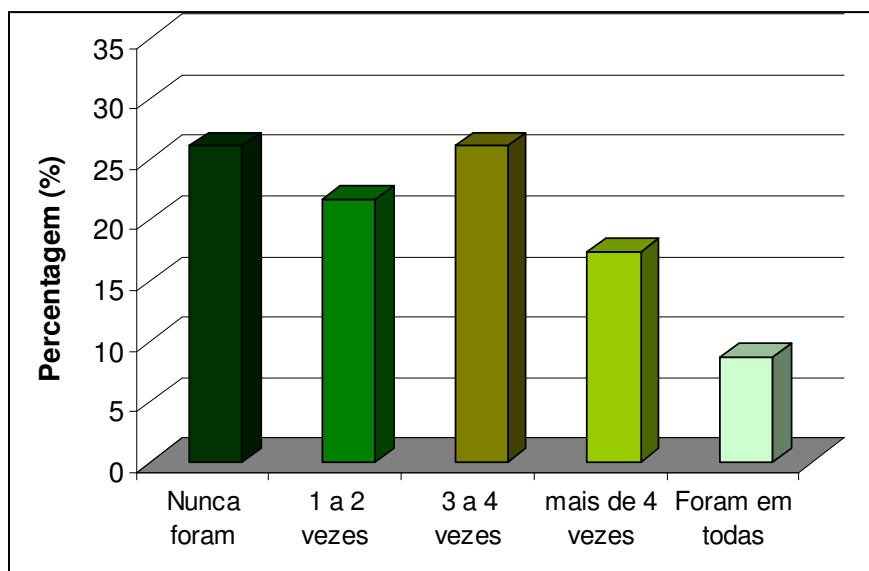


Gráfico 6. Participação dos moradores de Brilhante-II nas reuniões da ADM.

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

É evidente a fraca participação dos moradores, pois o projeto já estava a quase três anos na comunidade, e a ADM, juntamente com a equipe interdisciplinar e o facilitador instituíram reuniões mensais. Mesmo assim, pouco mais da metade

dos beneficiários entrevistados disse ter participado de alguma reunião ou ação do projeto na comunidade. Somado a isto está o problema posto na Tabela 31, onde os próprios integrantes das instituições envolvidas no projeto não acreditam na sua continuidade, após findar os recursos.

A Tabela 32 apresenta os pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre a participação em si e o espírito de convívio comunitário.

Esta tabela praticamente não carece de comentário, uma vez que a mesma ratifica os problemas até aqui mencionados: o desinteresse dos moradores, a falta de organização, a rotatividade dos técnicos da equipe de trabalho, a descontinuidade na aplicação dos recursos, o histórico cultural da comunidade, etc.

Tabela 32. Pensamentos recorrentes entre os beneficiários sobre participação e espírito de comunidade.

Beneficiário entrevistado	Pensamento recorrente entre os beneficiários sobre participação e espírito comunitário
1	“Alguém tem que fazer uma frente, porque senão ninguém faz”
2	“O maior erro foi dos facilitadores que só se metiam nas casas dos mesmos”. “Acho que o pessoal do Microbacias devia visitar mais as pessoas, não ir num lugar só. Falar com mais gente, não com um só.” Eu não quero Deus pra mim e o diabo pros outros. Não quero ver ninguém sofrer’.
3	Não mencionou.
4	Não falei nada na reunião do grupo da cozinha industrial para não arrumar confusão, mas não vai funcionar, porque o grupo vai tomar conta. As pessoas falam mais numa entrevista do que numa reunião, por isso não falei nada, outras pessoas também.
5	O “Branco” (referindo-se ao filho) foi quem instalou o projeto da água sozinho. Achamos que a comunidade poderia pagá-lo pelo serviço”.
6	Não há briga política na comunidade e sim comodismo dos que só criticam e nada fazem.
7	Sem anotações
8	Sem anotações
9	“Quem foi em toda reunião não ganhou nada e quem nunca foi

	ganhou. Eu desisti.”
10	Não comentou.
11	Não comentou.
12	Não comentou.
13	Não comentou.
14	“O problema nosso é que guardamos as mágoas e o bem feito nós esquecemos. O meu problema é anterior ao MB2.” “Para dirigir a ADM a pessoa precisa ter um passado bom. A reunião não adianta nada, a maioria não vai. Os que vão só pensam em meter a boca nos outros.”
15	Não comentou.
16	Não comentou.
17	“Nunca fui numa reunião. Minha mãe sempre foi e não resolveu.”
18	Não comentou.
19	“Os moradores inicialmente não acreditaram, achando que o dinheiro teria que ser devolvido.” “Muitas reuniões e envolvimento, mas as pessoas não participaram.” “O MB2 é um pé-de-guerra entre os católicos. Os adventistas participam se for aos domingos”.
20	Não comentou.
21	Não comentou.
22	Não comentou.
23	Não comentou.

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

4.13. Conhecimento e aplicação da metodologia participativa na implementação do projeto.

Concernente à participação, apresentamos abaixo a Tabela 33, onde relatamos o conhecimento dos técnicos sobre a metodologia participativa aplicada no desenrolar dos trabalhos. Percebe-se que não há clareza e nem unanimidade quanto aos métodos, muito embora todos se digam participantes de uma equipe interdisciplinar.

Tabela 33. Conhecimento da equipe multidisciplinar sobre a metodologia participativa utilizada no trabalho na Microbacia Brilhante II.

Entrevistado	Metodologia participativa adotada no trabalho.
A	Desconhece – não participou desta etapa – estava em outro setor
B	Desconhece – não participou desta fase – estava em outro setor
C	Visita domiciliar, chamada do pessoal e cadastramento
D	Desconhece - não era líder e não se envolveu
E	Reuniões, visitas, excursões.
F	Utilizada só até o final do diagnóstico. “Depois, apenas queriam

	que as pessoas viessem nas reuniões”.
G	Reunião com a comunidade
H	Desconhece – não participou
I	“De acordo com o recomendado pelo MB2”
J	Reuniões comunitárias
K	Desconhece – assumiu sem treinamento.
L	Visitas com membros da ADM – levantamento da condição de cada interessado (para incluir ou não no esquema do sorteio).
M	Organizou-se o Grupo de Animação da Microbacia(GAM) e depois a ADM.
N	“As preconizadas pelo Projeto MB2”

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2- Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

Verifica-se uma alta percentagem de desconhecimento (50%), sendo que os demais não apresentam conhecimento convincente da metodologia participativa adotada no projeto.

A falta de conhecimento pode ter sido um dos fortes empecilhos na condução do projeto em nível de comunidade. Se os métodos não estavam internalizados, os técnicos levaram de acordo com a necessidade que lhes apresentava no momento. Estes técnicos também se sentiam muito desguarnecidos tecnicamente por parte das instituições. Foi o caso específico de um facilitador que foi trabalhar no projeto sem ser capacitado para o trabalho na área social. No seu primeiro dia de trabalho ele recebeu uma pasta com algumas informações e teve que “se virar sozinho”, conforme suas palavras. Esta falta de capacitação e de transição, aliada à falta de perspectiva de continuidade em termos de vínculo empregatício, parecem terem sido fatores preponderantes na rotatividade dos facilitadores no projeto.

Podemos apontar aqui a debilidade do conhecimento sobre a metodologia participativa utilizada no Microbacias 2. O conhecimento é necessário para a efetiva implantação da política pública PRAPEM/Microbacias 2, uma vez que o desenvolvimento local baseado na unidade denominada bacia hidrográfica, aliado ao conceito de sustentabilidade exige mais “certezas” por parte dos técnicos.

Oliveira (2008,p.1), ao falar de conhecimento científico e senso comum de certo modo ratifica a preocupação acima através da seguinte menção:

Dá-se o nome de conhecimento à relação que se estabelece entre um sujeito cognoscente e um objeto. Assim, todo conhecimento pressupõe dois elementos: o sujeito que quer conhecer e o objeto a ser conhecido. Por extensão, dá-se também o nome de conhecimento ao saber acumulado pelo homem através das

gerações. [...] Devemos ressaltar que a relação de conhecimento implica uma transformação tanto do sujeito quanto do objeto. O sujeito se transforma mediante o novo saber, e o objeto também se transforma, pois o conhecimento lhe dá sentido. Há muitos modos de se conhecer o mundo, que dependem da postura do sujeito frente ao objeto de conhecimento: o mito, o senso comum, a ciência, a filosofia, a arte.

Quando não se utiliza a metodologia participativa, já testada e aprovada em projetos semelhantes, certamente reduz-se as chances de sucesso na implementação de cada ação e no seu conjunto. A não aplicação da metodologia pode controlar os resultados, ainda mais se tratando de projeto que depende da participação dos moradores de uma determinada área.

A capacidade de avaliação pode desempenhar um papel decisivo em quatro áreas principais na gestão pública: no diagnóstico, no processo decisório, durante a implementação e ao término da política que se está trabalhando (BROSE, 2001).

4.14. Sugestões para melhorar a implementação do Microbacias 2 em nível de comunidade.

Para melhorar o relacionamento de comunidade (espírito associativo) e a inteligência coletiva, os beneficiários dão algumas sugestões, as quais relatamos no Tabela 34.

Tabela 34. Sugestões dos beneficiários para melhorar o MB2 em nível de comunidade.

Entrevistado beneficiário	Sugestões dos beneficiários entrevistados para melhorar o espírito associativo
1	Uma comissão mais eficaz de planejamento na comunidade
2	Optar por líderes que sejam fiéis e honestos, olhando para os mais necessitados
3	Creche para as mães poderem trabalhar fora ajudando os maridos.
4	Não escolher por sorteio. Mais incentivo ao plantio.
5	Acha que está bom
6	Mais união da comunidade.
7	Sugere fiscalização e revisão.
8	Investir os recursos em fossas e não na cozinha comunitária

9	Mais organização e justiça. Iniciar só com fossas, depois só melhorias, não fazendo várias coisas ao mesmo tempo. Acusa a falta de exemplo do poder público, com o desperdício de recursos e eles com tão pouco para aplicar na comunidade.
10	“Consertar os erros e deixar alguns para trás”
11	“Foi justo o sorteio dos beneficiados, mas alguns tiveram mais sorte do que outros”. Concorde com o sorteio por ser um método em que não há discussão, pois a comunidade não se entende para dividir os benefícios havendo muita desconfiança da liderança.
12	“Acho que está bom assim”.
13	Começar a beneficiar de cima para baixo na microbacia. Mais conscientização da comunidade sobre caça e desmatamento. Respeitar mais os profissionais do projeto.
14	O Governo deveria se empenhar mais por uma comunidade como essa. Geração de emprego para a juventude, através da instalação de empresas na comunidade.
15	Melhor utilização dos recursos
16	Continuar com o sorteio. Concorde com o sorteio porque foi beneficiada pelo mesmo e ainda o pessoal foi na casa verificar o que foi feito.
17	Visitar todas as casas e não apenas algumas. Eliminar a bebida e o número de bares na comunidade, para não ter tantos problemas nas famílias e nos finais de semana.
18	Maior comprometimento das pessoas. Menciona que poucas pessoas têm se reunido para discutir o projeto.
19	Reforçar a melhoria de residências. Dar o dinheiro e não em materiais. Analisar melhor as famílias escolhidas, não fazendo mais por sorteio.
20	“A mudança da facilitadora atrapalhou muito o andamento do projeto. A caixa de água e as mangueiras vieram tudo na conta de uma pessoa, ele distribuiu como quis, veio mangueira que eu não sei onde está. ”
21	Não fazer mais por sorteio a escolha dos beneficiados. Sugere mais fiscalização, pois as famílias recebem os materiais mas não fazem a parte deles.
22	Deveriam proporcionar recursos para todos na comunidade. Escolher melhor os dias e horários das reuniões na comunidade. Se acha desinformado e não motivado a participar das reuniões, que sempre são feitas com um pequeno grupo.
23	Presença dos técnicos para resolver o problema do plantio do abacaxi. Desconhece o que o MB2 fez pela comunidade, apenas dizendo que alguns foram beneficiados com caixas de água.

Fonte: Beneficiários do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacias-Brilhante II

As sugestões ratificam a necessidade de entrosamento entre os componentes da equipe multidisciplinar e maior envolvimento com a comunidade. Reforça também a necessidade de planejamento e organização focados nos interesses da comunidade. Expressa preocupação com a alta rotatividade de técnicos e facilitadores, o que pode ter sido grandemente responsável pela descontinuidade e até limitação na aplicação de recursos. Solicitam também alguns serviços, como mais assistência técnica junto aos produtores e a abertura de creche para liberar as

mulheres para o trabalho. Isto pode ser explicado pelo fato das mulheres auxiliarem seus maridos na obtenção de renda familiar. Os altos índices de desemprego entre os jovens também preocupa os moradores.

Na Tabela 35 apresenta-se sugestões dos técnicos para melhorar a implementação do Projeto MB2 em nível de comunidade.

Tabela 35. Sugestões dadas pelos técnicos para melhorar a implementação do Projeto em nível de comunidade.

Técnico Entrevistado	Sugestões para o Microbacias II em nível de comunidade
A	Melhorar o processo de animação da comunidade. Melhorar a escolha e indicação das lideranças.
B	Maior envolvimento da pesquisa agropecuária (Epagri). Reforço nas linhas tecnológicas e sociológicas pra o trabalho na comunidade.
C	Mais acompanhamento de todos os envolvidos no projeto.
D	“Unir primeiro a comunidade, para depois fazer o resto. A comunidade escolher o que fazer, não um técnico ou um líder. As pessoas só se reúnem se houver um bom motivo, ou um motivo de maior abrangência”. Dar prioridade aos projetos coletivos.
E	Trabalhar mais a formação de lideranças. Envolver mais as lideranças. Apropriar mais a metodologia, para que as pessoas sintam o prazer de participar. Projetos mais bem orientados. Envolver mais os parceiros desde a discussão dos projetos.
F	Maior envolvimento.
G	Não gastar nada individualmente em propriedades; tudo deveria ser feito de forma coletiva. Apoiar só melhorias que fossem boas para a coletividade. O facilitador deveria controlar mais os recursos. Fiscalização mais rigorosa. Os técnicos devem conhecer melhor a comunidade.
H	Nada a declarar – não quer se envolver – conflitos com entidades parceiras.
I	Não informou
J	Maior aporte de recursos. Ampliar o projeto para mais comunidades do município. Priorizar capacitação para a formação de renda.
K	O facilitador deveria ter segurança de emprego (sem uma data de terminar junto com o projeto – “Eu não vou ser louco de ficar até o final, desempregado.”). Troca de facilitadores e técnicos envolvidos.
L	Presença constante de uma equipe multidisciplinar, pois a comunidade enfrenta inúmeros problemas, impossíveis de serem sanados e/ou orientados por apenas um técnico.
M	Elaborar um projeto personalizado para a comunidade em questão, adequando a metodologia e os projetos à necessidade da localidade.

	Evitar a ingerência político-partidária no projeto.
N	Evitar a ingerência político-partidária no projeto. Maior fiscalização na aplicação dos recursos. Investir mais em projetos coletivos. Investir mais na capacitação dos beneficiários e dos facilitadores. Dar continuidade ao projeto (já anunciado pelo Governo e Banco Mundial).

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

Estas sugestões revelam as ingerências e problemas de continuidade existentes no projeto em nível de município. Além da troca de facilitadores e técnicos da Epagri, os agentes profissionais mais envolvidos nas ações, comentam sobre ingerência político-partidária. A necessidade de uma equipe multidisciplinar controla mais eficientemente os recursos e promover maior fiscalização na aplicação dos mesmos. A falta de união, organização e planejamento também estão diretamente citados nas entrelinhas de outras citações.

4.15. Rotatividade da equipe técnica.

Um problema muito presente nas entrevistas com técnicos foi a ingerência político-partidária, o que deve ter ocasionado a saída direta de dois técnicos da Epagri, além de dificultar e inibir certas atitudes quanto à implementação de algumas ações. Estas afirmações são confirmadas na Tabela 36.

Tabela 36. Causas da rotatividade dos técnicos dos órgãos envolvidos no projeto em Brilhante II.

Entrevistado	Causas apontadas para as mudanças
A	Mudanças de governo (eleições municipais e estaduais) e nova orientação político-partidária. Mudaram três facilitadores e cinco técnicos da Epagri.
B	A perspectiva de terminar o projeto faz com que o facilitador procure outro emprego. Há atrasos e muita burocracia no pagamento do facilitador, sendo até constrangedor receber o salário do mês, pois nem todos os integrantes da ADM entendem.
C	O facilitador arrumou um emprego mais seguro e foi embora.
D	Eu desconheço quantos mudaram, mas sei que houve mudanças até por problemas políticos.
E	As pessoas não acreditam muito no facilitador, pois ele diz que está ali só por um tempo, que o projeto vai acabar e ele vai ter que arrumar outra coisa. O perfil do facilitador é inadequado, pois ele não entende da parte social. Ele não consegue nem fazer uma reunião direito.

F	Desconhece o assunto.
G	Desconhece.
H	Desconhece. Não participou.
I	Recebem propostas de trabalho melhores, depois de estarem capacitados pelo Projeto MB2.
J	O trabalho no Microbacias é temporário e ingrato para o facilitador.
K	A saída foi para trabalhar em outro local. Não houve transição entre um facilitador e outro, apenas encontrando um monte de papéis sobre as mesas e nos arquivos.
L	Busca de uma alternativa de renda pessoal mais segura.
M	Desconhece os motivos das mudanças.
N	Influências político-partidárias, conflitos entre técnicos, procura de emprego mais estável por parte do facilitador.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2- Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

As principais causas se situam entre interferências político-partidárias, medo do técnico-facilitador quanto a ficar sem emprego ao final do projeto, além da falta de crédito por parte da comunidade quanto a atuação da equipe interdisciplinar.

As consequências da rotatividade dos técnicos (especialmente extensionistas e facilitador) para o Microbacias 2 em Brilhante II são apresentamos na Tabela 37.

Tabela 37. Consequências da rotatividade dos técnicos para o MB2 em Brilhante II.

Entrevistado	Consequências para o andamento do projeto
A	Prejudica o andamento do projeto. Falta de capacitação e conhecimento do novo facilitador e técnicos. Não foi feita a transição do conhecimento entre facilitadores.
B	Problema de constância na condução dos projetos, pois cada um que chega trabalha da sua maneira.
C	“Se o que estava e conhecia mais o projeto já tinha dificuldades, imaginem esta que chegou cru”.
D	A mudança de técnico pode prejudicar, mas também pode melhorar. Nunca se sabe até se fazer.
E	A mudança do facilitador é o mais crítico, os outros são vistos como apoiadores do projeto. A mudança traz desmotivação e o pessoal tem dificuldade de retomar o pique.
F	Quebra da continuidade do projeto.
G	Acredita que isto seja muito negativo para o projeto.
H	Não comentou.
I	As consequências são maiores no início da mudança, mas depois volta ao andamento normal.
J	Como a população se identifica com o técnico que está um tempo com ela, a saída dele provoca atrasos nos projetos.
K	Houve quebra na seqüência dos trabalhos, quem sabe até a perda de recursos para a comunidade, em função de projetos não concluídos e da falta de conhecimento e capacitação do novo facilitador na sua elaboração.
L	Falta de continuidade e perda de credibilidade do projeto, uma vez que a

	comunidade já sofreu muito a descontinuidade de projetos, pois grande número de entidades a transformam em laboratório de estudos.
M	É muito negativo para a continuidade e credibilidade do trabalho, principalmente no caso do facilitador que não recebe a capacitação adequada. <i>O projeto MB2 em Itajaí já teve quatro (4) Secretários Executivos Regionais.</i>
N	Provoca atrasos na execução dos projetos e a quebra no planejamento. A comunidade fica cada vez com mais dúvidas, pois sente que tudo é sempre muito passageiro.

Fonte: informações obtidas junto à equipe interdisciplinar do PRAPEM/MICROBACIAS 2-Microbacia Brilhante II e Gerência Regional da Epagri-Itajaí-SC

A Epagri é a empresa que praticamente executa o projeto, conforme pudemos perceber ao longo deste estudo de caso. Se isto é verdadeiro, então a mudança dos mesmos sem a devida transição pode ter sido responsável por alguns problemas de falta de continuidade de algumas ações.

Não bastasse este acontecimento adverso, podemos acrescentar ainda a troca de facilitadores, o profissional mais diretamente envolvido na execução de tudo o que está relacionado ao projeto, após a priorização da microbacia e sua contratação por parte da ADM. O facilitador age como consultor e executor do projeto. Nada se faz sem a participação dele. Os extensionistas (termo utilizado para designar profissionalmente os técnicos da Epagri) passam a executar o papel de apoiadores e colaboradores do projeto. Mas quando o facilitador é substituído e o extensionista também, então o problema aumenta.

CAPITULO V

5.Considerações finais e recomendações

5.1. Considerações finais

Este estudo de caso teve como objetivo fundamental contribuir para o debate acerca dos impactos sociais e ambientais resultantes da implementação do Projeto Microbacias 2 junto aos beneficiários. Por ter tomado como base um caso concreto, a Microbacia Brilhante II, situada no município de Itajaí, onde o referido projeto foi implantado em 2004, é possível ter uma noção teórica-prática do real funcionamento do projeto. Isto também nos possibilita fazer algumas inferências no plano estadual.

Utilizando uma metodologia que permitiu o levantamento das informações e o conhecimento das ações que o projeto estava levando para o interior da microbacia, foi possível o estabelecimento de algumas conclusões importantes, que, por certo, contribuirão em muito com avaliações futuras desta política pública:

1. A primeira consideração de ordem geral é a de que as políticas públicas para o meio ambiente não devem ser instrumentalizadas unicamente para o espaço rural, mas para a totalidade da comunidade. Esta prerrogativa faz parte do princípio adotado pelo Projeto Microbacias 2, considerando “a microbacia hidrográfica como unidade física de trabalho” (MICROBACIAS 2, 2002, p.13), delimitada pelos divisores naturais (picos e talwegues). Abre-se mão da divisão política (mapas municipais), fazendo com que uma ou mais comunidades venham a ser trabalhadas como sendo um único local de desenvolvimento.

Verifica-se que esta estratégia de trabalhar o desenvolvimento local dentro da microbacia pode levar todos os agricultores e moradores da referida área a pensarem o desenvolvimento de suas propriedade relacionado com o todo (pessoas e recursos naturais e econômicos). Porém, é importante que no momento da implementação não ocorra o isolamento institucional, como o que pudemos verificar no caso Brilhante II;

2. O Projeto não conseguiu responder satisfatoriamente à pergunta: “Conseguiu o Microbacias 2 melhorar as condições dos recursos naturais (solo, fauna e flora) da comunidade?”.

Os agricultores não conseguiram visualizar melhorias significativas em termos de paisagem ambiental da comunidade e mesmo nas suas propriedades. Os projetos na área de meio ambiente ficaram restritos à questão da água. Se no PDMH - Plano de Desenvolvimento da Microbacia Brilhante II (ADM, 2005-2008, p.9), o objetivo era conscientizar e promover a recuperação e preservação da água e do meio ambiente, o que se verificou na prática foram resultados bem aquém deste objetivo. Apenas projetos relacionados à captação e distribuição da água e saneamento básico foram executados, o que promoveu certa melhora da água dos rios, segundo pudemos verificar junto aos moradores.

Quanto aos resultados esperados no PDMH para a área ambiental, quais sejam: aumentar a quantidade e melhorar a qualidade da água; melhorar as condições ambientais da Microbacia Brilhante II, e, com isso, a qualidade de vida (ADM, 2005-2008, p.9), o que pudemos constatar é que de fato houve melhora na qualidade da água potável e dos riachos, porém não aumentou a sua quantidade.

As condições ambientais de um modo geral não tiveram melhoras significativas. Não houve a recuperação da mata ciliar, pois nenhum projeto foi realizado em sentido prático, apenas se restringido a uma campanha educativa na escola da comunidade.

3. Na sua concepção original, em seu Manual Operativo, o projeto recomenda o planejamento na microbacia removendo dos agricultores o foco individualista.

Alguns reflexos deste pensamento podem ser sentidos entre os moradores. Onde o pensamento era apenas cada um cuidar “do seu nariz”, sem se preocupar com os recursos naturais que circundam sua propriedade, passa a existir uma semente de consciência coletiva em torno das questões mais importantes para o desenvolvimento da comunidade. Além disto, nota-se que o projeto procura não perder de vista o trabalho coletivo e participativo, no sentido de capacitar os atores sociais, especialmente os residentes na localidade, para a preservação do meio ambiente e geração de renda.

Isto por si demonstra uma nova maneira de trabalhar com a comunidade, muito mais envolvente e organizada, requerendo da equipe técnica e da liderança da comunidade maior compreensão e empenho.

No entanto, o que se pôde perceber é que a comunidade ainda está um tanto desagregada quando ao trabalho na forma coletiva, talvez pelo fato da própria equipe multidisciplinar não ter atuado com parceria. Além disto, também devemos considerar a alta rotatividade do técnico facilitador e dos extensionistas, o que provocou constantes discontinuidades.

4. Quando analisamos as satisfações e insatisfações dos beneficiários notamos que estas dependem da natureza do benefício, se grupal, individual ou comunitário. Todavia, as principais razões para as insatisfações dos beneficiários com o projeto devem-se à maneira como foi feita a distribuição (sorteio) do benefício, dirigido a pessoas menos necessitadas e à falta de envolvimento dos moradores. Este procedimento desrespeitou as atribuições da ADM (MICROBACIAS 2, 2002, p.34): estabelecer as prioridades de aplicação dos recursos, de acordo com as diretrizes emanadas do Prapem/Microbacias.

As satisfações dos beneficiários se traduziram no contentamento por terem recebido auxílio para o que nunca teriam condições de realizarem sozinhos e a melhoria da qualidade da água nas residências, principalmente.

O percentual de satisfação individual/familiar atingiu 73,92%. Isto pode significar que a mesma pessoa que está satisfeita com um benefício grupal, muitas vezes o confunde com o benefício individual, uma vez que o trabalho de envolvimento da comunidade no projeto não foi efetivo.

As pessoas que não estão satisfeitas com o projeto não receberam benefícios materiais diretamente, indicando um forte interesse particular em detrimento do interesse maior da comunidade. Podemos interpretar também que estas pessoas não sentiram benefício comunitário por não estarem integradas nas ações do projeto.

Fica evidente também que o interesse particular sobressaiu-se em relação ao interesse grupal e comunitário, demonstrando há dificuldade para o trabalho em grupo, de acordo com a percepção dos técnicos. Isto pode explicar em parte a falta de participação dos moradores nas reuniões e eventos do projeto. Há um decréscimo do grau de satisfação quando o benefício sai do indivíduo em direção à comunidade, do interesse particular para a visão de bem comum. Isto nos permite inferir que os beneficiários desejam que as inversões de recursos sejam feitas em seu próprio benefício, mais que em benefício da coletividade.

5. Quanto aos pontos fracos do projeto apontados pelos moradores entrevistados, novamente aparecem: injustiça na distribuição através do sorteio, desentendimentos e fofocas e os incômodos que se tem para cumprir as exigências burocráticas (pela primeira vez citada). Analisando particularmente a fofoca, segundo GAIARSA (1978, p.95) ela faz fermentar a massa:

Ao mesmo tempo, ela massifica e individualiza. Massifica ao propor uns poucos modelos para todos. Individualiza porque na fofoca propriamente dita – na conversa de um para um cada pessoa assimila, do Mini-Deus, apenas o que lhe convém. Importa sublinhar: mesmo no caso da fofoca coletiva, os comentários são feitos de um Homem Comum para outro Homem Comum, de uma Mulher Qualquer para outra Mulher Qualquer. Sem esse cunho pessoal e íntimo, a fofoca não teria graça e não operaria socialmente ao modo como opera.

Apresentamos de maneira mais extensa o tema da fofoca por ter sido uma tônica durante as entrevistas, com acusações de família a família, de vizinho a vizinho, etc. Notamos que nem os técnicos escapam desta epidemia. Podemos

inferir daí que a falta de transparência do projeto pode ter levado a falsas interpretações, comentários distorcidos e até desentendimentos.

A melhor maneira de resolver este problema seria com uma comunicação eficaz, onde os moradores passariam a conhecer de fato o projeto. Como diz o próprio Gaiarsa (1978, p.167): “A única defesa eficaz contra a fofoca é ir dizendo logo tudo sobre a vida da gente – para qualquer um – em qualquer lugar – a qualquer hora. É ir contando o que acontece com a gente [...]. Podemos chamar isto de transparência nas informações. Se a comunidade não é envolvida e desconhece os alcances do projeto, suas ações e o quanto de recursos foram aplicados, como poderá falar sobre o que é real?”

6. Aproximadamente 40% dos entrevistados consideraram que o projeto não tem pontos fracos com relação à comunidade, o que é menos da metade dos entrevistados. Esta informação é contraditória com o percentual de pontos importantes para a comunidade, apontados pelos mesmos moradores entrevistados, quando atingiu 95,65%. Da a impressão de que eles entendem o projeto como sendo importante em termos conceituais, mas que na prática deixa muito a desejar. Isto pode demonstrar que houve falhas tanto na execução quanto no envolvimento dos atores sociais no processo. Entende-se que as pessoas não tinham informações sobre o projeto, apenas um conhecimento superficial, o que as impossibilita de expressar uma opinião condizente com a realidade.

Ora, se eu não me envolvo e não sou envolvido, como vou poder falar sobre os reflexos do projeto? Enfim, são muitas as indagações que estão surgindo ao longo destas considerações, as quais foram levantadas durante a pesquisa de campo e estruturação desta dissertação.

7. Verificou-se que os integrantes da equipe multidisciplinar e a ADM não acreditavam na eficácia e continuidade do Microbacias 2 em Brilhante II.

Enquanto 87% dos beneficiários apostavam na continuidade da ADM, após a conclusão do MB2 na localidade de Brilhante II, 79% dos técnicos da equipe interdisciplinar não acreditam na continuidade da entidade do projeto na microbacia. No entanto, contraditoriamente, 93% dos mesmos técnicos da equipe multidisciplinar gostariam que o projeto continuasse após o término oficial (de acordo com anúncio do Banco Mundial, até 2010).

Certamente o comprometimento deste profissional com “o sonho maior do projeto” inexistiu. Se o número de beneficiários que desaprovam, em tese, é de apenas 13%, então as possibilidades da sua continuidade na comunidade Brilhante-II podem ser tomadas como muito prováveis. Mas para que isto ocorra há a necessidade de um esforço conjunto e planejado de todos os atores sociais, diferindo muito do que se verificou em Brilhante II.

8. O Microbacias 2 é na verdade um projeto um tanto complexo, requerendo da equipe multidisciplinar um grande envolvimento. É um projeto que requer aplicação de metodologia participativa.

No processo de planejamento, por exemplo, se devem fazer reuniões de trabalho para análise conjunta dos diagnósticos, onde a vertente comunitária e institucional dialogam, discutem e determinam os problemas prioritários e as potencialidades da microbacia. Estes problemas e potencialidades devem ser priorizados, em forma participativa/interativa, através de trabalho de grupos e plenária, utilizando o método GUT (Gravidade, Urgência e Tendência) [...], ou outro método de planejamento participativo (MICROBACIAS 2, 2002, p.56).

Isto efetivamente não ocorreu em todas as fases do planejamento e implementação, pois o que mais os técnicos se ressentiram foi da falta de participação da comunidade. Aí também se reflete a rotatividade dos técnicos e do facilitador, pois toda vez que um chegava na sua entidade para assumir o trabalho, após a saída do outro, sentia-se com poucas condições de retomar imediatamente os procedimentos do técnico anterior.

9. A visão mística da questão ambiental (notadamente da água) é evidente entre os moradores, demonstrando, possivelmente, a influência do alto índice de religiosidade existente na comunidade, principalmente influenciado por duas denominações religiosas estruturadas em seu interior: católica e adventista do sétimo dia.

Podemos inferir que este posicionamento da comunidade exige dos técnicos e dos integrantes da ADM muita habilidade para tratar de assuntos ambientais junto aos moradores. No entanto, não se verificou preocupação da equipe multidisciplinar com essa questão, passando ao largo do tema, não o considerando em nenhum momento.

10. Apesar das inúmeras leis existentes hoje no Brasil e no Estado de Santa Catarina voltadas para a questão ambiental, pôde-se observar que na comunidade trabalhada com o Projeto Microbacias 2 praticamente não houve preocupação quanto à aplicação da legislação ambiental.

A legislação não foi aplicada para coibir os desmatamentos especialmente nas margens e nas cabeceiras dos riachos, para aplicação inadequada de agrotóxicos, para edificações próximas às margens dos rios, a utilização de queimadas e tantas outras atitudes daninhas ao meio ambiente. Dentro da legislação existente, o próprio projeto aponta (Anexo D) as principais leis relacionadas com a implementação das ações (MICROBACIAS 2, 2002, p.163).

Este direcionamento deve requer um firme controle judicial de todas as ações, projetos e parcerias institucionais para controlar e garantir os resultados, especialmente em longo prazo.

Neste sentido, ainda podemos afirmar que os agricultores envolvidos devem exprimir uma consciência cidadã mais elevada, uma vez que o nível de pensamento cidadão encontrado na comunidade deixa muito a desejar.

11. A busca do desenvolvimento econômico comprometeu seriamente a qualidade e a disponibilidade dos recursos naturais não-renováveis da comunidade de Brilhante II, conforme pudemos constatar in loco. A ausência de monitoramento e caracterização dos impactos ambientais está inviabilizando a manutenção do estilo de vida na comunidade, além de comprometer o futuro da própria comunidade no abastecimento de água potável. No futuro, reflexos importantes poderão se estender para todo o município, uma vez que o manancial de água do Brilhante é um dos mais importantes de Itajaí.

12. Mesmo parecendo contraditório em alguns momentos, tanto os beneficiários quanto os técnicos deram a entender que houve conscientização no sentido de preservar, conservar e recuperar os recursos naturais. Sente-se que os beneficiários e integrantes da equipe multidisciplinar são conscientes de que muito mais poderia ter sido feito, de acordo com as possibilidades que o projeto oferece. No entanto, o não atingimento do nível de satisfação e dos alcances preconizados na divulgação do projeto junto à comunidade frustrou alguns moradores.

13. Mesmo não tendo sido aprovados alguns critérios adotados e ações desenvolvidas pelo projeto em nível de comunidade, os moradores, beneficiários e beneficiados demonstraram compreensão quanto à essência do projeto. Segundo o Manual Operativo (MICROBACIAS 2, 2002, p.17), o Prapem/Microbacias 2 tem como objetivo central reduzir o alívio à pobreza rural através de ações integradas que visam ao desenvolvimento econômico, ambiental e social do meio rural catarinense, de forma sustentável e com a efetiva participação dos atores envolvidos.

Isto vem a demonstrar que houve distanciamento entre o projeto formulado em termos macro para a sua aplicação em termos micro (nível de microbacia). Entendemos que mais do que investimentos na base física e produtiva que configura o território é papel do Estado, através das políticas públicas, incentivar projetos e experiências que busquem promover o capital social no meio rural catarinense, como é o caso do Projeto Microbacias 2.

14. No contexto deste estudo de caso, os esforços deveriam ter sido direcionados no sentido da participação mais efetiva dos atores sociais presentes na microbacia. A participação insignificante dos moradores e sitiantes, proprietários ou não de terras na área da microbacia impossibilitou a troca de informações e o conhecimento da filosofia de trabalho e de alguns resultados já alcançados.

15. Pelas experiências positivas de algumas propriedades que o fizeram por conta própria e por incentivo de técnicos, percebe-se que, com a adoção de novas tecnologias amparadas no respeito ao meio ambiente e na legislação ambiental, será possível estabelecer um sistema de produção que permita a criação de oportunidades de ocupação da mão-de-obra rural e o aumento da renda familiar.

Uma vez que as práticas conservacionistas sejam difundidas, a sustentabilidade do Projeto também começa a surgir, pois o que se deseja é que os produtores rurais continuem com a mesma relação de respeito com o meio ambiente (e com a terra), mesmo após o término da aplicação dos recursos a fundo perdido. Esta preocupação pôde ser sentida em alguns moradores.

16. Encorajados pela necessidade de promover melhorias relacionadas ao meio ambiente e no relacionamento entre os moradores, observamos que os dirigentes da ADM tomaram iniciativas, reuniram os associados, sugeriram ações, mas ainda continuam com certo desencanto quanto aos resultados produzidos até aqui pelo Projeto. Isto tem relação estreita com as expectativas iniciais de recursos anunciadas no seio da comunidade, quando comparado com o que efetivamente foi realizado, ou seja, os recursos inicialmente prometidos foram grandemente frustradas não só por problemas de planejamento e organização, mas pelo atraso no repasse dos recursos por parte do Projeto em nível estadual.

17. A alta rotatividade dos técnicos da equipe multidisciplinar e, principalmente do facilitador (três no período), tornou-se significativo entrave na execução do projeto. As principais causas desta rotatividade situam-se entre interferências político-partidárias, medo do técnico-facilitador quando a ficar sem emprego ao final do projeto. Isto pode ser somado à falta de confiança por parte da comunidade quanto à atuação da equipe interdisciplinar.

Estes dois fatores podem ter sido grandemente responsáveis pela descontinuidade e até limitação na aplicação de recursos junto à comunidade.

A falta de capacitação e de transição entre o técnico que saía e o que chegava no projeto, aliada à falta de perspectiva de continuidade em termos de vínculo empregatício, parece ter sido também um fator preponderante na condução do projeto.

A rotatividade dos técnicos, especialmente os extensionistas da Epagri e do facilitador provocou certa descontinuidade de ações e até da produção dos relatórios do projeto. Com isto, cada técnico que chegava ao projeto trazia uma visão segmentada do mesmo. Além disso, não recebia a devida capacitação técnico-profissional para executar todas as ações do projeto. Como é um projeto com alto grau de detalhamento, o facilitador sentia-se um tanto isolado, não encontrando motivação para estabelecer um conhecimento mais abrangente e profundo do projeto em si, da comunidade e das prioridades a serem implementadas. Isto pode ter sido responsável também pelo fato do projeto ser considerado por alguns moradores como um trabalho um tanto da Epagri.

18. A falta de conhecimento por parte da equipe multidisciplinar, tanto da tecnologia e da metodologia para a resolução de problemas gerenciais e técnicos (o caso do abacaxi muitas vezes citado) mostrou-se como um forte empecilho na condução do projeto em nível de comunidade.

Como a metodologia não foi internalizada pelos técnicos, especialmente os vários facilitadores, então, “administravam” os problemas de acordo com a necessidade que se lhes apresentava no momento. Constatou-se também que os facilitadores se sentiam muito desguarnecidos tecnicamente por parte das instituições a quem pertenciam. Podemos apontar a debilidade do conhecimento em tecnologia agrônômica e metodologia participativa como entraves para o andamento do projeto em nível de comunidade.

19. Os moradores não estão aderindo aos princípios do associativismo. Esta informação está embasada no fato de que 43,47% dos entrevistados acham que os vizinhos estão se relacionando melhor, em função da implementação do Projeto Microbacias 2, enquanto que 56,53% acham que os vizinhos não estão se relacionando melhor.

Estas informações apontam para uma piora no relacionamento entre os moradores, segundo os beneficiários entrevistados. Isto não parece invalidar o projeto, mas escancara os erros de implementação do mesmo, indo desde a fraca mobilização e participação da comunidade, à interrupção de recursos para a ADM por parte do Governo do Estado e Banco Mundial. No cômputo geral sobrai a satisfação dos entrevistados com o projeto.

20. Ao mesmo tempo em que os beneficiários demonstram certa insatisfação com o que receberam, enxergam positivamente o que o Microbacia agregou benefícios para toda a comunidade.

Esta informação poderia ser melhor utilizada pela equipe multidisciplinar e pela diretora da ADM para melhorar os alcances do projeto junto à comunidade.

Como vimos anteriormente, os insatisfeitos somam apenas 13% no benefício comunitário. Somando-se os pouco satisfeitos, mais os satisfeitos, mais os muito satisfeitos com o benefício comunitário atinge-se uma percentagem de 65% de relativa aprovação. Este índice pode ser considerado muito bom, apesar dos problemas apontados terem sido relacionados mais com os benefícios individuais.

Dá-nos a impressão de que os técnicos visualizavam mais problemas na implementação das ações que propriamente os moradores.

21. A população de Brilhante II aumentou no período da implantação do MB2 até a conclusão deste estudo de caso, passando de 581 pessoas, distribuídas entre 261 famílias, para 610 pessoas (5%) e 273 famílias. No entanto, tal crescimento populacional não foi creditado em nenhum momento como sendo um benefício proporcionado pelo Projeto Microbacias 2. Não é possível afirmar se o Microbacias 2 teve participação significativa no aumento da população na área da microbacia, o que só será possível de se verificar a longo prazo. O que sabemos é que Santa Catarina (TOREZAN e OLIVEIRA, 2001) atraiu, na última década, um contingente expressivo de novos migrantes, acentuou seu processo de urbanização e teve sua população cada vez mais concentrada na faixa litorânea.

Portanto, o aumento populacional verificado pode ter sido influenciado pelo êxodo rural normal e a litoralização ocorrida em Santa Catarina, uma vez que Itajaí é um dos municípios litorâneos que mais cresce a sua população no Estado.

22. As famílias desconhecem a renda própria em termos de valor ou montante anual. A maioria dos entrevistados não soube informar e não faz anotações sobre os seus gastos. A falta de planejamento nas propriedades ficou evidente durante todo o trabalho. Também não houve notícia de treinamento ou curso promovido neste sentido, visando conscientizar e preparar os moradores para a gestão do seu empreendimento familiar. Não foram, portanto, atingidos os objetivos do Microbacias 2 neste quesito em Brilhante II (MICROBACIAS 2, 2002, p.18): aumentar a renda através de criação de oportunidades de ocupação da mão de obra rural, aumento da apropriação do preço final dos produtos pelos pequenos agricultores e melhoria dos sistemas de produção. Ao menos significativamente não ocorreu nada que fosse creditado ao projeto por parte dos moradores. Apenas alguns projetos forma planejados, ficando no “a definir”, segundo o que pudemos constar no PDMH (ADM - Brilhante II, 2005 – 2008, p.11).

Foi incentivada a agricultura orgânica e a produção artesanal, mas sem uma efetiva mobilização e organização de grupos interessados, resumindo-se a duas iniciativas de moradores. Também não se verificou resultados positivos neste

quesito. Muito embora a maioria das famílias seja de baixa renda, com produção para a subsistência familiar insignificante.

23. As principais culturas de subsistência, e eventualmente para a geração de renda, são típicas da pequena propriedade, demonstrando que as famílias não possuem muita dedicação para com a agricultura. Importante o dado que aponta o percentual de 56,52% das famílias cultiva produtos agrícolas e/ou criam animais em pequena escala para subsistência familiar, ao passo que 43,48% nada produzem para a subsistência. Isto também se deve à constatação de que os problemas tecnológicos (abacaxi) associados à falta de organização dos produtores não permitiu que fosse viabilizada a produção em pequena escala.

Projetos voltados para a geração de renda se resumiram em algumas mudas de acerola, mudas de bananeira e caixas de abelha. Num universo de 261 família, isto significa apenas 1,14% de famílias beneficiadas em relação aos 100% dos moradores da microbacia. Estes três projetos de geração de renda representam apenas 6,38% dos projetos efetivamente implantados (47 no total) em dois anos em Brilhante II. Tendo-se em mente as demandas levantadas pela comunidade e apresentadas no Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica, os benefícios levados concretamente até as propriedades ficaram muito aquém das necessidades das famílias beneficiárias. Esta baixa percentagem de atendimentos em relação ao total dos moradores gerou frustração e refletiu na avaliação que os mesmos fizeram do projeto.

Mais uma vez, pode-se afirmar que não houve iniciativa significativa em termos de projetos de geração de renda, uma das linhas mestras do Microbacias 2.

24. A falta de participação dos moradores e o fraco envolvimento dos técnicos da equipe multidisciplinar nas reuniões promovidas pela ADM e facilitador denotaram desconhecimento e inadequada aplicação da metodologia participativa. Também demonstra que a equipe multidisciplinar não atuou de maneira eficiente na mobilização da comunidade, atuando os seus membros de maneira isolada, muitas vezes, em paralelismo de ações. Com isto, pode-se constatar certo desalento com a maneira como o projeto foi implementado junto à Microbacia Brilhante II.

25. Os beneficiados com os recursos do projeto ressaltaram a importância das ações voltadas para o saneamento básico, a captação da água e a melhoria de residências, como pontos importantes para a comunidade. No entanto estas melhorias promoveram a recuperação apenas de parte da água potável (proteção das fontes, captação e distribuição) e de nenhum outro recurso natural. Projetos muito parecidos com os que são feitos pelas empresas de água e saneamento que atuam nas áreas urbanas. Para estas, a prioridade é identificar um manancial (rio, açude, riacho, nascente, etc.), tratá-la e distribuí-la à população. Ao passo que em uma microbacia o enfoque deve ter um diferencial: a sustentabilidade e o aumento (disponibilidade) dos recursos naturais. O que se pode deduzir é que a ação não foi focada no recurso natural água, mas numa ação comum como se fosse um bairro qualquer que estivesse carente de água potável.

Por fim, no tocante aos recursos naturais, a paisagem da microbacia não apresenta nenhuma melhora significativa daquela encontrada pela equipe técnica por ocasião da implantação do projeto.

Um trabalho de conscientização e educação ambiental seria, sem dúvida, mais árduo e demorado, porém, a concentração em questões mais específicas e necessárias poderia ter trazido efeito mais positivo, especialmente os relacionados ao meio ambiente. Isto poderia criar por parte da comunidade maior envolvimento e co-responsabilização pelo projeto, como um todo. É bom lembrar que a tomada de consciência e a formação da cidadania tende a sedar a longo prazo, especialmente ao trabalho focado no meio ambiente, no associativismo e na ação em favor de um grupo ou coletividade – que não houve.

26. Nada ficou constatado em termos de desvios de recursos, comprovando que o envolvimento da comunidade, mesmo em níveis inferiores ao ideal ainda é benéfico no controle social dos recursos destinados à coletividade.

As poucas reuniões que foram feitas contaram com participação mínima, cerca de 10% a 12% dos moradores/associados à ADM. Mesmo considerando o fato da equipe multidisciplinar não ter atuado a contento, e da participação ter sido considerada fraca, os recursos foram “vigiados” permanente mente pelos integrantes da diretoria da ADM e alguns beneficiários e não-beneficiários do MB2, em Brilhante II.

Todavia, os anúncios de montantes a serem aplicados, feitos no início do projeto pareceram ter gerado falsas expectativas e dúvidas quanto à seriedade na aplicação dos recursos. É comum encontrar moradores duvidando do montante dos recursos recebidos e aplicados e da honestidade dos dirigentes da ADM. Porém, quando indagados sobre fatos concretos não dispõem de informações reais.

Este problema pode ter sido agravado pelo fato de não se ter realizado prestações de contas durante as reuniões.

Pareceu-nos que os recursos do projeto foram mal direcionados. Se os recursos eram, já desde o início deficitários, havia, necessariamente, que se trabalha-se onde houvesse mais necessidade.

A má distribuição dos recursos, segundo o que pudemos colher nas entrevistas junto aos moradores, pode ter se dado por dois motivos: o primeiro, a tentativa de agradar aos “beneficiários” e moradores do local. O segundo, como forma de atrair os moradores para o programa, ou com o intuito de agilizar a aplicação dos recursos.

Os desejos econômicos individuais foram, quase sempre, colocados acima das necessidades reais do projeto para com a comunidade. Os moradores podem tirar conclusões precipitadas e distorcidas sobre os objetivos da política pública em questão. Há, a nosso modo de ver, uma grande diferença entre um morador receber uma porta, ou alguns tijolos individualmente, receber mudas de árvores frutíferas, p.ex. Enquanto o primeiro atende à melhoria da residência, o que é imediatamente importante, não tem o potencial de gerar renda, como é o caso da formação de um pequeno pomar de frutíferas. Melhor ainda se o benefício individual puder ser trocado pelo coletivo. Neste caso, perder-se-ia no varejo, mas ganhar-se-ia no atacado.

27. A equipe multidisciplinar desconhecia claramente os critérios e metodologia adotados, em conformidade com o Manual Operativo do PRAPEM/MICROBACIAS 2. Cada facilitador tratava de resolver as questões e os problemas a sua maneira, pois carecia das informações adequadas para resolver todas as situações que surgiam na instituição e na microbacia. Segundo o Manual Operativo (MICROBACIAS 2, 2002, p.41), o facilitador, no âmbito da microbacia, será o apoio técnico para execução do PMDH e do Prapem/Microbacias 2. Os facilitadores serão os extensionistas rurais, de nível superior ou médio, vinculados diretamente às

ADMs. Por força da atividade que desenvolverão serão supervisionados tecnicamente pelo órgão executor (Epagri) do subcomponente ATER. Deverão dedicar-se em tempo integral ao Projeto. Pode-se concluir daí que o compromisso entre os extensionistas da Epagri, o técnico facilitador e a ADM, na execução do projeto parece ter deixado muito a desejar.

28. A ADM não cumpriu totalmente sua finalidade estatutária, ao menos no incentivo ao trabalho grupal, comunitário e coletivo, de acordo com o Art.4º do seu estatuto (Anexo E): “dar prioridade para as ações grupais e coletivas, numa clara preferência pelo associativismo”. O que se pôde constatar nos resultados do projeto a campo foi a total preferência pelos projetos individuais: para projetos grupais foram destinados apenas 26,94% do montante, enquanto 73,06% se destinaram a benefícios individuais. Os projetos grupais de água foram os que mais estenderam os benefícios sobre a população residente na microbacia.

29. Não há preocupação local com avaliações mais consistentes do projeto junto a comunidade. As avaliações dos técnicos são muito subjetivas, com pouca riqueza de números ou informações mais consistentes. Não notamos preocupação maior com a elaboração de um relatório global do projeto, em termos municipais, sendo apresentados sempre relatórios fragmentados, mais para satisfazer as cobranças por parte das instâncias superiores do projeto.

De acordo com o que preconiza o Manual Operativo do projeto (MICROBACIAS 2, 2002, p.65), o acompanhamento das atividades planejadas nas Microbacias será realizado periodicamente através de relatórios trimestrais.

No caso destas avaliações, entendemos que em nível de Estado até podem ser suficientes. No entanto, a priori, em nível de microbacia a avaliação deve ser uma prática constante, uma recomendação mais explícita. Esta avaliação deve envolver os beneficiários, as entidades executoras e os agentes sociais internos e externos que se relacionam com a comunidade, o que efetivamente não aconteceu.

30. cremos que a falta de estabelecimento do estatuto das parcerias enfraqueceu a execução do projeto, deixando de ingressar mais recursos na microbacia. A impressão final que se tem é a de que o MB2 está sendo executado como algo vindo de fora, sendo pouco internalizado pelas instituições municipais como sendo um

procedimento a ser adotado doravante, como linha de promoção ao desenvolvimento sustentável. A maioria dos técnicos integrantes da equipe multidisciplinar desconhece, ou não se envolveu diretamente na avaliação do projeto, denotando a preocupação com a visibilidade da entidade dentro do projeto, sem se preocupar muito com os resultados. Por sua vez, os beneficiários esperam ser beneficiados individualmente com os recursos, inexistindo a consciência de participação e cidadania no contexto da comunidade.

31. Conclui-se que a natureza reflete as ações do homem tanto no presente quanto no futuro, todavia é no presente que devemos agir para evitarmos a contrição que há de vir. A ação em favor da sustentabilidade da relação homem-natureza é uma necessidade vital para a humanidade. Portanto, passa a ser fundamental a implementação de uma avaliação criteriosa desta política pública em nível de comunidade, envolvendo o maior número possível de atores sociais presentes na microbacia em questão.

O Projeto Microbacias 2 parece ser uma política pública bem formulada, cheia de detalhes e pormenores, requerendo o envolvimento efetivo da equipe multidisciplinar. Este envolvimento só será possível na medida em que as próprias instituições executoras e parceiras do projeto assumem esta compromisso e atuam juntas.

32. Muitas dúvidas foram levantadas no decorrer deste trabalho, mas nenhuma delas foi mais séria do que aquela sobre a efetiva validade do projeto, da forma como foi apresentado à comunidade. A pergunta agora é: foi importante o projeto para a comunidade mesmo não tendo seguido a metodologia preconizada, ter deixado a desejar quanto à transparência (pela falta de apresentação de relatórios e prestação de contas), além do fraco envolvimento das instituições que deveriam ter sido parceiras desde o início do projeto?

A resposta que pode se dar a esta pergunta é a seguinte: mesmo não tendo sido seguidos todos os procedimentos técnicos e metodológicos, o projeto se revelou válido para a comunidade. Isto pode ser constado nos depoimentos dos beneficiários, como dos técnicos, o que pode ser conferido no desejo de ambos

sobre a continuidade ou não da microbacia na comunidade (é alto o índice de aprovação).

33. Aceitando que havia todo um potencial, com base da estrutura da Epagri, a principal executora do projeto, acreditamos que não podemos ver os erros cometidos no andamento do projeto MB Brilhante II apenas como fruto da ingenuidade dos envolvidos, mas como reflexo da falta de comprometimento institucional, acrescido da fraca presença de parceiros atuando junto aos atores sociais comunitários.

34. Durante todo o processo de pesquisa a campo e avaliação das ações desenvolvidas pelo projeto pudemos notar que de fato não houve atuação de equipe multidisciplinar. O projeto visa o trabalho em parceria, com o estabelecimento de uma equipe composta por técnicos de diferentes instituições que têm ações voltadas para o espaço rural, ou ligadas ao meio ambiente. Além disto, outras parcerias podem ser estabelecidas nas áreas de saúde, ação social, lazer e bem-estar, etc. Como não se verificou nada efetivamente sendo realizado como sendo uma iniciativa contemplada pelo projeto, pode-se concluir que não houve ação em equipe.

Parece-nos que os antigos vícios na condução das políticas públicas se repetiram aqui: planejamento superficial, ingerências político-partidárias, trabalhos isolados, falta de priorização na aplicação dos recursos (quase sempre escassos), descontinuidade das ações, não adoção de metodologia participativa adequada (de acordo com as recomendadas para cada situação), falta de engajamento dos servidores públicos, pouco envolvimento institucional, fraca avaliação (praticamente inexistente) do desempenho institucional, pouco zelo pelo perfil e organização da equipe técnica multidisciplinar, entre outros.

Para Brose (2001, p.16),

Deve-se entender a avaliação da gestão institucional como um processo permanente. Seu desenvolvimento permite medir a capacidade do sucesso dos resultados, segundo parâmetros previamente estabelecidos e negociados na organização e dali derivar os programas e medidas que permitam as melhorias que sejam pertinentes.

A avaliação do desempenho dos técnicos e das próprias instituições, ainda mais num projeto com um espectro amplo de possíveis instituições parceiras, não

pode ser uma questão que fique sem atenção dos condutores de uma política pública da natureza do Projeto Microbacias 2.

O acompanhamento das atividades planejadas precisa ser periodicamente realizado, através de relatórios, envolvendo todas as entidades responsáveis pela execução de qualquer componente do projeto (MICROBACIAS 2, 2002, p.65);

35. Finalmente, o problema não é da teoria, nem da ideologia do projeto, mas da não aplicação da metodologia participativa. Não se trata de dizer o que foi melhor ou pior, mas de se avaliar profundamente o que ocorreu. O que se pôde verificar neste estudo de caso, foi a ocorrência dos mesmos vícios de implementação ocorridos em outros projetos e programas de governo. Poder-se-iam arrolar aqui reuniões mal programadas, descontinuidade de ações, substituição de técnicos sem a devida explicação à comunidade, atores sociais pouco comprometidos com o projeto, desconhecimento do projeto, falta de solução para problemas tecnológicos simples apresentados pelos cidadãos beneficiários, definição de beneficiários por sorteio, entre outras questões que macularam a condução do trabalho.

5.2 Indicações para trabalhos futuros

Sem dúvida, este estudo de caso ofereceu a possibilidade de aprofundar o conhecimento sobre as relações estabelecidas pelos moradores com o meio ambiente e entre eles, visando compreender e sugerir procedimentos alternativos para futuras avaliações.

A atenuação dos impactos sobre as pessoas e o meio ambiente (comunidade rural de Brilhante II, Itajaí-SC) só será mais bem compreendida a longo prazo, especialmente pelo volume de dúvidas levantadas neste estudo de caso.

O que se deseja com os procedimentos alternativos é agir daqui para frente de modo a sanar as principais dúvidas levantadas neste estudo de caso, pois o mesmo não é conclusivo sobre tema tão vasto.

Desta maneira, arrolamos abaixo algumas indicações e procedimentos alternativos para nortear futuros trabalhos, que poderão servir para melhorar a implementação de próprio Projeto Microbacias 2, além de outros trabalhos e projetos de semelhante natureza. Entre elas podemos destacar:

1. Evitar o isolamento institucional e o paralelismo de ações, através da adoção de parcerias efetivas, durante todo o projeto. Procurar envolver toda a estrutura da entidade parceira na execução, de modo que todos possam conhecê-lo e defendê-lo como uma política para a sociedade, não para uma entidade;
2. Evitar a distância entre discurso e prática na execução do trabalho, como medida importante na execução de todas as políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para públicos com menos formação escolar, como se deu neste estudo de caso;
3. Investir mais na transparência das informações, apresentando relatórios semestrais para a comunidade, de modo que os moradores possam visualizar melhorias significativas em termos de paisagem ambiental e geração de renda. Fazer as prestações de contas em reuniões com toda a comunidade constantemente, evitando que se disseminem dúvidas sobre o montante e a aplicação dos recursos na comunidade;
4. Desenvolver projetos de natureza coletiva e comunitária, em detrimento de projetos de cunho exclusivamente individualista. Para isto, necessário se faz um investimento na conscientização de toda a comunidade, utilizando-se de todos os atores sociais internos e externos que têm influência na comunidade (o caso dos líderes religiosos, entre outros, que não foram identificados, nem envolvidos neste estudo de caso);
5. Organizar critérios para o estabelecimento de um índice que traduza o grau de satisfação (ou de insatisfação) dos beneficiados, de modo a permitir o seu acompanhamento durante a sua implementação;
6. Evitar terminantemente a distribuição de benefícios através de sorteio, onde pessoas que não têm prioridade podem ser beneficiadas antes de pessoas mais necessitadas, pois o projeto requer correta distribuição dos recursos financeiros e materiais;
7. Utilizar-se sempre de um processo de comunicação eficaz e transparente, onde os moradores passariam a conhecer de fato o projeto. Isto evitaria a falácia ou fofoca, pois “a única defesa eficaz contra a fofoca é ir dizendo logo tudo [...] (GAIARSA,1978, p.167);
8. Dispor para o projeto de uma equipe técnica com perfil profissional adequado, dando a ela o caráter da multidisciplinariedade, evitando a rotatividade dos

- técnicos. Além de dispor desta equipe, capacitá-la profundamente sobre a ideologia e operação do projeto em todos os seus detalhes;
9. Os níveis de gerenciamento do projeto devem acompanhar de perto a aplicação de metodologia adequada para cada fase do projeto, evitando distanciamentos entre a preparação da equipe e sua atuação a campo;
 10. Investir mais na conscientização, envolvendo os moradores e os técnicos das instituições, durante todo o processo, inclusive realizando grandes eventos com toda a comunidade e parceiros do projeto;
 11. Explicar a legislação ambiental e sua finalidade, sem se esquivar do assunto, uma vez que a lei é para todos e não para o benefício de um ou outro. A comunidade deve estar consciente que a aplicação da lei se dará na medida do necessário, de acordo com critérios dos órgãos responsáveis. Estes órgãos também devem se fazer presentes durante todo o processo no sentido de promover a educação legal sobre meio ambiente. Segundo trabalho publicado pelo COEA/MEC (2008, p.7), “os problemas ambientais provocados pelos humanos decorrem do mau uso do meio ambiente para obter recursos necessários para seu serviço”;
 12. Promover o monitoramento e avaliação dos impactos ambientais causados pela ação dos moradores, em seu conjunto, na área da microbacia, especialmente na questão da água. É a água, a nosso modo de ver, que “identifica” mais precisamente as ações do homem em relação ao meio ambiente, pois ela age mais ou menos como sendo o “sangue da terra”. Um raciocínio simples e lógico nos diria que se 2/3 do globo é composto por água (evidentemente que não é apenas água doce, própria para consumo animal, vegetal e humano), então 2/3 da preocupação do projeto concentra-se na água. Para esta atividade envolver órgãos com competência reconhecida, para que não fique tudo concentrado na mão de uma única pessoa, normalmente o principal técnico executor (o facilitador, no caso deste estudo). Dar finalidade para este monitoramento e avaliação, especialmente quando o mundo enfrenta inúmeros problemas causados pelo desequilíbrio ambiental global. Conscientizar os moradores de que o efeito estufa é causado por cada um de nós;
 13. Difundir tecnologias alternativas, especialmente para a produção de orgânicos, levando assim mais uma opção de renda para a comunidade. Para tal,

- há a necessidade do projeto rever o seu plano inicial, atentando para atividades que envolvam os moradores, especialmente os pequenos e de caráter familiar;
14. Evitar “pegar a laço” integrantes para a diretoria da microbacia, pois pessoas que não estejam na condução do projeto, normalmente não se engajam verdadeiramente no processo. Notamos que muitos integrantes da diretoria ainda continuavam nela pelo fato de ninguém mais se apresentar para assumir o seu lugar;
 15. Definir um bom perfil de equipe multidisciplinar, capacitar adequadamente de acordo com as prerrogativas do projeto, procurando evitar a rotatividade da equipe multidisciplinar e a descontinuidade das ações do projeto junto à comunidade;
 16. Pesquisar continuamente políticas públicas focadas no meio ambiente, pois serão cada vez mais exigidas pela sociedade, por se caracterizarem como fundamentais para contribuir no conjunto de soluções para o meio ambiente e da vida de qualidade;
 17. Fazer valer a experiência da principal executora do projeto (no caso, a Epagri), uma vez que esta empresa tem histórica experiência e conhecimento em extensão rural e metodologia participativa. Foi a Epagri a empresa que teve seus técnicos sempre envolvidos na formulação do projeto junto ao Banco Mundial (BIRD), além de ter o maior número de extensionistas envolvidos no projeto;
 18. Controlar a variação da população de maneira exata, procurando saber os motivos pelos quais houve alteração a saída ou ingresso de famílias e/ou moradores avulsos. Isto poderá dar respostas avaliativas do projeto em si, uma vez que um dos objetivos do Microbacias 2 é também evitar o êxodo rural;
 19. Incentivar projetos de produção de produtos para subsistência familiar, favorecendo a economia doméstica. O agricultor familiar deve se dedicar também à produção para o consumo da própria família, e não apenas para comercializar. Associado a isso, conscientizar as famílias sobre a importância de aproveitar as terras próprias para produzir alguns dos produtos que estão sendo comprados. Este item vem responder o baixo índice de famílias que se dedica à produção de alimentos para subsistência familiar detectado neste estudo de caso;
 20. Estar sempre atento às finalidades estatutárias da ADM – Associação de Desenvolvimento da Microbacia, não fazendo do mesmo apenas mero cumprimento de uma exigência burocrática do projeto. Imaginamos que em assim fazendo, mais facilmente a entidade continuaria como uma associação

comunitária, para defender os anseios e reivindicações da comunidade, mesmo após o término do Microbacias 2.

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY. et. al. **Juventude e agricultura familiar: desafios dos novos padrões sucessórios**. FAO/INCRA, EPAGRI, CPPP, Chapecó/Brasília, 1998. 154 p.

ADM - Brilhante II. **PDMH – Plano de Desenvolvimento da Microbacia Hidrográfica de Brilhante II**. Período: 2005 – 2008, 14p.

ALTIERI, M. **Agroecologia, as bases científicas da agricultura alternativa**. Rio de Janeiro: PTA/Fase, 1989, p.3.

ARNTZ, W.; CHASSE, B; VICENTE, M. **Quem somos nós? – A descoberta das**

infinitas possibilidades de alterar a realidade diária. Rio de Janeiro: Prestígio Editorial, 2007. 374 p.

BARREIRA, C. Parcerias - Noções Gerais: Uma questão para pensar: parcerias e alianças estratégicas. In: **RITS - Rede de Informações para o Terceiro Setor**, Brasília, p.1-3, [2007]. Disponível em: <http://www.rits.org.br/gestao_teste/ge_testes/ge_mat01_parc_parctxtpag00.cfm>. Acesso em: 12 de jan. 2008.

BEZERRA, M.O. **Em nome das “bases”**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará. 1999, 275p. Disponível em: <www.planetanews.com/produto/L/3618/>. Acesso em: 12 de jan.2008.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo e Euclides Martina Balancin .São Paulo: Paulus, 1991. Edição pastoral. Gn 2,8.

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br/empresa/default.asp>>. Acesso em: 07 ago 2008.

BOEIRA, S.L. Política & Gestão Ambiental no Brasil: da Rio-92 ao Estatuto da Cidade. **Revista Alcance**, Itajaí, vol. 10, n.3, p.525-558, set/dez, 2003.

BROSE, M. (org). **Metodologia participativa: uma introdução a 21 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312p.

CAPORAL, F. R.; COSTABEBER, J. A. **Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural**, Porto Alegre, v.1, n.1, p.16-37, jan./mar. 2000. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano3_n2/revista_agroecologia_ano3_num2_parte04_opinio.pdf>. Acesso em: 18 maio 2008.

CARARO, A. Eco, sim! Chato, não! Dez dicas interessantes para ser sustentável sem ser mala. **Revista Superinteressante**, São Paulo, n. 247, dez.2007, p.51-57.

CARMO, R.L.; OJIMA, A.L.R, de O; OJIMA, R. Água virtual, conflitos internacionais, escassez e gestão: o papel do Brasil. In: Encontro da ANPPAS. 3. 2006. **Anais eletrônicos**. Brasília, 23 a 26 nov. 2006. 46p.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia e Economia Rural, Natal, agosto, 1997. Disponível em:<<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>>. Acesso em: 14 maio 2008.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede (A era da informação: economia, sociedade e cultura)**; v.1, São Paulo: Paz e Terra, 2ª ed., 1999, 429p.

COEA - Coordenação-Geral de Educação Ambiental/MEC – Ministério da Educação e Cultura. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/educacaoambiental/ealegal.pdf>>.
Acesso em: 20 de maio 2008, 61p.

COSTA, A.F. **Projeto de Recuperação, Conservação e Manejo dos Recursos Naturais em Microbacias Hidrográficas** (Dissertação). Rio de Janeiro, 2000.

Disponível em: <

<http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/20experiencias1999/16%20-%20microbacias.pdf>>. Acesso em: 16 de jun.2007.

DANIEL, C. **Poder Local e Desenvolvimento**. Palestra proferida no V Colóquio sobre Poder Local. Salvador, NPGA/EAUFBA, 1992 (mimeo).

DENARDI, R.A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**. Porto Alegre, v.2, n.3, jul./set. 2001. 4 p.

DIÁRIO CATARINENSE. Descoberto desmatamento no Meio Oeste Catarinense: área de aproximadamente 300 hectares foi desmatada. **Diário Catarinense**. Florianópolis, 02 ago. 2006. Geral, p.29

DICIONARIO.

Disponível

em:

<http://www.dicionario.pro.br/dicionario/index.php?title=Talveque> Acesso em: 10 de maio de 2008.

DIOGO, J.R.L. A Relação entre o Meio Rural e Urbanização no Desenvolvimento das Relações. **THESIS**, São Paulo, ano I, v. 1, p. 100-111, 1º Semestre. 2004

DRUCKER, P. F. **A Comunidade do Futuro: idéias para uma nova comunidade**. São Paulo: Futura, 1998. 429 p.

EHLERS, E. **Agricultura sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma**. São Paulo: Livros da Terra, 1996.

EMATER-RO - Associação de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia. **A extensão rural no Brasil (breve histórico)**. Disponível em: <<http://www.emater-rondonia.com.br/extensaorural.htm>>. Acesso em: 16 maio 2008, 3p.

ENAP. **Experiências internacionais voltadas para a satisfação dos usuários-cidadãos com os serviços públicos**. Brasília: ENAP, 2001. 66 p

EPAGRI - Gerência Regional de Itajaí. **Relatório do Microbacias 2**. Itajaí, SC, jun. 2007. 37 p.

EPAGRI - Gerência Regional de Itajaí. **Relatório da Secretaria Regional do Microbacias 2**. Itajaí, 2006. 12 p.

ESTADO DE SANTA CATARINA. **Programa de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural (Manual Operativo) /MICROBACIAS 2 - Parcerias para crescer, incluir e preservar**. Florianópolis, maio, 2002. 34 p.

ÊXODO RURAL. O que é êxodo rural, causas, problemas, êxodo rural durante a história, saída do campo para as grandes cidades, industrialização, migração interna. Disponível em: < http://www.suapesquisa.com/geografia/exodo_rural.htm> . Acesso em: 14 de maio 2008.

FAEP-Federação da Agricultura do Estado do Paraná. **Banco da Terra.** Disponível em:<<http://www.faep.com.br/meiorural/creditorural/custeio6.htm>>. Acesso em: 07 ago 2008.

FARAH, M. F.S; BARBOZA, H. B (Coord). **Novas Experiências de Gestão Pública e Cidadania.** Rio de Janeiro, Editora AGV, 2000. 296 p

FETAESC. Disponível em: <http://www.fetaesc.org.br/index.php> Acessado em 16 de maio de 2008.

FETRAF. Disponível em: < <http://www.fetraf.org.br/site/>> Acessado em 16 de maio de 2008.

FILHO, P.F.; PAULA, S.de. **A agroindústria. In: BNDES.** Rio de Janeiro: [BNDES], 2005. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/livro_setorial/setorial05.pdf>. Acesso em: 12 de jan.2008, p.1-16.

FLEISCHFRESSER, V. **Políticas públicas e a formação de redes conservacionistas em microbacias hidrográficas: o exemplo do Paraná rural** (Dissertação). UFPR-IPARDES, Curitiba-PR, 1999. 77p. Disponível em: < http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/95/vanessa.pdf>.Acesso em: 12 jun 2007.

FREY, K. A. dimensão político-democrática das teorias de desenvolvimento sustentável e suas implicações. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, n.21, jun. 2000. Disponível em: < <http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp21/Parte5.pdf>>.Acesso em: 12 de jun.2007.

GAIARSA, J.A. **Tratado geral sobre a fofoca: uma análise da desconfiança humana.** São Paulo: Summus, 1978, 238p.

GARCIA, R.C. **Subsídios para Organizar Avaliações da Ação Governamental.** Brasília: IPEA, 2001. 68 p.

GIDDENS, A. **Modernidade e identidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2002. 233 p.

GOOGLE EARTH. **Europa Technographics.** Itajaí, SC, out.2007. Imagem de satélite Digital Globe, 2007.

GUATTARI, F. **As três ecologias.** 5. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1995. 56 p.

IBAMA. Disponível em: http://www.ibama.gov.br/novo_ibama/index.php Acessado em: 16 de maio de 2008.

ICEPA. a - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina **Prapem/Microbacias 2 – componentes: administração e avaliação – subcomponentes: monitoramento e avaliação; avaliação ex-ante – Uso e Proteção do Solo**. Florianópolis, 2005. 38p

ICEPA. b - Instituto de Planejamento e Economia Agrícola de Santa Catarina. **Características e Potenciais [de Santa Catarina]**. Instituto de Economia da UNICAMP. Florianópolis, 2005. Disponível em: < <http://cepa.epagri.sc.gov.br/>>. Acesso em: 12 de jan.2008.

IRION, J. E. (1997), **Cooperativismo e economia social**. São Paulo, Editora STS. 37 p.

JUCOVSKY, V.L.R.S. **Responsabilidade civil do Estado por danos ambientais** (Dissertação) –(Brasil – Portugal). São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2000. 76 p.

LABRA, M.E.; FIGUEIREDO, J.S.A. **Associativismo, participação e cultura cívica - O potencial dos conselhos de saúde**. Ciência& Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, vol.7, n. 3, 2002. 198 p.

LEFF, E. **Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3. ed.Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 496 p.

LINS, M. L.; PIRES, S. **Dádiva, economia social e cooperativismo: a promulgação de uma nova ética societária?** .Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Disponível em: [http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_\(1\).pdf](http://www.unircoop.org/unircoop/files/revue/Release/Artigo%20UFRPEvf_1_(1).pdf). Acesso em:26 de fev.2008.

LOTÉRIO, A. F. **Agrosafia**: filosofia de vida baseada no sistema agro-natural. Palestras de Motivação. Camboriú, SC, 2003. Disponível em: <<http://loterio.com.br/textos/newsVer.php?id=2>>.Acesso: 12 de dez. 2007.

LUZ, B. A. O Urbano-Rural. **Revista Conjuntura e Planejamento**, Salvador: CEI, n.106, p. 30-34.Mar 2003. Disponível em: http://www.sei.ba.gov.br/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/conj_planejamento/pdf/c&p106/07.pdf. Acesso em: 03 jun 2008.

MATA ATLANTICA. Disponível em: <http://mataatlanticasc.blogspot.com/2006/04/parque-estadual-da-serra-do-tabuleiro_14.html> Acesso em 16 de maio de 2008.

MATOS, N.R. de; BASSOLI, M. K. **Controle judicial na execução de políticas públicas**. Londrina (PR). Disponível em: <http://www2.uel.br/revistas/direitopub/pdfs/vol_03/ANO1_VOL_3_04.pdf>. Acesso em: 13 de jan.2008, 17p.

MATTEI, L. **A pluriatividade no contexto do desenvolvimento rural catarinense**. Seminário Estadual “Um Novo Serviço Público para a Agricultura Familiar”, 1997, Florianópolis. Disponível em: <<http://www.eco.unicamp.br/nea/rurbano/textos/downlo/rurlauro.html>>. Acesso em: 12 de jan.2008.

MEDEIROS, J.P. de.; BORGES, D.F. Participação cidadã no planejamento das ações da Emater-RN. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.41 n.1, p. 63-81, Jan./Fev. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122007000100005&script=sci_arttext>. Acesso em:12 de jan.2008.

MEIRELLES, L. **Comercialização e certificação de produtos agroecológicos**. Disponível em: <http://www.encontroagroecologia.org.br/files/Certificacao_e_comercializacao.rtf>. Acesso em: 17 maio 2008, 5p.

MESQUITA, C.S. Contradições do processo de implementação de políticas públicas: uma análise do Programa Bolsa Família 2003-2006. **Revista do Serviço Público**. V. 57.n. 4. Brasília, out/dez, 2006. 76p.

MICROBACIAS 2 – **Cultivando a cidadania, a sustentabilidade e a qualidade de vida no espaço rural catarinense**. Florianópolis: [EPAGRI], mai. 2002, 27p.

MIGUEL, G. B. A. **Personalidade Psicológica de Cristo**. Universidade Ciências da Saúde - v.01 n.01 - p.53-60. Disponível em: <<http://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/index.php/cienciasaude/article/viewFile/496/317>>. Acesso em: 18 maio 2008.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo**. 3. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2001. 177p.

MOURA, S. **A gestão do desenvolvimento local: Estratégias e possibilidades de financiamento**. In: Encontro da ANPAD, 22, Anais... do. Foz do Iguaçu: ANPAD, 1998. Disponível em: <<http://nutep.adm.ufrgs.br/pesquisas/DesenANPAD.html>> Acesso em: 06 de janeiro 2008.

MUARREK, U. **Interatividade, engajamento e participação**. 2006. Disponível em:<<http://www.novasb.com.br/blogcip/media/7comunicacaopublica.pdf>>. Acesso em: 03 jun 2008.

NEVES, F. **Uma questão para pensar: parcerias e alianças estratégicas**. Rio de Janeiro: RITS-Rede de Informações para o Terceiro Setor. <Disponível em: http://www.rits.org.br/gestao_test.cfm>. Acesso em: 12 de janeiro 2008.

OCESC. **O cooperativismo ao alcance de todos**. Florianópolis: Lagoa Editora Ltda, 2003, 36p.

OLINGER, G. **O que é extensão rural?** (artigo). In: ASBRAER – Associação Brasileira das Entidades Estaduais de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Disponível em: <
http://www.asbraer.org.br/portal.cgi?flagweb=tpl_conteudo&id=682> .Acesso em: 13 de março 2008. 2p.

OLIVEIRA, C.G. M. de. **Conhecimento científico e senso comum**. Disponível em: <
<http://www.filosofiavirtual.pro.br/senso.htm>>.Acesso em: 20 de maio 2008.

PACHECO, M. E. L. **Agricultura familiar: sustentabilidade ambiental e igualdade de gênero**. In: BUARQUE, C. et al. Perspectivas de gênero -debates e questões para as ONGs. São Paulo, 2002. Disponível em: <
<http://www.redemulher.org.br/generoweb/anexo/perspect.pdf#page=138>>. Acesso em: 18 maio 2008, 192p.

PACHECO, R. **Iniciativa Econômica Local: a experiência do ABC**. Fingermann, Henrique (org) Parceria Público-Privado, v.2, São Paulo, Summus Editorial, 1993.

PÁDUA, J.A. **Estudos Sociedade e Agricultura**. Revista semestral de ciências sociais aplicadas ao estudo do mundo rural. UFRG, n. 11, out. 1998. 163 p.

POLONI, D. A. R. **Integração e interdisciplinaridade: uma ação pedagógica** (artigo). Escola Técnica Federal de São Paulo: [1993]. Disponível em: <
<http://www.geocities.com/sociedadecultura/delacirinter.html>>. Acesso em: 26 de fev.2008.

SANTA CATARINA - PORTAL DE TURISMO E NEGÓCIOS DE SANTA CATARINA. **Exportação de Santa Catarina bate recorde**. Florianópolis, 2008. Disponível em: <http://www.belasantacatarina.com.br/noticias/2007/01/11/Exportacao-de-Santa-Catarina-bate-recorde-1920.html>>.Acesso em: 13 de jan. 2008.

POZZOBON, R. **Os Desafios da Gestão Municipal Democrática – Porto Alegre**. São Paulo, POLIS, 1998.

QUIVY, R.; LAMPENHOU D.T.; LUC, V. **Manual de investigação em ciências sociais**. 2. ed. Lisboa, Portugal: Gradiva, 1998, 284p.

REDE DAS ÁGUAS. **Uma política pública para as águas**. [Brasília], 2004. Disponível em: < http://www.rededasaguas.org.br/politica_p/politica_p.html>. Acesso em: 12 de jan.2008.

RUAS, E.D. et al. **Metodologia participativa de extensão rural para o desenvolvimento sustentável – MEXPAR**. Belo Horizonte, março 2006. 134p.
SANTA CATARINA. **PROJETO MICROBACIAS II - Relatório de Avaliação Socioeconômica Inicial**. Florianópolis: [EPAGRI], 2004. 76 p.

SCHNEIDER, S. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. v. 18, n. 51. fev 2002. 192 p.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA. **Relatório marco zero – Projeto Microbacias II – Monitoramento**

socioeconômico e ambiental – Estado de Santa Catarina. [EPAGRI]: dez. 2005, 57p.

SILVA, C.M. da. **Extensão rural e estratégias de mudança sócio-cultural:** uma leitura a partir das resistências cotidianas. In: Universidade Federal do Tocantins. Disponível em:

<<http://www.alasru.org/cdalasru2006/15%20GT%20Claiton%20Marcio%20da%20Silva.pdf>> Acesso em: 12 de jan. 2008. p.2-10.

SILVA, G. da. O novo rural brasileiro. **Revista Nova Economia**, v. 7, n. 1, 1997, p. 43-81.

TORESAN, L.; OLIVEIRA, G. de. **Imigração, urbanização e concentração litorânea: a dinâmica populacional de Santa Catarina nos anos noventa-15/02/01(opinião).** Florianópolis: [ICEPA] Disponível em: <

<http://cepa.epagri.sc.gov.br/Infconj/textos01/IEditor/IEditor1502.htm>>. Acesso em: 20 de maio 2008.

TOSCANO, F. L. Agricultura familiar e seu grande desafio. **Diário de Votuporanga**, Ano 50, nº. 12.769, 09 de Outubro de 2003, p. 02. Disponível em: <<http://www.agr.feis.unesp.br/dv09102003.htm>> Acessado em: 12 de maio 2008.

TRAMONTE, C.; SOUZA, M.V. de (Orgs). **A Comunicação na Aldeia Global: cidadãos do planeta face à exploração dos meios de comunicação.** Petrópolis, 2005.

UFRN. Disponível em:

<http://www.ufrn.br/sites/engenhodesonhos/hipertexto/empoderamento.htm>.

Acessado em 16 de maio de 2008.

WEID, J.M.von der. **A trajetória das abordagens participativas para o desenvolvimento na prática das ONGs no Brasil.** (págs. 103 à 112). In: BROSE, Markus (org.). Metodologia Participativa: Uma introdução a 29 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

WIKIPÉDIA, A ENCICLOPÉDIA LIVRE. Disponível em:<

http://pt.wikipedia.org/wiki/Meio_ambiente>. Acesso em: 15 maio 2008.

WWF-Brasil, 2008 referência: WWF – Worlwide Fund for Nature. **História.** Disponível em: <<http://www.girafamania.com.br/introducao/wwf.html>> Acesso em: 03 jun 2008.

VEIGA, J E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas (SP): Autores Associados, 2003.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento rural. **RUMOS - Economia & Desenvolvimento para os novos tempos.** Nov.-Dez. 2003, Ano 28 – n. 212 [ABDE], p. 4-8. Disponível em: <[http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos trabalhos/%5B2003-12%5D](http://www.econ.fea.usp.br/zeeli/Textos/ultimos_trabalhos/%5B2003-12%5D) -

ENTREVISTA para a RUMOS - DESENV RURAL.htm>. Acesso em: 21 de maio 2008.

ZAPATA, T. **A gestão participativa para o desenvolvimento local**. In: BROSE, M(org). Metodologia participativa: uma introdução a 21 instrumentos. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 312 p.

Anexos

Anexo A. Flagrante de devastação.

Ambiente Área de aproximadamente 300 hectares de mata nativa foi devastada

Descoberto desmatamento no Meio-Oeste

Diego Rosa Ponte Alta do Norte

A natureza agonizou no Meio-Oeste. Uma área de mata nativa de aproximadamente 300 hectares foi devastada para o plantio de pinus. A metragem representa cerca de 350 campos de futebol. A descoberta foi da Polícia Militar Ambiental de Lages.

Depois de uma apreensão, domingo, de um caminhão com 7,5 metros cúbicos de araucária, os policiais iniciaram a investigação da origem da carga ilegal e localizaram, ontem de manhã, a área desmatada.

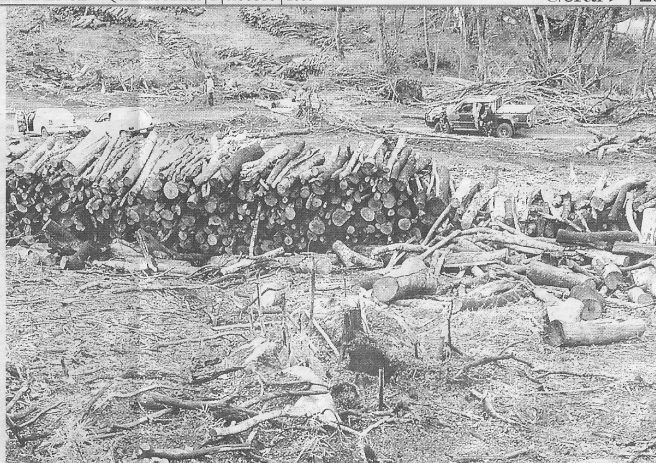
O local fica a 25 quilômetros do Centro de Ponte Alta do Norte, na Fazenda Campo do Paiol. São dois terrenos que tiveram, cada um, cerca de 150 hectares de vegetação nativa devastada.

Conforme o comandante da Polícia Ambiental, Frederick Rambusch, parte desse terreno é Área de Preservação Permanente.

Conforme levantamento da polícia, o desmatamento se iniciou há quase um mês. Foram usados tratores e caminhões para a retirada das árvores. A vegetação dizimada abrange espécies em extinção como xaxim, araucária, canela e imbuia. A quantidade de espécies mortas será levantada pelos policiais.

Além do corte ilegal, a vegetação e os troncos que sobraram foram queimados. O que era verde virou cinza. Para fazer a retirada da vegetação foram abertas estradas no meio da mata, numa extensão de 20 quilômetros. Nascentes de rios foram aterradas.

Algumas pessoas que foram contratadas para trabalhar na retirada



Parte da região atingida, segundo o comandante da Polícia Ambiental, integra uma Área de Preservação Permanente

da mata se assustaram ao notarem a chegada da Polícia Ambiental e fugiram. Os policiais acreditam que cerca de 15 funcionários trabalhavam no local. Os quatro trabalhadores que foram interrogados serviram de referência da exploração a que estavam submetidos para sobreviver. Eles foram contratados por dia e não têm carteira assinada.

— Eu não conseguia emprego em nenhum lugar. Tenho dois filhos, não tive escolha senão vir trabalhar

aqui — revelou Valtamir Koeke, 47 anos, que ganha R\$ 25 de diária.

A Polícia Ambiental investiga de quem são os terrenos desmatados, quem são os encarregados pela contratação da mão-de-obra e os responsáveis pela comercialização ilegal da madeira que foi retirada. A suspeita é que o terreno teria sido arrendado para uma madeireira de Curitiba para o plantio de pinus. A multa mínima do crime ambiental é R\$ 1,5 mil por hectare desmatado.



FLAGRANTE DE DEVASTAÇÃO



PM Ambiental descobre área equivalente a 350 campos de futebol, em Ponte Alta do Norte, que seria utilizada para o plantio de pinus. Página 29

Anexo B. Entrevista semi-estruturada com beneficiários do MB2 na Microbacia Brilhante II

**GESTÃO LOCAL DO PROJETO MICROBACIAS 2 :Impactos ambientais
no caso Brilhante II**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA

1) Identificação do beneficiário/participante do projeto Microbacias 2:

Nome do (a) beneficiário (a):

Idade (anos): _____ É sócio da ADM? (☐) Sim (☐) Não
Número de pessoas na família:

Número de filhos: _____ Quantos moram com os
pais? _____

Religião: (☐) Católica; (☐) Adventista; (☐) Outra.
Qual? _____

**2) Cultiva produtos e/ou cria animais para a subsistência familiar? (☐)
Não; (☐) Sim, Quais?**

**3) Quais as fontes (lavoura, criações, aposentadoria etc) de renda da
família ?**

4) Assinale e descreva o benefício recebido:

a-(☐) Individual:

b-(☐) Grupal- número de envolvidos:_____

c-(☐) Comunitário: _____

3) Qual o benefício (material/financeiro) recebido, segundo o órgão oficial?

a) Individual:

b) Grupal:

c) Comunitário:

4) Qual o grau de satisfação com o(s) benefício(s) individual recebido(s)?

(☐) Insatisfeito (☐) Pouco satisfeito

(☐) Satisfeito (☐) Muito satisfeito

Por que?

5) Participou de quantas reuniões do Microbacias realizadas até aqui?

6) Qual o grau de satisfação com o(s) benefício(s) grupal(is) recebido(s)?

(☐) Insatisfeito (☐) Pouco satisfeito

(☐) Satisfeito (☐) Muito satisfeito

Por que?

7) Qual o grau de satisfação com o(s) benefício(s) comunitário(s) recebido(s)?

(☐) Insatisfeito (☐) Pouco satisfeito

(☐) Satisfeito (☐) Muito satisfeito

Por que?

8) O Projeto MB2 foi importante para a recuperação dos recursos naturais (água, florestas, mata ciliar etc.)? (☐) Sim; (☐) Não

Por que?

9) Na sua propriedade houve melhoria(s) trazida(s) pelo MB2?

(____) Sim; (____) Não. Quais e/ou por que?

Cobertura vegetal por reflorestamento comercial (número de árvores/área m²):

Cobertura vegetal por reflorestamento conservacionista (número de árvores/área m²):

Saneamento básico:

Tratamento de dejetos humanos (unid):

Tratamento de dejetos animais (unid):

Sistemas de água (vol.):

Cultivos (lavouras):

Criações (animais):

Outras?

**10) Espírito de comunidade em função da organização da ADM -
Associação de Desenvolvimento da Microbacia Brilhante II:**

a) A ADM foi importante para a comunidade? (____) Sim; (____) Não

Por que?

b) Qual sua avaliação sobre o funcionamento da ADM-Associação... ?

c) Os vizinhos estão se relacionando melhor após a implantação do Projeto Microbacias 2 na Comunidade de Brilhante II? (____) Sim; (____) Não

Por quê?

d) Deseja que a ADM continue após terminarem os recursos do projeto?(____) Sim ; (____) Não

Por quê?

11) Quais “as coisas” mais importantes que o Projeto Microbacias 2 trouxe para você e sua família?

E para a sua comunidade?

12) Quais “as coisas” negativas que o Projeto Microbacias 2 trouxe para você e sua família?

E para a sua comunidade?

13) Quais as sugestões que você daria para o melhor funcionamento do Projeto MB2 em nível de comunidade?

14) Na sua família, todos pretendem continuar morando na comunidade?

(____) Sim; (____) Não.

Por que?

15) Outras observações relevantes (dados do pesquisador) da propriedade (fotos, animais, histórias, ilustrações, etc.):

Data: ____/____/____

Ass. Entrevistado(a) – opcional

Telefone para contato: _____

Anexo C. Entrevista semi-aberta com técnicos de instituições envolvidas no MB2-Brilhante II.

**GESTÃO LOCAL DO PROJETO MICROBACIAS 2: Impactos ambientais
no caso Brilhante II**

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM TÉCNICOS
ÓRGÃOS PARTICIPANTES E EXECUTORES DO MB2-BRILHANTE II

- 1) Nome do
entrevistado: _____
Órgão/entidade: _____
Função(profissão): _____ Telefone(s)
) para contato: _____
Data da entrevista: _____

- 2) Quais os órgãos (participantes e executores da equipe multidisciplinar)
se envolveram efetivamente no Projeto Microbacias 2 em Brilhante II:
-Na priorização:

-Na execução:

-Na avaliação:

- 3) Qual a metodologia utilizada (Projeto Microbacias 2) na priorização da
comunidade de Brilhante II?

- 4) Como foram definidas as famílias beneficiadas com os recursos
oriundos do Projeto Microbacias em Brilhante II?

- 5) Quais os principais projetos implantados pelo Microbacias 2 no
Brilhante:

-Recursos naturais?

-Geração de renda?

-Habitação?

-Capacitação?

-Participação?

6) Qual o monte de recursos (benefícios) financeiros e/ou materiais levadas à Microbacia Brilhante II pelo MB2?

Estes recursos foram ou são suficientes?

Por quê?

7) Quais os principais problemas encontrados na implementação do Projeto em nível de comunidade?

8) Houve rotatividade de técnicos e facilitadores do projeto até o momento? _____

-Caso positivo, quantos e quais os motivos?

-Isto trouxe algum prejuízo ao andamento do projeto?

-Por quê(quais)?

9) Quais as suas sugestões para aperfeiçoar a implementação do Microbacias 2?

10) O Projeto Microbacias foi efetivo na recuperação dos recursos naturais?

-Por que?

11)A ADM - Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Brilhante II deve continuar após o encerramento do Projeto Microbacias 2? _____

- Por quê?

12)Outras informações?

Entrevistador: _____

Anexo D. Principais leis relacionadas com a implementação do PRAPEM/MICROBACIAS 2.

LEI	DISPÕE / OBJETIVO
LEI Nº 5.793 de 15 de outubro de 1980. – (DOSC 22.10.80)	Dispõe sobre a proteção e melhoria da qualidade ambiental e dá outras providências
LEI Nº 6.938, de 31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências
LEI Nº 6.739, de 16 de dezembro de 1985. – (DOSC 18.12.85).	Cria o Conselho Estadual de Recursos Hídricos
LEI Nº 9.022, de 6 de maio de 1993. – (DOSC 10.05.93)	Dispõe sobre a instituição, estruturação e organização do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos
LEI Nº 9.748 de 30 de novembro de 1994. – (DOSC 06.12.94)	Dispõe sobre a Política Estadual de Recursos Hídricos e dá outras providências
CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO - LEI Nº 4.771, de 15 de setembro de 1965	O código florestal brasileiro deverá ser levado em consideração principalmente no planejamento das microbacias e das propriedades no que tange especificamente as áreas de reserva legal e de preservação permanente
LEI NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS LEI Nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997	A Lei Nacional de Recursos Hídricos deverá ser levada em consideração principalmente no Planejamento das Microbacias e no monitoramento da qualidade da água das microbacias que serão monitoradas
LEGISLAÇÃO E USO DE AGROTÓXICOS - Lei de Santa Catarina LEI Nº. 11.069/98 e seu Decreto	A legislação e uso de agrotóxicos deverão ser levados em consideração principalmente no planejamento das microbacias e das propriedades no que tange especificamente as áreas que serão utilizadas na qual estes serão incorporados
LEI DE CRIMES AMBIENTAIS LEI Nº 9.605, de 15 de fevereiro de 1998	A lei de crimes ambientais deverá ser levada em consideração principalmente no planejamento das microbacias e das propriedades no que tange especificamente a preservação do meio ambiente
CÓDIGO SANITÁRIO LEI Nº 6.320, de 20 de dezembro de 1993	O código sanitário deverá ser levado em consideração principalmente no planejamento das microbacias e das propriedades no que tange especificamente as áreas de fiscalização sanitária e desenvolvimento rural
LEI Nº 5.793, de 15 de agosto de 1980	Legislação Ambiental Básica de Santa Catarina
LEI Nº 5.746, de 11 de agosto de 1980	Cria as Unidades de Conservação de Santa Catarina
LEI Nº 11.986/1 de 14 de novembro de 2001	Cria o Sistema Estadual de Unidades de Conservação

Anexo E. Estatuto da ADM – Brilhante II.

ESTATUTO DA ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA MICROBACIA DE BRILHANTE II



CAPÍTULO I DA DENOMINAÇÃO, REGIME JURÍDICO, DURAÇÃO, SEDE E FORO.

Art. 1º - A Associação de Desenvolvimento da Microbacia de Brilhante II também denominada de ADM Brilhante II, fundada em 22/11/2004, é uma Sociedade Civil, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com sede e foro na cidade de Itajaí, Estado de Santa Catarina, com autonomia administrativa, financeira e patrimonial, prazo de duração indeterminado, regida pelo presente Estatuto e pela legislação em vigor.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE

Art. 2º - A ADM Brilhante II tem por finalidade promover e apoiar o desenvolvimento rural sustentável das famílias abrangidas pela sua área de atuação, que é a comunidade do Brilhante II.

Parágrafo Único – É vedado a ADM Brilhante II, sob qualquer pretexto ou forma, tratar ou manifestar-se sobre questões político-partidárias, religiosas ou raciais.

Art. 3º - A ADM Brilhante II poderá firmar convênios, acordos ou contratos com entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, e pessoas físicas, desde que respeitadas as finalidades da Associação.

Art. 4º - Para o cumprimento de suas finalidades deverá a ADM Brilhante II:

- manter os controles e a contabilidade dos atos e fatos administrativos e financeiros;
- incentivar que atividades viáveis de serem executadas através do associativismo tenham prioridade em relação à sua execução individual;
- cumprir todas as atribuições relacionadas no Manual Operativo do PRAPEM/Microbacias 2.

Das Receitas

Art. 5º - Constituem receitas da ADM Brilhante II:

- as rendas provenientes de convênios, acordos ou contratos de subvenção;
- os legados, auxílios e contribuições de qualquer natureza;
- os direitos sobre marcas e patentes que lhe pertencam;
- outras rendas eventuais.

Emp. ADM Brilhante II



Art. 6º - Os recursos financeiros da ADM Brilhante II serão depositados em qualquer estabelecimento bancário desde que a legislação, convênio, acordo, contrato, ajuste ou equivalente não disponha de outra forma.

Parágrafo 1º - A movimentação de recursos financeiros da ADM será feita conjuntamente pelo Presidente e Primeiro Tesoureiro. Na falta, o Vice Presidente substitui o Presidente e o Segundo Tesoureiro, o primeiro Tesoureiro.

CAPÍTULO IV DOS ASSOCIADOS

Art. 7º - A ADM Brilhante II é constituída por todos os associados que tenham sua ficha de inscrição aprovada pela Diretoria que não respondem nem pessoal nem solidariamente pelos encargos assumidos pela Associação.

Art. 8º - Da admissão:

I - Serão admitidos como associados, todas as pessoas, maiores de idade, residentes na microbacia da sua área de atuação, compreendendo agricultores e trabalhadores rurais, mediante preenchimento e assinatura da ficha de inscrição aprovada pela Diretoria.

Art. 9 - Da demissão:

O associado será demitido, após aprovação pela Diretoria quando:

- I - Não participar de 5 (cinco) Assembléias Gerais consecutivas.
- II - Quando deixar de residir e desenvolver suas atividades na área de ação da ADM Brilhante II
- III - O associado demitido poderá apresentar proposta de readmissão decorrido o prazo de 60 dias.

Art. 10 - Da exclusão

O associado será excluído, pela maioria absoluta dos presentes em assembléia geral convocada para este fim, quando:

- I - Infringir as normas estatutárias;
- II - Constatar irregularidades nos projetos na aplicação de recursos através de laudos apresentados pela equipe de fiscalização;
- III - Na hipótese de sentir prejudicado, o associado poderá apresentar recursos junto a Assembléia Geral.

Art 11º. Em caso de falecimento do associado poderá ser substituído pelos seus herdeiros, desde que satisfaça os itens de admissão dos associados e aprovados pela diretoria;

QNP VII RmH²EBG



Art. 12º - São direitos dos associados:

- a) votar e ser votado;
- b) tomar parte nas Assembléias Gerais e nelas apresentar, qualquer proposta ou indicação, condizentes com as finalidades da ADM Brilhante II, bem como discutir e votar;
- c) assistir as reuniões comuns da Diretoria, nas quais poderá fazer qualquer proposta ou comunicação, podendo, inclusive, a juízo da mesma, participar das discussões, caso tratar-se de matéria relevante;
- d) beneficiar-se dos serviços que a ADM Brilhante II esteja habilitada a prestar e previstos em suas finalidades;
- e) Receber os benefícios que venham a ser obtidos pela ADM Brilhante II através de contratos ou convênios firmados com instituições públicas ou privadas.
- f) solicitar a defesa junto aos poderes públicos de questões de caráter geral;
- g) deixar a condição de associado desde que não vigore compromisso pecuniário assumido com a ADM;
- h) gozar das vantagens que lhes são conferidas por este Estatuto.

Art. 13º - São deveres dos associados:

- a) apoiar a ADM Brilhante II em seus objetivos, observando o seu Estatuto, as resoluções das assembléias e da diretoria;
- b) zelar pelo patrimônio moral e material da associação, colocando os interesses coletivos acima dos particulares;
- c) comparecer e participar das assembléias;
- d) assumir as responsabilidades dos cargos para os quais foram eleitos;

CAPÍTULO V
Da Estrutura Administrativa

Art. 14º - São órgãos da ADM Brilhante II

- Assembléia Geral
- Diretoria
- Conselho Fiscal.

Carv

PM

RmmH

Eduy

[Signature]

Seção I

Da Assembléia Geral



Art. 15º - A Assembléia Geral, Ordinária ou Extraordinária, é o órgão soberano e será constituída por todos os associados e tem por finalidade deliberar e resolver, de acordo com a lei e dispositivos estatutários, todos os assuntos concernentes às atividades e finalidades da ADM Brilhante II.

Art. 16º - A Assembléia Geral, será sempre realizada em virtude da convocação do Presidente da ADM, em hora e local por este determinada e de acordo com este Estatuto ou a requerimento da Diretoria, ou ainda por requerimento de 2/3 (dois terços) dos associados.

Parágrafo 1º - Na convocação da Assembléia Geral deverá constar os motivos que a determinaram e os assuntos que deverão ser tratados.

Parágrafo 2º - A convocação da Assembléia Geral será feita com a antecedência mínima de 15 dias, através de circulares ou outros meios de comunicação, a juízo da Diretoria, exceto para a promoção das eleições com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Parágrafo 3º - A Assembléia Geral se constitui, funciona e delibera validamente em primeira convocação com a maioria absoluta e em segunda terá como quorum mínimo, a presença de 1/3 (um terço) dos seus associados para sua efetivação.

Parágrafo 4º - A segunda convocação dar-se-á no intervalo de 30 minutos a contar da verificação do número de associados presentes no horário da primeira.

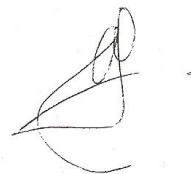
Parágrafo 5º - O associado convocado, que deixou de comparecer à Assembléia Geral, considerará como aprovado tudo o que nela tiver sido deliberado.

Art. 17º - As deliberações da Assembléia Geral serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate, não sendo permitido o uso do voto por meio de procuração.

Art. 18º - Tratando-se de eleição, esta poderá ser feita por aclamação em caso de chapa única.

Art. 19º - As sessões das Assembléias Gerais, serão abertas e presididas pelo Presidente em exercício, salvo no caso de tomada de contas e eleições, quando então este solicitará à Assembléia a indicação de quem as deve presidir.

EMP 



Art. 20º - Compete a Assembléia Geral Ordinária no mínimo os seguintes assuntos:

- a) Tomar conhecimento e aprovar o relatório da Diretoria;
- b) discutir, aprovar e votar até 15 de março de cada ano, parecer do Conselho Fiscal sobre o balanço, contas e atos do exercício anterior;
- c) Propor, eleger e dar posse aos membros da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- d) discutir e resolver quaisquer assuntos de interesse dos associados desde que conste no edital de convocação;

Compete a assembléia Geral Extraordinária, entre outros os seguintes assuntos:

- a) deliberar sobre a extinção da ADM Brilhante II, em Assembléia convocada para este fim, pelo Presidente ou por requerimento de 2/3 dos seus associados;
- b) decidir questões relativas aos seus objetivos e adotar resoluções que entender convenientes ao desenvolvimento e defesa da ADM Brilhante II, sendo que suas deliberações vinculam todos, ainda que ausentes discordantes
- c) destituir administradores;
- d) alterar o estatuto social

Parágrafo Único: Para as deliberações a que se referem aos itens c e d, é exigido o voto concorde de 2/3 terços, referentes à Assembléia especialmente convocada para este fim, não podendo ela deliberar em primeira convocação, sem a maioria absoluta dos sócios, ou com menos de 1/5 (um quinto) nas convocações seguintes.

Seção II

Da Diretoria

Art. 21º - A ADM Brilhante II será administrada por uma Diretoria, constituída por um Presidente, um Vice-Presidente, um Primeiro Secretário, um Segundo Secretário, um Primeiro Tesoureiro, um Segundo Tesoureiro, um Primeiro Comunicador e um Segundo Comunicador.

Art. 22º - Os membros da Diretoria são eleitos por voto em Assembléia Geral podendo ser eleitos por voto secreto, aberto ou por aclamação em caso de chapa única, sendo esta decisão uma deliberação da assembléia. O mandato terá duração de 2 (dois) anos, sendo permitida a recondução por mais um mandato.

Parágrafo 1º - A Diretoria não poderá ser composta por membros pertencentes ao Conselho Fiscal.





Parágrafo 2º - Os cargos da Diretoria serão exercidos por associados da ADM sem direito a remuneração recebendo apenas reembolso de suas despesas realizadas de acordo com as normas do convênio.



Parágrafo 3º - São inelegíveis para os cargos da Diretoria os menores de idade, os analfabetos, estrangeiros.

Parágrafo 4º - Perde automaticamente o mandato, o membro da Diretoria que deixar de comparecer, sem motivo justificado, a 3 (três) reuniões consecutivas.

Art. 23º - Compete à Diretoria coletivamente:

- a) exercer a administração da ADM;
- b) tomar medidas necessárias à execução dos objetivos da ADM;
- c) convocar, pelo seu Presidente, as Assembléias Gerais;
- d) deliberar sobre os casos e situações a respeito dos quais seja omissa ao presente Estatuto;
- e) fazer cumprir fielmente este estatuto e as demais decisões tomadas pela Diretoria;
- f) propor a reforma e/ou alterações do presente estatuto;
- g) providenciar no final de cada exercício financeiro, o balanço patrimonial, enviando tais documentos ao conselho fiscal para a devida apreciação e parecer;
- h) promover a ADM e o PRAPEM-MB2 no município e região, buscando bom relacionamento e parcerias que venham a beneficiar os projetos da comunidade;
- i) mobilizar todos os associados a participação das assembléias e atividades desenvolvidas pela ADM na execução do PMDH.

Art. 24º - A Diretoria poderá reunir-se e deliberar com a maioria dos seus membros.

Art. 25º - O Presidente é o executor das deliberações da Diretoria e da Assembléia Geral e o representante legal da ADM em juízo e fora dele, podendo nesta qualidade e com a aprovação da Diretoria ou da Assembléia Geral delegar poderes.

Art. 26º - Compete ao Presidente:

- a) convocar e presidir as reuniões da Diretoria e Assembléia Geral;
- b) abrir as sessões das assembléias gerais e pedir a estas a indicação do respectivo Presidente quando se tratar de eleições ou tomada de contas;
- c) solucionar os casos de urgência, submetendo-os em seguida à aprovação da Diretoria;
- d) ordenar a realização e o pagamento de despesas;
- e) assinar com o Secretário as atas das sessões da diretoria;

Emp *W* *Rm m H E By* *Ed*



- f) assinar a correspondência da ADM;
- g) assinar com o Tesoureiro os cheques e documentos relativos à movimentação de valores;
- h) tomar medidas ou praticar atos que garantam os direitos e interesses patrimoniais da ADM, controlando e exigindo o cumprimento deste Estatuto;
- i) apresentar, anualmente, à Assembléia Geral uma exposição das atividades da ADM;
- j) assinar convênios, ajustes e contratos de natureza oficial e privada;
- k) submeter o balanço geral e demais demonstrativos contábeis a assembléia geral;
- l) assinar, com o contador, os balanços gerais e demais demonstrativos contábeis.

Art. 27º - Compete ao Vice-Presidente

- a) substituir o Presidente nas ausências e impedimentos;
- b) desempenhar atividades que lhes forem atribuídas pelo Presidente.

Art. 28º - São atribuições do Primeiro Secretário:

- a) atender os expedientes e ter sob sua guarda, devidamente organizado, o arquivo da ADM;
- b) redigir ou fazer redigir a correspondência e assinar aquela que não for da alçada do Presidente;
- c) lavrar ou fazer as atas das reuniões da Diretoria e das Assembléias Gerais;
- d) executar e orientar os demais serviços da Secretaria;
- e) encaminhar reivindicações de associados à diretoria executiva.

Art. 29º - Compete ao Segundo Secretário

- a) substituir o Primeiro Secretário nas suas ausências e impedimentos;
- b) auxiliar o Primeiro Secretário no desempenho de suas funções.

Art. 30º - Ao Primeiro Tesoureiro compete:

- a) receber e depositar recursos financeiros decorrentes de convênios, contratos, ajustes, contribuições, doações e outras rendas da ADM, assinando os respectivos recibos;
- b) assinar com o Presidente os cheques e demais documentos relativos à movimentação de valores;
- c) organizar o balanço anual e os investimentos financeiros e patrimoniais da ADM;
- d) efetuar o pagamento das despesas autorizadas;
- e) prestar esclarecimentos sobre assuntos financeiros à Diretoria e ao Conselho Fiscal, quando solicitados;
- f) cumprir outras atribuições que não sejam inerentes às funções.

Art. 31º - Compete ao Segundo Tesoureiro:

- a) substituir o Primeiro Tesoureiro, nas suas ausências e impedimentos;

Handwritten signatures: "Escr", "R. M. H. E. B.", and others.

Handwritten signature.

- b) auxiliar o Primeiro Tesoureiro no desempenho de suas funções.



Seção III

Do Conselho Fiscal

Art. 32º – O Conselho Fiscal, eleito pela mesma forma que a Diretoria e com o mesmo tempo de mandato, será composto de 03 (três) membros efetivos e 03 (três) membros suplentes e terá as seguintes atribuições:

- a) exercer constante fiscalização sobre as atividades da ADM;
- b) examinar e emitir parecer sobre documentação contábil, balanços, balancetes, relatórios anuais e prestação de contas;
- c) examinar, sempre que julgar conveniente, quaisquer atos da diretoria, com a faculdade de vistoriar livros, documentos e correspondências;
- d) conferir os valores contábeis, uma vez por ano, acusar as irregularidades verificadas, sugerindo medidas saneadoras e, em última instância, submetê-las à apreciação da Assembleia Geral.

Art. 33º - O Conselho Fiscal, que na sua primeira seção elegerá seu Presidente, pode ser convocado:

- a) por iniciativa do seu próprio Presidente;
- b) por determinação do Presidente da ADM;
- c) por convocação da maioria dos membros da Diretoria;
- d) a requerimento de 2/3 (dois terços) dos associados;

Parágrafo Único: Compete aos comunicadores, sempre em atuação conjunta, promoverem a divulgação de todos os acontecimentos, projetos grupais e/ou individuais, atuando como um repórter comunitário na produção de notícias.

Art. 34º - Os membros efetivos do Conselho Fiscal, em caso de impedimento ou renúncia, falecimento ou perda do mandato, serão substituídos pelos suplentes na ordem de inscrição como associado na ADM.

Disposições Gerais e Transitórias

Art. 35º - O presente Estatuto só poderá ser alterado por voto de pelo menos 2/3 (dois terços) dos associados, em Reunião da Assembleia Geral para tal fim especialmente convocada.

Emp *W* *R. m. m. t.* *8 Eby* *EJ*

Art. 36º - A dissolução da ADM só poderá ser decidida pelo voto de 2/3 (dois terços) dos associados em primeira convocação e com 1/3 (um terço) dos associados em segunda convocação, em reunião da Assembléia Geral especialmente convocada para esse fim.

Art. 37º - Verificada a hipótese a que alude o artigo anterior, atendidos os encargos e responsabilidades assumidas, serão os bens remanescentes distribuídos a entidades afins, Governo do Estado, Prefeituras ou outro destino segundo critérios da Assembléia Geral.

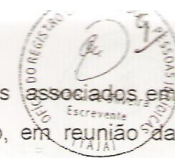
Parágrafo Único - O disposto neste artigo não impede seja dado outro destino aos bens remanescentes, quando em observância a normas legais ou a cláusulas específicas de acordos, convênios, contratos, ajustes ou equivalentes.

Art. 38º - A ADM não distribui lucros, bonificações ou vantagens aos seus associados, sob qualquer forma ou pretexto, não concedendo, sob qualquer fundamento, remuneração, gratificação ou pró-labore aos representantes dos associados nos seus órgãos de administração.

Parágrafo Único - Os representantes dos associados nos órgãos a que se refere este artigo poderão ser reembolsados de suas despesas de viagem, quando a serviço da ADM.

Art. 39º - Os associados que, em Assembléia Geral, aprovam o presente Estatuto, elegem de imediato a Diretoria e o Conselho Fiscal da ADM pelos prazos e formas previstos neste Estatuto.

Art. 40º - A aprovação deste Estatuto pela Assembléia Geral passa a vigorar a partir da data de seu registro junto ao Cartório de Registro Civil.



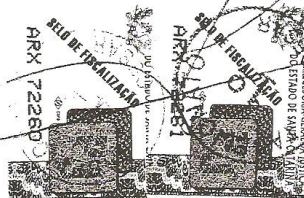
Edite Burigo Gums
Presidente - Edite Burigo Gums


Antônio Alves Cândido
Vice-Presidente - Antônio Alves Cândido


Eclair Nogueira Polheim
Primeira Secretária - Eclair Nogueira Polheim

Reconheço como verdadeira(s) a(s)
Firmas(s) de Edite Burigo Gums
Antônio Alves Cândido
e doufe em testemunhar da verdade
Itajaí, 28 de Nov. de 2004 de _____

☐ ANTONIO CESAR
☐ RODRIGO LIBERATO FERNANDES
☐ JULIO CESAR FILHO



Roseli Evangelista
Segunda Secretária - Roseli Evangelista

Primo José Contesini
Primeiro Tesoureiro - Primo José Contesini

Alfredo Evangelista
Segundo Tesoureiro - Alfredo Evangelista

Maria Helena Rocha
Comunicadora: Maria Helena Rocha

Maria Repeska Evangelista
Comunicadora - Maria Repeska Evangelista

Marisa Repeska Evangelista

Reconheço como verdadeira(s) a(s)
Firmas(s) de Primo José Contesini
e doufe, em teste da verdade
Itajaí, 28 NOV. 2004 de
ANTONIO CESAR
RODRIGO LIBERATO FERNANDES
JULIO CESAR FILHO

Reconheço como verdadeira(s) a(s)
Firmas(s) de Primo José Contesini
e doufe, em teste da verdade
Itajaí, 28 NOV. 2004 de
ANTONIO CESAR
RODRIGO LIBERATO FERNANDES
JULIO CESAR FILHO

Reconheço como verdadeira(s) a(s)
Firmas(s) de Maria Helena Rocha
e doufe, em teste da verdade
Itajaí, 28 NOV. 2004 de
ANTONIO CESAR
RODRIGO LIBERATO FERNANDES
JULIO CESAR FILHO

Reconheço como verdadeira(s) a(s)
Firmas(s) de Maria Helena Rocha
e doufe, em teste da verdade
Itajaí, 28 NOV. 2004 de
ANTONIO CESAR
RODRIGO LIBERATO FERNANDES
JULIO CESAR FILHO

Reconheço por semelhança a(s)
Firmas(s) de Primo José Contesini
e doufe, em teste da verdade
Itajaí, 28 NOV. 2004 de
ANTONIO CESAR
RODRIGO LIBERATO FERNANDES
JULIO CESAR FILHO

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)